



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E CULTURA**

WELLINGTON JOSÉ GOMES FREIRE

***CAVALARIA DO MAR: A PERSISTÊNCIA DO IMAGINÁRIO CAVALEIRESCO
NAS NARRATIVAS CRONÍSTICAS SOBRE OS MODOS DE CONDUÇÃO DA
GUERRA NA EXPANSÃO IMPERIAL PORTUGUESA- SÉCULOS XV E XVI***

Salvador-Ba
2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E CULTURA**

WELLINGTON JOSÉ GOMES FREIRE

***CAVALARIA DO MAR: A PERSISTÊNCIA DO IMAGINÁRIO CAVALEIRESCO
NAS NARRATIVAS CRONÍSTICAS SOBRE OS MODOS DE CONDUÇÃO DA
GUERRA NA EXPANSÃO IMPERIAL PORTUGUESA- SÉCULOS XV E XVI***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura (PPGLitCult), do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Literatura e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Coelho Ricardo Muniz

Salvador-Ba
2019

**CAVALARIA DO MAR: A PERSISTÊNCIA DO IMAGINÁRIO CAVALEIRESCO
NAS NARRATIVAS CRONÍSTICAS SOBRE OS MODOS DE CONDUÇÃO DA
GUERRA NA EXPANSÃO IMPERIAL PORTUGUESA- SÉCULOS XV E XVI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Literatura e Cultura (PPGLitCult), do Instituto de Letras
da Universidade Federal da Bahia, como requisito para
obtenção do grau de Doutor em Literatura e Cultura.

Coordenador: Márcio Ricardo Coelho Muniz

Aprovada em _____ maio de 2019.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Márcio Ricardo Coelho Muniz
Orientador (UFBA)

Prof. Dr. Marcelo Moreira
(UNEB)

Prof. Dr. Marcelo Pereira Lima
(UFBA)

Prof. Dr. Sandro Ornelas
(UFBA)

Profa. Dra. Nancy Vieira
(UFBA)

“Quase tão triste quanto uma batalha perdida, só mesmo uma batalha ganha”.

Constatação feita pelo general Sir Arthur Wellesley, Duque de Wellington, após vencer Napoleão nas planícies belgas de Waterloo (junho de 1815).

A Duni e Carol, companheiras de travessia do grande deserto árido da realidade.

A Bibi, uma segunda Filha.

A Ana Júlia e Camilão, as melhores dentre as melhores Sobrinhas do Mundo.

AGRADECIMENTOS

Na tradição militar do ocidente, as operações de combate não se desenrolam sem a coordenação de uma sólida cadeia de comando. Os primeiros agradecimentos devem ser dirigidos aos comandantes da operação que chegou ao seu término, valorosos e destemidos Cavaleiros da casa do Infante Dom Henrique, o navegador. De pé, perfilado em rígida posição de sentido, agradeço ao professor Dr. Márcio Ricardo Coelho Muniz, orientador e coordenador geral da campanha que se findou com o completo desbaratamento das forças inimigas. Atencioso e humano – duas qualidades não facilmente encontráveis no universo acadêmico –, permitiu-me inteira liberdade em termos da condução tática das ações de luta. Pude, dessa forma, trilhar os rumos que me pareceram mais aconselháveis, sem sofrer grandes interferências que retardassem ou desviassem as metas das ofensivas em larga escala. Fiel à doutrina militar prussiana da segunda metade do século XIX, fui senhor de minha situação tática em todos teatros de combate. Contudo, as grandes decisões estratégicas sempre repousaram sobre os ombros do comando supremo, com quem devo compartilhar os louros da vitória e o butim alcançado. O auxílio deste valoroso e exemplar pastor de guerreiros também se fez presente no empréstimo de todas as obras que solicitei para prosseguimento de questões essenciais da pesquisa. Leitor atento e minucioso, com larga experiência nas lides do combate, nas quais se notabilizou, apontou imperfeições e sugeriu rumos e novos meios de organização de meu dispositivo tático de luta. Deste diligente Cavaleiro, cujo nome deve ser sempre evocado com o respeito que lhe é devido, posso dizer que foi mais que um orientador, foi um divertido companheiro de riso farsesco ao estilo daquele de Gil Vicente.

Agradeço de pé ao rigoroso e disciplinador professor Dr. Francisco Ferreira de Lima. Cavaleiro muitas vezes condecorado por demonstração de bravura acima do exigido pelo dever. Realizador de grandes feitos de armas que o notabilizaram e o fizeram agraciado com o respeito de muitos, dentre os quais humildemente me incluo. Um orientador e um amigo com quem convivo há mais de quinze anos. Sem sua colaboração, essa pesquisa não teria chegado à sua conclusão. Homem rigoroso, severo e exigente, mas que dedica grande paciência quando se trata de prestar auxílio aos amigos. Leu pacientemente todos os capítulos da tese, tendo acompanhando a pesquisa desde suas formulações iniciais. Fez interferências e propôs uma reorganização que concedeu uma maior eficácia ao meu poderio de combate.

Embora os anos tenham se passado, ainda hoje o vejo: sentado atrás da mesa no seu gabinete de trabalho – um tugúrio quase monástico – no prédio do Programa Pós-graduação em Letras e Educação, *campus* da Universidade Estadual de Feira de Santana. Era uma silente tarde de outono em que as nuvens negras pairavam baixas e opressoras no céu. Uma sexta-

feira. Como um peregrino que percorreu longas distâncias para consultar um oráculo, fiz saber a ele minhas inquietações acerca do tema da pesquisa que eu desenvolvia, uma análise militar Da novela de cavalaria *Palmeirim da Inglaterra*, operação esta que parecia caminhar para um beco sem saída. Com uma única frase proferida com dureza resolveu a situação: porque não estudar a *Guerra Real*, disse ele, batendo nervosamente no chão um de seus pés calçados com um tênis. Se Alexandre, o grande, com um único golpe de sua espada pôs fim ao *Nó Górdio*, o industrioso cavaleiro da Casa de Avis, dissipou todas as minhas incertezas com o fio afiado da lâmina de sua experiência. Estava definido o rumo de minha incursão pelos mares da expansão imperial portuguesa.

Apesar de duro e exigente, o ilustre Cavaleiro, criado desde moço na câmara do Infante Dom Henrique, é homem dado a gestos de larga generosidade. O núcleo duro da bibliografia utilizada na pesquisa de doutoramento resultou diretamente de farto material por ele fornecido. Incluindo-se, nessa lista, as indispensáveis obras dos cronistas quatrocentistas e quinhentistas. Em alguns casos, textos preciosíssimos e de difícil acesso, mesmo em sebos. Portanto, o papel desempenhado nesta pesquisa por este quase mítico combatente que sempre atuou pelo engrandecimento da Casa de Avis foi o de um mestre e de um comandante. Em poucas palavras: ele foi simultaneamente Quíron (o centauro sábio que educou Aquiles e os maiores heróis da Grécia) e Agamenon, comandante-chefe da expedição militar enviada pelos gregos para punir a soberba dos troianos.

Tenho uma dívida de agradecimento com alguns importantes auxiliares que me forneceram indispensável apoio de flanco. Ao escritor, ensaísta, pesquisador de História da Literatura baiana e editor da Editora UEFS, Valdomiro Santana, pelo empréstimo de valiosas obras que constam na bibliografia do presente trabalho.

Ao professor Antônio Caldas, pela revisão do abstract.

Agradeço à senhora Geresa Teles, bibliotecária da biblioteca central Julieta Carteadó, da Universidade Estadual de Feira de Santana. Aos meus pedidos de auxílio bibliográfico sempre respondeu com atenção e eficiência. Gentil Dama que me prestou uma colaboração de inestimável valor ao permitir acesso a um conjunto de textos sem os quais a pesquisa não teria se desenvolvido.

Embora não tenha se envolvido diretamente no andamento da campanha que se findou, sua colaboração foi de inestimável valor para minha formação como pesquisador e como eterno buscador do conhecimento. Quando o conheci acidentalmente ele cultivava um pavoroso penteado que o fazia se assemelhar tristemente a um Caetano Veloso de Subúrbio. Eu era então um adolescente, membro de um grupo anarquista que publicava um jornaleco alternativo, o *Macunaíma*, um jornal sem nenhum caráter. Ele estava na entrada da biblioteca

central da UEFS, em silêncio, observava o infinito. A minha identificação foi imediata. Ofereci a ele um dos exemplares do meu jornaleco subversivo. Nascia ali uma amizade de décadas. Me refiro ao professor Dr Roberval Pereyr. Durante cerca de uma década inteira – os melhores anos de minha formação como leitor – frequentei sua residência, mais especificamente um cômodo dela, a biblioteca. Tive acesso a todas as obras que solicitei, sem que uma sequer me fosse negada. Mais valiosa que as leituras, eram as instrutivas conversas que se estendiam, tantas vezes, por uma manhã inteira e rompia à tarde.

O professor Roberval – que certamente prefere ser identificado por outro título que o melhor define, o de artista de grande valor – grande influência intelectual exerceu sobre meu espírito em formação. Seu conhecimento de filosofia sempre me fascinou; com sua revolta tão ao estilo das personagens de Campos de Carvalho, de imediato me identifiquei.

Um amigo de duas décadas de convívio muito próximo com quem dividi muitas agruras, angústias e alguns projetos falidos. Parceiro de empreendimentos comerciais e de projetos editoriais. Um amigo a quem devo muitíssimo. Seu nome não poderia estar ausente desta lista. De alguma forma seu espírito paira sobre as páginas desta tese. Grande parte das leituras que me fizeram ser o que sou foram por mim obtidas na biblioteca deste amigo a quem respeitosamente cumprimento aqui.

Por fim, fazendo uma longa e respeitável mesura em sinal de reverência à sua condição de Barão Sertanejo, deixo registrado meus sinceros agradecimentos ao professor de Literatura Portuguesa, da Universidade Estadual de Feira de Santana, Antônio Gabriel Evangelista. Um homem quase que singularmente excêntrico com quem estabeleci uma duradoura relação de amizade que remonta aos meus dias de estudante de ensino médio. Quando ingressei no ensino superior tive a honra de ser seu aluno por duas vezes. O que mais despertava minha atenção era o evidente fascínio que este homem sentia pela música. Sem qualquer intenção de parecer pedante, desfiava uma longa e consistente cadeia de referências a nomes, estilos e minúcias analíticas para mim inteiramente desconhecidas. Muito mais que um professor de Literatura, um homem vocacionado para o cultivo das Letras e da música, onde parece residir o centro do seu existir.

Veze sem conta abriu as portas de sua espaçosa e imponente residência – casa de aspecto senhorial, quase ao estilo daquelas que tantos louvores merecem de Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* – para receber a um pobre peregrino em demanda do conhecimento. Um escudeiro, aspirante ao ingresso na sagrada ordem da Cavalaria, a quem ele recebia sempre com um senso de hospitalidade que é um dos apanágios da nobreza: “pode entrar – ele tantas vezes me disse – eu lhe darei abrigo contra o fogo inimigo”. Sentados entre os livros e extenso material fonográfico de sua biblioteca, contemplando o céu cinzento

através das janelas do andar superior, muitas vezes tratamos de questões ligadas ao andamento da pesquisa. Outras vezes apenas tagarelamos sobre temas aleatórios; não raro, ele compartilhava comigo sua impressionante erudição musical. Ouvíamos discos de Vinil e bastava uma única música, ou um trecho dela, para despertar sua eloquência. Daí brotavam análises e referências a nomes para mim inteiramente desconhecidos. Por vezes quedávamos em silêncio a cismar, contemplando o céu cinzento através das janelas do pavimento superior; e nunca sorriamos, mas gargalhávamos sinistramente.

A colaboração para o andamento e finalização da tese se deu em âmbitos diversos, desde o empréstimo de livros, auxílio de levantamentos bibliográficos no campus, a outros das mais diversas naturezas.

Homens que vivenciam juntos uma experiência limite desenvolvem sentimentos de irmandade quase indissolúveis. Percebi isso pela primeira vez quando me deparei com os numerosos relatos escritos de veteranos das trincheiras da primeira grande guerra mundial. Mais recentemente essa impressão ganhou maior consistência após ter assistido dois documentários sobre episódios distintos da moderna História Militar norte-americana. Os depoimentos de dois veteranos me causaram uma duradoura impressão. Me pareceu fora de qualquer dúvida que a prolongada exposição a uma situação traumática coletivamente vivenciada concede unidade aos seus participantes. Na terminologia militar, há um termo específico para designar esse tipo de sentimento de irmandade indissolúvel: irmãos de armas. Os nomes incluídos nesta restrita lista de agradecimentos são mais que amigos, são meus irmãos de armas! A eles presto minha reverência!

RESUMO

Nas guerras de expansão marítima do império marítimo português, as tropas lusitanas em trânsito por terra e mar, ou quando imobilizadas em ações de cerco a praças-fortes do inimigo, lutaram animadas por anacrônico imaginário cavaleiresco. Pleiteia-se que o processo de modernização militar das grandes potências europeias do período não fincou raízes em solo lusitano. Os guerreiros e conquistadores lusitanos ao se assenhorearam de vasta porção do globo portaram-se em combate como se desconhecêssem ou cultivassem um estudado desdém pelos modernos métodos de guerrear, provavelmente por eles considerado como sinônimo de desonra. O imaginário cavaleiresco impulsionou a execução de todas as grandes e pequenas etapas da campanha de domínio militar lusitano nos três continentes alvo de suas incursões. O estudo se baseou em um *corpus* constituído por cronistas quatrocentistas e quinhentistas: Gomes Eanes de Zurara; Rui de Pina; João de Barros; Lopes de Castanheda e Gaspar Correia.

Palavras-chave: Expansão marítima portuguesa; Guerra; narrativas de Cavalaria.

ABSTRACT

During the wars to conquer the marine Portuguese empire, its own troops, when marching on land and sea or when sieging the enemies' strongholds, bravely fought led by anachronistic chivalrous imaginary. It's said that at that period the process of military modernization of major European powers hadn't had plated their seeds in the Portuguese soil. Both castes of warriors and conquerors from Portugal became the lords of a great portion of the world, they fought as if they didn't know or as if they had a studied scorn by the modern methods of war, perhaps because they considered those methods as a synonym of dishonor. The chivalrous imaginary impelled all the major and all the small stages of the campaign of the Portuguese military domain over the three target continents. This study was based on a *corpus* by quattrocentist and cinquecentist cronists. Zurara; Rui de Pina; João de Barros; Lopes de Castanheda; Gaspar Correia.

Keywords: Imperial Expansion. War. Chivalry.

SUMÁRIO

Sumário

INTRODUÇÃO	13
1 A CAVALARIA DO MAR E O MODO OCIDENTAL DE GUERREAR	25
1.1 O HERÓI CLÁSSICO E A PERSISTÊNCIA DE SEU MODUS OPERANDI MILITAR .. NOS MODOS DE CONDUÇÃO DA GUERRA DA EXPANSÃO IMPERIAL	28
PORTUGUESA	28
1.1.1 A tradição militar antiga e a expansão imperial portuguesa	34
1.1.2 Poder militar da falange hoplita e das legiões romanas: a matriz dos exércitos do Ocidente	40
1.2 A CAVALARIA DO MAR E AS FORMAS DE GUERREAR.....	44
1.2.1 A arte da guerra árabe e sua influência sobre o imaginário militar português	49
1.3 A CONQUISTA ESPANHOLA, A GUERRA MODERNA E O IMAGINÁRIO.....	60
CAVALEIRESCO DA EXPANSÃO IMPERIAL PORTUGUESA	60
2 A ARTE DE GUERREAR NOS SÉCULOS XV E XVI: DO GUERREIRO MONTADO A CAVALO À REVOLUÇÃO NOS ASSUNTOS MILITARES	76
2.1 GUERRAS NA IDADE MÉDIA: A CAVALARIA	77
2.1.1 A cavalaria e o imaginário cavaleiresco	84
2.2 A REVOLUÇÃO NOS ASSUNTOS MILITARES: A GUERRA MODERNA.....	93
2.2.1 A arte de guerrear Quinhentista a partir de suas fontes contemporâneas	99
3 AÇÕES MILITARES PORTUGUESAS EM SOLO AFRICANO	118
3.1 OS ANOS DEVORADOS PELO GAFANHOTO: CEUTA E A GRANDE.....	118
MIRAGEM DO ORIENTE.....	118
3.2 A GUERRA E SEUS MODOS DE CONDUÇÃO DURANTE A OFENSIVA DE.....	130
CEUTA.....	130
3.3 O MALOGRO DE TÂNGER E OUTRAS INCURSÕES PREDATÓRIAS EM SOLO	138
MAGREBINO.....	138
3.4 A CONQUISTA DE UMA CABEÇA DE PONTE NAS TERRAS DA GUINÉ	145
3.4.1 A conquista da Guiné: seus aspectos marciais	148
3.4.2 A circunavegação da África em demanda das opulentas terras do oriente	157
3.4.3 Canhões e velas portuguesas na porção oriental da África: Moçambique, Melinde, Madagáscar, Sofala, Quíloa	158
3.5 A CAMPANHA DE CONQUISTA AFRICANA: BALANÇO TÁTICO-ESTRATEGICO	161
4 ONDE A TERRA SE ACABA E O MAR COMEÇA: A CONQUISTA DAS ÍNDIAS	170
4.1 PREÂMBULO DAS OPERAÇÕES: UMA DOUTRINA MILITAR CAVALEIRESCA	170
4.2 FERNÃO LOPES DE CASTANHEDA E A HISTÓRIA DA DESCOBERTA E CONQUISTA DA ÍNDIA PELOS PORTUGUESES	173

4.2.1 A doutrina militar naval e terrestre da expansão imperial portuguesa em <i>História da descoberta e conquista da Índia pelos portugueses</i>	176
4.3 GASPAR CORREIA E AS <i>LENDAS DA ÍNDIA</i>	207
4.4 AS OPERAÇÕES DE GUERRA NAVAL E TERRESTRE EM <i>LENDAS DA ÍNDIA</i> ..	214
5 OPERAÇÕES MILITARES NA AMÉRICA PORTUGUESAQUINHENTISTA	227
5.1 A CONQUISTA DA TERRA DE SANTA CRUZ: UMA DOUTRINA DE DEFESA ..	234
MÓVEL.....	234
CONSIDERAÇÕES FINAIS	266
REFERÊNCIAS	271

INTRODUÇÃO

A expansão imperial portuguesa resultou na interligação forçada de Humanidades compartimentadas, que habitavam isoladamente diferentes zonas do globo, e as arrastou para um processo de inserção forçada numa estrutura comercial de escala global. Três continentes foram unidos e interconectados numa extensa rede de rotas de transação comercial e de trocas de influências simbólicas das mais diversas. A vertigem de espaço cuja escala ultrapassava todas as expectativas e a amplitude das terras descobertas, ou a descobrir, já não mais cabiam mais em fabulações literárias que as restringem a ilhas míticas e fabulosas ou a reinos de poderosos monarcas, detentores de riquezas sem par. O nauta ibérico, um dos agentes deste processo, percorreu não somente o grande mar interior retido entre duas massas continentais, mas foi muito mais além, ultrapassando as colunas de Hércules, edificando um império marítimo de extensão que em nada fica a dever aos impérios da Antiguidade. Uma formação imperial que se espalhou pelos litorais do norte da África, das porções insulares e de terra firme da Ásia e da América e que incursionou pelo interior de terras nas quais ergueram pontos fortificados de comércio e fortalezas de defesa militar. Comercializaram metais preciosos, especiarias e outras mercadorias de significativo valor. Mantiveram prolongado contato comercial com povos de terras de onde brotavam o cobiçado metal precioso.

Evocando a fórmula de Jaime Cortesão, seja dito que às vésperas do processo de expansão imperial ibérico, o velho mundo encontrava-se dividido por um Equador religioso. Uma linha imaginária segmentava a humanidade então conhecida em dois compartimentos estanques e inamistosos. Duas zonas que se espiavam mutuamente com receio e curiosidade. Os cristãos formavam um todo mais homogêneo, basicamente restrito ao continente europeu, embora com algumas manchas urbanas de limitadas dimensões em áreas não europeias. Os muçulmanos se estendiam pelo Magreb africano e se derramavam por grande parte da Ásia, onde as mais diversas rivalidades econômicas e étnicas os segmentavam em grupos étnicos dos mais variados. Senhores das rotas comerciais do oceano Índico monopolizavam o lucrativo comércio das especiarias do oriente e tinham acesso às fontes produtoras de ouro africano, outrora monopólio de fenícios e cartagineses. Aos europeus cabia a execução de ações comerciais bem menos faustosas e basicamente restritas ao grande mar interior, o Mediterrâneo. No início da Idade Moderna o quadro era de duas humanidades isoladas e inimigas entre si, enquanto uma delas, rica e de variegada tradição de exotismo, prospera com seu comércio que desperta cobiça de muitos, e fazem acender as chamas do imaginário de opulência e mistério; a outra, “sob as pesadas ruínas do império romano, vegeta longamente” (CORTESÃO, 1931, p. 307).

Restringindo-se à delimitação geográfica de que nos ocuparemos, não foi o império marítimo português edificado a partir de uma iniciativa febril e desordenada. A devassa dos oceanos e conquista de territórios ultramarinos resultou de ação sistemática, lentamente concatenada. As novas terras avistadas serviam de base para ações de penetração mais audaciosa rumo ao inexplorado. Canárias, Açores e Madeira, cada uma delas a seu tempo, serviram como pontos de apoio de inúmeras expedições e de conquista. O intrépido nauta que audaciosamente devassava o mar ignoto não encontraria êxito nas suas navegações se não contasse com o auxílio do sábio que compilava informações e dados empíricos de viajantes para compor mapas, portulanos e cartas de navegação. Ao arrojo heroico conjugava-se uma organização metódica de arquivistas e intérpretes de informes colhidos a partir da observação direta.

O marco inicial da expansão imperial foi um desembarque anfíbio de tropas nas costas do Marrocos visando a tomada de um ponto fortificado de defesa do inimigo, a cidade de Ceuta. A dar-se crédito à versão dos acontecimentos descrita por Zurara (1915 [1450]), cronista-mor da corte de D. João I, a força armada da Portugal de então teria sido mobilizada para atender aos caprichos de um monarca que desejava sagrar cavaleiros seus três filhos. Há quem discorde dessa versão romantizada dos acontecimentos e proponha explicações de ordem mais pragmática; para eles, o guerrear em terras africanas teria derivado da tentativa de debelar uma crise nacional que deixava a nobreza lusitana entregue à ociosidade (PERES, 1931).¹

A conquista de Ceuta, em 1415, marcou o início da expansão marítimo-militar portuguesa. Três continentes tiveram parte de suas terras invadidas e pilhadas pela ação predatória de guerreiros ávidos por riqueza material e glória cavaleiresca. O grande horizonte da nação portuguesa era o mar, a grande estrada sem limites por onde se lançaram aventureiros, nautas, comerciantes e todos os representantes daquela categoria de homens incapazes de conceber a existência dissociada da guerra. Não foram poucos os que consideravam que fazia parte da ordem natural das coisas quebrar uma lança no corpo de um infiel. O campo de caça perfeito para esse tipo de atividade encontrava-se em algum ponto para além do vasto oceano. (PERES, 1931; 1992)

Por mais de dois séculos os marinheiros e comerciantes portugueses se aventuraram por terra e mar em demanda de terras míticas e fabulosas onde encontrariam riqueza fácil, além de cristãos e especiarias. Distâncias foram vencidas, zonas inexploradas foram

¹ Há muitas outras explicações propostas por diferentes correntes historiográficas acerca do porquê das operações militares em Ceuta. Para seus aspectos geoestratégicos ver Ferreira (2015); Uma excelente análise puramente militar encontra-se em Monteiro (2017).

mapeadas, grupos humanos desconhecidos contatados e obrigados a prestarem vassalagem ao rei de Portugal. Civilizações de cultura milenar reduzidas à condição de parceiros comerciais e aliados compulsórios de uma gesta expansionista. Ao longo da orla e de regiões limítrofes do interior de três continentes, foram erguidos postos fortificados de comércio, os quais balizavam a penetração militar lusitana em terras inóspitas. As ações ofensivas eram quase sempre regulamentadas por instruções escritas rigorosas – os chamados *regimentos*, documentos assinados pelo próprio rei e que definiam o andamento das ações a serem executadas em solo pelo comandante da força expedicionária.

Fortes foram erguidos junto às áreas litorâneas com o intuito de exercerem uma dupla missão: a administrativa, como sede da autoridade máxima das tropas invasoras que ocupavam o território sob controle do inimigo; e militar, atuando como baluartes defensivos contra operações marítimas por parte de adversários de procedência europeia ou frotas de mouros asiáticos ou africanos, e como pontos de apoio para operações terrestres ofensivas de penetração para o interior, visando alargar a estreita cabeça de ponte, desalojando os inimigos nativos da região e ocupando suas terras. As ocupações territoriais se deram em zonas como Arguim, Safim, Ormuz, Goa, Calicute e o castelo de São Jorge da Mina. Este, durante a primeira fase da expansão ultramarina lusitana, funcionou como permanente base de apoio às expedições que demandavam encontrar uma rota marítima para as Índias, um símbolo do poderio bélico expansionista, lusitano, em terras de África.

As cabeças de ponte fincadas junto às faixas litorâneas dos três continentes alvos das operações de desembarque anfíbio de tropas – Ásia, África e América –, foram estreitas e de pouca profundidade. A estratégia consistia na fixação nas praias de redutos fortificados de apoio a feitorias para comércio com nativos das regiões visitadas, além de fortalezas de maior envergadura que deveriam servir como base de apoio para expedições de penetração para o interior indevassado e, simultaneamente, como centro administrativo e sede do poder invasor².

O planejamento estratégico de campanha, traçado pelos monarcas portugueses que foram responsáveis pela consecução da política expansionista, foi sendo delineado à medida que se davam as descobertas e avistamentos de novas terras. Na conquista de Ceuta, seguida de outras operações anfíbias em diferentes cidadelas africanas – Tânger, Arzilla – parece

² Vide como exemplos ilustrativos o Castelo de São Jorge da Mina, na Guiné e a cidade-fortaleza de Salvador. A primeira feitoria portuguesa em África foi a da ilha de Arguim, construída ainda em vida do infante Dom Henrique. Ela foi sucedida pela edificação de um ponto fortificado de apoio ao comércio, o castelo de São Jorge da Mina, ou Elmina, em 1481. Poderoso baluarte defensivo situado nas Costas da Guiné, foi durante muitos anos comandado pelo célebre fidalgo Diogo de Azambuja (1432-1518). Salvador, a cidade-fortaleza, foi fundada em 1549 e sua principal função inicial consistia em fornecer cobertura para as operações de incursão exploratória dos primeiros assentamentos de colonos. Para um aprofundamento acerca das duas citadas localidades consulte-se Albuquerque (1992); Peres (1992); Azevedo (1949); Coelho Filho (2004).

haver uma visão de médio alcance sistematizando as ações militares. Entre a África islamizada e as ricas fontes de ouro, situadas nas terras dos negros, interpunha-se a mediação de um obstáculo considerável: o grande mar arenoso, o Saara. Adversário de valor, mas não incontornável, singravam através dele caravanas de árabes que realizavam um lucrativo comércio com as grandes civilizações do interior do continente. E foi o esplendor de tão rentável mercancia que motivou os lusitanos a conquistarem cabeças de ponte no Magreb, a partir das quais, pensavam eles, poderiam realizar incursões de saque, tanto no litoral, por onde navios de transporte transitavam, quanto nas zonas interioranas, habitadas por diversos povos nativos africanos que se encontravam em diferentes graus de organização social, desde caçadores coletores a administradores de impérios como Axum, Benin, Meroé e Napata.

O ambicioso plano de chegar diretamente até as fontes produtoras dos mais cobiçados produtos comerciáveis, contornando o litoral africano, demorou a ser gestado. Com a expedição de Gil Eanes, em 1434, afasta-se o temor do mar ignoto: o contorno do temido Cabo Bojador. As incursões exploratórias litorâneas paulatinamente realizadas culminariam com dois grandes feitos que abririam as portas dos desembarques de tropas em larga escala na Índia e no novo mundo: Bartolomeu Dias, contornado o cabo da boa esperança, e Vasco da Gama, tentando impor laços de vassalagem ao Samorin de Calecute, em 1498-1499.

Vasco da Gama ao desembarcar na Índia vira não somente uma página na história mundial – como queria Albuquerque (1992) –, mas também dá início à segunda fase do processo de edificação de um império marítimo por parte de Portugal. Novas feitorias serão erguidas num espaço relativamente modesto de tempo, interligando pontos distantes do extremo oriente, do estreito de Malaca a Macau. As operações de guerra, navais ou terrestres, também adquiriram um novo feitio, doravante predominarão as incursões em larga escala contra povos mais aparelhados tecnologicamente e com meios de oferecer resistência séria ao processo de penetração lusitano. Grandes batalhas de cerco notabilizarão comandantes de ações terrestres. Os cronistas descreveram com riqueza de detalhes estas incursões e os protagonistas que nelas tomaram parte: Socotorá, Diu, batalha do estreito de Adém, tentativas de tomada de Calicute, operações ofensivas no Mar Vermelho e no golfo pérsico. Perfilados junto aos nomes das localidades imortalizadas na história militar do reino, destacam-se, nos textos das crônicas do período, figuras como a do Marechal Coutinho e Duarte Pacheco Pereira. A consolidação da política imperialista portuguesa no oriente, em terras dos negros africanos e dos nativos americanos, deu-se por força das armas e de combates duros e prolongados que se estenderiam até os anos de guerra global com a potência marítima holandesa, herdeira da maior parte do espólio decorrente da aniquilação das nações rivais em idos do século XVII,

Camões, seguindo os passos de Virgílio, cantou “as armas e os barões assinalados / que da ocidental praia lusitana” partiram para a conquista de uma extensa área do globo. Uma gesta militar de tamanha grandiosidade territorial que provocou a interligação forçada da Europa e África que até então estavam de costas voltadas para a América; o Atlântico era uma barreira intransponível, “unicamente circundada a norte pelos Vikings: laços frouxos, aliás.” (GODINHO, 1990, p. 61). Pequenas humanidades compartimentadas viram-se obrigadas, por força das armas, a se incorporarem a um mesmo projeto de civilização. O império marítimo português unia o Atlântico e o Índico fazendo reviver o antigo conceito romano de *Mare Nostrum*, desta feita transformado pela doutrina militar naval de D. João II em *Mare Clausum* (PERES, 1992). Se, para a doutrina Monroe, proposta muitos séculos depois, a América era para os americanos, para “o príncipe perfeito”, a diretriz a ser adotada era a de monopólio da exploração comercial ultramarina. Os dois citados oceanos e o grande mar interior que era o Mediterrâneo – outrora, nos dias áureos do império, um imenso lago romano –, deveriam ser zonas de domínio dos nautas lusitanos.

No presente estudo importa essencialmente a dimensão militar da expansão imperial portuguesa. A guerra foi o grande fator que permitiu o estabelecimento e consolidação dos pontos fortificados de comércio e dos assentamentos coloniais lusitanos em três diferentes continentes. Sem o recurso da força das armas não teria sido possível a imposição da vontade sobre tantas e tão remotas áreas do globo, nas quais diferentes grupos humanos habitavam. Canhões e velas impulsionaram grandes formações de belonaves que transportavam contingentes de tropas de infantaria dispostos a se assenhorear de vastas porções territoriais alheias. O desembarque e domínio dessas tropas das populações nativas dos territórios alvo das operações permitiu o florescimento de uma formação imperial intercontinental. Nas praias das três massas continentais onde que integraram o império português os combates em solo travados por uma força invasora desorganizada garantiram a posse de áreas recém reclamadas como pertencentes ao patrimônio imperial luso.

Pretende-se aqui primordialmente investigar a guerra e seus modos de condução praticada pelos portugueses durante os dois séculos iniciais de conquista e consolidação do império ultramarino da pátria de Camões. A questão central, aquela que move o andamento da pesquisa que ora o leitor tem em mãos é: qual a doutrina militar adotada pela arma militar terrestre portuguesa durante o processo de expansionismo e conquista territorial? Dito de outra forma: como lutaram as tropas lusitanas durante as operações empreendidas em três continentes durante o período de conquista do seu império marítimo? Qual a concepção de guerra que eles possuíam e praticavam?

A hipótese formulada é a de que ao longo da expansão imperial portuguesa, que se desdobrou por operações militares em três continentes, as tropas lusitanas lutaram animadas por um anacrônico espírito de cavalaria. Pleiteia-se que o principal componente tático-estratégico das ações ofensivas e defensivas da força militar terrestre e naval portuguesa foi o da persistência do imaginário cavaleiresco. Uma doutrina de uso da força militar que se fundamentava sobre bases outras que não a da tradição marcial do ocidente. Ou seja, um modo de conduzir a guerra ao estilo de sociedades ditas primitivas. Um padrão de conduta das operações em solo que destoava do modelo então adotado nas grandes potências europeias de fins da Idade Média e início do Renascimento. Deve-se, portanto, retomando a fórmula de Moisés (1957), falar de uma *Cavalaria do Mar*. O ser social da sociedade cavaleiresca é um ser para a guerra. E o cavaleiro se faz nas ações executadas em terras distantes de seu costumeiro local de habitação. Dai porque, terminada a possibilidade das aventuras em terra – imitando o modelo extraído do universo ficcional das narrativas cavaleirescas –, a cavalaria portuguesa se realiza nas gestas de conquista marítima. De um ponto de vista estritamente militar, a expansão imperial foi uma espécie incursão da *cavalaria do mar*.

O caminho que se pretende utilizar para obtenção do fim almejado passa por um estudo que dialoga com História Militar e Literatura. As fontes das quais se valem este estudo encontram-se centradas num *corpus* constituída por relatos dos cronistas da expansão ultramarina, os quais produziram suas obras entre os séculos XV e XVI. A eleição das crônicas deve-se ao fato de que elas se constituem – na ampla maioria – de relatos de fundamentação militar, sendo que algumas delas são essencialmente relatos de demorados combates nos quais as forças armadas de Portugal se envolveram na tentativa de obtenção de um império intercontinental. Os relatos permitem uma reconstituição da campanha de domínio ultramarino a partir de uma perspectiva tanto estratégica quanto tática. Por via dessa preciosa massa documental também pode-se, com certa margem de segurança, isolar os componentes da doutrina militar lusitana posta em ação na tentativa de domínio imperial.

O método, portanto, envolve leitura dos cronistas quatrocentistas e quinhentistas que trataram de forma direta ou indireta das operações de combate militar da expansão imperial, tenham elas se desenrolado em solo ou sobre o dorso do oceano. O viés de leitura foi obviamente militar. Buscou-se encontrar e mapear nesse conjunto amplo de textos – alguns de considerável extensão, abarcando um deles quatro volumes cada um com mil páginas – todas as referências aos modos como a guerra era concebida em termos de concepções táticas e estratégicas. A partir dos elementos isolados fez-se confronto de informações – visto que há cronistas diferentes que narram as mesmas batalhas – objetivando estabelecer um quadro nítido da marcha dos acontecimentos militares.

Realizado esse processo inicial de coleta e separação de dados referentes às campanhas militares realizadas em três continentes, partiu-se para confrontação de informações com o devido cotejo em diferentes fontes cronísticas que relatam um mesmo episódio de ação tática ou estratégica. Isoladas as inúmeras referências a batalhas foi possível definir com certo nível de precisão os modos de condução tática de cada uma delas e em sequência comparar os dados e estabelecer visão estratégica da campanha. Ou seja, definir qual a doutrina de conduta das forças em solo adotada pelos portugueses durante a expansão imperial.

O estudo se deteve sobre construções mentais e ações efetivas de combate. O percurso teórico-metodológico adotado envolveu a delimitação de um *corpus* de cronistas portugueses quatrocentistas e quinhentistas que escreveram sobre as ações militares da expansão imperial lusitana. O critério de seleção privilegiou aqueles que estivessem mais diretamente ligados aos acontecimentos narrados, como Gaspar Correia (1975 [1556]), Lopes de Castanheda (1979 [1551]) que tiveram participação direta em alguns dos confrontos bélicos descritos. O segundo critério foi de abrangência dos fatos relacionados com a história militar da formação do império português. O que se pretende é, portanto, um estudo comparativo de literatura e história militar ou de como concepções e modos de guerrear se encontram representados em textos que se situam na zona fronteira entre o histórico e o ficcional.

As crônicas dos autores portugueses quatrocentistas e quinhentistas foram lidas por uma perspectiva militar, buscando-se isolar todas as referências a campanhas ou combates de curta duração e, a partir disso, analisar as concepções táticoestratégicas que caracterizaram o guerrear das tropas lusitanas em terra e mar. O referencial interpretativo a ser utilizado é o estudo acerca das tradições cavaleirescas, notadamente suas instituições militares e o da persistência desse imaginário no desenvolvimento das formas de luta dos guerreiros portugueses.

Os autores quatrocentistas estudados no presente trabalho foram: Gomes Eanes de Zurara (1975[1450]) e Rui de Pina (1950[1490]). Os quinhentistas, Gaspar Correia (1979 [1556]), João de Barros (1982[1552]), Diogo do Couto (1974[1570]) e Lopes de Castanheda (1979[1551]). Esporadicamente serão feitas incursões em territórios limítrofes como *Os Lusíadas* (1962[1572]) e *A Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto (s/d). Em apoio a estes autores citados, recorreu-se ainda ao auxílio esporádico de documentação avulsa constituída de correspondência de figuras eminentes das guerras de conquista imperial portuguesa, como Afonso de Albuquerque, governador militar do Estado português na Índia, e Duarte Coelho, notável combatente que se distinguiu por suas participações em operações em África e Ásia, sendo por isso agraciado com uma capitania hereditária no Brasil, a de Pernambuco. Também

se utilizou de fontes cronísticas outras, que não tinham ligação direta com gesta imperial lusitana, mas que foram a ela contemporâneas. Fez-se isso em decorrência da necessidade de confrontar fontes ou contraste tendo em mira a demonstração da tese que de busca defender nos capítulos que seguem.

A cronística portuguesa quatrocentista e quinhentista nos oferece abundantes exemplos que sugerem a concreta possibilidade de inexistência de uma concepção estratégica conduzindo as operações de combate em solo. Os nobres portugueses agem solitariamente, ou em pequenos grupos, visando sempre o saque e captura de cativos como instrumento de obtenção de honra e glória, dois elementos fundamentais para o imaginário cavaleiresco medieval. Os soldados descritos por Zurara (1975 [1450]), por João de Barros (1982 [1552]) ou mesmo pelo sóbrio Diogo do Couto (1979 [1570]), lutam por engrandecimento do suserano, da Fé e do Império, mas também – e principalmente – pela obtenção de honradez em combate, bem estilo dos heróis das narrativas de cavalaria.

Conforme aponta Avelar (2002), a cronística portuguesa da expansão imperial representou uma tentativa de expressão de poder e, por essa razão, a leitura desse *corpus* exige cautela por que não se pode perder de mira que na maioria desses textos vigora uma tensão entre ficcional e factual. Inexiste uma linha de fronteira claramente delineada separando um território de outro. O que resulta de interpretação de uma leitura de massa documental e o que deriva apenas de intenções de construção de um discurso mítico exaltatório. Muitas delas resultaram da pena de cronistas “oficiais” da dinastia da casa de Avis, sucessores de Fernão Lopes que foram investidos de suas funções com o fim de “conferir à história uma dimensão ética e panegírica” (SERRÃO, 1990, p. 32). Não se deve esquecer ainda a preocupação por parte dos redatores com questões pedagógico-didáticas e com o conceito de História como matéria de formação do Príncipe e História como ramo da retórica³. Dito de outra forma, muitas dessas obras tencionavam velada ou abertamente oferecer lições históricas edificantes para o processo formativo da autoridade régia. Daí às intenções narrativas moralizantes fica-se a um passo. Portanto, são textos mais descritivos que propriamente analíticos, no centro das ações encontra-se o homem, não as circunstâncias. O objetivo final que os narradores dessas crônicas parece ser o justificar uma dada ordem estabelecida, celebrar seus feitos de armas e retratar suas origens que se perdem num passado mitificado. Em razão disso, a leitura desse corpus cronístico deve ser realizado com a necessária cautela.

A despeito da significativa importância do estudo da expansão ultramarina portuguesa para compreensão da formação de muitos aspectos da história moderna, nota-se uma lacuna

³ Para maior aprofundamento acerca do tema Ver Muniz (2003).

ainda não preenchida: a da análise dos seus aspectos puramente militares. A bibliografia sobre os descobrimentos é substancial e ampla, abrangendo desde estudos que se pretendem monumentais como os de Albuquerque (1992) e Godinho (1990), passando por outros tantos que se concentram sobre minúcias. Contudo, a amplitude bibliográfica não contempla a dimensão militar do empreendimento conquistador.

Deve-se registrar que a publicação de estudos recentes de eminentes pesquisadores ou historiadores como Barata (2005) ou Monteiro (1998), que se dedicaram a esmiuçar os mais variados aspectos da história marcial de Portugal, não permite o preenchimento de tão importante lacuna. A grande maioria dos estudos que versam sobre a dimensão guerreira da nação lusitana incide suas análises sobre aos momentos imediatamente anteriores ao que se pretende realizar no presente projeto, ou seja, contemplam os séculos de formação da monarquia nacional e fins da Idade Média. O fascínio do brilho das armas em Aljubarrota parece ofuscar o interesse por outros confrontos que tiveram lugar em solo da pátria de Camões e de Mendes Pinto. A universidade de Coimbra possui a proeminência nos estudos militares em Portugal, o professor João Monteiro Gouveia não somente assina vários artigos, capítulos em obras coletivas e livros de sua autoria sobre o tema, como também orientou um número significativo de dissertações e teses que versam sobre elementos dos mais diversos do universo militar luso. É necessário notar que desse total a ampla maioria se concentra sobre o período medieval, inexistindo uma única referência aos séculos da expansão imperial ultramarina.

Desse modo, torna-se evidente a importância da proposta de pesquisa que o leitor tem em mãos. Escassas são as referências analíticas sob um viés estritamente militar dos dois séculos da expansão e consolidação do império marítimo ibérico. Tal lacuna deve ser preenchida tendo em vista a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre um dos períodos capitais para a formação não somente da nacionalidade portuguesa, mas também para o processo de formação histórica do ocidente europeu, visto que antes das grandes navegações iniciadas pelos nautas portugalenses a Europa e África estavam de costas voltadas para a América; o Atlântico era uma barreira intransponível, “unicamente circundada a norte pelos Vikings: laços frouxos, aliás.” (GODINHO, 1990, p.61).

Visando demonstrar a validade da tese inicialmente posta, a pesquisa que o leitor tem diante de seus olhos se desdobra ao longo de cinco capítulos que abrangem os temas que se seguem. O primeiro, intitulado A Cavalaria do Mar e o modo ocidental de guerrear, busca propor uma resposta para uma questão fundamental para os desdobramentos da pesquisa, ou seja, qual o porquê da longa duração do imaginário cavaleiresco em Portugal? Porque os lusos, em pleno quinhentismo (quando do alvorecer da guerra moderna, impessoal

e coletiva), assentavam sua doutrina militar sobre uma *Cavalaria do Mar*? Busca-se demonstrar que as forças militares portuguesas que combateram pela edificação de um império de extensão transcontinental, nos séculos XV e XVI não fizeram uso de elementos táticos e estratégicos derivados da tradição militar que se convencionou denominar nas últimas duas ou três décadas de modo ocidental de guerrear. A doutrina de emprego da arma militar terrestre adotada pelos lusitanos derivou de outro processo de evolução histórica paralela ao já citado modo ocidental de fazer guerra. Foi de um *modus operandi* militar centrado numa mentalidade heroico-cavaleiresca de que se valeu a infantaria lusitana da expansão imperial. Desconectados das profundas modificações que se operavam nos exércitos europeus modernos, os militares portugueses mantinham aferrados a um padrão de organização do combate em solo que tinha na iniciativa individual e furiosa de cada combatente seu eixo axial. Na origem direta da preservação dessa mentalidade arcaica de luta estaria a herança cultural da ocupação da península ibérica por parte dos Árabes. Ou seja, taticamente os lusos combatiam recorrendo ao velho estilo de correrias à árabe. A fim de demonstrar o quão deslocado do contexto das reformas bélicas que se fazia na Europa era esse padrão de combate, foi feito um breve estudo comparativo com os métodos daquele que era considerado o melhor exército quinhentista, o *Tercio* espanhol que participou da conquista da América.

O capítulo segundo, A arte de Guerrear nos séculos XV e XVI: do guerreiro montado à revolução nos assuntos militares, busca situar historicamente quais eram as concepções táticas em vigor nos séculos XV e XVI, período da realização das ações de combate da força armada portuguesa. Há uma subdivisão em dois grandes momentos, o primeiro o da contextualização da arte de guerrear dominante em fins da Idade Média e seus princípios táticos condutores. Quais as grandes linhas do pensamento militar praticado na Europa no período posterior à queda do império romano? Como combatiam as forças em solo e início da Idade Moderna renascimento. Qual o papel desempenhado pela mentalidade heroico-cavaleiresca na construção dessa doutrina de uso da força armada? O segundo momento discute a chamada revolução nos assuntos militares da Idade Moderna e o que ela significou para o processo de aperfeiçoamento dos exércitos da modernidade europeia. Discute-se as concepções de tática e de estratégia neste período marcado pela introdução das armas de arremesso por combustão de pólvora. O objetivo final do capítulo é situar, de modo amplo, ao estilo de uma resenha, como a civilização europeia de fins da Idade Média e início do Renascimento concebiam e praticavam a guerra. Tal demonstração se faz necessária tendo em vista o objetivo maior de demonstrar o quanto o pensamento militar português da expansão imperial se afastou dessas concepções que lhe foram contemporâneos.

O terceiro capítulo, Ações militares portuguesas em solo africano, inicia a análise do corpus cronístico. Sua atenção incide sobre cronistas lusitanos quatrocentistas que trataram em suas obras dos desdobramentos da expansão imperial no continente negro, primeira etapa desse processo. O centro das análises reside nos textos de Gomes Eanes de Zurara, cronista-mor da corte em substituição a Fernão Lopes. Servem de suporte interpretativo *A Crônica da Guiné*, a *Crônica da Tomada de Ceuta* e outras duas menos conhecidas ligadas a saga dos Meneses na defesa de praças-fortes magrebina. São utilizadas ainda outras narrativas cronísticas quatrocentistas portuguesas “africanistas”, ou seja, aqueles que em seu registros fizeram referência à conquista do continente africano. Utilizando-se essas fontes documentais parte-se para uma leitura da doutrina de uso das tropas portuguesas em solo.

O quarto é intitulado Onde a terra se acaba e o Mar começa: a conquista das Índias. Seu suporte documental é constituído pelos cronistas Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia e suas respectivas obras, *História da Descoberta e Conquista da Índia Pelos Portugueses e Lendas da Índia*. A meta consiste em analisar os métodos de combate em solo empregados pelos lusitanos durante o processo de expansão e conquista de pontos fortificados de comércio e rotas comerciais marítimas no continente asiático no século XVI. O método de análise consiste no isolamento de todas as referências aos combates de média e grande proporção que as forças lusitanas travaram no oriente, seguido de uma tentativa de interpretação de seus fundamentos táticos e estratégicos. Desse modo busca-se definir com clareza qual a doutrina militar utilizada pelas forças invasoras. O percurso analítico empreendido se encontra dividido em dois momentos que se completam. As obras dos dois cronistas “asiáticos” são analisadas isoladamente em sub-itens distintos, mas tendo em vista o confronto direto de informações e relatos sobre os mesmos acontecimentos referentes ao processo de conquista de possessões ultramarinas no continente asiático. O alvo das considerações mais prolongadas são as operações em solo, embora sejam feitas referências à simbiose que por vezes se estabelece entre as formas de luta em terra e sobre o dorso do oceano. A enorme distância que separava a força invasora enviada para o continente asiático de suas bases de aprovisionamento situadas em retaguarda condicionou a adoção de táticas peculiares de confronto em solo. Muito mais do que em outra frente de luta intercontinental da expansão, as batalhas no continente asiático apresentaram visíveis traços de arcaísmo militar e de um atrelamento à uma mentalidade de confronto centrada no ritualístico em detrimento de concepções práticas de luta.

O quinto e último, denomina-se Operações militares na América portuguesa, como seu título sugere a intenção é de estudar a modalidade de guerra praticada pelos lusitanos nos novos domínios coloniais em solo americano. A massa documental é constituída por

cronistas como Gabriel Soares de Souza, Gandavo, Frei Vicente de Salvador, além de documentação avulsa, como cartas e outros relatos escritos de testemunhas dos acontecimentos. O período abrangido pela análise é a do primeiro século de ocupação militar lusitana na América. A atenção incide essencialmente sobre as operações de combate realizadas em solo com apoio de cobertura de canhões embarcados em belonaves. A intenção é a de demonstrar a unidade das práticas de luta dos combates nas três grandes zonas de atuação militar nas quais se envolveram. O estudo comparado dos textos cronísticos permitem a demonstração da tese de que a doutrina militar portuguesa posta em execução nos três continentes alvo das incursões predatórias esteve em todos os casos fundamentada por um imaginário cavaleiresco.

O trabalho finaliza com as conclusões advindas do percurso realizado.

1 A CAVALARIA DO MAR E O MODO OCIDENTAL DE GUERREAR

O conjunto de questões que norteia a condução da incursão que o presente trabalho realiza é: qual a doutrina militar naval e terrestre adotada pelas forças armadas do reino português que combateram em três continentes ao longo da expansão imperial dos séculos XV e XVI? Quais as concepções táticas e estratégicas que possuíam esses combatentes? Como se deu a condução da guerra de conquista imperial lusitana? Qual a concepção de guerra que possuíam os responsáveis pelo comando a nível tático e estratégico da campanha militar da expansão imperial portuguesa? De que forma lutavam os guerreiros portugueses que edificaram império ultramarino? Qual a concepção de arte da guerra da qual eles se valeram ao longo dos séculos XV e XVI? Qual a doutrina militar naval e terrestre que embasava suas incursões em solo e mar inimigo?

Nas guerras de conquista do império marítimo português as tropas lusitanas em trânsito por terra e mar, ou quando imobilizadas em ações de cerco a praças-fortes do inimigo, lutaram animadas por anacrônico imaginário cavaleiresco. Da tomada de Ceuta ao cerco de Socotorá, passando pela tímida penetração na China e a ineficaz operação de estabelecimento de pontos comerciais no Japão feudal, o imaginário cavaleiresco constituiu a essência da formulação dos conceitos táticas de luta em solo. É duvidoso que os monarcas da casa Avís tenham formulado uma doutrina militar que embasasse todo o processo expansionista. O estudo dos historiadores dos descobrimentos não permite aventar tipo de hipótese. Jaime Cortesão (1992), Damião Peres (1992) ou mesmo Godinho (1984) apontam em direção oposta. Luís de Albuquerque (1992) sugere que o improvisado marcou a consecução dos planos de maior envergadura. Sabe-se que em termos de visão tática, as grandes batalhas de cerco e conquista de praças-forte e pontos fortificados de comércio não resultaram da conjunção de demoradas de mentes dedicadas à solução de um problema técnico. Dito de outra forma, apesar de grandiosidade das operações de conquista é duvidoso que tenha sido esboçado algo como um estado-maior-geral encarregado do planejamento detalhado de um ciclo de batalhas a serem travadas em três continentes.⁴

Dessa forma, deve-se ter em mente que a guerra da expansão imperial foi marcadamente a do indivíduo. Portugal estava longe de se inserir no quadro das potências militares dos séculos XV e XVI. A revolução nos assuntos militares dos séculos XV e XVI não deitou raízes em solo lusitano. A mentalidade medieval adentrou o Quinhentismo também

⁴ Apesar da aparente inexistência de uma formulação organizada de combate, o reino de Portugal alcançou um domínio militar sobre sociedades humanas situadas em três faixas continentais. Como explicar isso? Ao longo dos capítulos 3 e 4 do presente trabalho algumas hipóteses são formuladas.

em termos da regulamentação militar. A cronística da expansão imperial nos deixa saber que a pólvora se integrou à expansão e muito contribuiu para seu sucesso no contato com civilizações orientais dotadas de forças armadas relativamente estruturadas, mas não modificou as regras da guerra. Se o temido *Tercio* espanhol, decantado pelos historiadores militares como a melhor infantaria de então, alcançava vitórias decisivas sobre quase todos os adversários – desde os turcos a França e repúblicas italianas – isso se deveu a adoção de armas e táticas inovadoras e ao treinamento que os colocou nivelados com a extinta eficiência das legiões dos Césares. O melhor exército renascentista, aquele que era tido como o mais moderno, fazia repousar sua eficiência sobre o duplo pilar do armamento moderno e da disciplina.

Os portugueses, contrariando ao que seria esperado de uma nação que assumia a ponta de lança de ofensiva conquistadora intercontinental, não se portaram em combate como uma força militar organizada que fizesse uso das táticas de ordem unida que já caracterizavam as legiões romanas. Os relatos dos cronistas lusitanos das coisas da Índia nos transmitem visões que atestam que os chefes das operações militares responsáveis pelo comando da campanha no subcontinente indiano adotam métodos de combate impregnados de uma inadequada mentalidade cavaleiresca.⁵ Além das desavenças pessoais que por mais de uma vez quase comprometeu o êxito de batalhas ou de campanhas de cunho estratégico, os métodos de combate – e esse tema é o que mais de perto nos interessa aqui – nem sempre se mostram como dos mais recomendáveis para condução de uma guerra imperialista sob condições adversas.⁶ Lutando a milhares de quilômetros de suas bases de aprovisionamento, tendo que contar apenas com reabastecimento e cobertura de retaguarda de seus navios armados com poderosa artilharia e tendo, por fim, a considerável desvantagem tática de lutar de costas para o mar, a força expedicionária da casa de Avis encontrava-se quase sempre em desvantagem frente a um inimigo que conhecia o terreno de luta e era dotado de superioridade numérica, embora tecnologicamente inferiorizado.

Invertendo a fórmula em vigor nas nações modernas, no Portugal quatrocentista e quinhentista o heroísmo individual se sobrepunha ao valor coletivo do combatente. Em tempo de guerra centrada no uso de armas de arremesso de projeteis impulsionados pela detonação da pólvora a lógica predominante é a do ocaso das ações impulsivas do guerreiro solitário.

⁵ Os capítulos 3, 4, e 5 da pesquisa que o leitor ora tem em mãos incidem sua atenção sobre análise do corpus cronístico e neles é possível encontrar referências diretas aos temas até aqui apenas mencionados.

⁶ As desavenças pessoais entre os comandantes das inúmeras expedições armadas enviadas tanto ao Oriente quanto ao Ocidente foram das mais variadas e envolveram em alguns casos episódios citados com frequência na historiografia moderna dos descobrimentos. Há desse episódios como do encarceramento de Duarte Pacheco Pereira, posto a ferros no fim de sua longa vida ativa de combatente. Recorde-se ainda as prolongadas disputas entre os administradores do Estado português na Índia, notadamente Afonso de Albuquerque e seus rivais. Acerca desse tema ver Albuquerque (1992); Albuquerque (1994); Peres (1992);

Modernidade militar implicava na adoção de táticas de ordem unida, nas quais o soberbo guerreiro excessivamente confiante em si vale muito pouco. Seu furor combativo que nas epopeias de Homero ou no *Palmeirin da Inglaterra* (1949[1567]) faz o combatente arremeter cegamente para frente para destroçar o inimigo com a espada ou perfurá-lo com a lança do cavaleiro deve ser canalizada para ações coletivas. O grande mérito consistirá em lutar em conjunto, um soldado apoiando o outro - o que de resto, não era novidade. Uma retomada do modelo *hoplita* adaptado a novas circunstâncias tecnológicas. O fogo concentrado das pistolas e arcabuzes, apoiadas por canhões portáteis proporciona uma barreira de chumbo que impede o avançar inimigo ao tempo que destroça suas fileiras. É um modelo centrado na coordenação de várias ações.

Os guerreiros e conquistadores lusitanos se assenhorearam de vasta porção do globo portando-se como se desconhecêssem ou – o que parece mais provável – desprezassem esse novo estilo de combate, provavelmente por eles considerado como sinônimo de desonra. O imaginário cavaleiresco impulsionou a execução de todas as grandes e pequenas etapas da campanha de domínio militar lusitano nos dois séculos da expansão. No universo ficcional das sagas de cavalaria o ser social das sociedades é um ser para a guerra, todos os acontecimentos orbitam em torno dela: homens, deuses e bestas. Seres fantásticos dotados de força e maldade descomunal cometem graves crimes contra o ordenamento natural do mundo e único modo de restabelecê-lo é com o uso da força armada. Trata-se, portanto, sempre de uma guerra justa que se faz contra um adversário que se mostra merecedor de ser exemplarmente punido. A essência da guerra, a luta, só pode se dá por via de combates singulares, como dois campeões que se desafiam para uma pugna em campo aberto. Armas de arremesso é patrimônio dos covardes, dos fracos e vilões. O herói é aquele que nasceu para servir, por isso suas ações de combate visam sempre prestar serviços, seja a uma Dama, a quem serve, seja ao seu suserano ou a qualquer um que deles se mostre necessitado. Servir significa realizar feitos que proporcionarão reconhecimento, renome, honra e glória.

Os guerreiros portugueses da expansão imperial concebiam a guerra ainda em termos desse anacrônico sistema de valores. Conheciam a pólvora e faziam uso de armas de fogo no desenrolar das ações táticas, mas a estrutura ideológica que servia como substrato da grande concepção estratégica da campanha impedia a assimilação desse novo e revolucionário padrão de luta. A gesta da expansão foi a de uma *cavalaria do mar*. O ser heroico do cavaleiro só pode se realizar na guerra e nas conquistas realizadas longe do solo pátrio. A errância é seu *modus operandi* militar. Cessadas as possibilidades aventureiras da península Ibérica restou o mar como palco de andanças, de disputas e de demandas não pelo Graal, mas pelo

engrandecimento da Pátria e submissão do odiado mouro, o arquinimigo. Pela dilatação da fé e do império combateu a nobre cavalaria do mar.

Visando a conceder sustentação à tese aqui levantada, o estudo que o leitor ora tem em mãos adota a seguinte estrutura de organização interna: parte-se do sub-item que se segue e que trata de estudar o herói clássico das epopeias antigas e das narrativas cavaleirescas, bem como do *modus operandi* militar a que estes protagonistas recorriam. A intenção é a de demonstrar a persistência do imaginário construído em torno desses personagens e de seus métodos de luta armada nos modos de condução da guerra da expansão imperial portuguesa. O segundo trata de concepções teóricas ou de doutrinas militares, termo mais frequentemente utilizado na bibliografia especializada. São postos em evidência o chamado modo ocidental de guerrear, conforme a nomenclatura utilizada por seus defensores, a arte da guerra praticada pelos árabes que ocuparam a península Ibérica e uma breve análise dos métodos bélicos empregados pelos espanhóis na conquista do México em 1519. A intenção é a de demonstrar a desfiliação da doutrina militar portuguesa ao legado evolutivo das concepções estratégicas que derivam da tradição militar da Antiguidade. Intenta-se, ainda, por meio do estudo de história militar comparada deixar claro o contraste existente entre o exército espanhol, tido como o mais moderno da Europa quinhentista e modelo para os demais, e seu congêneres português. A discussão se finaliza com um sub-item que discorre sobre um dos aspectos menos gloriosos da expansão imperial: a ganância. O objetivo é mostrar que nem só de glórias marciais viveu o processo de edificação do império ultramarino, mas a opção metodológica aqui adotada buscou privilegiar esse aspecto sem esquecer dos demais.

1.1 O HERÓI CLÁSSICO E A PERSISTÊNCIA DE SEU MODUS OPERANDI MILITAR NOS MODOS DE CONDUÇÃO DA GUERRA DA EXPANSÃO IMPERIAL PORTUGUESA

Os esquemas mentais que enformavam as concepções belicosas dos empreendedores das grandes navegações dos períodos Quatrocentista e Quinhentista eram ainda aqueles mesmos que, de acordo com Huizinga, (2010 [1914]) nos Países Baixos funcionavam apenas como um meio de embelezamento da fealdade da vida, ou seja, não mais se incorporavam a uma prática cotidiana, muito menos atendiam aos interesses de Estado. Em Portugal os imperativos estratégicos eram de outra natureza, bem menos utilitária. O que vigora é a ideologia cavaleiresca com seu complexo sistema de valores centrado numa visão de mundo na qual o ritualístico ocupa posição de relevo. (ALBUQUERQUE, 1992; PERES, 1931) Entre os nobres a guerra é um dos pilares fundamentais do existir, um tipo de guerrear que orbita em torno de graves limitações a seu processo de condução. Luta-se por honra, pelo

reconhecimento público dos atos praticados, uma espécie de aval por parte da comunidade na qual o herói se insere, sem o qual o seu existir no mundo perde o sentido. Recorde-se à propósito disto que na tradição heroica mítica dos gregos antigos Ajax atenta contra a própria vida, por considerar ter sido injustamente preterido na partilha do espólio militar do falecido Aquiles. As armas deste valoroso herói foram destinadas ao industrioso Ulisses de Ítaca. Diante do que considerou uma demonstração pública de rebaixamento de seu *status* heroico, restou a Ajax o suicídio.⁷

Desonra implicaria no ostracismo, na perda de aura heroica que a coletividade concederia ao executor de grandes feitos dignos de serem lembrados. A sociedade cavaleiresca concebia que honra estava reservada para os nobres, para os demais restava a vilania. A honra é apanágio da nobreza que a ostenta por tê-la conseguido à custa de grandes realizações supostamente viris. Animando tudo há o desejo de honradez, de reconhecimento. De uma busca de memória que concederia imortalidade ao ser do herói lembrado. A poesia resgata do esquecimento aqueles cujos feitos nomeia. Formulada nestes termos a ideia está em Lima (2006), contudo, ela deita raízes na tradição heroica grega. Na *Ilíada* ou *Os Lusíadas* uma das maiores – senão, a maior – das motivações dos grandes heróis é o desejo de ter seus feitos lembrados por outros homens de tempos posteriores. Havia, portanto, um intenso desejo de lembrar ações praticadas por grandes heróis do passado e de ser lembrado como herói. Para um nobre, nada mais deletério que o esquecimento. Note-se que paralelo à honradez caminha a desonra, sua imediata negação. Esta pode manifestar-se por meio da desfeita, do não reconhecimento do valor alheio ou de ofensas.

As muitas semelhanças entre o imaginário criado em torno da figura do cavaleiro e aquele elaborado pela antiguidade clássica em torno de seus míticos heróis permite supor que haja uma herança de continuidade entre ambos. Há resíduos de heroísmo clássico na estrutura ontológica dos personagens de romances de cavalaria que serviam de referência para as ações militares praticadas pelas tropas portuguesas durante a longa campanha da expansão imperial. Os cronistas quinhentistas portugueses dos feitos militares no Oriente trazem um significativo número de evidências que corroboram essa hipótese. Da leitura das ações de combate da força militar terrestre lusitana se evidencia uma predileção dos combatentes por incursões desordenadas e centradas no princípio da individualidade. Não raro o leitor se depara nas crônicas com passagens que descrevem incursões cuja eficácia quase foi comprometida

⁷ As crônicas portuguesas quinhentistas oferecem um considerável número de situações de combate envolvendo guerreiros portugueses e que ilustram o que se defende aqui sobre preservação desse ideário heroico no que se refere aos modos de condução da guerra da expansão imperial do reino português. Nos capítulos referentes à análise do *corpus* o leitor poderá encontrar algumas dessas situações devidamente contextualizadas.

porque os desígnios militares foram subordinados a elementos extraídos de um imaginário cavaleiresco.⁸

Há inúmeros componentes de mentalidade heroica na construção da imagem idealizada que os guerreiros portugueses da expansão imperial faziam de si mesmos. É preciso deixar em evidência que não foi por meio das sagas homéricas que o imaginário épico-militar se firmou na formulação de construções tático-estratégicas lusitanas. O heroico seja ele das sociedades arcaicas da Grécia, das tramas de novelas de cavalaria ou das batalhas reais reconstituídas pelas penas da cronística portuguesa quatrocentista e quinhentista é sempre a representação de um ideal humano, uma espécie de paradigma de superação da condição humana. Curtius observa que a ideia de herói é indissociável dos valores da nobreza e que este seria um “tipo humano ideal com o centro de seu ser fixado na nobreza. O herói distingue-se por uma excessiva vontade espiritual e por sua concentração em face da vida instintiva” (CURTIUS, 1996, p. 223).

Uma das possibilidades etimológicas de “herói” seria a de que o grego *héros* proviria de raízes de línguas indo-europeias e significaria “conservar, defender, guardar, velar sobre, donde herói seria o guardião, o ‘defensor’, *o que nasceu para servir*” (BRANDÃO, 1992, grifo nosso). Karl Kereny (1998) no seu conhecido estudo aponta outra possibilidade que complementa a anterior. O mitólogo germânico nos informa que nos rituais de sacrifício feitos em louvor dos heróis, a vítima sacrificial (um animal) tinha sua cabeça e pescoço voltados para o céu; o contrário ocorria com os sacrifícios heroicos, os sacerdotes colocavam o imolado em posição tal que o sangue decorrente do corte feito nas artérias escorresse diretamente para o chão. O ser do herói possui alguma ligação com as divindades subterrâneas. Ele não é apenas portador de virtudes sobre-humanas que o capacitam a executar atividades inacessíveis ao comum dos homens. Sua condição é de ambivalência. É útil recordar que Apolo, divindade ligada à luz e razão era também deidade sinistra, megalômana, homicida e dada a acessos de furor que quase sempre resultavam em massacres. Na narrativa de Homero o epíteto que o define é o de “flecheiro infalível”. Um artefato que não pode passar despercebido, arco é arma dos subguerreiros como nos ensina Le Goff (1983). Instrumento de matar à longa distância se filia muito mais ao universo simbólico do caçador – do guerreiro primitivo, portanto – que do nobre combatente. Observe-se ainda que muitos dos personagens heroicos da mitologia grega eram físicos e moralmente monstruosos. Aquiles não somente teria mais de dois metros de altura, era também de reprovável comportamento em combate. Hércules possuía força descomunal e um igualmente desmedido

⁸ Os melhores e mais bem acabados exemplos desse tipo de ação se encontram nas crônicas quinhentistas de Fernão Lopes de Castanheda (1500-1559) (1551 [1979]);

apetite sexual. Em síntese, o herói teria uma quase inesgotável capacidade de servir e destruir.⁹

Há duas estruturas definidoras do imaginário construído em torno da figura do herói clássico que cumpre serem destacados por sua prolongada persistência na construção do heroísmo cavaleiresco presente nos modos de condução da guerra da expansão imperial portuguesa. A primeira delas a da ambivalência do portador de qualidades excepcionais. Se este nasceu para servir como parece apontar uma linha de interpretação etimológica já acima aventada, executando atos de bravura excepcional, desfazendo agravos, resgatando donzelas e colocando o mundo de volta ao seu eixo, é igualmente válido que ele também nasceu para transitar por áreas onde nenhum outro homem ousaria percorrer. O que o colocaria numa posição de portador de virtudes necessárias à realização desses feitos. Odisseu desce ao Hades, morada dos mortos, para obter informações da boca de seu amigo, o mago e adivinho cego, Tirésias. E ele não foi o único a fazê-lo. Longa é lista de guerreiros da mitologia grega que percorreram o país das sombras por motivos dos mais diversos. Não raro nos relatos de mitologias das mais distintas áreas do globo o leitor se depara com referências a um percurso por território inóspito que a todos atemoriza. A visita ao mundo dos que se foram é apenas uma dentre muitas variações da missão por excelência do ser heroico: realizar ações que nenhum homem destituído de seus predicados épicos seria capaz. A floresta, nas narrativas míticas ou maravilhosas, é o oposto da casa, o espaço por excelência do demoníaco. A inevitável peregrinação do herói frequentemente o conduz a essa zona de treva, onde habitam as forças que propiciam a queda: as bruxas, os ogros, os canibais, os dragões, os gigantes. O desabrochar da vocação heroica daquele que ouviu o chamado somente se realizará plenamente na estrada-caminho, com o inevitável confronto com os desafios lançados pelas entidades malignas.

Joseph Campbell (1999) chama a atenção para a presença, em inúmeras narrativas mitológicas das culturas antigas, de um núcleo estruturador que se repete, por ele chamado “herói de mil faces”. Haveria uma estrutura que se perpetuaria composta destes elementos: a) o chamado; b) a saída; c) o percurso iniciático; d) o retorno. Em dado momento de sua existência; o herói recebe um chamado (um acontecimento prodigioso, um ser fantástico que lhe anuncia o destino a ser seguido etc.) impulsionador para o desconhecido, há uma viagem a ser realizado, um percurso através da zona do miraculoso: enfrentar desafios insólitos, testemunhar prodígios, dominar animais e seres oníricos, vencer todos os obstáculos e retornar a sua comunidade de origem, transformado e pronto a transformá-la.

⁹ Ver Brandão (1992); Kereny (1998)

A errância pertence à estrutura ontológica do heroico. Sejam destemidos gregos ou um dos cavaleiros da corte de Arthur da Bretanha, todos se realizam na inconstância de uma existência nômade e aventureira na qual buscam aquilo que para eles é o sentido quase único do existir: a glória. Talvez por isso “a morte do herói ou é traumática e violenta ou o surpreende em absoluta solidão”. (BRANDÃO 1993, p. 63)

A segunda das estruturas definidoras do imaginário criado em torno do herói clássico – e de seu continuador tardio, o cavaleiro andante -, é o da transgressão do *metron*, do limite imposto pelos deuses aos mortais. O heroísmo homérico – como já ficou demonstrado - quase não conhece medida de contenção. Por dez anos a expedição militar punitiva dos gregos e seus aliados permaneceu estacionada nas proximidades das muralhas de Tróia. Por uma década inteira os guerreiros estiveram longe de seus lares e da condução de seus negócios públicos e particulares à espera da queda das muralhas da odiada *urbis*. O empenho para realização de tarefa de tamanha magnitude e que envolve muitas renúncias até sua completa concretização não poderia ter sido realizada senão por homens de grande virtude heroica. Odisseu não somente visitou o país dos mortos como também resistiu ao canto das sereias, massacrou o gigante Polifemo e toda sua descendência, vagou pelas terras dos comedores de lótus, confrontou Hélios Hyperion e, para os insolentes pretendentes que dilapidavam seu patrimônio e comprometiam sua honra, reservou exemplar punição. Que dizer então de Aquiles, a mais eficiente máquina de combate da tradição mítica grega. Homicida sanguinário que despertava temor até mesmo entre seus próprios companheiros de armas que estremeciam ante a possibilidade de confrontá-lo, como se pode atestar nos cantos iniciais da *Ilíada*. A ausência de contenção e medida das ações é extensiva a todo alto-comando da expedição punitiva grega. Os grandes heróis - os filhos de Atreu, Agamennome e Menelau, Odisseu, Diomedes e os dois Ájax - apresentam diferentes traços de descomedimento comportamental de distintas possibilidades do ser heroico. Diomedes era tão alto que os velhos que assistiam as lutas do alto das muralhas de Tróia podiam facilmente identifica-lo em meio ao caos dos combates, graças a seu porte descomunal. Personagem único, Tersistes se singulariza pela sua feiura excessiva e pela língua ferina que não perdoa nem mesmo aos átridas. Em contrapartida, ele possuía uma voz tonitruante, capaz de ser ouvida de um ponto a outro da *ágora*, onde os guerreiros realizavam suas assembleias. Em Homero até o feio é grandioso.

O heroísmo cavaleiresco do qual se valem os nautas e infantes portugueses que se aventuram por mares nunca dantes navegados em demanda da anexação de terras e saque de tesouros acumulados por grandes civilizações deriva diretamente da longa tradição de sagas e romances de cavalaria. Dos três ciclos nos quais estudiosos costumam dividir a matéria cavaleiresca – clássico, carolíngio e bretão – apenas o terceiro deixou marcas de sua passagem

pelas terras lusitanas sob forma da tradução para vernáculo de *A Demanda do Santo Graal*. (1998 [1240]) As primeiras produções foram importadas da Inglaterra ou França sob forma de adaptações ou traduções. Uma nacionalização e efetivo desabrochar do gênero aconteceria tão somente no período quinhentista, quando no norte da Europa ele já principiava a cair em desuso. Massaud Moisés atribui a esse vicejar tardio duas causas prováveis, a saber, o sopro épico resultante da euforia com as grandes navegações transoceânicas e o fato de que de em Portugal a Idade Média e seus valores projetaram-se “Quinhentismo adentro” (MOISÉS, 1981, p. 254).

Novelas de cavalaria resultam, dentre outras coisas, da prosificação das canções de gesta (MOISÉS, 1981; BARTHELEMY, 2010). Os esquemas mentais que as organizam são em muito semelhantes aos da épica homérica. A intenção última parece ser a mesma, a de preservação memorialística dos grandes feitos praticados por destemidos chefes militares. Sabe-se que a mais conhecida delas é a que reconstitui por meio da ficção o episódio da nomeação de Rolando para comandar uma pequena força de defesa encarregada de atrasar o avanço do inimigo que ameaçava destroçar por inteiro o destacamento comandado por Carlos Magno, rei dos Francos. O episódio em si traz algo de uma imagem arquetípica de bravura acima do dever, bem ao gosto dos valores épicos. Para a concepção de honradez cavaleiresca, uma derrota como essa concede elevação ao praticante do ato por ter desconsiderado sua segurança individual e sua vida em favor da preservação da existência de seus irmãos de armas, os quais mais que tudo ele preza. Apesar de militarmente nulo, o gesto teve duradouros efeitos sobre o imaginário coletivo medieval. Estrategicamente inválido, taticamente eficiente, pois que permitiu a retirada do comandante-em-chefe do grupamento de combate – o imperador que encabeçava a coluna -, capaz de incendiar a imaginação por seu apelo romanesco, a coragem de Rolando e dos que o acompanharam resultou para ele numa nomeação para ocupar um lugar no panteão dos grandes heróis.

O heroísmo clássico das épicas homéricas se alia ao imaginário militar das tramas de cavalaria para compor as grandes matrizes mentais dos idealizadores das ações ofensivas da guerra do período da expansão imperial portuguesa. O modelo guerreiro da Grécia homérica tem parte de seus genes preservados na épica medieval e no nauta e infante português que se aventura por terras dos negros azenegues ou na corte do Samorin de Calicut em busca do saque de riquezas e de glória imorredoura. Nos romances de cavalaria – notadamente os portugueses do quinhentismo, embora a observação seja extensiva aos demais de outras nacionalidades e publicados em períodos bem mais antigos - as motivações militares são de ordem inteiramente abstrata, dissociadas de uma meta utilitária. A guerra é elemento que se integra ao cotidiano e ao fazer dos homens. A maior parte dos personagens porta armas e

parece não conceber a possibilidade de estar no mundo sem elas. A violência faz parte da ordem natural das coisas, desde que devidamente empregada, ou seja, desde que utilizada para restabelecer a ordem ameaçada de ser tragada pelas forças do caos primitivo do qual tudo derivou. Desfazer agravos, resgatar donzelas, combater seres monstruosos e maléficos que aprisionam em seus castelos a fina flor da cavalaria ou sair em demanda do recipiente do Graal, único objeto mágico-ritualístico capaz regenerar a terra gasta e, portanto, restabelecer a ordem no feudo do Rei-pescador, eis algumas das matrizes impulsionadoras das ações heroicas cavaleirescas.

A partir daqui devemos nos deter sobre as formas de guerrear da antiguidade, centradas ou não no modelo heroico de conduta da guerra, objetivando-se com essa incursão demonstrar como as grandes matrizes mentais épico-heroicas e cavaleirescas atuaram sobre o modo de condução da guerra do reino português da expansão imperial.

1.1.1 A tradição militar antiga e a expansão imperial portuguesa

Os dois tipos antitéticos e arquetípicos que, *grosso modo*, balizam o modo de guerrear da antiguidade clássica são Aquiles e Diomedes (BRIZZI, 2003). O primeiro é encarnação do furor guerreiro que impele o combatente a enfrentar o inimigo em luta aberta, franca e leal; um quase possesso momentaneamente cego pela fúria e pelo desejo de vitória. Seu *modus operandi* militar é o da ação individual que não se subordina a princípio tático-organizacional de espécie alguma. Luta solitariamente, confiando tão somente no seu valor individual que se expressa em combates abertos sob forma de duelos de campeões, nos quais se busca a tão almejada glória, meta última de suas ações belicosas. A este grupo se filiam os nautas e combatentes lusitanos da expansão imperial. O segundo personificaria aquilo que pode ser denominado de dimensão racional da guerra: o cálculo tático-estratégico, a capacidade de manobrar e envolver o inimigo por meio de ardis e tramóias que, quando inteligentemente utilizadas, podem fazer desmoronar toda a estrutura defensiva do adversário, obrigando-o, a assinar um acordo de paz.

Aquiles e Diomedes representam uma quase alma “dual” do combatente da antiguidade clássica. Ambos são personagens das narrativas mitológicas gregas e das epopéias de Homero, notadamente da *Ilíada*, na qual ocupam posição de destacado relevo. A dualidade presente nos dois guerreiros arquetípicos se constituirá em uma das grandes linhas de força da mentalidade militar greco-romana e que persistirá por séculos a fio. Dois tipos ideais que perpassam pelos três grandes momentos da história militar antiga – ao menos para perspectiva analítica que ora temos em mira -, o período dos grandes heróis mitificados

pela épica homérica – cujo imaginário ainda persistirá no modo de ordenamento da guerra dos lusitanos quatrocentistas e quinhentistas -, o período falangista e a hegemonia das legiões de Roma. Que tudo tenha início com a guerra de Tróia. (BRIZZI 2003, VIDAL-NAQUET, 2011).

A *Ilíada* nada nos diz sobre os começos da guerra e muito menos sobre seu término. Quando a ação se descortina somos informados que a expedição militar dos gregos enviada para punir a soberba dos troianos estabeleceu uma base junto ao primitivo local de desembarque das naus que os transportaram da península grega há uma década atrás. Uma cabeça-de-ponte estreita e sem profundidade aparente foi fincada em território sob controle do inimigo. A partir dela operações predatórias são lançadas contra a cidadela inimiga e regiões limítrofes onde se encontram aliados troianos. O acampamento-base dos helenos foi construído nas proximidades do mar. Ele é constituído – uma leitura atenta da *Ilíada* nos permite afiançar isso – por uma estrutura defensiva de certa precariedade, talvez por ter em mira as limitações ritualísticas que as guerras de então apresentavam. Há uma muralha circundante, composta por toras de madeira que oferece um precário perímetro defensivo que uma única vez apenas foi alvo de uma tentativa de ruptura por parte dos troianos. A tentativa foi rechaçada antes que os atacantes pudessem concretizar a desejada ação de incêndio do acampamento, embora disso tenha resultado a morte de Pátroclo sob as mãos de Heitor.

Os combates são realizados em campo aberto, em planícies situadas na exterioridade das muralhas que circundam o alvo da operação ofensiva. As lutas acontecem durante o dia - inexistindo referências a combates após declínio do sol - em áreas abertas e com participação de um número relativamente limitado de combatentes armados. Fiéis ao padrão de conduta de guerreiros praticante de uma modalidade primitiva de guerrear demonstravam desprezo pela segurança pessoal, expondo-se deliberadamente ao perigo por temor de que ao dele se furtar fossem estigmatizados com a desonrosa pecha de covardes. Era elemento vital do imaginário guerreiro desses heróis o êxito individual, por essa razão, princípios táticos e estratégicos de ordenamento da horda em combate ocupavam posição secundária. Em todas as incursões realizadas pelos dois lados envolvidos na contenda não se nota qualquer traço de organização marcial. Os combatentes buscam uns aos outros tentando infligir danos diretos ao inimigo por meio de instrumentos cortantes ou perfurantes utilizados por mãos de peritos. Vidal de Naquet (2000) observa que a maioria das mortes em combate registrada na *Ilíada* não acontece em decorrências de duelos, mas, sim, de atos isolados de valentia, a chamada *Aristeia*, uma série de proezas sobre-humanas realizadas por um guerreiro. Os exemplos são abundantes e facilmente encontráveis no texto. Basta evocar os episódios da fúria desmedida do filho de Tideu, Diomedes, nos cantos iniciais do poema ou o desempenho

assustador de Aquiles entre os cantos XX e XXI que resulta – dentre outras funestas conseqüências - na morte violenta dos dois filhos do rei Príamo e culmina com a célebre cena do cadáver de Heitor sendo arrastado sob o olhar de seu pai.

No canto VII de a *Ilíada*, quando do encontro de dois inimigos que se preparam para realizar um dos duelos de campeões que poderia por fim ao conflito que se estendia já por dez anos, vemos Heitor dirigir a Ajax uma repreensão verbal que condensa em si muitos dos elementos que concedem vitalidade a ideologia da guerra dos guerreiros de Homero, eles são fundamentais para compreender a mentalidade militar homérica e, por extensão, a dos guerreiros da expansão imperial portuguesa descrita pelos cronistas:

[...] Ó grande Ajax Telamônio, pastor muito ilustre de gentes,
 Não me intimides assim, qual se eu fosse criança indefesa,
 Ou mulher fraca, que nada entendesse de coisas da guerra.
 Tenho bastante experiência de como prostrar o inimigo.
 Sei sustentar de pele de boi tanto à destra
 Como à sinistra, que é o modo de sempre lutar com bravura.
 Precipitar-me sei bem no tumulto dos céleres carros
 E, no combate a pé firme, dançar pela musica de ares.
 Por isso mesmo não atacar com nenhuma artimanha
 Um inimigo como és, mas, lealmente, tentar alcançar-te [...]. (HOMERO, 1979.p. 161).

O primeiro elemento a ser sublinhado é a predominância do ritualístico sobre concepções práticas de combate. Um combatente que se posiciona pomposamente frente ao adversário e profere longas arengas como fase preparatória que antecede o desencadear da luta é cena freqüentemente encontrada nas páginas da *Ilíada* e também em narrativas de etnólogos que estudam práticas de guerra de povos de sociedades tradicionais. Ou talvez não seja necessário ir tão longe, basta um relancear de olhos sobre os cronistas portugueses que descreveram algumas das operações militares dos índios brasileiros no período quinhentista para que o leitor se convença da filiação existente. Heitor não cogita iniciar a luta sem antes expor ao adversário uma peroração ritualística que objetiva funcionar como preâmbulo do gesto ofensivo. O diálogo se dá em nível elevado, seguindo formulas retóricas muito facilmente encontrável em outros episódios do texto épico grego. Paralelo aos modos elevados de expressão oral caminha a descrição da ideologia da guerra que sustenta as ações de ambos os envolvidos no confronto. O modo de luta por eles valorizado é o de confronto aberto, ao estilo de duelo de campeões, no qual se busca abater o inimigo por via do embate direto e sem intervenção de artimanhas – ou manobra como se diria modernamente. Envolver o oponente com ou sem auxílio de terceiros é ação inteiramente estranha ao universo simbólico da guerra heróica. “E, no combate a pé firme, dançar a música de Ares”, diz um dos

versos da fala de Heitor. No canto I, no episódio do embate verbal entre Aquiles e Agamenon, aquele ofende ao comandante-chefe da expedição dirigindo a ele a observação de que “possui olhar do cão e a coragem do veado”. Os dois trechos citados aludem a uma ética de combate: dar às costas ao adversário, valendo-se de pés ligeiros é a máxima ignomínia que pode recair sobre um homem de armas. Possuir “olhos de cão” e “coragem de veado” significaria, portanto, enxergar o perigo à distância e dele se afastar com máxima velocidade.

As grandes linhas do dispositivo tático dos gregos ou troianos homéricos podem ser facilmente reconstituídas tendo em vista sua patente simplicidade. Os guerreiros experientes, aqueles que adquiriram renome e ocupam posição de chefia no comando da tropa, são transportados do acampamento base até o teatro de operações por via de carros de guerra – as bigas, conhecidas e utilizadas como instrumento de ruptura das linhas de infantaria desde os exércitos da Assíria, conforme disso nos afiança John Keegan (1996). Estas espécies de antecessora dos modernos carros de combate blindado possuíam uma tripulação de três soldados. Um deles encarregado da condução do veículo, o outro portando lançadores de projeteis e que fornecia segurança para os demais ocupantes. E, por fim, aquele não pode ser contabilizado como tripulante por não se integrar como combatente ao grupo de guerreiros sobre rodas, esse era o nobre, o herói que era apenas transportado para o centro da luta. Aquiles, Ulisses, os Ajazes, os atridas Agamenon e Menelau e até o velho Nestor formavam a ponta de lança do desenho tático de luta. Portavam armas de matar a curta distância – espadas e lanças -, e meios de proteção individual: uma armadura primitiva que cobria a parte superior do torso, protegendo órgãos vitais, e um escudo feito de várias camadas de couro de boi. Os guerreiros posicionavam-se em linha, um exército frente ao outro numa área aberta. A luta não se iniciava sem que antes fossem lançados desafios mútuos sob forma de impropérios ou de simples chamamento ao combate.

A batalha homérica em si – ou reconto, na terminologia de Clausewitz (2010 [1832]) – era composta de uma somatória caótica de duelos individuais, nos quais não se percebe traços de organização militar. Os mais denodados guerreiros buscam abater outros de igual renome de modo a obter por via dessa ação o tão almejado prêmio do reconhecimento da coletividade, ou seja, a honra heróica. Nas planícies da Tróia não há nem pode haver túmulo do soldado desconhecido. Todos os combatentes que tombaram em luta são nomeados pelo narrador, não raro além dos nomes outras informações familiares também são fornecidas ao leitor. Em muitas das cenas de combate os heróis antes de duelarem entre si pomposamente refreiam suas bigas e recitam para o inimigo não somente seu nome, mas também sua descendência paterna e o s feitos que ele até ali praticou. A morte gloriosa não pode ser anônima, aquele que perecerá sob os golpes do vencedor deve saber quem o mata; assim

como o sobrevivente da luta deve saber a quem está tirando a vida. Um padrão de guerrear eminentemente ritualística, que preza o ritual acima de tudo, inclusive das exigências de ordem tática. Gregos ou troianos da épica homérica parecem desconhecer a possibilidade de uso de táticas de ordem unida. O furor guerreiro individual que não se subordina a nenhum tipo de organização prévia de combate preside toda e qualquer forma de deslocamento das tropas, independente do lado a que ela pertença. Em sua essência, a modalidade de luta assenta-se sobre a inexistência de linhas fixas de defesa e ataque, fluidez tática absoluta, ação individual e desdém por ordenamento coletivo.

A fábula épica da *Iliada* é posta em movimento com o episódio da cólera de Aquiles. Julgando-se insultado pelo comportamento do comandante-em-chefe da expedição militar punitiva, o atrida Agamenon, que lhe roubou a escrava Brises, o colérico guerreiro recusa-se terminantemente a dar combate ao inimigo até que haja ressarcimento do bem perdido. Nem mesmo uma embaixada rogatória formada por ilustres membros do alto-comando da força expedicionária invasora o demove de sua decisão. Apenas a morte em combate de seu amigo Pátroclo, vitimada pelas mãos homicidas de Heitor fá-lo-á retornar ao *front* à frente de seus comandados, os célebres Mirmidones. Nesse episódio há muitos elementos ilustrativos das matrizes mentais do heroísmo homérico que persistirá nas canções de gesta e nos ciclos de novelas cavaleirescas. O principal deles é a honradez. Se Aquiles se ausentou da luta numa fase em que ela se mostrava mais desfavorável aos gregos foi porque se sentiu publicamente desonrado, crime para o qual não há possibilidade de perdão. A serva que lhe foi retirada contra sua vontade importava bem menos que o fato de que a convocação para que ela fosse entregue ao atrida foi feita em público durante a fase final da primeira das muitas assembleias de planejamento estratégico¹⁰. É a desfeita o elemento desencadeador da greve militar do herói. E, sendo fiel a um código de conduta que ainda encontrará eco nas novelas de cavalaria, essa desonra só poderia ser reparada de duas formas: com sangue – hipótese cogitada por Aquiles, mas detida a tempo pela intervenção dos deuses que refrearam sua cólera – ou por via de uma retratação que desdissesse a ofensa lançada. A embaixada enviada para demovê-lo de suas intenções grevistas teve essa função, mas fracassou. A *hibris* do herói era desmedida, assim como suas ambições guerreiras.

¹⁰ O termo “planejamento estratégico” no que se refere às assembleias dos guerreiros gregos em Homero deve ser entendido da seguinte forma: planejamento operacional não figura como componente tático das ações dos guerreiros homéricos. As reuniões que realizavam era divididas em duas etapas. Da primeira participavam apenas os comandantes, os chefes guerreiros, que decidiam quando lançar um ataque; tomada essa decisão convocavam-se todos os demais combatentes para uma assembleia geral que não tinha função de traçar uma meta tática de ofensiva, muito menos ainda definir um plano organizado, definia-se apenas o momento do desfechar da luta.

Aquiles é o mais fascinante e o mais detestável de todos os heróis de Homero. Condensa em si virtudes e defeitos hiperbólicos. Seu heroísmo centra-se sobre uma audácia e um destemor frente ao inimigo que a princípio despertam admiração rapidamente seguida de sentimento de repugnância. O grande guerreiro aqueu não é somente colérico, mas é também imprudente, arrojando-se para luta sem qualquer consideração pela sua segurança individual de combatente e daqueles que o apóiam na luta. Nas pugnas travadas nas planícies de Tróia ele é, sem dúvida, o guerreiro mais combativo: um homicida realizado. Falta-lhe, contudo, uma capacidade mínima de deliberação: mostra-se imprudente e, por isso, distancia-se enormemente da figura de Odisseu prudente – e um tanto velhaco, é certo – e com certos traços de humanidade que o aproximam mais de um herói dos moldes da cavalaria. É duvidoso crer que para Homero Aquiles seja um modelo ideal de virtude, dada a representação que dele é feita no texto. O verdadeiro herói também se nutre de sabedoria e não age apenas desarrazadamente, confiando tão somente na enormidade de sua força. Curtius considera que “na opinião de Homero, o equilíbrio entre a força e a razão” (VII, 288. II 202. IX 53) é o ideal da virtude guerreira (1996, p.227).

A *Hybris* desmedida de Aquiles é a causa última de sua perdição. Associam-se uma insaciável voracidade por glória militar a um senso de orgulho sem medida. Em termos da aspiração quase infinita ao reconhecimento público dos feitos praticados, todos os heróis das sagas homéricas parecem se nivelar. A mobilização de tropas que arregimentou guerreiros de todas as partes da Grécia arcaica foi motivada por uma disputa de honra, o rapto de uma mulher que foi levada por um estrangeiro para o interior de uma cidade murada do outro lado do mar Egeu. A desonra que se abateu sobre a casa do comandante-em-chefe da expedição, o atrida Agamenon, rei de Esparta, foi extensiva para a coletividade das cidades-estados que constituíam o quadro geopolítico da península grega. Homero deixa em evidência que para o grosso da tropa - os combatentes de base - à medida que as operações belicosas foram sendo desencadeados nas planícies de Tróia e nas áreas circundantes a ela, os dois grandes atrativos passaram a ser o butim resultante da partilha dos saques e a glória decorrente da destruição final a ser imposta ao ponto fortificado de defesa do inimigo. Uma doutrina de guerra sem grandes fundamentações de ordem utilitária. Não são razões de Estado que motivam sua execução, mas sim princípios de ordem abstrata ligadas a uma concepção elevada de existência. Os combates e as vitórias são a distinção mais alta a ser alcançada, a guerra é algo que se fecha sobre si mesmo, não é um meio para um fim – como defenderia séculos depois Clausewitz -, é uma espécie de conteúdo da própria vida. Os gregos do período homérico possuíam um termo específico para designar o heroísmo da nobreza, a *arete*, vocábulo que designava também a destreza guerreira, a aptidão para os combates e para o comando em

sociedade. Conjugam-se, portanto, a mais alta honradez e bravura militar. (JAEGER, 2003). Ideais formativos que não estarão ausentes do imaginário impulsionador das ações militares da gesta de expansão portuguesa dos séculos XV e XVI.

1.1.2 Poder militar da falange hoplita e das legiões romanas: a matriz dos exércitos do Ocidente

De Aquiles a Diomedes: da hegemonia do guerreiro individual unicamente confiante no poder de seu fortíssimo braço passa-se para a dimensão inteligente do guerrear, centrada no cálculo prévio das ações táticas e rigoroso planejamento de execução de operações coordenadas e subordinadas a um princípio organizacional único. A idade dos grandes guerreiros homéricos é suplantada por uma instituição que fincou fundas raízes no imaginário militar ocidental, a falange *hoplitica* grega que conhecerá seu máximo poder de combate com as guerras médicas travadas contra os impérios orientais.

A falange é a grande instituição militar dos gregos clássicos. Seu mais perfeito instrumento de morte, concedeu-lhes notoriedade nos assuntos de conduta da guerra. A grande contribuição grega não foi apenas o do pioneirismo na percepção de que táticas de ordem unida potencializam o coeficiente de eficiência militar, antes ela se traduziu numa até então nunca antes vista ferocidade em combate que trouxe um novo ingrediente para as ações ofensivas em larga escala: *a ideia do combate decisivo* (KEEGAN, 1996.). Nos combates descritos por Homero – como de resto nas descrições de lutas armadas de povos não-ocidentalizados – há uma série de limitações ao guerrear, a começar por aquela que talvez seja a mais decisiva, a hesitação. Dito em outros termos, as forças envolvidas na batalha parecem desconhecer – ou não reconhecer a validade – do processo de decisão por meio do aniquilamento definitivo do inimigo ou do desbaratamento de suas linhas de defesa valendo-se de um dispositivo tático vigoroso. Se a expedição militar punitiva organizada por Agamenon para punir a insolência dos troianos se estendeu por uma década inteira – tempo excessivamente extenso para um cerco a uma praça-forte inimiga – foi porque, dentre outras razões, a mentalidade guerreira de ambos os lados envolvidos no conflito privilegiava táticas de ação limitada. O ritualístico prevalece sobre questões de ordem prática. Os guerreiros das epopéias helênicas combatem com hesitação e dentro de uma delimitação espaço-temporal: luta-se sempre à luz do dia, em planícies e com preparação prévia que inclui rituais que não somente servem para incentivar os combatentes aliados, mas também para alertar o inimigo de que o ataque será desencadeado. É uma guerra de gente honrada; não deve surpreender, portanto, que ela cause danos materiais e humanos singularmente limitados.

Para os gregos do período pós-homérico, guerreiros individuais que depositam confiança única e exclusivamente no seu poder de destruição devem ser substituídos pela ideia de que a inteligência pode presidir a organização da matança, concedendo a ela maior poder de destruição. O impetuoso e individualista Aquiles cede espaço para o combatente de base, aquele que nas epopéias de Homero ocupa posição periférica na linha de combate e atua apenas como força de apoio das ações ofensivas dos grandes heróis; o anônimo guerreiro das tramas épicas passa a atuar em conjunto, formando uma linha compacta de ataque, a falange *hoplita*. O termo deriva de *hoplon*, um pesado escudo redondo que associado com as longas lanças de madeira constituíam o dispositivo ofensivo e defensivo da falange (PARKER, 2010). Os soldados portando armamento individual padronizado agiam em combate como um organismo único, investindo pesadamente sobre as linhas do inimigo. A concepção tática de utilização dessa formação de combate era o do choque direto, algo em muito parecido à movimentação em campo dos praticantes de futebol americano. Nesse tipo de contenda o elemento decisivo é a disciplina, um infante deve ter a certeza de que pode contar com a cobertura do companheiro que está a sua direita. A coesão e a formação disciplinada concedem a força de ruptura; rompantes individuais de heróis solitários inexistem pelo simples motivo de que eles proporcionariam apenas a completa desagregação da linha defensiva com a conseqüente aniquilação de todos que dela fazem parte. O *Ethos* heroico próprio do épico é destronado e substituído por concepções militares outras que privilegiam padrões de conduta e atitudes psicológicas em combate que encontram uma perfeita tradução na síntese feita pelo helenista Jean-Pierre Vernant:

No modelo da cidade hoplítica, o exército não forma mais um corpo especializado com suas técnicas particulares, suas formas próprias de organização e de comando. Da mesma forma, a guerra não constitui um domínio à parte que exigiria outras competências, outras regras de ação que não a vida pública. Não há exército profissional, mercenários estrangeiros nem categorias de cidadãos dedicados especialmente à carreira das armas; a organização militar se inscreve sem corte no exato prolongamento da organização cívica. Os estrategos, que exercem o comando, são os mais altos magistrados civis, eleitos como todos os outros, sem que seja exigida deles uma experiência especial na arte de combate. A formação de hoplitas exige, sem dúvida, uma disciplina de manobra que pressupõe um aprendizado; mas este é adquirido desde o ginásio, no quadro de uma *Paidéia* cujo valor é mais geral: Péricles poderá sustentar, como uma verdade de evidência, que os atenienses não têm necessidade, para fazer a guerra de se submeter a qualquer treinamento nem assimilar as técnicas militares. O sucesso no campo de batalha parece repousar, ainda segundo ele, nas mesmas virtudes que asseguram na paz o prestígio da cidade de Atenas. Engajar-se num conflito, montar uma expedição guerreira, levantar um plano de campanha: a decisão é tomada na assembléia, pelo conjunto de cidadãos, segundo os procedimentos ordinários, ao final de um debate público (VERNANT, 1992, p.32).

A última metamorfose da guerra antiga foi a doutrina militar romana, matriz dos exércitos do ocidente. Os romanos devem tributos aos gregos no que se refere aos modos de condução da guerra. De início meras formações que copiavam em tudo o modelo *hoplitico* então em voga, a força armada da cidade fundada por Enéias evolui para conceitos próprios e com um nível diferenciado de sofisticação. A falange é superada por apresentar limitações defensivas que se tornaram patentes em combates contra hordas inimigas que adotavam padrões ofensivos inteiramente distintos, como foi o caso de impérios orientais. As legiões foram a maior das instituições de Roma. Potente máquina de guerrear que partiu do modelo grego, dele se distanciando para um dispositivo tático que desdobrava em campo de modo muito mais abrangente, mas que conservava a principal fundamentação falangista, a rigorosa disciplina. Diferentemente do modelo que lhe antecede, o legionário combate tendo como principal arma ofensiva uma lança muito curta, o *Pilo*. Os escudos e as espadas curtas – o gládio – são completados por uma armadura leve que protege apenas a parte superior do dorso, como os modernos coletes à prova de bala; completando o armamento defensivo, uma proteção de metal envolve a cabeça e grande parte do rosto do combatente de base. O centro do dispositivo tático é o guerreiro desmontado. Cavalaria é arma acessória, fornece cobertura de flanco ou pode ser utilizada para romper as linhas inimigas, mas possui pouca autonomia.

Uma legião romana em ação renega quase que inteiramente a arte da guerra concebida pelas epopéias homéricas. Da falange sobrevive o conceito fundamental de ação coletiva coordenada sobrepondo-se ao furor guerreiro individual ou “a possessão guerreira” como quer um de seus estudiosos modernos (BRIZZI, 2003). Do modo primitivo de guerrear dos heróis de Homero pouco resta, apesar de a doutrina militar propor investida sistematizada contra as linhas inimigas, a fúria homicida de um Aquiles ainda define o comportamento individual de um legionário quando obrigado a se afastar da proteção coletiva e encarar o adversário de frente em combate singular. Portanto, o *ethos* coletivo da legião é o do guerreiro primitivo contido e perfeitamente canalizado por uma estrutura que o mantém entre duas margens, como as de um rio e direcionam o curso de suas águas para um ponto pré-determinado. Não se trata mais de um herói-vate, dotado de qualidades excepcionais que o habilitam a empreender feitos marciais inacessíveis ao comum dos homens, mas, sim, de uma corporação de iguais que se subordinam a uma estrutura que determina os modos como devem se comportar coletivamente em combate. Graças a essa inovação modifica-se a própria concepção de guerra que passa a ser atividade subordinada aos dirigentes de um organismo político que determinam onde, quando e contra quem o soldado deve matar ou eventualmente ser morto em ação.

Para um de seus historiadores, grande parte dos sucessos militares alcançados pela civilização dos césares deve ser atribuído a existência de uma áspera índole romana, resultante dos longos embates travados pelos primeiros habitantes da região contra um meio hostil que fez brotar “uma aceitação da selvageria no trato recíproco entre os homens” (HADAS, 1969, p.14). Se queres a paz, prepare-te para a guerra, diz a conhecida máxima de Vegécio. Nela se encontra condensada uma formulação de política externa e uma doutrina militar cujo eixo encontra-se na preocupação com o adestramento da tropa. A grande linha de força do exército de Roma estava nos seus homens e no seu rigoroso sistema de treinamento e organização em combate. As inúmeras vitórias alcançadas – alguma delas contra adversários numericamente superiores – resultaram de um processo de adestramento contínuo e de uma instrução centrada na disciplina. Na construção de sua máquina de guerrear os romanos adotaram métodos, armas e táticas de diferentes povos com os quais mantiveram contato amistoso ou não e os aperfeiçoaram. Do gládio espanhol ao Pilo - adaptado das formações hoplitas - e desaguando na armadura de proteção corporal, nada na composição do soldado de infantaria se encontra dissociado de uma tradição marcial anterior.

Em termos dos modos de condução da guerra - tema que interessa primordialmente à discussão que ora estabelecemos - cumpre destacar o modo de organização tática das legiões quando dispostas para combates em solo. A extrema mobilidade as definia no enfrentamento com o inimigo; à imobilidade hoplita opõe-se um modelo de deslocamento da força ofensiva e também uma versatilidade que a mentalidade militar grega pareceu desconhecer. Não raro os planos previamente traçados pelos tribunos sofrem modificações para se adequarem à realidade da batalha. Para que essas manobras pudessem ser executadas fez-se necessário a adoção de padrões organizacionais outros, bem distintos daqueles dos gregos, centrados em formações compactas e quase que destituídas de mobilidade. Uma legião se subdividia em grupos semi-autônomos de combate - invocação tática que não deve passar despercebida - que possuíam denominações e funções específicas. Eram os *Hastati*, *Princis* e *Triarii*. Cada um deles ocupava uma posição diferenciada no desenho tático da luta.

Os romanos incorporaram os dois princípios antitéticos – Diomedes e Aquiles - fundindo-os num mesmo manancial que resultou numa força de combate sem paralelos na antiguidade e que serviria como a matriz de quase todos os exércitos do ocidente pós-medieval. Entre as exceções a serem assinaladas, cumpre destacar a força armada lusitana do período da expansão imperial. A doutrina militar que concedia embasamento à ação ofensiva das tropas de terra e mar contrariava o espírito de organização das legiões romanas e do longo legado evolutivo que elas representavam. O que melhor definiria o desempenho das hordas lusitanas quando postas em confronto com o inimigo seria a imagem já evocada por Brizzi

(2003) para caracterizar o combatente homérico: heroísmo como força sublimadora que deixa o combatente temporariamente sob efeito de uma quase possessão demoníaca. O que se traduz concretamente numa imediata negação do padrão de conduta que caracteriza a letalidade do modo ocidental de guerrear, cujo processo de evolução tático acompanhamos brevemente até aqui.

O procedimento operacional padrão que caracteriza, em sua essência, o desdobramento tático-estratégico dos exércitos de gregos pós-homéricos e romanos possui uma estrutura protocolar que inclui, dentre outras coisas, o combate decisivo, as formações em linha e a disciplina tática. Dos variados relatos que nos deixaram os cronistas portugueses quatrocentistas e quinhentistas infere-se que o modo de condução da guerra dos combatentes que lutaram pelo engrandecimento imperial da casa de Avis era diametralmente oposto a este. Seu símbolo arquetípico não seria Diomedes com sua dimensão inteligente do guerrear, seria antes Aquiles, o impetuoso e desenfreado combatente; o que desdenha da validade de formações, cerrações ou incursões nas quais haja apoio mútuo entre aqueles que nelas tomam parte. O guerreiro solitário confia tão somente no seu valor individual e na eficiência de seu instrumento de luta.

Tendo estabelecido que o ponto de partida desta investigação é a formulação de que durante a expansão imperial dos séculos XV e XVI a força militar portuguesa organizou sua doutrina militar sobre concepções de guerrear situadas à margem do gradual processo evolutivo que remonta aos gregos pós-homéricos, deve-se a partir daqui propor uma resposta para a seguinte pergunta que se impõe como necessária: qual a razão dessa desfiliação ao modo ocidental de guerrear, ou em outros termos, porque os lusitanos adotaram padrões de luta contrários à organização das fileiras em ordem unida quando essa era a prática usual nos exércitos das grandes potências europeias do período? As respostas, ou hipóteses, se farão notar com o desdobramento das discussões que se seguem. A começar com o próximo tópico de discussão, o de uma tentativa de definição do que seria o chamado modo ocidental de guerrear e suas principais linhas de organização tática e estratégica. Esse percurso permite compreender porque a força militar portuguesa combateu recorrendo ao uso de uma mentalidade de luta contrária ao que era tido como a referência moderna no período.

1.2 A CAVALARIA DO MAR E AS FORMAS DE GUERREAR

Há um modo ocidental de guerrear que teria se mantido preservado quase continuamente por cerca de 2.500 anos¹¹. A tese foi proposta por uma corrente de helenistas

¹¹ Sobre o discutido conceito de modo ocidental de guerrear, ver Hanson (2002); Hanson (2012); Keegan (1996); Kagan (2002); Parker (2010)

integrados a centros universitários de cultura anglo-saxã. Ao longo das páginas seguintes defende-se que a força armada portuguesa, ponta de lança da expansão imperial lusitana, não fez uso desse *modus operandi*, atendo-se à utilização de uma arte da guerra que possuía visíveis traços de arcaísmo militar. Via de regra, os modos de condução da ofensiva intercontinental dos monarcas da casa de Avis não podem ser dissociados – notadamente nas lutas travadas em solo – de uma filiação à concepções marciais pré-civilizacionais. Dito em outros termos: os nautas e soldados responsáveis pela edificação de um império marítimo de extensão quase sem precedentes, combateram as formações inimigas adotando padrões de conduta distantes daquilo que uma corrente de historiadores modernos designa como sendo *o modo ocidental de guerrear*.

Segundo Hanson (2002) e Parker (2018) essa concepção tático-estratégica de condução da luta armada possui um conjunto de traços que a diferenciam de outras tradições marciais provenientes da Ásia, África, Oceania ou das Américas. Há uma relação entre guerra e cultura. Diferentes sociedades possuem padrões de conduta das operações militares que refletem seus respectivos estágios de organização social e tecnológica. Na cultura militar do ocidente cultua-se uma ênfase sobre a necessidade de superioridade técnica e na adoção de uma disciplina rigorosa aliada a uma ferocidade que visa primordialmente a aniquilação incondicional da força inimiga. Em razão disso, primeiro cumpre destacar aquele que talvez seja seu fundamento primordial do modo ocidental de conduzir a guerra, a busca pela batalha decisiva.

A guerra praticada por sociedades tribais - na teoria militar conhecida como guerra primitiva - não possui caráter de definição, ou melhor, ela não tem como centro de seu dispositivo tático a obtenção de uma vitória aniquiladora sobre as formações adversárias desferindo sobre ela um golpe decisivo. O guerrear primitivo prolonga-se indefinidamente no tempo e no espaço. Temporalmente falando, a guerra assume feições de uma extensão quase sem demarcação de ponto de finitude. Não há o conceito abstrato de instrumentalidade da violência para alcançar de modo conciso e objetivo metas previamente traçado por um dado grupo humano. Em termos de ambiente, as conduções das operações de combate também desconhecem circunscrições geográficas precisas, ou seja, inexiste o conceito de frente continua de luta na qual devem se desenvolver as operações ofensivas. Nesse contextos todos são combatentes permanentemente mobilizados para uma guerra que não conhece fronteiras claramente definidas.

Campanhas não são antecedidas por um planejamento pré-operacional que defina quais as metas estratégicas serem alcançadas. Confiantes unicamente na ação individual do combatente, a maior atenção é concedida na capacidade deste de abater o adversário numa

investida solitária. A grande contribuição dos gregos – como insiste em destacar Keegan (1996) – para a história da evolução das táticas militares foi a retirar do combate seu caráter ritualístico e adotar como princípio norteador o da aniquilação rápida e decisiva da hoste a ser combatida. A demanda pela batalha determinante – contrapondo-se às manobras infundáveis e inconclusivas, patrimônio das guerras primitivas – se materializa numa doutrina que tem a ofensiva como um de seus eixos. Todos os meios disponíveis devem ser empregados – quando as condições se apresentarem propícias – para colocar as formações inimigas em condições desfavoráveis, potencialmente capazes de fazê-lo reconhecer a impossibilidade de prosseguir lutando. A meta final, portanto, é inabilitar de forma transitória ou definitiva o oponente com máxima economia de custos.

Quando estive no Brasil na condição de mercenário agregado a uma formação militar portuguesa que combateu no litoral do que hoje é São Paulo, o alemão Hans Staden (1974 [1557]) foi aprisionado pelos índios e com eles conviveu por largo espaço de tempo¹². Disso resultou um relato de interesse para antropólogos e para a história militar. A partir do que ali se lê - informações cujo valor pode ser aquilatado quando confrontado com outras fontes anteriores e posteriores a ele - é possível estabelecer uma visão dos desdobramentos táticos de um grupo específico de combatentes que pode ser estendido para outros grupamentos sociais não-ocidentalizados. No relato de Staden, a ação ofensiva dos nativos da aldeia na qual ele esteve prisioneiro, quando lançada sobre as linhas inimigas obedece a princípios normativos menos práticos que ritualísticos; disso resulta, quase sempre, uma guerra de baixa intensidade e de limitada letalidade. O ataque incide sobre pontos aleatórios devido a inexistência de um planejamento pré-operacional que identifique de antemão fragilidades do sistema defensivo a ser desbaratado. A opção se dava por incursionar no território alvo, realizar ações ofensivas e de lá se retirar com máxima presteza, regressando para a proteção da base situada no aldeamento do qual eram originários. Ou seja, essa incursão ritualística não contempla um elemento que é fundamental para a mentalidade ocidental: a batalha decisiva que busque pôr fim à luta num espaço relativamente curto de tempo. O estado de aberta animosidade se prolonga indefinidamente mesmo após a conclusão das operações iniciais contra o dispositivo defensivo adversário.

As guerras intertribais testemunhadas pelos cronistas portugueses que estiveram no território que posteriormente corresponderia ao Brasil atestam em seus relatos que as pugnas coletivas não cessavam com a assinatura de um armistício que firmasse os termos do acordo

¹² A cronística portuguesa que fornece informações sobre os modos de guerrear dos índios que viviam no território que hoje corresponde ao Brasil é ampla. Ver Staden (1974 [1557]); Vicente do Salvador (1979); Lery (1978 [1576]); Souza (1977 [1587]); Para análises teóricas sobre modo de guerrear de sociedades indígenas: Fernandes (2005); Keller (2015).

de paz. Após a incursão inicial, independente do que disso resultasse vencidos e vencedores permaneciam em estado de máxima prontidão, dispostos a rechaçar ou agredir novamente o inimigo. Dessa forma, deve-se falar de um estado de guerra que permanecia latente, inconclusivo e que se alimenta de um incentivo resultante de um círculo de *Vinditas*.

Se o modo primitivo de guerrear é marcado pela hesitação no uso absoluto da força, o mesmo não é válido para seu congêneres ocidental. Clausewitz sintetiza essa concepção ao assinalar que “na guerra a moderação é um absurdo” (2010 [1832], p. 46). O máximo de força deve ser empregado de uma única vez sobre o adversário de modo a fazê-lo aceitar os termos duros da paz ditados pelo vencedor. A luta não se afigura como ato cego de paixão, mas, sim como um desígnio que busca alcançar a realização de uma meta previamente traçada, a de imposição da vontade. Portanto, há nisso uma instrumentalidade do uso da violência coletiva que deve ser canalizada e conduzida para execução de metas que se situam num campo de expectativas muito além dela mesma. A meta ideal a ser atingida é a da submissão da força armada com a qual se confronta no campo de batalha, imposição essa que deve se ocorrer pela aniquilação do seu poder ofensivo. O inimigo deve ser deixado em tal posição de inferioridade ou desconforto que se veja obrigado a renunciar a quaisquer meios de resistência. Não se deve perseverar na luta por mais tempo que o estritamente necessário, daí porque retorna-se ao início das colocações aqui feitas: deve-se buscar a decisão de forma dura e direta.

O instrumento desenvolvido pelo ocidente militar para a realização do desígnio supremo de sua concepção de luta sempre foi, desde os primórdios da Grécia clássica, o uso da infantaria pesadamente armada atuando como força de choque altamente disciplinada. Aqui nos deparamos com o segundo termo caracterizador do modo ocidental de guerrear: disciplina conjugada com ação coletiva. Ela se materializa na imagem de soldados lutando lado a lado e fornecendo cobertura mútua para as suas ações ofensivas e defensivas. Avanços e recuos de natureza tática ou não, sempre obedecendo a rígidos padrões de conduta previamente definidos. O que implica em desprezo pelas incursões individuais e destituídas de ordenamento tão ao gosto das predileções de grupos armados tribais. O combatente de base renega o *ethos* guerreiro das sociedades tradicionais, aquele que se apoia sobre a ação individual materializada num culto a um furor quase possesso. A investida solitária quase cega é substituída pelo cálculo que privilegia a organização coletiva. É um padrão de poder militar dotado de uma singular capacidade de letalidade. Hordas que arremetem loucamente sobre o inimigo, ignorando formas elementares de ordenamento são estranhas à cultura militar do ocidente. Conforme aponta Parker (2010) a noção de liberdade individual se encontra subordinada ao princípio da rigorosa disciplina que faz com que um infante permaneça firme

ao lado de seu companheiro de linha mesmo diante de uma investida ruidosa e desordenada da força opositora.

A doutrina militar dos gregos da era clássica se encontrava embasada sobre uma série de protocolos dentre os quais o da adoção de iniciativa individual "submetida à uma disciplina férrea que dava mais importância à solidariedade de grupo do que ao número de inimigos mortos por guerreiros heroicos" (HANSON, 2002, p. 172). Posicionado nas fileiras, das quais não deveria se afastar sob pena de severa punição, o soldado busca a batalha de choque no corpo a corpo contra seu oponente e aceita a necessidade de uma rigorosa observância ao princípio do ordenamento coletivo de combate. A principal função do guerreiro torna-se a de permanecer firme na sua posição, evitando romper o ordenamento que concede força ao dispositivo tático ofensivo-defensivo. Audácia, astúcia e capacidade de desbordamento importam bem menos que a firmeza de uma linha perfeitamente ordenada e solidamente fincada no exato ponto onde deveria estar.

Contrariando ao que seria esperado em se tratando de uma disciplina tão rígida, em combate vigora a máxima flexibilidade tática. Não se trata de uma força de ataque dotada da agilidade de um paquiderme. O dinamismo tático permite que quando em luta se mantenha a rigidez da linha defensiva - sem a qual todo dispositivo ruiria frente ao ímpeto da investida adversária. Tudo isso deriva de treinamento prévio, de assimilação de padrões coletivos de luta e de uma desidentificação com o *ethos* do guerreiro possesso que confia unicamente no poder de sua iniciativa como instrumento para alcançar a vitória. Nessa ordem de ideias o principal dever do guerreiro é manter-se firme na formação das fileiras - em se tratando, é claro de batalhas anteriores ao advento de armas de fogo de longo alcance que tornaram obsoleta essa formação.

O coronel Ardant Du Picq, em seu estudo sobre infantaria antiga, faz notar que a função da tática é a de estabelecer previamente os meios de organizar a ação propicia para execução de uma determinada meta. A disciplina, assim, visaria a assegurar a concentração de forças "contra o esmorecimento geral dos combatentes" (Du PICQ, 2000, p. 60). Portanto, quando conjugadas disciplina e tática concedem a horda um dos elementos caracterizadores da letalidade ocidental. O culto da valentia que embriaga o combatente, tornando-o cego pelo furor que não mede nem avalia, é submetido a uma estrutura de solidariedade coletiva e corporativista de uma legião de iguais.

Estando estabelecida a provocação de que durante a expansão imperial as forças armadas do reino português combateram fazendo uso de concepções de luta que se situam à margem da linha evolutiva histórico-militar que remonta aos exércitos da falange hoplita grega e que constitui um dos fundamentos do chamado modo ocidental de guerrear, deve-se a

partir daqui direcionar o olhar em outra direção. A questão que há de conduzir as discussões a partir daqui é: quais as razões históricas que permitem compreender o porquê da adoção dos peculiares métodos de combate da força armada lusitana. A presença militar árabe na península ibérica aponta em direção a uma explicação inicial.

1.2.1 A arte da guerra árabe e sua influência sobre o imaginário militar português

A Península Arábica é uma ilha cercada por mares e desertos de singular extensão; Grandes oceanos a separam da Ásia e África e imensas e desérticas vastidões arenosas a isolam dos centros civilizacionais do Oriente Próximo. A geografia isolacionista contribuiu para o desenvolvimento histórico de uma civilização peculiar. O deserto – como observa um dos historiadores da civilização árabe - fez bem mais do que apenas imprimir sua marca sobre a Arábia, isolou-a da região do crescente fértil, dos países do Mediterrâneo oriental e das altas culturas africanas. (MIQUEL, 1971). Sejam por via das areias movediças, com suas perfídias e ameaças de feras que nelas se escondem, ou das águas tumultuosas que produzem ondas e furações que comprometem a navegabilidade, o homem habitante dessa região viu-se continuamente tolhido na sua capacidade de mobilidade à longas distâncias.

Eliminada a aura de heroísmo insubmisso criada pela idealização romântica, a realidade da dura existência dos berberes dos desertos da Arábia que predomina é da perpetua companhia da fome. Em larga medida o *modus operandi* social dessas populações de deslocamento geográfico incessante resulta das contingências de um quadro de acentuada escassez de recursos ligados à manutenção da existência. Vive-se com pouco, apenas o estritamente imprescindível; desconhecem-se luxos de hábitos alimentares, utilizando-se quase sempre de “alimentos crus, de laticínios, e a carne de carneiro ou de caça é exceção que se reserva para grandes dias de festas ou para hóspedes de passagem” (MIQUEL, 1971, p. 28). A sobriedade, ao lado da coragem, é sua virtude capital. Inimigo das moradas fixadas em solo perambula quase que diuturnamente em demanda de melhores pastagens para seus rebanhos ou transportando bens e mercadorias para trocas comerciais nas zonas mais distantes que unem as pontas do grande mar de areia. Nos tempos pré-islâmicos sua unidade social básica era a tribo ao qual o indivíduo se ligava por laços de parentesco e solidariedade mútua. Uma situação de escassez - que pode facilmente modificar-se para a de insuficiência - incentiva o deslocamento contínuo sempre em busca de novas possibilidades a serem adquiridas pacificamente ou por via da força, caso as negociações mercantis fracassem.

Os árabes possuíam concepções de guerrear de sociedades tribais. A coragem, a força e o ímpeto individual de cada combatente que se arroja sobre o inimigo desconhecendo considerações organizacionais coletivas são alguns dos elementos definidores do seu *modus*

operandi militar. As duras condições de existência na península árabe pré-islâmica favoreceram o desenvolvimento de um tipo social endurecido pela escassez. Este é um quase arquétipo de um guerreiro considerado ideal pelo imaginário militar das mais diferentes épocas e localidades. A privação teria despertado nele uma variada gama de virtudes consideradas fundamentais para um combatente de base, dentre as quais o destemor é uma das mais frequentemente citadas na historiografia sobre civilização arábica (JALAL, 2009). Nos modos de condução da guerra por eles adotados, sobressai a ferosidade desordenada de tropas nômades. Muitas vezes esta funcionou como motor de desagregação dos organizados exércitos bizantinos e sassânidas persas. Aliado a isso uma predileção pelo elemento surpresa que se materializava na adoção quase contínua de táticas de incursão sobre zonas controladas pelo inimigo a ser batido. Conquistam territórios implantando progressivamente nas áreas circunvizinhas: um prelúdio da invasão definitiva a ser posteriormente executada. Eleger a incursão como princípio tático fundamental implica – dentre outras coisas – numa forma armada edificada sobre a ação de pequenos grupos de combate dotado de um elevado grau de autonomia em relação à estrutura de comando central – partindo-se do princípio de que ela existisse nas circunstâncias especificadas.

Numa concepção tático-estratégica dessa natureza mobilidade é tudo. Não pode haver formações fixas fundadas sobre linhas sólidas de defesa ao estilo de paredões defensivos de uma infantaria organizada e disciplinada. Impossibilita ainda um sistema defensivo escalonado que possa atuar em conjunto para reprimir uma investida adversária. Ações coordenadas de penetração, retraimento ou perseguição de uma horda inimiga destruída tornam-se igualmente de difícil realização dadas as limitações impostas pelo desenho tático adotado. Inexistindo meios de execução das manobras acima elencadas restaria a movimentação constante e independente de forças intencionalmente fragmentadas para melhor execução dos objetivos estratégicos previamente definidos. Avançando impetuosamente e lançando-se desordenadamente para em seguida retrair com o fim de atrair o oponente para um ponto no qual suas vantagens materiais ou numéricas se mostrem insuficientes para evitar a desagregação definitiva.

Exércitos de diferentes tempos e situados sob diferentes latitudes recorreram à incursão como ordenamento tático por excelência. Embora cada um deles tenha assim agido motivado por circunstâncias específicas historicamente datadas, torna-se possível estabelecer alguns pontos de interseção. O primeiro deles é que grupos tribais ou sociedades nômades de grandes extensões de planícies parecem sentir-se inclinadas a desenvolver métodos de combate que primam pela mobilidade absoluta e pela fluidez – quando estas existem – das linhas de ataque e defesa. O *front* não se mostra claramente discernível, tampouco se encontra

nele a fixidez normalmente associada a um padrão de luta regular. Desse modo ingressamos no segundo ponto a ser citado: a guerra por eles praticada é eminentemente irregular, embora destituída do elemento ritualístico no caso específico árabe pré ou pós islamização da península. Incursionar, dessa forma, significa uma opção por trocar tempo por terreno a ser ocupado. Desdenhando de uma ação convencional de marchar rumo ao território sob controle do inimigo para sobre ele exercer uma ocupação que visa desestabilizar a estrutura defensiva adversária, a meta suprema consiste em fustigar e recuar para a segurança da linha de retaguarda. Nenhuma campanha militar pode ser vencida com recuos indefinidos; a retirada deve estar interligada a uma concepção estratégica mais ampla que busque ver nela apenas um meio de imposição de um fim. Tempo e terreno são essenciais em qualquer ação ofensiva e ambos devem se inserir numa concepção estratégica de amplo espectro, sob pena de perda de foco ofensivo. Atendo-se estritamente aos aspectos puramente militares do processo de expansionismo árabe é necessário formular a questão fundamental: qual seu modo de organização marcial? A historiografia disponível não apresenta discordâncias: seu método de combate assenta-se sobre um termo muito familiar a qualquer estudioso de história militar, a *Razzia* (ou *gazwa*).

A *razzia* é essencialmente uma incursão de proporções grandiosas; sem infantaria pesada, sem apoio de uma retaguarda ou de reservas sólidas, o princípio dominante é o do arremesso potente sobre as linhas desguarnecidas do inimigo. Na sua conjuntura original a meta de luta consistia em assestar um golpe sobre o adversário que reconhecia a validade da estrutura simbólica que sustentava esse modo de guerrear. Portanto, eram cavaleiros entrando em choque com outros guerreiros montados sobre cavalos rápidos e impetuosos. Ou, o que mais comumente acontecia, uma horda de ágeis cavalarianos investindo sobre posições desprotegidas, linhas frágeis e áreas de habitação onde vultosos saques poderiam ser obtidos.

O exército árabe não foi concebido para choques diretos de infantaria ao estilo dos gregos clássicos, das legiões romanas ou dos Francos que os derrotaram na decisiva batalha medieval de Poitiers¹³. Tampouco – como já observou mais de um estudioso – fora concebido para se apropriar de territórios invadidos neles instalando guarnições permanentes como forças de ocupação em um país estrangeiro. Embora fosse dotado de suficiente poderio para alcançar uma destas metas estratégicas ou ambas, a doutrina militar que embasava suas ações ofensivas professava uma repugnância pela execução desse tipo de meta. A partir disso é facilmente dedutível que o dispositivo tático repousava sobre ataques furtivos, incursões

¹³ Poitiers designa uma batalha travada em solo francês no ano de 732 da era cristã. Combateram em lados opostos as forças de Carlos Martel e uma força invasora de árabes que foi derrotada e obrigada a recuar. Ver Le Goff (2002); Weir (2006).

montadas e tocaias. A arte de guerrear árabe pode ser dessa forma sintetizada: claro predomínio da infantaria, cavalaria desempenhando função acessória e confiança na tocaia como princípio tático determinante

Ibn Khaldun (1332-1406), autor de duradoura e reverenciada memória: *Al Muqadimmah* (os Prolegomenos), uma extensa monografia que discorre sobre uma espécie de tentativa de teorizar sobre leis históricas de validade universal, no capítulo XXXVIII, faz uma observação que interessa diretamente à discussão ora aqui realizada, ele analisa criticamente a partir da perspectiva de um nativo da região e de alguém que com ela deve ter mantido contato por observação direta, o modo de guerrear das tribos da península:

Os árabes e a maioria dos povos, que tem por costume combater segundo o sistema de acometer e correr, procuram um ponto de apoio formando uma linha ou barreira com seus camelos e outros animais de carga que transportam suas mulheres e filhos. Chamam essa espécie de entrincheiramento de *Majbuda*. Todos esses povos precedem dessa forma na guerra, a fim de assegurar-se uma defesa contra ataques dos inimigos e uma proteção contra as surpresas e as derrotas. Isso é um fato bem comprovado. As soberanias da nossa época tem descuidado totalmente esta medida, para adotar a da retaguarda formada por bestas de carga que transportam a tenda e a bagagem. Isso não pode ser equivalente a uma linha de elefantes ou de camelos e, por esta razão, as tropas vêm-se expostas à derrota e, durante o combate, estão tentadas sempre pela idéia da fuga. (BISSO, 2005).

As táticas de guerra terrestre dos exércitos da conquista imperial portuguesa dos séculos XV e XVI mantiveram-se fiel à tradição muçulmana das *Gazivas* ou *Razias*, provavelmente herdadas das lutas de reconquista, ou talvez, como quer um historiador militar dos feitos lusitanos no Oriente, resultante de uma adaptação dos cânones ocidentais de guerrear aos padrões locais com os quais se depararam os invasores das terras de oriente e da África (RODRIGUES, 2011). A idéia é a de que a adaptação teria garantido a operacionalidade das incursões predatórias a partir de uma apropriação de saberes e técnicas marciais locais, o que se traduziria numa orientalização e numa africanização da guerra. Em termos daquela, o processo de aclimação militar de se deu por via da incorporação de severas modificações na guerra naval praticada nas zonas costeiras e fluviais; houve uma lenta incorporação de técnicas e táticas de combate sobre plataformas flutuantes de luta. A mais notável dentre elas foi a da redução progressiva do tamanho e peso das belonaves a serem utilizadas para penetração dos cursos de água que conduziam ao interior. Grandes e dispendiosos vasos foram abandonados em favor de veículos menores, dotados de uma

artilharia embarcada de reduzido tamanho e que deveria ser empregada sob novas condições de operacionalidade tática.¹⁴

A africanização teria se dado por via da incorporação ao fazer militar diário das forças armadas portuguesas de saberes nativos de combatentes do continente e também dos mouros habitantes e defensores do cinturão de cidadelas magrebina alvo das incursões predatórias dos portugueses. A doutrina militar da arma terrestre lusitana posta em execução durante as operações de conquista da expansão imperial elegeu como seu *modus operandi* básico a incursão ao estilo dos árabes e das populações nativas do continente negro. Todas as operações ofensivas de infantaria das campanhas africanas descritas pela crônica quatrocentista foram de caráter irregular e de condução puramente incursora. Zurara (1975 [1450]) descreve as operações de conquista de Ceuta por parte dos portugueses como essencialmente ações de incursão. O princípio tático condutor teria sido, para usar a expressão de Luís de Albuquerque (1992), o de correrias desordenadas. Ou seja, a retomada do velho modelo de operação ao estilo de *Razzias* dos árabes.

Nos capítulos que se seguem a temática será alvo de uma atenção mais detida, por ora é suficiente assinalar que as operações de cerco em Ceuta, Alcacér-Ceguer e demais praças magrebina foram executadas por uma infantaria leve, frouxamente disciplinada e conduzida com base em princípios de ação individual de cada combatente que deveria agir quase que isoladamente em sua demanda individualizada por honra e glória em combate. Dessa forma, a ação solitária do combatente de base em detrimento da organização coletiva deve ser vista como manifestação de uma mentalidade guerreira de fidalgos-combatentes integrantes de um modelo de organização “de homens de Estado da Índia que permanecia muito mais próximo da hoste medieval, individualista e anárquica, personificada pelos fidalgos e seus clientes” (RODRIGUES, 2011, p.75).

Taticamente falando, a força militar terrestre portuguesa da expansão imperial combatia *à moda árabe*: cavalgadas de fidalgos impetuosos, ações de combatentes apeados marcadas pela desorganização e iniciativa própria e, principalmente, com o predomínio das *razias*. Ofensivas rápidas ao interior do sistema ofensivo inimigo, seguidas de retiradas e reagrupamento para retomada posterior. O elemento tático predominante era o da incursão de uma infantaria ligeira, desprovida de armamento individual pesado e apoiada por fogo de cobertura de canhões de belonaves. Uma mentalidade ofensiva que desdenhava – e não

¹⁴ Os grandes navios armados de impositivo poder de fogo naval não eram os mais indicados para operações de penetração no interior por via de uso de caminhos fluviais. Os cronistas quinhentistas portugueses mencionam frequentemente operações militares no Oriente que se desenrolavam com o apoio de fogo de cobertura de canhões embarcados em veículos náuticos de pequeno e médio porte. Ver Cippola (1989); Rodrigues (2017); Ribeiro (2017); Carvalho (2017).

possuía meios efetivos de organizá-la – de uma estrutura defensiva de apoio. Um modo de guerrear que se colocava em descompasso com o que era então tido como um padrão moderno de combate.

O reino português parece ter-se mantido distanciado do processo de mudanças nos conceitos e nos modos de combater na guerra que percorreram os quase dois séculos de história europeia abarcados pela expansão do império lusitano. Esse marco no estudo da história das questões marciais do ocidente é conhecido na historiografia que dela trata como revolução nos assuntos militares. Embora o termo revolução deva ser encarado com alguma cautela, visto que o encadeamento dos acontecimentos deu-se de forma lenta e continuada, sem grandes saltos ou rupturas repentinas com o passado. Contudo, lento ou não, o processo de modernização das forças militares de combate em solo não ecoou em Portugal quatrocentista e quinhentista, mantendo-se, dessa forma, preservada uma mentalidade de combate que se fundamentava num imaginário heroico-cavaleiresco e em táticas de infantaria dos Mouros.

A revolução militar consistiu numa série contínua de modificações teóricas e práticas nos assuntos relacionados à guerra. Armas e táticas se encontram indissociavelmente ligadas entre si em qualquer período histórico. E ambas acompanham modificações estruturais no seio das sociedades que as produziram. Entre o fim da Idade Média e início da Idade Moderna uma nova conjuntura histórica favorece o despontar de estruturas sociais que comprometem a visão de mundo e realidade de um sistema feudal. A evolução tecnológica confere novas capacidades à força militar terrestre e naval. De forma mais direta isso implicou – dentre outras coisas – numa ruptura, que não foi necessariamente abrupta, com um passado cavaleiresco, militarmente falando. O distanciamento das práticas medievais de luta resultaram de uma redescoberta das fontes militares da antiguidade clássica que detalhavam o modo de funcionamento das legiões romanas. Aliado a isso, novas estruturas de organização social que permitiram que a modernidade fosse a hora e a vez do homem comum, destronaram a primazia da arma militar da cavalaria.

A cavalaria, assim como a conjuntura sócio-econômica que lhe deu sustentação, entra em colapso. Do ponto de vista militar, ela perde sua eficácia e é destronada pelos combatentes desapeados. A invenção de armas de arremesso por combustão de pólvora torna arremetida de uma carga de cavalaria tão improdutiva quanto desnecessária. E a adoção de novas táticas de ordem unida de um grupo de infantes agindo com rigorosa disciplina nascida de um adestramento prévio compromete a força e uso efetivo de uma arremetida de homens montados sobre cavalos. Uma linha sólida de infantaria disciplinada e armada seja com artilharia portátil, seja com armas de arremesso por força muscular – arcos e flechas ou bestas

– resiste a uma incursão de inimigos montados e pode facilmente desbaratá-los. A História militar elenca nos seus muitos manuais uma série de batalhas emblemáticas que deixam patente o poder da nova arma terrestre formada essencialmente por combatentes de baixa extração social, porém disciplinados como os antigos guerreiros da antiguidade clássica: de Crecy e Poitiers ao desastre de Pávia, na Itália, em 1525¹⁵.

Rigorosamente falando, a chamada revolução militar embasou-se essencialmente em duas grandes matrizes: técnica e tática. Tecnicamente, deve-se falar do desenvolvimento – ou aperfeiçoamento – de artilharia enquanto arma autônoma e de suporte de incursões em solo ou de tropas desembarcadas de plataformas flutuantes de ataque. Armas de arremesso por combustão de pólvora modificam as regras da luta em solo. Permitem combates à distância e incentivam a adoção de novas táticas que unem antigas concepções de combate organizado com modernas manobras derivadas de circunstâncias históricas outras. Taticamente, as grandes modificações foram operadas no modo de condução dos homens no campo de batalha. Os quase dez séculos de hegemonia do guerreiro montado foram suplantados pelo despontar do combatente de base, guerreiro disciplinado, desmontado, armado com instrumentos de atrito à longa distância e – o mais importante – valendo-se de táticas de ordem unida, as mesmas dos legionários romanos. A guerra moderna, portanto, resultava – em termos tático-operacionais – de uma simbiose entre os modelos consagrados de combate em solo da antiguidade clássica e das novas exigências derivadas dos armamentos modernos à base de pólvora.

As evidências colhidas a partir da análise das crônicas portuguesas quatrocentistas e quinhentistas sugerem que o reino de Portugal não se incorporou ao processo de modernização dos exércitos, ao menos não de forma integral, tendo apenas trilhado o caminho do desenvolvimento efetivo da artilharia nas suas duas formas, a portátil e a de arremesso de grandes bólidos explosivos (BARATA, 2005; ESPÍRITO SANTO, 2013). Não se fez revolução militar em termos da infantaria portuguesa que combateu nos dois séculos da expansão imperial, tendo ela permanecido atrelado a uma mentalidade cavaleiresca e a padrões de organização em combate em tudo anteriores aos desenvolvimentos das táticas das legiões romanas. Conforme aponta o general e historiador militar Espírito Santo (2013) teria havido uma resistência por parte da nobreza lusitana que se recusava a adotar padrões de

¹⁵ Crecy (1346), denominação dada a uma das batalhas da chamada Guerra dos Cem Anos. Uma infantaria francesa disciplinada e armada com instrumentos de arremesso foi capaz de deter e desbaratar a cavalaria inglesa. Batalha de Poitiers (1356), um dos últimos combates da Guerra dos Cem anos. Do ponto de vista tático foi também marcado pela hegemonia da infantaria. Pávia (1525), confronto militar integrante da longa campanha conhecida como A Guerra da Itália, de Francisco I, da França. As tropas do imperador foram derrotadas e o imperador obrigado a assinar o humilhante Tratado de Madri. A vitória resultou essencialmente da ação de uma infantaria disciplinada e armada com piques e arcabuzes. Ver Weir (2006);

conduta marcial centrados na ação coletiva de luta em solo – o assim chamado, na bibliografia especializada, de “ordenanças” ou *Soyças*, termo mais frequentemente encontrado na documentação portuguesa. Conforme se pode deduzir a partir da leitura de cronistas como Damião de Góis, das cartas de Afonso de Albuquerque e de alguma historiografia recente, as tentativas de modernização por via da introdução de reformas militares aconteceram nos reinados de Dom Manuel, Dom João III e Dom Sebastião, mas tiveram limitada repercussão prática. Nenhuma das tentativas criou raízes no imaginário militar e muito menos teve o poder de dotar a força armada real de efetiva capacidade de projeção de poder capaz de rivalizar com o que se fazia nos grandes exércitos europeus. Na ordem de batalha de Alcácer-Quibir (1578) consta que as tropas deveriam adotar táticas dos *tercios* espanhóis ou das ordenanças. Sabe-se, contudo, que as manobras foram executadas com imperícia por combatentes superficialmente adestrados nas técnicas modernas. O resultado é conhecido de todos, o desbaratamento da força ofensiva e a perda do monarca Dom Sebastião.

É possível que a mais antiga evidência de uma tentativa de reformulação do poder militar do reino se encontre no conjunto de leis e regulamentações conhecidas como *Ordenações Afonsinas* (1998 [1487]). Nelas, merece especial destaque o *Regimento de Guerra* que dispõe sobre os meios de combate à disposição do monarca e o modo como deveria ser utilizado. A doutrina ali exposta traduz ainda uma organização de combate eminentemente medieval, assentada sobre a força da cavalaria que constituía o centro das disposições ofensivas a serem adotadas em caso de luta. O sistema de organização deixa muito pouco espaço para a adoção de inovações de artilharia ou de infantaria, as mesmas que estava sendo utilizadas pelas potências dominantes no continente europeu.

Conforme aponta o general Espírito Santo (2013), Dom Afonso V e Dom Manuel I tentaram implantar reformas militares de larga escala, nenhuma delas alcançou a meta desejada. Do primeiro sabe-se que se concentrou sobre o poder de fogo impulsionado pela combustão da pólvora. Uma certa historiografia recente sugere que entre o reinado deste monarca e o alvorecer do século seguinte que a grande preocupação da estratégia militar portuguesa recaiu sobre os canhões. Artefatos e construtores foram trazidos do norte da Europa, notadamente da Alemanha, e a tecnologia e o saber foram incorporados aos novos processos de fabricação de uma poderosa artilharia a ser usada como instrumento de projeção de poder. Deve-se observar, contudo, que essa tentativa de “revolução” na artilharia ficou aquém das metas inicialmente traçadas. Não houve modernização efetiva que se traduzisse numa ampliação das capacidades de combate que nivelasse o reino com as mudanças em curso nas grandes potências continentais. A contribuição do rei venturoso foi a tentativa mal-sucedida de adequar as forças armadas de Portugal ao modelo de formação de infantaria então

voga. Baseando-se no modelo suíço de combate terrestre, buscou-se a adoção de estrutura de defesa do império apoiada nas assim chamadas “ordenanças”. De acordo com o que se lê em Damião de Góis, a missão de organizar essa força armada foi entregue a um certo Dom Nuno Manuel.

A estratégia de expansão imperial portuguesa, grosso modo, teve três grandes matrizes: caravelas, fortalezas e artilharia. Três inovações tecnológicas que conjugadas conferiram ao reino de Portugal poder de imposição da vontade sobre rotas marítimas, vias de comércio terrestre e sobre grupamentos humanos potencialmente hostis à ideia de desembarque de uma forma militar invasora. A caravela proporciona a capacidade de projetar poderio bélico à grandes distâncias; plataforma flutuante de ataque, armada com canhões posicionados junto à linha de água e também na amurada, era uma arma majestosa no seu poder de fogo. Capaz de afundar ou comprometer a capacidade ofensiva de belonaves inimigas e de, simultaneamente, apoiar desembarques anfíbios de tropas. As construções fortificadas – sejam elas meros entrepostos comerciais defendidos por guarnições ou estruturas mais sólidas e de maior ambição como o Castelo de São Jorge da Mina - são um símbolo da presença militar lusitana em três continentes. Misto de base de aprovisionamento e apoio para expedições da arma militar terrestre e de centro administrativo que centralizava a burocracia responsável pela organização das ações ofensivas, eram mantidas por tropas de reduzido número e apoiadas por belonaves estacionadas na zona litorânea e por artilharia de terra posicionada nas muralhas.

O império foi forjado pela ação de tropas em solo organizadas a partir de modelos medievais de combate. Os exércitos modernos (com óbvia exceção dos que defendiam as possessões ultramarinas portuguesas) tinham como aspiração ideal uma entremistura de concepções antigas e modernas de uso da força. O objetivo maior era a revitalização do princípio das legiões romanas num novo contexto de predomínio de armas de matar à longa distância.

No sistema militar quinhentista importava antes de tudo a revolução militar da infantaria. A hoste deveria combater essencialmente a pé, em formação cerrada e confiante na capacidade de atrição à distância, seja por meios musculares (bestas, lanças, flechas) seja por combustão da pólvora. Importa sublinhar que, retomando o modelo romano, a força armada não deveria, como outrora, confiar na iniciativa individual de cada combatente. Do ponto de vista tático, fazia-se necessário um equilíbrio entre as armas ofensivas de arremesso manual e as de fogo individual. Uma formação dessa natureza para conseguir o desejado efeito sobre as linhas inimigas não pode prescindir de uma estrutura de comando e de disciplina. O sistema padrão, inicialmente adotado pelos suíços, se valia das formações em quadrado constituída

por infantes e com cobertura de flanco da cavalaria. O termo usualmente utilizado para designá-lo era *ordenança*. Mais que um termo ou um jargão: um conceito tático. Um conceito que se espalhou pelas grandes potências européias servindo como o elemento central de suas respectivas doutrinas de condução estratégica da guerra. A nova concepção de luta implicava numa série de exigências já conhecidas dos exércitos da antiguidade clássica, mas que permaneceram quase esquecidas na Idade Média: cadeia de comando, hierarquia, uniforme, disciplina, ordem unida e soldo fixo. Dito em outros termos, uma profissionalização e racionalização da matança.

O reino de Portugal resistiu à adoção do conceito tático de *ordenanças*. Na cronística da expansão imperial não se encontra registro de ações de luta armada ao estilo das inovações técnico-táticas adotadas pelas nações que disputaram entre si a hegemonia em solo europeu do expansionismo marítimo da casa de Avis. A análise das campanhas ou batalhas de menor extensão descritas pelas penas dos cronistas sugere que uma força militar disciplinada não tenha atuado em qualquer dos três continentes alvo das ações predatórias dos lusitanos. Nos relatos de cronistas que tratam das operações em solo africano – combates de cerco de cidadelas ou lutas em áreas abertas – ou nas descrições das incursões de grande envergadura travadas no continente asiático, não se nota referência direta ou indireta a padrões de combate organizado, muito menos ainda incursões sistemáticas sobre posições do inimigo. *Ordenanças* e *soyças*, dois termos definidores da nova mentalidade militar, são encontrados apenas duas vezes na cronística dos feitos asiáticos. E o contexto nas quais elas surgem sugerem que se tratou de uma menção isolada. Nenhum dos cronistas quatrocentista ou quinhentista faz qualquer menção ao uso tático de uma infantaria que adotasse como princípio o modelo hoplita redivivo ou o modelo legionário adaptado às novas contingências da guerra moderna.

A começar por Ceuta, uma operação executada essencialmente nos moldes da guerra à árabe: correrias desordenadas, incursões solitárias e busca pelos destaque individual dos grandes capitães da campanha que buscavam a obtenção de glória imorredoura em combate. Na *Crônica da Guiné* não há um único registro de ações coordenadas. A mentalidade militar ali vigente é a da demanda incessante pela honradez e pelo reconhecimento de grandes feitos de armas praticados em campo. Os guerreiros agem solitariamente ou em duplas. Lançam-se sobre as formações inimigas desconhecendo qualquer conceito de ordem de combate. Inexiste cobertura, seja de flanco, de retaguarda ou individual. Tampouco pode-se falar de disciplina ou organização do poder ofensivo. Nas crônicas posteriores de Zurara, aquelas que tratam de grandes operações defensivas e ofensivas nas cidadelas africanas conquistadas, percebe-se que o padrão tático sofreu nulas modificações. Os relatos minuciosos, quase dia a dia, das aventuras e feitos dos Meneses deixam em evidência uma mentalidade de combate medieval e

de matriz cavaleiresca. A artilharia se faz presente, na maior parte do tempo sob forma de canhões de médio porte para defesa das muralhas, mas a infantaria que se constitui no ponto axial do sistema defensivo-ofensivo não apresenta traços de modernidade.

A infantaria é a mãe de todas as batalhas, reza qualquer manual de utilização da força militar terrestre desde os tempos da Grécia pós-homérica. A artilharia destrói as fileiras inimigas, mas são os infantes os responsáveis pela ocupação de terreno, ação sem a qual não se obtém êxito em batalhas travadas em solo. Os soldados que combatem a pé se constituem na ponta de lança de qualquer ação ofensiva de larga escala. Todas as demais armas atuam elementos de cobertura ou de apoio dos incursores.

Não havendo modernização da infantaria portuguesa que combateu pela edificação do império portuguesa, o modelo de conduta em luta afigurava-se como de ação individualizada, centrada nos conceitos de honra e glória e na inexistência de táticas de ordem unida e de disciplina corporativa.

As peculiaridades inerentes ao empreendimento imperial lusitano em certa medida explicam o porquê da preservação de arcaísmos militares nos modos de conduzir a guerra. Um império marítimo, ao estilo do Fenício ou do cretense, que não almejava incorporações territoriais de grande monta, não necessitava de grandes contingentes adestrados de acordo com as mais modernas técnicas de luta. Os adversários enfrentados na maior parte das campanhas não se encontravam simetricamente emparelhados técnica ou taticamente falando. A superioridade naval portuguesa permitiu o livre trânsito de sua marinha por mares e oceanos do oriente e das Américas. A ausência de inimigos dotados de um aparato bélico superior contribuiu, por seu turno, para a excessiva lentidão do processo de mudança da constituição interna das forças armadas do reino.

Inexistindo uma grande ameaça estratégica ao expansionismo imperial, a arma militar terrestre portuguesa manteve-se atrelada a uma mentalidade de combate que tinha em Aquiles o seu modelo arquetípico: ímpeto e voluntariedade associados a uma ferrenha indisciplina que só encontra paralelo nos exércitos árabes e nas suas *razzias*. Obviamente, ele não se constitui num método original de combate, ao contrário disso, ele se mostra tão antigo quanto a guerra. É de arcaísmos militares que os combatentes portugueses se valiam ao tentar executar ações cavaleirescas num tempo cujas regras de combate foram modificadas pela invenção da pólvora.

E pode ser melhor evidenciado com a análise da doutrina de combate empregada pela maior força militar europeia do quinhentismo: o disciplinado *Tercio* espanhol. No sub-item que se segue a atenção recai sobre os métodos, táticas e estratégias utilizadas pela infantaria espanhola em algumas das batalhas de conquista da América pré-colombiana. Tenciona-se

evidenciar o distanciamento do modelo de luta armada português em relação a doutrina militar vigente no velho continente.

1.3 A CONQUISTA ESPANHOLA, A GUERRA MODERNA E O IMAGINÁRIO CAVALEIRESCO DA EXPANSÃO IMPERIAL PORTUGUESA

Os espanhóis realizaram a conquista das Índias Ocidentais de forma concomitante à segunda fase da expansão imperial portuguesa.¹⁶ O desembarque de Colombo nas Bahamas se deu sete anos antes da chegada de Vasco da Gama à corte do Samorin de Calicut. A motivação de ambas as expedições foi a mesma: a demanda por um caminho marítimo para o oriente rico e abarrotado de especiarias. Embora o fomento expedicionário tenha sido o mesmo, os objetivos finais, as metas estratégicas eram de natureza distinta. Se os lusitanos foram ao subcontinente indiano em busca de “cristãos e especiarias” (conforme nos afiança um dos membros da tripulação no diálogo reproduzido ou ficcionalizado por Castanheda, 1979 [551])¹⁷, os nautas e soldados de Castela cobijavam primordialmente minas ou fontes produtoras de metais preciosos. Três foram os grandes marcos iniciais da conquista espanhola da América: o desembarque de Colombo, em 1492; a conquista da civilização Azteca, em 1519; e a derrocada do império Inca, em 1532.

Nas páginas do *Diário de Colombo* – em verdade seria melhor dito, na versão editada que deste importante documento nos chegou - somos informados que desde o desembarque nas praias do Caribe, os espanhóis almejavam claramente um objetivo supremo: o acúmulo de ouro para ser transportado para suas majestades de Castela¹⁸. Não se encontra referências a qualquer desígnio comercial. Se Vasco da Gama tencionava estabelecer laços de comércio com os potentados com os quais se avistasse, o almirante genovês e seus companheiros anelavam metais preciosos. Do contato inicial com os nativos Tainos, primitivos habitantes da região, resultou pequena porção do cobiçado metal, mas o suficiente para atizar a cupidez espanhola. Sabe-se que a essa primeira incursão se seguiriam mais três viagens capitaneadas por Colombo das quais resultaram a certeza da existência de fontes produtoras em grande escala da tão almejada mercadoria e edificação de uma estrutura de comando administrativa das ações das forças invasoras centralizada na ilha Fernandina (Cuba).

¹⁶ Para os fins da presente pesquisa, expansão imperial portuguesa pode ser segmentada em dois momentos interligados: da conquista de Ceuta (1415) até a chegada de Vasco da Gama ao subcontinente indiano, 1499; a segunda, de 1500 a fins do século XVI.

¹⁷ Fernão Lopes de Castanheda (1500- 1559), cronista português autor de *História da Descoberta e Conquista da Índia Pelos Portugueses*. A referida obra será objeto de análise no capítulo 04 da pesquisa que o leitor tem em mãos.

¹⁸ Os monarcas do Reino Espanhol.

Da sangrenta e longa conquista da América cumpre destacar um momento que condensa em si mesmo todos os demais: a aniquilação da complexa sociedade dos Astecas. A opção metodológica se faz tendo em vista que desta ação resultou abundante massa documental constituídas de relatos de primeira mão de membros das expedições predatórias, de religiosos que as condenaram e de proto historiadores quinhentistas espanhóis que escreveram relatos detalhados das ações militares. O acervo documental é rico e permite estudar os métodos de combate dos invasores e contrastá-los com aqueles postos em execução pelos conquistadores portugueses que no mesmo período se assenhoreavam de praças-fortes em solo africano e estabeleciam um império marítimo na Ásia. Destaque-se, por fim, que as incursões em terras do México se processaram dentro de uma delimitação espacial relativamente curta e próxima e que seus principais protagonistas foram contemporâneos e partilhavam de concepções de luta que espelhavam a doutrina militar vigente na Espanha. Portanto, analisar as expedições que realizaram e as ações de extermínio que empreenderam pode permitir uma melhor compreensão dos modos de condução da guerra postos em execução pela revolução militar moderna, da qual a força armada lusitana manteve-se apartada.

Dos protagonistas da conquista dois tiveram um destino excepcional. A posteridade conferiu a eles e aos feitos praticados uma aura de excepcionalidade mítica encontrável nas sagas heróicas da antiguidade clássica. A leitura de relatos biográficos de Cortez e Pizarro deixa no leitor a impressão de ambos possuíam pouco em comum além da ambição desmedida. A presença deles no Caribe, na ilha Fernandina (Cuba), data dos anos imediatamente posteriores ao desembarque de Colombo. Consta que o futuro conquistador do México tenciona integrar-se como membro da tripulação da terceira viagem de Colombo, só não concretizou seu intento por ficar retido a contragosto num leito, recuperando-se de ferimentos advindos após tentar seduzir uma mulher casada (BERNARD e GRUZINSKI, 2001). O incidente anedótico ou não é repetido por mais de um historiador moderno e nele geralmente se vê um dos traços da personalidade do capitão espanhol: a cupidez. Quando da conquista da civilização inca, Pizarro era homem de mais de cinquenta anos. Cortez ao penetrar em Tenochtitlan, capital da coalizão de tribos astecas, era um moço ainda, pouco mais de trinta anos. Um ex-letrado, mau aluno de latim, soldado de profissão e por vocação. Francisco Pizarro, filho bastardo de um fidalgo rico, disso não extraiu grandes proveitos econômicos ou sociais. Não possuía formação militar, era analfabeto, mas dotado de uma natural capacidade de comando. Ambos, agindo isoladamente e em contextos geográficos distintos, com o auxílio de tropas nativas locais, subjugarão nações de grupos americanos nativos dotados de um poderio bélico superior (SALMORAL, 1990).

O primeiro ato do drama, a primeira incursão predatória que marcaria o início de um genocídio de proporções continentais, teve uma gênese discreta e pouca auspiciosa. Baseada na coleta de informações realizadas por flotilha anterior, a de Pedro de Grijalva, que dois anos antes havia incursionado pelo litoral do Golfo do México e desembarcado timidamente em terra, em 1519 parte da ilha Fernandina a primeira frota de invasão do continente sob comando de um ex-estudante da universidade de Salamanca, Hernan Cortez. (BERNARD e GRUZINSKI, 2001; HERMANN, s/d).

Dando crédito ao que consta num dos relatórios redigidos pelo próprio comandante-em-chefe da força expedicionária invasora, ela seria inicialmente composta por cerca de quatrocentos homens de armas, dezesseis cavalos, 32 escopetas e quatro canhões (CORTEZ, [1519], 2007). Um número que impressiona se comparado com o poder de mobilização dos adversários que punham em luta centenas de milhares de combatentes locais acrescidos de membros cedidos pelas demais tribos da coalizão. Contudo, é necessário sublinhar que esse número inicial de invasores apresentaria um crescimento que quase a duplicaria meses após o desembarque inicial. Um contingente auxiliar foi enviado pelo governador Diego Velasquez com o intuito de aprisionar Cortez, que habilidosamente reverteu a situação e incorporou a nova força ao seu numerário na arremetida final à capital inimiga. Portanto, ao fim o exército invasor seria composto por quase mil homens de armas.

O retrato que a posteridade traçou dos conquistadores é de uma brutal truculência. Uma anedota histórica posterior à conquista e que circula nos textos de alguns cronistas fazia de Francisco Pizarro um piolhento filho bastardo, enjeitado pelos pais, largado numa floresta do interior da Extremadura e que teria sido criado e alimentado por uma porca (BERNARD e GRUZINSKI, 2001). A carnavalização propositada do nascimento heroico-lendário dos irmãos Rômulo e Remulo foi aplicada ao conquistador espanhol com o evidente fim de realçar algumas das qualidades negativas a ele atribuídas. Pizarro era analfabeto e foi criador de porcos nos anos de primeira juventude, sendo aceitável que sobre ele paire a acusação de total ausência de refinamento. Hernan Cortez não se enquadra nessa categoria de soldados-brutamontes ou aventureiros ignorantes. De ambição desmedida, como todos os outros incursores estrangeiros das terras ameríndias, possuía uma certa formação cultural. Originário de uma família de militares que tiveram participação destacada nas batalhas finais da reconquista, ingressou cedo na carreira militar e muito jovem, tendo por volta de vinte anos, desembarcou nas Antilhas, no rastro de Colombo, disposto a enriquecer a qualquer custo ou morrer tentando, a ocupação clássica daqueles homens de então.

Há dois grandes relatos de testemunhas da aniquilação dos antigos mexicanos - recorde-se que os Aztecas denominavam a si mesmo de Mexicas - o do soldado Bernal Diaz

Del Castillo, redigido décadas após os acontecimentos testemunhados, quando seu autor já era um octogenário e o do próprio comandante das operações. Hernán Cortez, enquanto narrador de seus feitos e de outros que o acompanharam, adota uma postura que pode ser bem definida como eminentemente altaneira. Seu texto é seco, elegante, duro e direto. Não se encontram nele referências desnecessárias ou juízos de valor. Por vezes se mostra quase ausente, como se apenas tivesse assistido a tudo com a função única de registro, como um escriba. O relatório escrito para o imperador Carlos V (*Charles de Gent*) é composto por cinco cartas que sobreviveram. A campanha é narrada com minúcias desde o desembarque no litoral do Golfo do México ao passeio final nas ruínas da capital inimiga.

Se Cortez como narrador é altaneiro - quase soberbo, parecendo ver todas as cenas do alto de uma colina na qual se posta como um escriba - ele não se furta em variados momentos de uma postura de dissimulação. O autor do relatório não se volta para uma tentativa de justificar os atos praticados, limita-se a narrar com objetividade como se não tivesse interferido no fluxo dos incidentes. Para com as populações alvo das ações de rapinagem nenhuma palavra é emitida, não há condenações para com padrões de comportamento ou elementos de cultura, também não há qualquer traço de solidariedade ou de reprovação para com os muitos crimes cometidos por seus soldados.

Um dos elementos que distinguem o expansionismo lusitano do espanhol é que este último não se limitou a uma tentativa de impor comércio pela força, ele foi, de fato, uma conquista militar em larga escala. A primeira operação em solo inimigo foi comandada por Cortez e se encontra descrita nas suas quatro cartas que sobreviveram. A referência inicial a um combate armado encontra-se na primeira das citadas missivas enviadas a Carlos V. A correspondência está datada de 10 de julho de 1519.

Tendo realizado um bem sucedido desembarque anfíbio que não encontrou qualquer resistência por parte dos nativos, a força expedicionária marcha rumo ao interior em demanda do poderoso reino acerca do qual tantos rumores lhes chegaram aos ouvidos. A maioria das tribos avistadas não demonstram hostilidade, oferecendo hospitalidade e reforços para os intentos dos conquistadores. Embora Cortez silencie a respeito deste ponto importante, parece evidente que a ausência de ânimo hostil se deve à notícias que circulavam entre os indígenas acerca dos massacres cometidos nas porção insular do continente; cautelosamente, os potentados locais optam pela diplomacia. Postura que não foi extensiva à totalidade dos grupos contatados. Um desses aldeamentos, acerca do qual o narrador poucas informações oferece, recusa-se a ceder alimentos e abrigar a grande força militar que incursionava por suas terras - e que a essa altura já contava com o acréscimo de tropas " auxiliares" constituída por

aborígenes locais. Temos neste ponto a primeira batalha e a descrição inicial de como os espanhóis se portam em combate.

Cortez dividiu suas tropas em dois grupos: uma parte deles navegou por via fluvial com intenção de encontrar locais de saque, enquanto o outro contingente seguiu a pé para dar cobertura aos embarcados em sendo necessário. E tática simples provou-se valiosa. Um aldeamento resistiu e negou-se a qualquer negociação com os europeus e seus aliados. A reação empregada obedeceu ao seguinte ordenamento tático: uma força de reação rápida foi lançada em solo, desembarcando do Bergantin (uma pequena embarcação do tipo Galé. Impulsionada à velas ou remos). A quantidade deles não é especificada, mas nos é informado que portavam algumas poucas armas de fogo portátil e armamento convencional de luta próxima, espadas e lanças com apoio de lançadores de projeteis por força muscular. Antes da invasão da infantaria os pequenos canhões embarcados dispararam uma salva de cobertura. O avanço dos infantes foi feito sob cobertura de artilharia. Registre-se ainda que a coluna que seguia a pé realizou uma ação de investida pela retaguarda inimiga, desse modo envolvendo-o numa manobra de pinça. (CORTEZ, 2010 [1519], p.24-25).

Dessa primeira incursão cumpre destacar algumas questões essenciais. Primeiro, toda a ação se deu sob prévia coordenação, inexistindo a predominância do ímpeto guerreiro ou do virtuosismo cego próprio dos heróis das sagas de Homero e das narrativas dos cronistas portugueses da conquista. Aqui se vê a grande distância que separa o uso de táticas de ordem unida do modelo de *razia* empregado pelos lusitanos nas suas incursões. O heroísmo individual é substituído pela disciplina que coordena as ações visando sua maior eficiência e ampliação da capacidade de letalidade em combate. Não se trata necessariamente de um princípio novo - conforme já foi dito em páginas anteriores deste trabalho -, os romanos já faziam uso dele. A doutrina militar renascentista fez renascer o conceito tático e o inseriu num novo contexto de operacionalidade que desdenhava das concepções medievais cavaleirescas de incursão solitária do combatente. A perícia técnica e tática só pode ser alcançada com treinamentos, o que implica numa mudança de mentalidade militar que deixa os portadores de armas nivelados numa mesma perspectiva de medianidade. Alguns dos homens que integravam a força expedicionária de Cortez eram veteranos de combates em larga escala e integram os exércitos do *El Gran Capitan* Gonçalo de Córdoba na Itália e em lutas contra os Turco-Otomanos (HANSON, 2002).

O exército espanhol foi a grande força militar quinhentista. Tendo lutado em distintas frentes de combate em nome das metas e interesses da dinastia dos Habsburgos. Nela adquiriu experiência direta de luta e pode testar as táticas ofensivas que seriam postas em uso na conquista da América. Cortez demonstrou no primeiro relato de luta contra os nativos que

suas forças - ao contrário do dispositivo ofensivo-defensivo dos indígenas - era ineficiente e contrário à razão, desprezando uso de táticas de batalha de infantaria em massa que visa aniquilar o adversário por meio de soldados atuando juntos numa formação em quadrado apoiado por salvas de tiros de artilharia. A cavalaria também tinha o seu papel, ele foi desempenhado neste primeiro combate: arma de cobertura de flanco dos infantes ou instrumento de ruptura da linha inimiga.

Em nenhum momento desta primeira ofensiva os espanhóis descritos no texto de Cortez cogitaram executar manobras ao estilo daquelas que os cronistas afirmam que os portugueses executam. Não surge em cena nenhum personagem que desempenhe uma função comparável (taticamente falando) a de um Dom Henrique na tomada de Ceuta, conforme a descrição de Zurara. Os soldados não arremetem para frente como possessos, tampouco parecem preocupar-se com demonstrações de coragem individual que lhes permitiria obtenção de honradez. Estes conceitos não são evocados pelo narrador que se mantém ao longo de todo o texto com postura sóbria e atentando sempre para os detalhes técnicos da condução dos homens em luta. Importa para eles destroçar o dispositivo tático adversário com máxima brevidade de modo a evitar perdas humanas.

Como a pantomima que anuncia o espetáculo principal, essa primeira ofensiva foi apenas parte de um esforço preliminar visando a meta final: a batalha urbana pela posse da capital inimiga - Tenóchtitlan - e de todas as riquezas ali armazenadas. Na terminologia militar moderna seria qualificado como operações preliminares de limpeza. O variado conjunto de grupos tribais submetidos à dominação dos Aztecas habitavam em vales próximos a rios ou montanhas próximos ao centro administrativo da confederação. E sobre estes povos cujos nomes ou etnias não foram dados a conhecer, Cortez lança uma ofensiva impiedosa. Os massacres se sucedem, uma após outra, as aldeias são pilhadas e seus habitantes – os que não escaparam para as regiões mais altas - mortos sem qualquer consideração humanitária¹⁹. A segunda carta narra o percurso empreendido com macabra riqueza de detalhes e se constitui numa amostra dos métodos de combate dos espanhóis.

¹⁹ Veja-se um trecho das caretas de Cortez: Aquela noite estabeleci meu forte junto a uma pequena torre de ídolos, no topo de um monte. No dia seguinte, deixei ali duzentos homens e toda a artilharia, saindo com a cavalaria e mais cem peões, quatrocentos índios que trouxera de Cempoal e trezentos Iztaemestiran. Antes que os nativos pudessem se juntar, queimei seis pequenos povoados e prendi e levei para o acampamento quatrocentas pessoas, entre homens e mulheres, sem que me fizessem qualquer dano. [...] antes do amanhecer do dia seguinte, tornei a sair com cavalos, peões e índios e queimei dez povoados, onde havia mais de três mil casas. [...] E depois de estar algo descansado, saí uma noite com os peões, índios e cavalos, e antes que amanhecesse dei com dois povoados onde matei muita gente. [...] Como os tomei de surpresa saíam desarmadas pelas ruas e as mulheres e as crianças desnudas pelas ruas. (CORTEZ, 2010 [1519], p 41-43)

Das operações de limpeza para o centro da ofensiva, aquela que mais de perto nos interessa. A batalha urbana pela posse da capital é o epílogo da tragédia. Como qualquer combate urbano antigo ou moderno ele foi sangrento, duro e brutal. Ao fim do qual restaram ruínas fumegantes, corpos apodrecidos nas ruas, doenças, fome e longa multidão de refugiados a marcharem para longe de seu local original de habitação, com a devida autorização da nova autoridade conquistadora. (CORTEZ, 2010 [1519]).

A luta interessa mais de perto porque ela envolveu o maior contingente de tropas de ambos os lados envolvidos na contenda. Por isso a análise dessa batalha permite uma mais perfeita visualização dos modos de combate propostos pela revolução militar renascentista adotada pelo exército espanhol.

Acompanhando o relato de Cortez, fica claro que a batalha de Tenóchtitlan envolveu duas fases distintas que se estenderam por alguns meses. Entre ofensivas e recuos, incursões e desbaratamentos sucessivos, alianças e traições de parte a parte, meses e meses se escoaram até a obtenção de uma resolução final. No primeiro momento, os conquistadores espanhóis penetram na capital inimiga por via pacífica e são recepcionados com hospitalidade. O dirigente máximo Asteca, Montezuma, um homem titubeante de cerca de 50 anos, é feito refém e mantido cativo pelos invasores. Os motivos que explicam a inusitada calorosa recepção aos invasores não estão suficientemente claros - embora explicações e teorias não falem -, assim como não parece perfeitamente discernível a razão última da reviravolta que redundou numa reação armada contra a presença estrangeira na cidade.²⁰ Sitiados dentro de um espaço urbano habitado por uma população hostil, Cortez não somente resisti ao cerco ao prédio onde se encontrava alojado com seu refém e seus homens de armas, como também fura o cerco e avança lutando para fora do perímetro urbano. Disso resultará o mais conhecido episódio militar da conquista da América espanhola: *La Noche Triste*²¹.

De quais dispositivos táticos Cortez fez uso nessa primeira fase da batalha de Tenóchtitlan? Acerca disso, o relatório não deixa margem para grandes questionamentos. O

²⁰ Permanece ainda sem resposta o porquê da efusiva recepção do Imperador Azteca Montezuma aos invasores provenientes de alhures. As atrocidades cometidas pelos espanhóis no percurso que antecede a chegada em Tenochtitlan já eram conhecidas pelo monarca. Porque então os estrangeiros não foram recepcionadas como adversários temíveis? As respostas propostas são das mais variadas, sendo que a maioria delas orbita em torno de uma suposta associação entre os invasores e figuras da mitologia Azteca. A principal delas, Quetzalcoatl, espécie de junção entre divindade e herói mítico-civilizador, de acordo com o que se lê em alguns cronistas, seria um homem dotado de um biótipo físico similar aos europeus, incluindo uma espessa barba. Para o imaginário religioso Azteca, Cortéz seria essa divindade retornando para junto de seus fiéis. Ver Bernard e Gruzinski (2001); Bethell(2012);

²¹ Termo pelo qual é conhecido uma das batalhas da conquista espanhola da América, operação militar que teve lugar na cidade de Tenochtitlán, capital Azteca, em 1520. Os espanhóis protagonizaram uma custosa retirada que quase lhes rendeu a completa aniquilação da força expedicionária. Segundo relatos de validade duvidosa, Hernan Cortez diante da visão do fracasso teria chorado amargamente sob uma árvore, daí o nome da batalha: a noite triste.

narrador se demora nas questões marciais, isso parece despertar-lhe um secreto prazer. Graças a ele torna-se tarefa pouco dificultosa reconstituir e analisar os modos de condução da guerra por ele empregados. Fica patente desde o início da penetração na cidadela inimiga que os espanhóis combatem com ordem. Por mais de uma vez o narrador refere-se a medidas defensivas ou ofensivas por ele tomadas para desbaratar um ajuntamento inimigo ou para se proteger de uma incursão deles. Estas medidas envolvem subdivisões da força invasora em pequenos grupos semi autônomos de combate que se apóiam mutuamente. As pequenas frações da tropa movimentam-se a pé, portando objetos perfurantes-cortantes ou instrumentos de arremessos de projéteis. Recebem cobertura de avanço oriunda de armas de fogo portáteis, de canhões de médio porte e da pequena força montada sobre cavalos. Os grupamentos com diferentes funções agem sob coordenação, medida necessária tendo em vista a inferioridade numérica:

Eu sai da fortaleza, [o edifício onde se encontravam sitiados] tendo mandado para um outro lado um capitão com duzentos homens. [...] Aproveitei a noite para reparar os estragos da fortaleza, principalmente os causados pelo fogo, e para tratar os feridos, que eram mais de oitenta. [...] Passamos aquela noite e outro dia preparando três engenhos de madeira. Consistiam em grandes coberturas de madeira, onde iam até vinte escopeteiros e balisteiros, os quais ficavam a salvo das pedras e flechas. Enquanto nossa artilharia ia afastando e matando os índios, outros dos nossos homens iam avançando com machados e picaretas e destruindo as casas e barricadas que eles haviam montado nas ruas. Depois de cessados os combates, decidimos fazer um levantamento de nossas perdas e constatamos que morreram cento e cinquenta espanhóis, quarenta e cinco cavalos e mais de dois mil índios que serviam aos espanhóis. (CORTEZ, 2010 [1519], p. 79-80).

A segunda e definitiva fase da conquista espanhola da civilização Azteca foi executada com eficiente brutalidade. Após a retirada do perímetro urbano indígena, os invasores conseguiram restabelecer suas forças desgastadas pelo duro combate. Arregimentam reforços vindos das bases de retaguarda situada na porção insular do continente, armas e homens melhoram o poder de fogo da força expedicionária. Uma série de nações de nativos também se une ao esforço ofensivo, disso resultando uma gigantesca coluna de tropas dezenas de milhares de tropas auxiliares armadas com seus instrumentos de morte. O plano final da investida de Cortez era simples e sem grandes complicações táticas. Ele previa um deslocamento de quatro destacamentos rumo ao aglomerado urbano adversário. Cada um deles estaria sob comando direto de um de seus capitães, veteranos de batalhas anteriores (Alvarado, Olid e Sandoval). O comandante estaria a frete da quarta coluna a avançar em bergantins pelas águas do lago Texcoco (HANSON, 2002). Uma clássica manobra de cerco das forças inimigas, mas não da área urbana em si. Para obter vitória, era necessário além de

derrotar o exército adversário também arrasar toda a resistência centrada no interior da cidadela. Manobra que foi fielmente executada. A capital inimiga sucumbiu e com toda e qualquer possibilidade de o inimigo prosseguir a luta.

A segunda e definitiva batalha pela posse de Tenóchtitlán foi travada e vencida com o auxílio dos mesmos dispositivos táticos que garantiram a supremacia no primeiro embate. Os espanhóis portaram-se em campo com o mesmo padrão tático em ambas as ocasiões. Ao longo de toda a campanha de conquista da América o exército invasor não atuou de forma contrária a esses princípios. Disciplina, organização prévia, treinamento e subordinação aos princípios de uma doutrina militar que desdenhava da validade de ações individuais de combate.

A conquista espanhola possui uma outra testemunha ocular, autor de um relato meritoriamente célebre. O soldado Bernal Diaz Del Castillo combateu sob as ordens de Cortez e participou das expedições anteriores de exploração do vale do México, tendo dessas aventuras deixado minucioso relato. São duas narrativas que oferecem uma variegada gama de informações sobre o desenvolvimento das operações de combate. A do comandante da ação é mais contida e de caráter sintético, prendendo-se ao estritamente necessário em termos da descrição das batalhas. O subordinado construiu uma narrativa de maior abrangência, abarcando um período imediatamente anterior ao desencadear das ofensivas lançadas sobre os Aztecas. Dell Castillo reconstitui com riqueza de detalhes as disputas armadas travadas pelos expedicionários da primeira exploração preliminar da costa e área litorânea do Golfo de Yucatán. Há inúmeros relatos de recontros com populações locais que se mostraram hostis ao desembarque dos nautas e soldados do capitão Juan de Grijalva. Embora dotados de estilos diferenciados, ambos os narradores não apresentam discordâncias no que tange aos modos de guerrear adotados pela militar invasora do continente americano.

Embora adotando estilos e perspectivas diferenciadas em suas respectivas narrativas, os cronistas da conquista não apresentam discordâncias significativas no que tange aos modos de guerrear adotados pela força militar invasora do continente americano. Bernal Diaz Dell Castillo também foi um soldado e testemunha ocular das duas batalhas pela posse da capital Azteca. Seu relato é consideravelmente mais extenso que o de Cortez, mas em termos das questões de condução tático-estratégica da contenda dele pouco difere no seu relato. A Espanha possuía um exército disciplinado, veterano de combates sucessivos contra potência européias desde o século anterior. Foi um dos primeiros países do velho continente a incorporar os princípios da revolução militar. Ainda está por se fazer um estudo exaustivo dos homens envolvidos na conquista do novo mundo, do que os teria motivado e seus antecedentes militares (BERNARD e GRUZINSKI, 2001). Sabe-se, contudo, que grande

parte deles possuía experiência militar direta resultante da integração à força armada espanhola que combatia em solo europeu nas muitas guerras da casa dos Habsburgos espanhóis. As muitas vitórias alcançadas em variados campos de morte foi resultado direto da adoção de novos engenhos tecnológicos, da execução de uma doutrina militar assentada nas práticas das legiões romanas e de um sistema de organização e comando que não encontrou rival por quase um século.

Cortez disso oferece um exemplo na terceira missiva enviada ao Imperador Carlos V. Descrevendo ao jovem monarca o dispositivo tático adotado contra uma coalizão de tribos adversárias, ele estabelece o desenho defensivo adotado por uma de suas colunas de pelotão avançado - usando uma nomenclatura moderna. Não há complexidade alguma no sistema de organização por ele adotado, mas ele deve ser sublinhado por comprovar que o exército espanhol estava retomando o mesmo padrão organizador das legiões romanas. O destacamento possuía uma vanguarda apetrechada para a batalha, formada por uma cavalaria pesadamente armada, estando situada no centro a infantaria ligeira; uma retaguarda composta por artilharia e, como na disposição clássica das legiões de César, dando cobertura nas alas, tropas auxiliares composta por grupos nativos.

Conforme já apontado, não há inovação ou um complexo raciocínio militar orientando a organização desse dispositivo tático. Ele é romano na sua origem. Os espanhóis dele fizeram uso em muitas e diversas ocasiões ao longo do desenrolar da conquista da cidade de suas cercanias. Em nenhum momento das narrativas dos cronistas o leitor se depara com ações isoladas de heroísmo. Cortez e Dell Castillo referem-se a ordenamento pré-batalha e a manobras executadas enquanto ela se desenrolava. Portanto, agiam sempre como soldados profissionais, o que implica em dizer: atuavam como soldados, não como *Guerreiros*. Não eram mais *Bellatores* e, sim, meros defensores de idéias ou metas que os dirigentes do organismo político desejam alcançar. A perda da individualidade significa também dissociação de uma estrutura de imaginário construída em torno desse *modus operandi* militar. Os combatentes espanhóis das crônicas em momento algum parecem cogitar a validade de termos como “acrescentamento da honra”, reconhecimento pelos feitos praticados em ação ou engrandecimento do nome.

Na cronística lusitana da expansão imperial não raro encontramos cenas que descrevem a nomeação de um dos envolvidos numa dada ação para ingresso na sagrada ordem de cavalaria. Na *Crônica da Guiné*, (1973 [1453]) de Zurara, pelo menos meia dúzia de personagens passam por esse rito cerimonioso após terem executado captura de um ou mais membros de uma das tribos de Azenegues africanos. Aqueles que não foram contemplados com essa honrosa sagração suspiram ruidosamente pelo encontro com um feito

militar aventureiro que lhes permita a obtenção da necessária glória para ingresso na ordem. Disso resulta sérias implicações práticas para a conduta da guerra lusitana nos tempos da expansão ultramarina. Sendo a aspiração pela glória uma das causas impulsionadoras do comportamento individual e coletivo dos combatentes de base e de seus comandantes, a disciplina e táticas de ordem unida são relegadas ao esquecimento, ou talvez seja mais bem dito, são associadas a um comportamento desonroso e vexatório. Como pode um fidalgo comprometer-se a marchar em cadência de combate, comprometendo-se a sustentar a defesa do seu companheiro de armas que caminha a seu lado? A honra só pode ser solitariamente obtida por mérito pessoal e intransferível. E quanto mais feitos o guerreiro houver praticado maior será sua honradez e renome imorredouro entre seus pares.

Parece pouco crível a argumentação de que o reino português desconhecia as técnicas de luta armada organizada das legiões romanas. Oliveira Marques (1987) registra que no Portugal quatrocentista havia circulação de textos teóricos sobre estratégia e tática militar. Observa ainda que Dom Duarte possuía uma tradução (feita por seu irmão, o infante Dom Pedro) do tratadista romano, o célebre Vegécio. Fica patente que a tradição marcial da antiguidade clássica não era desconhecida da elite dirigente do reino. O *modus operandi* das legiões e a estrutura teórica que lhes concedia sustentação eram conhecidos, apenas não eram considerados como o meio mais eficiente de opor resistência às investidas das forças inimigas. A questão a ser colocada é: porque essa resistência à modernização dos assuntos militares?

A persistência de um imaginário cavaleiresco a conduzir as ações de guerra dos portugueses não se deu por desconhecimento de modos alternativos e mais eficientes de combate, tampouco pode evocar a ideia de que a tradição militar da Antiguidade Clássica foi esquecida no reino durante a Idade Média. As razões a serem buscadas são de outra natureza. O pensamento estratégico concebido pelos portugueses para utilização da força militar durante a expansão imperial parece ter se centralizado na projeção de força naval. Esse pode ser o início de um dos fatores a compor uma hipótese. É possível que - como defende alguma bibliografia sobre o tema (ESPIRITO SANTO, 2013) - a partir do início do processo de expansão (1415) a defesa do império com sua peculiaridade marítima tenha se sobreposto às exigências de defesa da área territorial da metrópole. O reino não se envolveu em embates armados contra as principais potências européias - salvo disputas sem grande repercussão com Castela. Não há registro de envolvimento direto da força armada lusitana nas querelas geopolíticas da renascença que resultaram em inúmeras batalha tão familiares ao estudioso de história militar moderna. Inexistindo ameaças externas de Estados vizinhos, bem como estando sem efeito o desejo de expansionismo terrestre no próprio continente europeu, os

interesses dos dirigentes do solo pátrio de Fernão Mendes Pinto parecem ter-se voltado majoritariamente para as terras de além-mar. Projeção de poder por via de hegemonia naval e secundada por incursões de infantaria indisciplinada e dotada de táticas de luta nada condizentes com as propostas tidas como modernas.

A necessidade premente de projeção de força militar à distância impulsionou o desenvolvimento de uma revolução náutica que se materializou numa série de inovações e desenvolvimentos técnicos e científicos. Uma das opções adotadas foi a da predominância da artilharia embarcada sobre infantaria. Canhões de amurada e de proa receberam prioridade porque eram fundamentais para defesa das embarcações e para proporcionar fogo de cobertura quando da realização de desembarques anfíbios em costas litorâneas hostis. Sem a melhoria técnica das armas de artilharia o processo de expansão ultramarina teria sido comprometido. Canhões recebem prioridade e a infantaria permanece atrelada a um ideário militar medieval. O reino fecha suas portas para a entrada das propostas de modernização militar embora, como demonstra o estudo de Espírito Santo (2013), algumas escassas tentativas infrutíferas tenham sido feitas²².

Outro fator que pode contribuir para uma compreensão da persistência do imaginário cavaleiresco nos modos de condução da guerra da expansão imperial portuguesa se liga à questões de ordem social. Um exército moderno - no sentido que a este termo era dado na renascença - necessita inapelavelmente de grandes contingente de infantaria, de tropas desmontadas recrutadas entre as camadas mais baixas da população. Como observa Keegan (1996), a guerra possui algumas limitações, sendo a mais notória delas a de que se trata de uma atividade eminentemente masculina. Seus contingentes de portadores de armas pode ser encontradas na faixa de população constituída por homens jovens e robustos. Portugal era um reino agrário que nos séculos XV e XVI, esteve submetido ao que Oliveira Marques denominou de "uma crise demográfica" (1987, p. 19).

Uma infantaria eficiente necessita também de treino e disciplina, sem os quais ela não passa de uma horda anárquica de combatentes de base que confiam unicamente em seu valor individual como instrumento de combate. O disciplinamento requer adequação e renúncia a modo de existência com o qual o jovem aspirante à guerreiro havia até então se acostumado. Com frequência, na história militar encontram-se exemplos de populações que demonstraram resistência à possibilidade de incorporamento forçado a uma rotina de vida aquartelada. Há indícios que sugerem a possibilidade de que as tentativas de incorporação do princípio tático das ordenanças ao dispositivo estratégico lusitano fracassaram devido à firmeza das populações rurais do reino em se oporem a atuarem como soldados profissionais.

²² Sobre as questões tratadas ver: Cipolla (1991); Espírito Santo; (2013) Albuquerque (1992).

Desde logo se tornava evidente que, para formar a força militar, eram necessários mais efetivos, difíceis de encontrar pela resistência dos povos a servirem na guerra, recorrendo-se aos mercenários encontrados entre os suíços e os *lansquenets* alemães. A disposição desta nova força para o combate, nas formações quadradas adoptadas pela tática suíça, mas agora misturando os piqueiros com as armas de fogo, levou a um processo longo para encontrar o efetivo que permitisse manter capacidades militares defensivas, de apoio mútuo e de proteção, observando ao mesmo tempo princípios estruturantes de uma força militar, como ensinavam os clássicos, de comando e de sua delegação em subordinados, disciplina e coesão.

Os Estados ou os grupos humanos organizam seus exércitos e os posicionam para a luta no campo de batalha, segundo regras que são o reflexo de sua organização social, política e em função também de suas possibilidades econômicas (CORVISIER, 1999). Há uma ligação de causa e efeito entre organização social e formas de guerrear: a composição das forças militares e o modo como elas podem ser empregadas em combate são determinadas por condicionamentos sociopolíticos. As sociedades são inspiradoras das formas de adoção de padrões tático-estratégicos de luta. As táticas adotadas por grupos nômades centram-se na mobilidade absoluta e no princípio da ofensiva a todo custo; predomina a iniciativa, a desorganização e o ímpeto individual de cada combatente. Keegan (1996) propõe que não se pode considerar que há uma primazia da cultura sobre a política em se tratando de assuntos militares. Lógica militar e *Ethos* cultural encontram interligados. Nem todos os exércitos podem combater do mesmo modo que aqueles do velho continente. Luta-se a partir de uma série de fatores condicionantes que variam desde questões geopolíticas passando por outras ligadas ao ordenamento social de uma comunidade.

Os pioneiros estudos sobre guerra e sociedade se adéquam perfeitamente à questão que aqui temos em mira: porque da persistência do imaginário cavaleiresco nos modos de condução da guerra da expansão imperial portuguesa? Corvisier (1999) observa que a nobreza espanhola quinhentista era numerosa e empobrecida, o que teria facilitado seu processo de adequação à nova estrutura militar centrada na primazia dos guerreiros desmontados. Somente sociedades tribais mobilizam a totalidade dos homens válidos para portarem armas em incursões contra o inimigo, as demais não convocam todos os indivíduos em idade militar, salvo em casos excepcionais de guerras de proporções endêmicas. A Espanha renascentista se enquadrava no segundo modelo. Seu sistema de recrutamento se situava num plano intermediário entre mobilização de grandes contingentes e a convocação de um percentual limitado de homens para portar armas. O paradigma castelhano privilegiava a organização de um sistema de combate terrestre que tinha como seu núcleo duro uma infantaria leve, armada

com uma mistura de armas de fogo de matar à curta distância. A aplicação desse dispositivo exigia uma sólida reserva de tropas disciplinadas.

Os protagonistas militares da conquista espanhola da América - ou a grande maioria deles - eram originários da classe dos *hidalgos* empobrecidos, a mesma que quase um século depois seria imortalizada na figura do Dom Quixote (BERNARD e GRUZINSKI, 2001). Cortez, Pizarro, Alvarado, Orellana, conquistadores que fizeram fortuna a custo do massacre sistemático de populações nativas; todos eles originários de famílias da baixa nobreza espanhola empobrecida. Para eles o caminho que se abria para obtenção de melhoria de condições materiais de existência era o das armas. O sistema militar desenvolvido por Gonçalo de Córdoba privilegiava a infantaria em detrimento da cavalaria que passava ocupar apenas as alas. Desse modo “tornaram-se antiquados os senhores e suas lanças, substituídos a partir daí, por soldados de infantaria profissionais engajados por um soldo” (BERNARD e GRUZINSKI, p.135). A nova mentalidade militar parece não ter encontrado resistência por parte da fidalguia que enxergava no exercício das armas umas das escassas vias de acesso à glória financeira.

Há uma óbvia relação entre Estado e exércitos, ou entre organismos políticos de qualquer natureza e forças armadas. Excluindo-se as sociedades tribais nas quais todos os homens são combatentes mobilizáveis, as demais necessitam de um relacionamento entre grupos armados e uma força política dirigente. As formas de poder e de guerra encontram-se ao direito de monopólio na mobilização de tropas. Acerca disso, o sistema de mobilização militar espanhol deve ser examinado com a devida atenção:

A Espanha unificada depois da tomada de Granada e consciente de um grande destino, devia recrutar dentro de si mesma as tropas de que necessitava. Não podendo comprar suíços, ela os imitou. Evidentemente, o severo treinamento dos suíços não podia ser imposto a homens oriundos de organização feudal. Impunha-se a modalidade de um novo recrutamento de soldados profissionais tirados do seio da população, para constituir, não um exército de reserva como os franco-alabardeiros, mas a ponta de lança do poder militar da nova Espanha.

Segundo um relato de Afonso de Quintanilla, ordenações baixadas em 1495 e 1496 determinaram um recenseamento da população masculina de castella, ou seja, 1,2 milhão de homens em idade e condição de portar armas. Um em cada 12 homens, isto é, 100.000 no total, foram transformados em soldados. Esses homens foram a origem dos futuros *tercios*. (CORVISIER, 1999, p. 201, grifo nosso).

O Estado espanhol conseguiu desenvolver uma capacidade de mobilização de tropas que não encontra paralelo no paradigma português. A guerra moderna exigia uma adequação a novos modelos de conduta em campo de batalha e fora dele. O recrutamento era uma dessas exigências fundamentais dos novos tempos, sem ele a força militar não se manteria, assim

como também não se sustentaria a autonomia geopolítica de um determinado organismo político. São termos chave para os modos de condução da guerra pós-feudal: mobilização de grandes contingentes de tropas; recrutamento e treinamento visando a adequação a um dispositivo tático de luta em quadrado; disciplina que nivela os combatentes a partir de baixo. Sabe-se que aos suíços cabe a primazia no desenvolvimento desse modelo de combate que tinha nos *piqueiros* seu ponto de apoio. Como Corvisier (1999) deixa em evidência, a tática suíça que tanto sucesso obteve nas fases iniciais de sua implantação serviu de inspiração para o *Térccio* espanhol, disso resultando as consequências familiares a todos: a hegemonia militar continental da Espanha por quase um século. O reino português, por seu turno, não tirou proveito desse processo de modernização, nele não se inserindo e tampouco valendo-se dele como modelo de reestruturação do poder militar.

O exército português da expansão imperial adotava um modelo de condução da guerra que o deixava incapacitado para fazer frente a um combate aberto de grandes proporções com uma infantaria pesada. Tampouco possuía capacidade de apropriar-se de largas porções de território que estivessem sob controle de uma força inimiga dotada de um dispositivo defensivo sólido. O molde adotado - que se assemelha em muito ao dos exércitos árabes - era o da incursão, seguida da apropriação ou, no máximo, da instalação de pequenas guarnições, como fizeram em África e Ásia. Porque o reino português não conseguiu mobilizar grandes contingentes de combatentes desmontados? Porque a incapacidade de mobilizar súditos e transformá-los em praticantes da nova modalidade de luta armada centrada na infantaria?

Davies Hanson (2002) julga que a constituição de uma poderosa força armada de infantaria requer algumas condições prévias. Sendo que no seu entender a principal delas seria a questão geográfica. Para ele, os melhores infantistas se originariam de uma "geografia em grande parte formada por vales e planícies situadas entre cadeias de montanhas que favoreciam agricultura intensiva" (HANSON, 2002, p. 230) A ideia em si não é nova, desde a antiguidade defende-se o ideal de que pequenas propriedades produzem bons infantistas, enquanto que grandes áreas aráveis gestam uma elite de cavaleiros. O modelo agrário do reino de Portugal da renascença ainda era o mesmo do período medieval, como nos ensina Oliveira Marques (1987). A estrutura fundiária lusitana atendia às exigências da tipologia proposta por Hanson como a ideal para o florescimento de uma tradição militar de infantaria. Contudo, isso não aconteceu, provavelmente, devido às resistências que levantavam de dupla direção: de setores da nobreza que se recusavam a abandonar seu tradicional modelo de luta à árabes, e de parcelas da população rural que se negavam a abandonar seus modos tradicionais de existência campesina para se incorporem a um novo modo de estar no mundo que tinha no uso disciplinado da violência o sentido do seu ser.

A doutrina militar portuguesa da expansão imperial não rompeu laços com uma mentalidade medieval, permanecendo o imaginário heroico-cavaleiresco como sua principal referência em termos de organização tático-estratégica da luta. Resistências manifestadas pela nobreza e apoiadas por parte da população que se recusava a integração numa estrutura militar e viam como desvio de suas atividades laborais campesinas. O modelo de infantaria atuando em quadrado, da qual o *Tercio* espanhol constituía o modelo quinhentista, não foi implantado em Portugal de forma efetiva a ponto de integra-se a uma doutrina militar. Em 1580 o reino perde sua total independência após travar batalha campal contra a Espanha.

2 A ARTE DE GUERREAR NOS SÉCULOS XV E XVI: DO GUERREIRO MONTADO A CAVALO À REVOLUÇÃO NOS ASSUNTOS MILITARES

Antes de avançar em direção à análise das concepções tático estratégicas em vigor nos séculos da expansão imperial é necessário deter-se brevemente sobre o fenômeno da guerra em si mesma. Acerca disso nenhum guia é mais aconselhável que Clausewitz.

Carl Von Clausewitz (1780-1831), homem de múltiplas personalidades, viveu muitas vidas em uma só: foi soldado, mercenário, filósofo e general; serviu sob as ordens de Frederico – o grande, da Prússia –, lutou em três das grandes batalhas das guerras napoleônicas (*Iena*, *Borodino* e *Waterloo*), tendo sido ferido gravemente em uma delas. Combateu como mercenário a serviço dos czares, lutando contra a maior força militar já vista pelos homens até então, a *Grand Armée* do imperador Napoleão Bonaparte. Considerado por muitos como o maior dentre todos os pensadores militares; produziu a *magnum opus* da teoria militar, *Da Guerra*. Esta obra está para a história militar como *O Capital* de Marx está para a economia ou a *Ilíada* de Homero está para a literatura ocidental. Trata-se de uma reflexão profunda e até hoje ainda não superada sobre o fenômeno da guerra.

Na estrutura conceitual de Clausewitz, a definição do que é guerra gira em torno do célebre aforismo: “a guerra é o prolongamento da política por outros meios”. (CLAUSEWITZ, 2010, [1832] p.17). O conflito armado é concebido como uma manifestação racional de uma política nacional. Razão, Estado, Nação são três termos caracterizadores da concepção clausewitziana de guerra. Resultado racional de uma política nacional, a guerra em si – enquanto um jogo no qual homens buscam ceifar a vida de outros homens – é totalmente contrária à racionalidade, a razão interfere no porquê do guerrear, na escolha de objetivos a serem atingidos com o desenrolar das operações e no modo como as operações devem ser conduzidas, estando elas subordinadas a interesses de uma Nação. A guerra é o gesto extremo da política externa. O soldado combate, mas é o dirigente do organismo político em nome do qual ele mata e eventualmente pode ser morto que toma a decisão de invadir uma província inimiga, dando início a um conflito armado. Esta decisão apoia-se no cálculo prévio, na análise racional das implicações em termos de custo X benefício. Somente na narrativa de Homero um soberano pode decidir ir à guerra por um motivo tão insensato e tão pouco produtivo quanto o resgate de uma mulher, supostamente raptada por um chefe militar estrangeiro e para seu país conduzida como cativa.

No mundo não ficcionalizado, a razão liga-se estreitamente a uma política nacional, a um estado-nação, por isso Clausewitz dizia, e os neo-clausewitzianos como Rapoport (1980) e Aron (2002) insistem em repetir: a guerra é o prolongamento da política por outros meios.

Quando o diplomata se cala, os canhões se fazem ouvir como meio da imposição da vontade de um grupo humano sobre outro. Se um Estado invade o outro, não o faz por diletantismo ou amor à guerra, antes visa à realização de objetivos claros, metas específicas: a anexação de uma rica província, o aniquilamento preventivo de um Estado que principia a se destacar no cenário geoestratégico internacional, a construção de um anel defensivo, fronteiro a um estado rival, a destruição de uma potência comercial (*delenda est Cartago*), o enriquecimento a custo do saque sistemático ou da exploração demorada de terras ricas etc. A decisão de desencadear um conflito não se dará sem prévia análise de custos (perdas humanas e perdas materiais, o impacto negativo junto à opinião pública interna, a possível reação de uma terceira potência aliada ao inimigo) e dos possíveis benefícios desta operação. A guerra é em si mesma, de um ponto de vista tático-operacional, a representação da irracionalidade, o domínio absoluto da instintividade cega. As decisões que a desencadeiam e conduzem, no entanto, são a suprema negação disso: uma investida conduzida no sentido da execução racional de uma política nacional.

A partir disso, Clausewitz propõe uma segunda definição que serve como complemento da primeira: “a guerra é, pois um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade” (2010, [1832] p. 8.). O general prussiano recorre a uma imagem que lhe é cara, o duelo. A atividade bélica é por ele sintetizada na estrutura imagética de um combate entre dois lutadores, no qual cada um tenta, por via do uso da força física, impor sua vontade sobre o inimigo. O objetivo final consiste em desarmar o oponente, colocando-o em posição de desvantagem tal que ele seja obrigado a reconhecer sua impossibilidade de prosseguir lutando e peça a paz. São, portanto, fins e meios da guerra, a finalidade da guerra, a imposição da vontade sobre o adversário, o meio para alcançar tal fim: o uso imoderado da violência.

2.1 GUERRAS NA IDADE MÉDIA: A CAVALARIA

A ruptura que se estabeleceu entre Antiguidade Clássica e a Idade Média foi também de cunho militar. O modelo de luta armada lentamente gestado por gregos e romanos tinha entre seus constituintes teóricos o culto à rigorosa disciplina, ao choque direto e à busca pela batalha decisiva. A guerra era travada com bruta ferocidade, sem hesitações ou circunlóquios ritualísticos que permitissem o desnecessário prolongamento das hostilidades.

De Heródoto a Cornelius Tácitus, o rico acervo documental da historiografia da Antiguidade que relata o desenvolvimento e as concepções de combate atesta que a guerra como eles a concebiam era quase uma extensão da idéia de política estatal, ao invés de ser

apenas um esforço para obtenção de territórios, riqueza pessoal, interesses pessoais ou vingança. Os protocolos de combate dessas forças armadas desconheciam a validade de ações ritualísticas limitadoras da extensão de danos a serem impostos ao inimigo, negligenciavam-se igualmente conceitos como engodo ou desgaste da formação adversária por via de manobras de atraso. Dessa forma, um dos componentes mais importantes desse modo de condução das ações de luta é a ferocidade que é contida apenas por um único e decisivo fator: o combatente de base encontra-se subordinado a um organismo político que direciona e limita seu furor combativo para fins que pretende alcançar.

Hobbes ([1651] 1974) concebe que nos primórdios da civilização a paz era apenas uma interrupção da guerra. A observação pode ser estendida ao universo militar da Europa posterior à queda do império romano, período que conheceu embates armados numa proporção de uma quase endemia. Guerras de natureza endêmica costumam assentar sua doutrina militar sobre o desencadear de operações de baixa intensidade, porém de duração contínua. Há um prolongamento desordenado das operações de combate, o que resulta em consequências nefastas para a sociedade: a servidão e a morte. A profissão de armas foi umas das que conheceram mais amplo desenvolvimento durante o medievo europeu. Não havia serviço militar obrigatório ou outra forma de conscrição de massa. Os senhores da guerra e potentados locais reclamavam para o si o direito único ao exercício da violência. Não eram, portanto, sociedades militarizáveis, com controle sobre o uso e porte de armas por parte dos homens em idade militar. O princípio que vigorava era de “uma nação em armas”. Todos são guerreiros em potencial e a violência o grande móbil de suas existências. Um mundo quase Hobesiano.

Mecanismo ofensivo capaz de, quando corretamente dirigido, destroçar as frentes fixas do inimigo deixando-as cobertas com manchas de um vermelho rubro, a cavalaria sob certas circunstâncias é arma que se sustenta por si. Contudo isso não aconteceu durante a Idade Média. Atualmente é conhecido mesmo entre o público não familiarizado com temas militares que os povos montados exerceram uma influência sobre a moderna história da Europa. Hunos, Mongóis e demais grupos nômades que se valeram da montaria como instrumento de ataque e incursões à longuíssimas distâncias são um claro demonstrativo dessa assertiva. Como observa John Keegan (1996) esses invasores dotados de grande mobilidade tática demonstraram possuir uma capacidade de mudar seu centro estratégico ofensivo com um poder de mobilidade desconhecido até então. "juntos, a crueldade humana e equina transformaram assim a guerra, fazendo dela, pela primeira vez, uma coisa em si mesma (KEEGAN, 1995, p.206). Um sistema ofensivo centrado unicamente no cavalo e que prescindia de forças de cobertura desmontadas. Nesse dispositivo tático tudo repousa sobre

velocidade estonteante de penetração e ruptura das linhas. Após penetração inicial decorre a inevitável desagregação de todo sistema de defesa dos oponentes. Uma força de infantaria, em circunstâncias tais, seria mais um estorvo que um reforço. Incapaz por sua própria natureza de desenvolver velocidade necessária para acompanhar deslocamentos desse feitio, seria estabelecido um imenso lapso entre uma formação e outra, deixando aberto espaço para manobras de retaguarda do inimigo. A cavalaria dos povos montados era dotada de absoluta autonomia.

Cumprе evidenciar que os exércitos da antiguidade clássica – dos quais derivam as modernas concepções de guerrear do ocidente – desdenhavam do valor da cavalaria. Durante mil anos Roma depositou sobre os ombros da infantaria suas aspirações expansionistas. Gregos e romanos conheciam e faziam uso dos guerreiros montados sobre cavalos, mas eles ocupavam posição periférica nos seus respectivos dispositivos táticos. A força montada romana adotava os princípios da falange *hoplita* que colocava cavaleiros somente como cobertura de flanco destituída de valor ofensivo considerável. (KEEGAN, 1995; HANSON, 2002). Aristóteles, nos comentários que faz sobre guerra no seu livro da *Política* (1985 [Séc. IV a.C]) observa que a forma primitiva de guerrear dos gregos estava centrada na cavalaria, adoção do modo de combate que tinha a infantaria *hoplita* como eixo foi uma decisiva evolução. As legiões elegeram o soldado desmontado e pesadamente armado como ponta de lança do dispositivo ofensivo. O soldado a pé agindo em perfeita coordenação com seus pares executaria manobras de ruptura e desagregação das linhas inimigas. Aos cavaleiros restariam missões de guarnecer as alas. E é bastante significativo que as tropas auxiliares recrutadas entre as tribos aliadas também se posicionassem na mesma zona lateral. Considerava-se que eram todos grupamentos de apoio do esforço principal, incapazes de por si conseguirem realizar uma ação significativa. A infantaria era a mãe de todas as batalhas e os cavalarianos meros auxiliares.

O que não implica em defender que toda a antiguidade desconheceu ou desdenhou do valor da cavalaria como arma autônoma de combate. As observações acima feitas são extensivas apenas para a cultura militar greco-romana. O exército egípcio conhecia os cavalos deles fizeram uso e não apenas como força de cobertura das alas. Os carros de guerra (ou bigas, conduzidas por Aurigas) foram umas grandes inovações técnicas da doutrina militar antiga. (KEEGAN, 1995; BERLEVE, 1994) A função desses notáveis artefatos de combate era comparável a que hoje é exercida pelos blindados que, não sem razão, também são conhecidos como cavalaria motorizada: a de romper fisicamente as linhas do inimigo, irrompendo com velocidade e audácia na sua retaguarda. Ao contrário da doutrina ofensiva dos gregos e romanos que privilegiavam o confronto por choque direto de massas de

combatentes, a força militar do Egito faraônico apostava na velocidade, no ímpeto e no desbaratamento da estrutura defensiva adversária pela investida pelo centro.

No mundo clássico, durante milênios as batalhas foram decididas quase sempre pelo poder de choque dos combatentes. Como na disposição clássica das legiões romanas, infantaria pesada no centro do dispositivo tático ofensivo, flanqueada por lançadores de projeteis – arqueiros, lanceiros ou besteiros –, tendo os guerreiros montados sobre cavalos como suporte das ações, cabendo a essas tropas a dupla missão de apoiar o avanço dos infantes – a ponta de lança – e de desbaratar as linhas inimigas quando uma oportunidade decisiva se apresentar. O soldado que luta desmontado, o infante, era responsável pela decisão dos combates. Aço chocava-se contra aço, madeira chocando-se contra madeira (em se tratando de artefatos de guerreiros de sociedades que desconheciam processos metalúrgicos). O instrumento mais usual de destruição do potencial ofensivo do adversário era por meio da ruptura de sua linha defensiva; operando-se esse desbaratamento, o exército adversário ruía. Mesmo nas operações marítimas o quadro pouco diferia da descrição genérica acima referida. Os navios de guerra eram essencialmente plataformas flutuantes de luta, as quais deveriam ser abordadas e destruídas por contato direto das tropas embarcadas. O choque direto era o centro de toda ação ofensiva; por essa razão, os combates eram travados a curta distância com armas de alcance limitado que mutilavam mais do que matavam.

Tendo em vista o que até aqui foi dito sobre a doutrina militar medieval e sua oposição ao paradigma greco-romano clássico, não deve ser alvo de estranheza o fato de que a muito custo o leitor pode encontrar mais que duas ou três batalhas que desenrolaram no período da idade média européia e que foram classificadas como fundamentais para compreensão da evolução das concepções estratégicas e das da arte da guerra. O motivo para isso é muito simples, embora o medievo tenha se estendido por cerca de dez séculos, poucas operações militares de grande vulto foram travadas, havendo pouquíssimos registros históricos de campanhas ou de confrontos diretos que deixariam registro duradouro no imaginário marcial. E significativamente entre esses raros embates emblemáticos os mais importantes foram travados no despontar da idade moderna, e sua importância reside precisamente na delimitação simbólica do fim da supremacia do guerreiro montado sobre cavalo como arma de decisão.

Nem só de batalhas de cavaleiros e infantes foi constituída a história militar do ocidente medieval. Parker (2010) assim como Keegan (1995) estimam que a maioria dos confrontos armados travados entre o fim do império romano e a queda de Constantinopla foram na modalidade de sítios prolongados. Com efeito, as operações mais comuns parecem ter sido as de cerco prolongado de praças-fortes sob controle do inimigo. Ações que se

resolviam por meio da utilização de tecnologia de assédio ou de técnicas milenares de cerco: negação de área, bloqueio ao acesso à recursos materiais indispensáveis à manutenção da existência física.

A guerra medieval, em termos de sua conduta, não se manteve submetida às mesmos padrões da antiguidade clássica. Uma analogia em termos de história militar comparativa fornecerá uma visão mais nítida de seus métodos de combate. Clausewitz foi o grande oráculo militar da *Belle Époque*, nesse ponto os modernos comentaristas parecem concordar. A real academia de guerra alemã e a escola superior de guerra francesa foram ambas diretamente influenciadas pelas formulações teóricas do general prussiano²³ e de seu tratado. Ou dito em termos mais simbólicos, Schilliefen de um lado e Foch de outro calçando as botas de Clausewitz. As formulações estratégicas conjunta do pensamento dos estados-maiores europeus de então, notadamente o teutônico e o francês concebiam a guerra como de caráter eminentemente instrumental, diretamente subordinada à política. A tarefa do comando das forças armadas consiste em aniquilar as formações inimigas e, por meio da luta, obter a paz em condições vantajosas tais que respondam à política adotada pelo Estado. E essas metas só podem ser alcançadas com a execução do ataque massivo, esmagador, direcionado para um ponto específico das linhas inimigas. A concretização do sonho clausewitziano da batalha decisiva. Aniquilar o inimigo e todo o poder ofensivo que lhe dá sustentação com uma manobra fulminante. Essa foi a grande quimera estratégica que povoava o imaginário dos generais os planos de estado-maior conjunto das grandes potências europeias anteriores ao rugir dos canhões de agosto de 1914.

Fulminar o inimigo com um golpe decisivo implicaria na existência de mobilização geral de forças, estando todas elas subordinadas a um principio único de organização. A Idade Média desconheceu o conceito de guerra total, tal qual defendido e sistematizado pelos generais Foch e Schlieffen. A civilização européia que emergiu das ruínas do império romano do ocidente conheceu, isto sim, a guerra endêmica, que não pode ser instrumentalizada ou devidamente canalizada para execução de fins que passam muito longe dos campos de batalha. O conceito romano de *Bellum*, ou seja, de luta armada organizada e inteligentemente conduzida por mecanismos de refreio do furor individual, foi substituído pelos modos de condução do guerrear das tribos nômades vencedoras do embate contra o grande império dos Césares.

²³ Ferdinand Foch (1851- 1929), comandante das forças aliadas que lutaram na Europa ocidental na segunda fase da guerra de trincheiras (1916-1918); General conde Alfred Von Schlieffen (1833- 1913), chefe do Estado-maior geral alemão. Idealizador do plano de invasão da Bélgica que recebeu seu nome. Para melhor compreensão da contribuição de cada um deles para a formulação da doutrina estratégica moderna remete-se o leitor a Paret (2001); Fuller (1966); Holmes (2007); Kershaw (2008) e mais especificamente Leach (1973).

Em nível da condução tática deve-se notar que a grande inovação militar foi o da preponderância daquilo que os chefes de estado-maior de início do século XX chamariam de “fator moral”: o ímpeto guerreiro que deixa o combatente momentaneamente cego, metaforicamente falando. O transe coletivo de uma massa de combatentes portando armas de matar à curta distância sendo impelido para frente ao longo do campo de batalha, como se ela se escorregasse sobre um plano inclinado. Como um dos principais componentes da arcaica concepção de guerra do soldado medieval, cumpre destacar o princípio da liderança. Coerente com o pensamento militar de sociedades antigas, grande ênfase é concedida ao incentivo e ao exemplo do líder. Na sociedade feudal o suserano acumulava a dupla função de chefe político e chefe guerreiro. De acordo com Corvisier (1999) o monarca era o principal alvo a ser buscado, tendo em vista que "seu desaparecimento do campo de batalha significava a ruína de sua causa, por uma espécie de julgamento de Deus e chancela da derrota" (CORVISIER, 1999, p.242). Uma mentalidade de combate menos utilitária que ritualística.

Outro componente da cultura militar medieval se faz presente no culto a temas como honradez ou o reconhecimento coletivo das ações praticadas em combate. Tendo em vista que a guerra não se subordinaria à execução de metas estratégicas traçadas por organismos estatais, ela quase se torna um fim em si mesmo; participar de um confronto armado ou de uma expedição guerreira concede dividendos materiais e simbólicos, estes últimos revestidos de grave importância. A liderança é força propulsora do imaginário do guerreiro das sociedades antigas. Em se tratando de uma doutrina de combate que cultua a iniciativa individual e o renome obtido por meio dessas ações, torna-se facilmente compreensível o porque da idolatria pela liderança. Em Homero, fica implícito que há uma enorme multidão de guerreiros gregos e troianos que não recebem nenhuma atenção por parte do narrador que sequer os nomeia. A ênfase recai sobre os nobres, os comandantes da expedição punitiva, os heróis cujos feitos servem de exemplo para a grande massa inominada. Seja Aquiles, Diomedes, Ajax ou Heitor ou mesmo Enéias, os líderes assumem a posição de vanguarda no dispositivo ofensivo e se lançam sobre as linhas inimigas. A ação imprudente visa, obviamente a incentivar os infantes comuns a seguirem o impetuoso exemplo.

A arte de guerrear medieval conheceu dois momentos distintos. No primeiro, aquele que medeia entre o colapso da autoridade internacional romana e o processo de feudalização que transcorre por volta dos séculos VII ou IX, conforme parece ser um quase ponto pacífico nos manuais de história militar, ocorre a desintegração formal de qualquer traço de autoridade internacional na Europa ocidental que atuasse como força reguladora, potencialmente capaz de conter os ímpetus predadores das sociedades então atuantes. Vigora a guerra endêmica conduzida por bandos rivais a serviço de senhores da guerra locais. Ou como diz Le Goff

(2002) uma disputa entre *Dominis* e *Militis* armados. O que torna essas operações, embora dotadas de alto nível de letalidade, de curto alcance geográfico. São batalhas de cerco, de sítio prolongado a bastiões fortificados, nos quais o inimigo se encastela temporariamente. As lutas campais – que constituíam o evento militar mais facilmente encontrável na Antiguidade – assumem forma de combates de sociedades não-ocidentalizadas. É um combate frontal, baseado no choque direto dos lutadores. (FLORI, 2005) Invertendo a ordem da doutrina militar consagrada pelos romanos, a cavalaria ocupa o centro das ações, infantes armados com instrumentos de arremesso de projéteis fornecem fogo de cobertura quando do deslocamento dos soldados montados ou realizam ações preliminares de comprometimento da capacidade ofensiva inimiga, aquilo que modernamente no jargão da caserna seria chamado “amaciar o terreno”.

A imagem que se incorporou ao imaginário moderno, a do cavaleiro pesadamente armado, protegido por grossa armadura de metal, pertence à fase final do medievo e ao segundo período de evolução dos modos de condução da guerra. A inovação introduzida é de natureza técnica. Com a predominância da cavalaria e das armas defensivas, as couraças de aço que revestem o combatente de base ganham maior peso e capacidade de resistência aos projeteis lançados pelos inimigos. As espadas diferentemente do modelo romano precedente, possuem uma lâmina dupla e tanto cortam quanto perfuram. Seu tamanho também é sem paralelo com a antiguidade, em alguns casos alcançam 90 cm. O componente essencial, contudo, é outro. Trata-se da lança de grande comprimento que o cavaleiro usa em combinação com a força impulsionadora do cavalo. Ambos, montaria e condutor, tornam-se quase um aríete investimento em alta velocidade sobre as formações do adversário:

[...] Nos séculos XIV e XV, às armaduras rígidas mas articuladas, que transformam o cavaleiro em verdadeira fortaleza montada, quase invulnerável se ele estiver a cavalo, mas terrivelmente exposto e frágil quando, desmontado, ele fica no chão à mercê da adaga dos infantes (chamadas, aliás, de *misericórdia*), capaz de penetrar nos interstícios da couraça e conduzir à morte ou, pelo menos, à sua ameaça para obter rendição (LE GOFF, 2002, p. 188).

É de um combate de especialistas que estamos tratando. A preparação de um guerreiro dessa natureza demanda investimentos de tempo e dinheiro. As formas de organização militar e métodos de combate utilizados na Europa durante o período medieval assentavam-se – dentre outras coisas – sobre inexistência de exércitos permanentes, caráter temporário do serviço militar e um culto da posição de igualdade entre os combatentes tidos como “nobres”. A disciplina das legiões romanas foi substituída pela ação individual de luta, o que frequentemente descambava para uma somatória de lutas entre combatentes pesadamente

armados e montados sobre cavalos. O equipamento individual é caro e seus custos ficam a cargo do seu usuário. O treinamento requer um contato demorado com as táticas e armas. Nessas circunstâncias a guerra tende a apresentar sérias limitações, revestindo-se – como nas batalhas descritas por Homero – de um caráter ritualístico. Contudo, a cavalaria pesada não era o único componente da força armada em luta. A ela agregavam-se os peões, os soldados que combatiam a pé e desconheciam o sentido ou utilidade da concepção cavaleiresca de guerrear. Inexistindo as limitações ideológicas que inibiam as ações da nobreza, os infantess poderiam fazer uso de meios mais eficazes de pôr fim ao dispositivo ofensivo inimigo. Esse modo de condução da guerra era típico de um sistema social estamentário que cultuava um tipo idealizado de guerreiro: o cavaleiro. Sobre ele e seu sistema de valores marciais devemos nos deter a partir daqui.

2.1.1 A cavalaria e o imaginário cavaleiresco

Cavaleiro é um dos componentes das três ordens do imaginário medieval, conforme nos ensina uma antiga lição de Duby. (1982). O combatente montado exerceu um duradouro fascínio sobre as concepções imaginárias de guerrear por se encontrar associado - ainda que muitas vezes de forma indevida – a um conjunto de práticas guerreiras dissociadas da acentuada brutalidade e violência de seu tempo. A imagem que dele nos legou a fecunda tradição ficcional letrada é a de um modelo de virtudes e de valores normalmente encontrável apenas nos heróis das sagas mitológicas. No paradigma de virtude épica da Antiguidade, o herói ocupava posição de destacado relevo. A formação de seu ser resultava de um prolongado processo de cultivo de práticas que o diferenciavam dos demais membros da comunidade. Dentre esses atributos figuravam o comportamento nobre, a coragem em combate, a piedade e austeridade. O imaginário romanesco construído em torno da cavalaria e do cavaleiro emprestou à instituição e ao indivíduo padrões de conduta heróica e demais valores de grandeza marcial que encontram paralelo nas representações feitas pela épica clássica. O herói das novelas de cavalaria é freqüentemente associado aos píncaros da elevação interior: não há máculas em seu ser, que se mostra constituído quase que puramente de nobreza e de expectativas desinteressadas. A prática continuada de feitos marciais tem em mira sempre o bem estar comum da coletividade da qual é parte integrante. Ele é o sustentáculo material da comunidade que nele vê sua máxima referência e o necessário incentivo para refazer um ânimo combalido.

O cavaleiro é paladino e defensor de construções ideológicas nas quais ele teve pouca ou nula participação no processo de elaboração final. Questionamentos ou incertezas acerca

da validade prática desse conjunto de teses não se integram ao seu ser social e individual. O seu existir no mundo e seu padrão comportamental é a de um crédulo: crê fervorosamente que a comunidade do qual é parte integrante é merecedora das reverências por ele prestadas; crê que é válido combater por reverência a uma Dama ou a uma Causa a quem serve; Crê no valor incontestado da tradição que lhe foi transmitida com foros de verdade. Se o angustiado príncipe Hamlet em seu monólogo se questiona sobre a validade de romper com sua indolência e vingar a morte de seu pai, nenhum herói membro da sagrada ordem da cavalaria viu-se às voltas com um dilema dessa natureza. Aliás, dilemas não se integram ao universo aventuroso desses homens. Perambulam em demanda de infinitas aventuras ou da tão almejada glória que se obtém com o desfazer de agravos. Matar dragões, anões, Ogros ou demais seres integrantes de uma fauna fantástica, mas nunca questionar sobre o sentido de qualquer uma das missões a ele confiada, nisso parece residir o centro da ação cavaleiresca. Talvez não seja mera coincidência o fato de que a representação feita do primeiro cavaleiro na primeira novela de Cavalaria medieval seja a de um sujeito dotado de uma ingenuidade que o faz quase bronco. Que melhor adjetivo definiria a condição interior de Perceval? No início da narrativa não é esse o retrato que dele nos faz o narrador? e não foi a sua falta de perspicácia que o conduziu à demanda do Graal ao permanecer em silêncio diante do desfile ritualístico no interior do castelo do Rei-Pescador?²⁴ Rigorosamente falando, não seriam, grosso modo, as personagens do universo ficcional da cavalaria homens e mulheres de espírito monolítico?

No universo ficcional das novelas de cavalaria, o herói-cavaleiro tem uma dupla função cujos atributos se complementam. Primordialmente, ele deve zelar pelo perfeito ordenamento da realidade, da qual se mostra seu intransigente defensor. A ordem natural do mundo, aquela estabelecida num tempo de anterioridade mítica, não pode ser distanciada dos princípios reguladores que a sustentam. Ameaças que impliquem numa possibilidade de comprometimento do *status quo* devem ser combatidas e exterminadas. O exato lugar no mundo de um cavaleiro é sob a abóbada do mundo, sustentando seu peso sobre os ombros sem emitir um único queixume, tal qual um novo gigante Atlas. Defende sua comunidade contra ameaças das mais diversas, sejam de natureza mítico-escatológica, sejam outras de fundamentação mais próximas da realidade.

O modelo heroico Greco-romano – da qual parece derivar a tradição cavaleiresca - adota uma perspectiva humanizada. Os protagonistas são homens a quem as divindades confiaram um destino excepcional. Os méritos extraordinários que os definem são também limitadores e os atrelam inapelavelmente a uma sina que se realiza plenamente no trágico desenlace. Ainda que a excepcionalidade os defina, continuam a ser homens. Todos eles

²⁴ Sobre a demanda do Graal ver Troyes (1992 [1190])

preservam uma herança geral de um molde imitativo do qual aspiram uma fidedigna imitação. Se Aquiles era tido como a mais eficiente máquina de matar da guerra de Tróia foi porque, dentre outras coisas, ele almejava a qualquer custo igualar-se em termos de feitos marciais a antepassados ilustres que ele tanto venerava. Mesmo o sexagenário Nestor de Pilos - mais antigo dentre os combatentes gregos e troianos – em quase todas as suas falas proferidas nas assembléias dos guerreiros de a *Ilíada* exalta gloriosamente as ações que ele praticou outrora em sua juventude, buscando padrões heróicos de combatentes antigos.

O ser ficcional do cavaleiro que perambula pelas paisagens idealizadas das novelas de cavalaria parece associar reverência pública e visibilidade social, sem a qual compromete-se a existência. As personagens se guiam por um código comportamental que inclui como um de seus elementos fundamentais um culto quase religioso ao renome. São seres auráticos – por assim dizer. Não sobrevivem sem a crença de que uma aura os envolve diferenciando-os dos demais membros da comunidade. Daí porque uma afronta insultuosa costumeiramente desencadeia reações de grande violência. O insulto de qualquer categoria – mesmo aqueles de constituição sutil como um desrespeito a uma das regras de etiqueta de tratamento elevado - compromete a aura heroica, rebaixa aquele que foi alvo do impropério ou do desrespeito, mesmo que involuntário. Não é raro que o leitor se depare em qualquer das tramas de cavalaria medieval como cenas como a de duelos que nascem de uma simples má interpretação de sentenças trocadas durante uma saudação no meio de uma estrada por onde dois guerreiros montados transitavam. Visando uma melhor compreensão acerca do que até foi devemos examinar uma das obras representativas da tradição ficcional da cavalaria portuguesa: *Palmeirim da Inglaterra*.

Palmeirim da Inglaterra (1949 [1547]) é espelho da nobre cavalaria andante e naval portuguesa, por isso, sobre ele e sua saga devemos incidir nossa atenção a partir daqui. Publicada em data incerta que oscila entre 1544 e 1547, ela é atribuída ao português Francisco de Moraes (1500-1572). É um A narrativa se afasta do modelo original das sagas que cantam a demanda pelo Graal. As figuras míticas integrantes do imaginário cavaleiresco arturiano estão ausentes, embora se façam presentes como modelos heroicos das personagens da trama. A busca incessante pelo objeto mágico capaz de restaurar a terra gasta (o Graal) é substituída por um perambular incessante em busca de um cavaleiro desaparecido, mantido prisioneiro por um gigante maligno: Dom Duardos retido na torre do castelo mágico do Gigante Dramusindo. A partir disso incidentes variados se sucedem, quase todos envolvendo acontecimentos prodigiosos, inverossímeis e belicosos. As façanhas de industriosos guerreiros não poderiam ser narradas de outra forma.

As personagens do universo ficcional do *Palmeirim da Inglaterra* perambulam por espaços sociais nos quais a guerra e tudo que a ela se relaciona se constitui num de seus fundamentos basilares. Os homens em idade militar parecem não conceber uma realidade destituída de componentes agressivos. A forma de luta por eles praticada guarda evidentes semelhanças com o dos personagens da épica homérica. A ideologia que concede fundamento às ações militares dos cavaleiros e dos guerreiros gregos da Tróia dos mitos clássicos de um imaginário guerreiro compartilhado por ambos. Essa matriz imaginária tem como um de seus parâmetros a crença no valor individual do combatente cuja existência foi centrada num demorado processo de adestramento marcial. Portanto, é de um combate de especialistas que estamos tratando. Uma corporação de elite constituída por um número reduzido de combatentes que obedecem rigorosamente a um código de conduta que limita o guerrear e o mantém retido entre fórmulas rígidas de ordenamento. A integração à sociedade, bem como o necessário reconhecimento de seus pares exige o respeito pelo conjunto de normas que fazem da luta um espetáculo e de eficiência militar real duvidosa.

Os ritos presidem a guerra em si mesma, ou seja, o combate direto, e também estendem sua influência para outras esferas que precedem ou se colocam a *posteriori* dela. A relação Dama-Cavaleiro se enquadra nessa última categoria. Embora ela não integre ao sistema de luta, nem possa contribuir diretamente para uma análise dos padrões táticos, reveste-se de alguma importância pelo valor simbólico que lhe atribuí o combatente do universo ficcional da cavalaria.

No *Palmeirim da Inglaterra* nas cenas finais do capítulo primeiro, Dom Duardos, espelho da fina flor da cavalaria, estando retido nas masmorras do castelo do gigante Dramusndo, chorosamente lamenta – com sentimentalismo viril – a má sorte de ter sido capturado. Mais que tudo o atormenta a perspectiva de não mais rever um dia a sua Dama, Flérída. As razões que ele faz desfiar ante os olhos do leitor nos interessam de perto. O protagonista mostra que a relação Dama - Cavaleiro comporta uma dupla dimensão, como um rosto bifronte que contempla ao mesmo duas faces regiões distintas do ser. Ela é uma meta platônica, cujo anseio de posse fornece ânimo vigoroso ao guerreiro e também um quase ser fantástico. Um arquétipo feminino de grande apelo ao imaginário religioso arcaico: o arquétipo da Grande Mãe, divindade beatífica – ao estilo da Beatriz que ampara Dante no seu périplo infernal – que concede benesses aos seus devotos. Cumpre observar que idêntico padrão de conduta é adotado por outros personagens da narrativa. Dom Duardos invoca a memória da figura feminina ausente e parece crer o rito de invocação oral teria o poder mágico de revigorar seu ânimo combatido. A Dama assume feições de entidade protetora à qual o cavaleiro deve recorrer nos momentos de máximo infortúnio militar.

Em termos da dimensão estritamente militar, ou seja, prendendo-se aos combates que se desenrolam nas páginas da novela de Francisco de Moraes, a representação da guerra e dos modos de luta do período medieval obedece aos princípios de mentalidade heróica tão presentes nas sagas homéricas. Que tudo tenha início com a figura do cavaleiro Primaleão e seu inusitado encontro com um cortejo fúnebre que o narrador descreve nos seguintes termos:

[...] E como fosse noite escura, e o lugar cheio de arvoredos que a claridade das estrelas impediam, era a escuridão tamanha, que não via por onde caminhava.

Não tardou muito que viu grande lume grande lume de tochas acesas atravessar o polo vale contra a parte donde ele caminhava.

Quando mais a eles se achegavam, ouvia prantos de pessoas, que com palavras cheias de muita lástima representavam sua dor e sentimento.

Chegando-se mais por ver o que podia ser, viu uma companhia de donzelas com tochas nas mãos, a seu parecer fermosos cabelos lançados atrás, quebrados por muitas partes do pouco dó, que suas donas houveram deles, grande sinal da dor que sentiam: sobre seus ombros uma tumba coberta de sêda negra que arrojava pelo chão. (MORAIS, [1547] 1946, p. 27-28).

Tendo avistado o estranhíssimo cortejo enquanto demandava pelo desaparecido Dom Duardos, o cavaleiro cautelosamente dele se aproxima e constata que fechando o féretro quatro anciãos montados sobre cavalos guarneciam uma jovem Dama enlutada. Primaleão, sendo fiel ao código de conduta cavaleiresca, se aproxima para averiguar os motivos dos lamentos e profere para a jovem enlutada a sentença tão ao gosto da ideologia cavaleiresca: “Senhora, fazem-me tamanha dor a que vossas palavras mostram, que já agora desejo vos oferecer esta pessoa e armas pêra alguma vingança, se isto de que vos queixais pode ter” (MORAIS, [1547] 1944, p.28). Na estrutura conceitual dos personagens de novelas de cavalaria, a guerra obedece a fins que contrariam a tese do uso da força por razões unicamente de Estado. Sendo integrantes de uma condição sociológica ficcional de guerra endêmica, o direito de utilização dos meios armados de defesa não são exclusivos de uma classe política, a nobreza guerreira, sendo, ao contrário, de uso particular por parte de indivíduos ou de bandos cujo alcance de poder possui uma delimitação geográfica muito limitada.

Primaleão crê - a exemplo de tantos outros personagens de outras tramas ficcionais cavaleirescas - que as habilidades de combate por ele desenvolvidas, bem como as armas defensivas ou ofensivas que porta devem estar à serviço da imposição da ordem onde quer que ela se encontre ameaçada de perecer vítima de condenáveis ações de vilões. Para ele, proteger a Dama ou vingá-la de uma possível ofensa sofrida constitui uma imposição existencial da qual não pode se furtar. Uma mentalidade guerreira que não se conduz por vias de concepções utilitárias da força armada. Esta deve funcionar como instrumento de restauração do ordenamento simbólico da realidade. Arma de vingança, de reparação, de

auxílio e de cobertura, mas sempre rigidamente delimitada por regras de conduta que a mantém direcionada para fins pretensamente elevados. O cavaleiro personagens da trama de Francisco de Moraes parece acreditar com firmeza que sua ação individual pode reparar desmandos que ameaçam a comunidade do qual faz parte.

A guerra praticada pelos cavaleiros do universo ficcional das novelas é a do indivíduo e não de forças armadas de organismos estatais. É patrimônio de heróis solitários que a conduzem objetivando ganhos imateriais e renome. A violência é instrumento de acrescentamento da honra heróica. O combate em si mesmo obedece a uma série de regras limitadoras de seu raio de ação. Os ritos predominam sobre a eficácia, portanto, importa mais o desenrolar da ação dentro dos parâmetros ritualísticos pré-estabelecidos que o êxito. Os combatentes mostram-se desejosos de alcançar a glória e o reconhecimento, mas desde que esta seja conseguida a partir da rigorosa observância da regulamentação de combate que os faz soldados de elite. Ainda que o elemento ritualístico comprometa o pleno desdobramento de um dispositivo tático – se porventura houvesse algum – ele paira acima de todas as exigências pragmáticas de confronto. Obter o êxito a qualquer custo é posição estranha ao universo mental da cavalaria. Não se busca uma ofensiva vigorosamente executada, ou uma manobra que arditamente efetuada envolva o inimigo e o deixe incapacitado de prosseguir lutando. Ardis e tramoias tão comuns na execução da arte de guerrear de entidades político-estatais se constituem numa violação dos princípios não escritos que regem a ordem da cavalaria.

Os cavaleiros comportam-se em batalhas como se lutassem em justas e torneios cerimoniais. O embate se resolve pelo choque direto dos envolvidos na contenda que partindo de um determinado ponto arremetem com fúria contida sobre o adversário e sua montaria. Um duelo de campeões, conforme já apontado por muitos, é o princípio tático dominante dessas ações. Estando ambos os sujeitos subordinados ao mesmo conjunto de padrões de comportamento estereotipado, agem de modo quase uniforme, havendo poucos traços de diferenciação das investidas de um ou de outro. Todas as batalhas parecem com uma única que se repete indefinidamente no tempo da narrativa. Torna-se tarefa difícil distinguir um embate de outro tal o grau de semelhança na descrição quase mecânica deles.

A luta se subordina a uma complexa rede de ritos que regulam todos os gestos dos combatentes, tornando-os quase enrijecidos. Desde invocações iniciais que lembram os desafios que precedem as formas de combate de sociedades antigas, passando pela performance dos envolvidos na contenda, o aspecto geral se assemelha ao de formas tribais de confronto individual. O confronto se dá com o prévio posicionamento frontal dos envolvidos na pugna; o passo seguinte é a confrontação prévia por via de invocação de formulas

discursivas pronunciadas em tom de elevado, seguida da luta em si mesma. Do primeiro ao último momento o ritualístico preside todas os movimentos da coreografia de luta. Em uma das cenas de confronto do *Palmeirim da Inglaterra*, quando da invasão do pátio do castelo do gigante Dramusindo que retinha Dom Duardos como seu cativo, o cavaleiro que realizava a ação incursora consegue debelar a primeira linha de defesa constituída por um dos asseclas do referido gigante. Tendo realizado essa ruptura e arrojado seu adversário ao chão, ferido e quase a desfalecer devido à gravidade dos ferimentos, a intenção de Primaleão era a de pôr fim à vida do inimigo, intento que é detido pela intervenção daquele que era tido como o inimigo-mor. Dramusindo surge em cena e profere uma sentença retórica que condensa em si muitos dos postulados do código de conduta da cavalaria do universo ficcional: “A mim, Dom cavaleiro e não a um homem que não pode se defender”. (MORAES,1949[1547], p.78) O embate deve se pautar por se franco e aberto, com regras previamente definidas; uma regulamentação que limita a extensão de danos aos que empunham armas e delas fazem uso.

A luta, portanto, pode se operar apenas sob condições perfeitamente delimitadas. O que dota esse modo de condução da guerra de um alcance significativamente restrito. O conceito de guerra total, bem como sua prática efetiva é desconhecida dos guerreiros da cavalaria da ficção. O combate em si mesmo pode ser renhido e marcadamente violento, mas ele não mobiliza uma considerável gama de recursos, tampouco reclama ou exige a participação de grandes efetivos em combate. É um guerrear que não afeta o funcionamento interno das sociedades nas quais ele se desenrola, razão pela qual nela tomam parte apenas aqueles que estão legalmente habilitados para portar armas e foram adestrados no manejo delas: é de uma casta de guerreiros que estamos tratando. Casta que cultua orgulhosamente um modo distinto de estar no mundo que os distingue dos demais membros do grupamento social. Talvez por essa razão todos os confrontos entre os cavaleiros da novela de Francisco de Moraes sejam conduzidos por uma etiqueta protocolar rígida. Da fala do gigante Dramusindo citada no parágrafo anterior evidencia-se a obediência a um ritual que deve presidir todas as ações, mesmo a de um vilão, pois que ele também se encontra sob os ditames da Lei da Cavalaria.

Da análise do material constituído por copiosas cenas de combate infere-se que a doutrina militar vigente no universo ficcional da trama de Francisco de Moraes vai de encontro ao modelo tático da antiguidade greco-latina. A ética militar dos guerreiros montados sobre cavalos incide sobre a coragem individual, o furor quase cego do combatente de base que desdenha de formas organizadas de luta. O *ethos* das grandes formações romanas ou gregas do período clássico tinha como seu grande fundamento a disciplina.

Um Primaleão, um Dom Duardos ou um Palmeirim não poderiam se integrar ao sistema de combate ao estilo da tradição greco-romana por possuírem incapacidade de adaptação. O estilo de guerrear por eles cultivado é marcado pela ausência de mobilidade – em termos de grandes formações – e pela hesitação. A preponderância do ritualístico impede o florescimento de uma doutrina que tenha no conceito de guerra total seu objetivo estratégico. Se é válida a observação de que para a concepção militar da antiguidade a destruição do exército inimigo era a meta suprema, a mesma não é extensiva às forças armadas do universo ficcional cavaleiresco. A meta dominante que parecia vigorar como dogma era a de lançar uma massa concentrada de combatentes sobre a linha inimiga visando sobrepujá-la por embate direto e desordenado. Organizar aquilo que o general Jomini denomina de *princípios de concentração de forças* (CROWL, 2001), ou seja, o movimento da maior parte da força ofensiva lançado sobre pontos vulneráveis do sistema defensivo inimigo, implica numa capacidade de manobra no campo. Manobra é um termo a ser sublinhado, porque ele se constitui num quase anátema militar para a doutrina de combate da cavalaria. Esse tipo de ação encontra sua plena expressão de condenação na frase que Dramusindo lança para Primaleão, “a mim Dom Cavaleiro.”.

A doutrina militar da cavalaria ficcional é a de guerreiros de sociedades arcaicas. O ritual preside os mínimos gestos de cada combatente. Rege também sua coreografia de luta, suas formulações discursivas, sua organização de luta, a escolha das armas e o modo como perecem frente a um inimigo que sobre ele assestou golpe mortal. Até a morte era regulamentada por um ritual que tinha como característica principal a percepção de sua eminente chegada (ARIÉS, 2014). Havia um tempo para se preparar, sentir a aproximação da fatalidade e perecer lentamente proferindo sentenças elevadas. Nenhum cavaleiro simplesmente é vitimado por um petardo ou destroçado pelo aço inimigo, tombando anonimamente no campo de batalha. O agonizar do combatente montado, caído em solo, vítima das consequências de um combate de singular comporta expressões de ritos variados, todos eles tendentes à eliminação de uma morte anônima e desonrosa.

São métodos de combate de guerreiros não-convencionais. As convenções de guerra ao estilo da arte militar que se desenvolveu em solo europeu a partir da infantaria hoplita não ocupa espaço na mentalidade guerreira desses homens de papel e letra que percorrem as páginas das novelas de cavalaria medieval. A única lei que conhecem é a da ofensiva a qualquer custo. O fator moral parece ser para eles mais que uma certeza, uma verdade inatacável expressa em crenças dogmáticas sobre a predominância total do ímpeto que a nenhum ordenamento se subordina.

Um outro modelo ficcional que reproduz um imaginário construído em torno da cavalaria é o de Raimundo Llull ([1270] 1992). Para ele o mundo não pode prescindir da presença de uma corporação de homens dotados de virtudes excepcionais plenamente dedicados ao cumprimento de um código de ética comportamental que tem na doutrina cristã e em certos traços de ideologias míticas da antiguidade seus fundamentos últimos. De acordo com esse modelo, o surgimento da cavalaria se deve à ausência de lealdade, justiça e verdade no mundo. Inexistindo esses sentimentos potencialmente capazes de elevar a condição humana, as pessoas comuns perderiam o sentido da retidão e do temor ao divino, valores por eles tidos como indispensáveis para a formação de seu conceito de humano.

Llull ([1279] 1992) nos mostra uma definição cristã de cavalaria. A função primordial de seus integrantes seria a de defesa da igreja e do ordenamento por ela estabelecido no mundo. O cavaleiro como ele o concebe é um guerreiro submetido à regras de conduta que disciplinam sua capacidade de expressão da violência. É um portador legal de armas que deve fazer uso delas sob os ditames de uma Lei fundamentada na religiosidade.

O que buscam os cavaleiros, os de Llull e demais que transitam pelas páginas das incontáveis novelas de cavalaria? Em primeiro plano, sendo fiéis às matrizes imaginárias que os sustentam, demandam por saciar uma aspiração por glória e reconhecimento. O ser de todo cavaleiro encontra-se indissociavelmente atrelado ao acúmulo de bens simbólicos, dentre os quais a honra é o mais precioso deles. A desonra, ou perda do reconhecimento público por parte da comunidade do qual é parte integrante, é peso insustentável para ser suportado pelos ombros de qualquer guerreiro montado. A honradez requer o respeito contínuo a um código de conduta que regula a condução da guerra em moldes cavaleirescos. Como já ficou dito no capítulo primeiro do trabalho que o leitor tem em mãos a arte de guerrear do universo ficcional homérico antecede e condensa grande parte dos postulados teóricos da constituição da cavalaria andante medieval, notadamente no que concerne aos seus desdobramentos marciais.

Claro está que do que se trata aqui é de um imaginário da conduta cavaleiresca em combate. As guerras da Idade Média, bem como a doutrina militar que lhes dava suporte se desenvolviam de forma alheia a essa estrutura idealizada. Ela foi posta aqui em destaque por ser elemento vital para a discussão estabelecida ao longo desta pesquisa. Foi a partir desse conteúdo imagético extraído de narrativas ficcionais então em voga na península Ibérica que se valeram os nauta e soldados portugueses da expansão imperial.

Dois das grandes batalhas da idade média européia personificam perfeitamente a dualidade infante – cavaleiro: Hastings (1066); Azincourt (1415). Na primeira os cavaleiros normandos esmagam a resistência da infantaria saxã; na segunda a situação se inverte,

anunciando simbolicamente o ocaso de uma era. E é significativo que esta última tenha se desenrolado no mesmo ano que os portugueses conquistavam Ceuta fazendo uso de táticas de cavalaria. Sendo que a última delas marca o início do processo de declínio do combatente montado sobre um cavalo e da estrutura militar que lhe deu sustentação; é o marco inicial da revolução nos assuntos militares.

2.2 A REVOLUÇÃO NOS ASSUNTOS MILITARES: A GUERRA MODERNA

Desde 1494, quatro anos antes da expedição de Vasco da Gama à corte do Samorin de Calicut, a Europa assistiu ao quase interminável desfile de homens armados, e sentiu as consequências que advêm da escolha do uso da força como forma de resolução de confrontos entre nações: uma sucessão de guerras que estenderam da França às repúblicas italianas e que culminariam com a assinatura do tratado de *Cateau-Cambresis*, quase um século depois. O olhar cobiçoso lançado pelos franceses sobre as ricas e militarmente frágeis repúblicas italianas (fragilidade esta que será um dos temas da obra histórica de Maquiavel) teve consequências duradouras para a política internacional da renascença. Portugal, com todas as suas relativamente modestas energias militares absorvidas pela conquista e manutenção das terras de além-mar, não interferiu diretamente em nenhum desses grandes confrontos quinhentistas. A Espanha e a casa dos *Habsburgos* exerceram a essa altura função que hoje é ocupada pelas forças armadas norte-americanas, a saber: a de mantenedora do ordenamento inter-estatal. Cabia ao disciplinado exército espanhol – deve ser salientado que essa força armada compreendia pelo menos meia dúzia de grupos étnicos distintas – a função de baluarte da cristandade contra a expansão otomana. Carlos V e Felipe II ditaram os rumos da geopolítica europeia por décadas, seja contendo a maré islâmica na orla ocidental da cristandade, seja combatendo nos mais variados teatros de guerra europeus contra adversários diversos, Itália, França, Inglaterra ou Turcos - Otomanos.

Não deve ser interpretado como fruto do acaso o fato de que o título de melhor exército da Europa tenha sido concedido à Espanha e ao seu temido *Tercio*, uma infantaria pesada cujo valor combativo foi demonstrado em quase todos os grandes confrontos terrestres do período quinhentista. O monarca espanhol Carlos V e seu sucessor Felipe II alimentavam projetos de grande ambição territorial, abarcando interesses que iam desde incursões predatórias em solo americano, de onde seus soldados-conquistadores extraíram consideráveis volumes de prata – indispensáveis ao prosseguimento das operações militares no velho continente –, passando por interesses mais complexos que entravam em choque direto com as

demais grandes monarquias rivais, entre as quais Portugal não se incluía, ao menos militarmente falando.

A modernidade coincide com dois momentos da formação histórica do ocidente: o domínio sobre vastas porções da Ásia e América e o início da revolução nos assuntos militares. Acontecimentos distintos, mas interligados por uma cadeia de relações de causa e efeito; o primeiro dificilmente teria se firmado com a inexistência do segundo. Entre a chegada de Vasco da Gama à Índia, em 1498, e as guerras globais travadas pelos portugueses contra os holandeses no século vindouro, as principais potências marítimas europeias se assenhorearam de uma parcela significativa do globo, submetendo as terras e os povos que nelas habitavam a um processo de integração forçada à comunidade internacional de nações. As guerras de então tiveram seu poder de destruição engrandecido por uma série de mudanças na tecnologia de matança, resultantes de incorporações técnicas de outros povos e de aperfeiçoamentos de técnicas antigas já conhecidas desde a Antiguidade. O Quinhentismo trouxe armas, táticas e modos inovadores (mas não necessariamente revolucionários) de condução da guerra. A ideia de revolução militar, comumente associado ao período em apreço, deve ser entendida em termos de inovação tecnológica, mais de armas, portanto, e menos de tática.

A pólvora modificou as regras da guerra. Os chineses teriam sido os primeiros a desenvolvê-la, cabendo, contudo, aos europeus a primazia na sua utilização para fins estritamente militares. Os exércitos da Antiguidade conheceram e fizeram uso do princípio da artilharia em combate. Gregos e, posteriormente, romanos utilizaram armas de arremesso de projéteis, dardos, pedras ou objetos incandescentes, dos quais o mais conhecido foi o enigmático *fogo grego*, cuja composição química ainda permanece desconhecida. Os métodos de artilharia dos antigos eram relativamente ineficientes. Eles se baseavam na propulsão muscular para lançamento balísticos. O sistema de flagelação do inimigo à distância possuía alcance limitado pela força dos músculos, em se tratando de armas portáteis, ou pela força de impulsão mecânica, em se tratando de máquinas de lançamento de bólidos. O exército romano desenvolveu o mais formidável maquinário de assédio à praças-fortes inimiga da Antiguidade. A engenharia militar por eles desenvolvida não encontraria rival no ocidente até os primórdios da Idade Moderna. Instrumentos de cerco e combate contra grandes grupamentos de tropas inimigas, essas máquinas contribuiriam para o desenvolvimento de suas "ciências" que teriam uma longa projeção no imaginário militar medieval, a *Teoretica* (arte do cerco) e a *Tática*. Apesar do merecido renome alcançado pelo instrumental de artilharia greco-romano, diante dos efeitos das armas de combustão a pólvora, seus sucessos empalidecem.

A pólvora possibilitou o desenvolvimento de uma nova geração de armamentos que permitiam um combate distanciado. Houve uma alteração dos conceitos de guerra e paz com a introdução de novos conceitos acerca dos modos de conduzir a guerra. A consequência imediata foi o de uma ruptura com o passado feudal e com sua principal instituição militar, a cavalaria. As transformações sociais operadas a partir do fim da Idade Média impuseram que se modificassem os preceitos da guerra. O *ethos* tradicional de combates ritualísticos ao estilo das pugnas cavaleirescas com todo seu complexo sistema simbólico perde a validade, tornado-se alvo de generalizada descrença. Soldados profissionais, pagos e mantidos por organismos políticos, motivados muito menos por ideologias que tinham por metas ganhos abstratos do que por concepções de ordem utilitária e imediata. A motivação individual de cada combatente de base direciona-se para fins pecuniários ou materiais desvinculados de expectativas de honra e glória.

A doutrina militar renascentista agregava duas vetores opostos. De um lado, o legado da tradição marcial greco-latina que encontrou nas legiões seu mais perfeito desenvolvimento; de outro resquícios medievais que situavam no plano da persistência na utilização de alguns instrumentos de morte à curta distância. Os exércitos adotavam armamentos de origem diversa, com clara predominância dos objetos metálicos com função de perfurar e cortar o inimigo. A ruptura com o passado medieval estava na utilização desse instrumental de destruição. Eles deveriam ser manipulados por combatentes que se submetessem ao princípio do ordenamento de uso da violência. Infligir danos ao inimigo ainda era a meta como outrora, contudo essa operação deveria ocorrer sob coordenação. Grandes grupamentos de combate se subdividiam em frações menores – retomando a antiga lição dos *Manípulos* romanos – que agiam sob liderança de um oficial subalterno. Ambos os grupos, os de maior extensão e de menor envergadura, avançavam ou recuavam em ordem previamente ensaiada. A cobertura se dava pela cavalaria posicionada apenas como auxiliar – ou servo – da infantaria e pelas armas de fogo, portáteis ou não.

Um leitor familiarizado com a historiografia militar da Antiguidade, notadamente aquele que tenha lido com atenção Políbios (1985 [Séc. III.a.C]) dos livros XVII e XVIII, imediatamente reconhecerá os flagrantes traços de continuidade entre a disposição das legiões em campo e o dispositivo tático de infantaria renascentista. A rigor, pode-se pleitear que o desenho é idêntico, devendo-se falar de uma manutenção do mesmo modo de organização com o acréscimo das armas de fogo.

O combatente solitário das sagas e novelas de cavalaria pouca ou nula influência exerceria numa modalidade de luta desse tipo, eminentemente centrada na ação coordenada de combate. O individualismo aqui cede espaço à eficiência alcançada. Privilegia-se o número de

baixas do inimigo em detrimento de aquisições simbólicas e de efeito prático em luta insignificantes. As armas de fogo demandam treinamento para seu uso. Para maior grau de eficácia eles necessitam de uso coordenado. Bocas de fogo devem ser disparadas em conjunto para vencer a resistência do lado oposto, ou como prefere um dos estudiosos da relação entre homens e fogo no campo de batalha: “indiscutivelmente, o inimigo é derrotado, afinal, pelo movimento que o repele e pelo fogo que o mantém permanentemente na sua antiga posição.” (MARSHALL, 1959, p. 81).

Os primeiros protótipos desengonçados e pouco eficazes de futuras vedetes dos modernos campos de batalha – o canhão e sua versão portátil, o mosquete de um só tiro – datam de sua utilização dos séculos XV e XIV, respectivamente. Inicialmente, primeiras armas de arremesso de projéteis, impulsionados pela combustão incendiária da pólvora, foram artefatos de tamanho descomunal e de pouca praticidade. O tamanho excessivo dificultava o deslocamento através de território sob o controle do inimigo, o que em termos práticos restringia seu uso para situações de cerco nas quais os arrabaldes deveriam estar forçosamente pacificados (KEEGAN, 1996). Os turcos-Otomanos foram provavelmente os primeiros a fazerem uso dessa nova tecnologia. Suas armas de cerco às fortalezas – as célebres, contudo não tão eficientes, *Bombardas*. Grandes tubos de ferro fundido, de comprimento demasiadamente extenso e de peso incomum, difíceis de serem transportados e devidamente utilizados para os fins projetados: destruição da estrutura defensiva de praças-fortes inimigas. Seu poder ofensivo consistia no arremesso de bólidos feitos de pedra que eram direcionados para pontos fracos das muralhas onde os adversários encontravam-se abrigados com suas tropas. Sobre os primeiros canhões de porte descomunal, um dos grandes historiadores do período faz pertinentes observações:

[...] A princípio as peças de artilharia são armas ligeiras, curtas, mas abastecidas de pólvora (esta, rara, custa caro) [...]. Depois, as peças vão crescendo, de 136 para 272 Kg em média, no reinado de Ricardo III, segundo amostras conservadas na torre de Londres. No século XV são por vezes enormes *Bombardas*, como essas *Donnerbushsen* da Alemanha, monstruosos tubos de bronze montados em suportes de madeira cujo deslocamento levantava problemas quase insolúveis. O canhão maravilhoso – Der Strauus, o avestruz – que a cidade de Estrasburgo empresta ao imperador Maximiliano, 1499, para trazer os cantões suíços à obediência é tão lento de movimento que escapa por pouco de cair em mãos do adversário. Banalíssimo acidente: em março de 1500, Ludovico, o mouro, manda vir da Alemanha para Milão “duas bocas de artilharia pesada”; duas partem-se no caminho [...]. (BRAUDEL, 2006, p. 353, grifos do autor).

A função da artilharia sempre foi a de romper fisicamente as linhas do inimigo. O lançamento de disparos concentrados sobre os soldados compromete seu desejo de prosseguir

lutando e enfraquece as mais sólidas estruturas de defesa. O aperfeiçoamento dos canhões permitiu que eles se tornassem peças móveis de peso consideravelmente menor – se comparado com seus predecessores dos exércitos otomanos – reduções físicas que trouxeram consigo duas implicações vitais: o canhão ganha poder de fogo concentrado e mobilidade tática. Os novos artefatos, graças à sua estrutura, poderiam ser transportados de um ponto a outro do *front* ou através de longas distâncias, impulsionados por tração animal ou por carretas. As muralhas da cidade Constantinopla foram as primeiras a sentirem os efeitos práticos dessas mudanças na tecnologia militar. A capital do império Bizantino caiu sob as investidas das tropas de Mehmet II em 1453, quase quatro décadas após a tomada de Ceuta (1415). Bombardeio prolongado dos pontos fracos da cidadela, combinado com incursões outras, inclusive operações navais de apoio ao cerco e bloqueio ao sítio alvo de ações ofensivas, puseram um fim à prolongada resistência do imperador romano do oriente, Constantino.

No mar, o uso de canhões rapidamente generalizou-se entre as embarcações europeias e orientais. Em áreas do Magreb, na China, e em territórios dos otomanos, artilharia explosiva já estava em uso – de modo um tanto deficiente – desde meados do século XIV (BRAUDEL, 2006). Rapidamente, incorporados às naus de longo curso ou mesmo de menor porte, os canhões tornaram-se um dos principais meios de projeção de poder de longa distância, senão o mais importante. Para isso, talvez tenha contribuído o corso; estranha modalidade de ação naval, tão comum no Mediterrâneo e quase tão antiga quanto a presença da civilização. Acerca disso Braudel faz uma síntese:

Desde cedo, o canhão instalou-se nos navios, mas também isso de maneira fantástica, desconcertante. Já em 1338, antes de Crecy, o canhão está a bordo do navio inglês *Mary of Tower*; mas uns 30 anos mais tarde, em 1372, 40 grandes naus castelhanas, ao largo de La Rochelle, destroem com seus canhões navios ingleses, desprovidos de artilharia e incapazes de se defender [...]. Em Veneza, nada prova que a artilharia naval tenha estado a bordo de galeras antes de Signoria durante as intermináveis guerras contra Gênova (1378). Mas em 1440, provavelmente mais cedo, é fato consumado, tal como, sem dúvida, a bordo dos navios turcos. [...] Claro que esta instalação não se faz num dia, mas sem dificuldades. No mar não há canhões de cano comprido, de tiro tenso e de pontaria antes de 1550, data aproximada. No século XVI ainda não há escotilhas nos flancos arredondados dos barcos. Coexistem barcos armados e desarmados, seja qual for o perigo. Citei o infortúnio dos ingleses diante de La Rochelle, em 1372. Mas no Atlântico, ao passo que os corsários franceses, por volta de 1520 dispõem de sua artilharia, os navios mercantes portugueses não a têm. Em 1520! (BRAUDEL, 2006, p. 355).

Em terra, a revolução nos assuntos militares da era renascentista assinala o destronamento definitivo da cavalaria como principal arma ofensiva nos campos de batalha. O

cavaleiro e sua vistosa montaria já não despertam o generalizado temor e admiração de outrora. Ao contrário disso, tornou-se arma meramente acessória, ela e a mentalidade de combativa que a animava. A infantaria torna-se a mãe de todas as batalhas; apoiada por uma chuva de petardos que antecedem seu deslocamento, essa arma reinou nos campos de batalha renascentistas da Europa; soldados que lutam a pé, portando armamento diverso, armas de fogo e de arremesso por força muscular tornam-se o centro do dispositivo tático ofensivo. O elemento de ruptura das linhas inimigas desloca-se do nobre cavaleiro para o disciplinado combatente de base, homem de origem socialmente modesta, contudo melhor adaptado para as novas exigências da guerra moderna. Disciplinado e duro, ele se mostra mais conveniente para execução das manobras que a nova doutrina militar exige. A capacidade de manter-se firme na sua posição, ombreado com o soldado que se encontra ao seu lado, é decisiva para manutenção de uma linha defensiva. Os gregos pós-homéricos legaram essa lição ao ocidente e dela derivam uma série de implicações militares posteriores. (HANSON, 2012) Nas grandes manobras de ataque e defesa convivem, com relativa harmonia e certa integração tática, armas da Antiguidade com inovações tecnológicas mais recentes. Mantinha-se, dessa forma, o ideal da renascença de imitação de modelos clássicos, tidos como modelares.

A artilharia é uma novidade que se integrou com alguma lentidão ao desenho de composição da batalha. Canhões, inicialmente desconhecidos, que lançavam pesados bólidos de pedra contra as muralhas das cidadelas medievais, foram substituídos por uma tecnologia mais eficiente, armas menores e mais potentes, capazes de lançar, a grandes distâncias, cargas ocas de ferro carregadas com explosivo. Nos primeiros combates travados em solo europeu essas armas produziam mais barulho e fumaça que resultados práticos. Os bombardeios serão ainda por muitas décadas quase que tão somente elementos de uma força de cobertura. Aos soldados que lutam organizados em formações quadradas e portando longas lanças de assalto (ou piques, de onde vem a designação de *piqueiros*) estava reservada a principal função: destroçar a cavalaria inimiga ao tempo em que mantinham a solidez da linha de defesa. Os lanceiros situavam-se no centro do desenho tático; os arcabuzeiros – infantes que lutavam portando arma de fogo portátil – deveriam lançar fogo sobre os *piqueiros* inimigos. Percebe-se, portanto, que, de acordo com esse dispositivo tático muito vulgarizado nas guerras da renascença, o cavaleiro exercia função quase que acessória. O combatente armado com o pique situava-se como ponta de lança do planejamento operacional, cabendo aos guerreiros, portando armas de fogo, proporcionar a necessária cobertura para o desdobramento das ações.

A infantaria é a mais antiga das armas das forças armadas. Na Antiguidade ela era a mãe de todas as batalhas, posição que ainda ocupa nos dias contemporâneos. Contudo, na idade média, com o eclipse dos desenvolvimentos da arte de guerrear dos romanos, o homem

armado montado sobre um cavalo era a imagem arquetípica do guerreiro, o modelo a ser perpetuado. O renascimento retoma os modelos clássicos das legiões e dos combatentes *hoplitas* gregos fundindo-os com as novas possibilidades táticas surgidas com as explosões das primeiras balas de canhão. Os exércitos pós-feudais primavam pela execução de manobras ordenadas, nas quais procuravam tirar proveito da articulação entre poder de fogo e poder de choque ofensivo do homem desmontado atuando em conjunto. O guerreiro tornou-se parte integrante de uma concepção estratégica à qual se encontra subordinado. Ações ofensivas individuais, centradas na crença do *ethos* do duelo de campeões, pertencem ao passado medieval. O combatente esteja ele armado com armas brancas ou armas de fogo portátil, avança ou permanece com firmeza no seu lugar, sempre em ritmo cadenciado e ladeado por seus companheiros, de quem espera auxílio e cobertura. São grandes formações militares, exércitos de tamanho considerável, forças organizadas e que consomem grandes somas de capital para sua manutenção.

2.2.1 A arte de guerrear Quinhentista a partir de suas fontes contemporâneas

Dois experimentados oficiais e historiadores militares de renome, Du Picq (1998) e Marshall (1959), e dois civis franceses, Aron (2002) e Corvisier (1999), cujos interesses se voltam para os campos de Marte, chegaram por vias distintas a uma mesma conclusão que de perto nos interessa. A saber, o modo de conduzir a guerra e de organizar os exércitos para a contenda não resultam de uma escolha arbitrária, mas refletem características das sociedades dos períodos nas quais esses combates foram travados. O armamento e o modo como ele deve ser empregado para obtenção das metas estratégicas são diretamente condicionados por elementos civilizacionais. No século XIX, com a revolução proporcionada pela técnica de produção industrial, foi desenvolvido e posto em execução o conceito de guerra total, inicialmente defendido por Clausewitz (2010 [1832]). A formulação do general prussiano tinha seu cerne na idéia de que os combates da era industrial envolveriam tamanha mobilização de recursos humanos e materiais que somente poderiam se concluir com a aniquilação da nação inimiga. Em tempo de exércitos de massa e de utilização de maquinário de destruição que poderia facilmente invadir o espaço territorial, seja pelos flancos ou retaguarda nacional, um combate que se resolve com o posicionamento dos oponentes nas faixas fronteiriças não teria nenhuma razão de ser. A tecnologia de matança existente inviabilizava o recurso à esse tipo de mentalidade bélica.

Em contrapartida, no período Quinhentista, os modos de condução da guerra percorriam outras trilhas. A mobilização de recursos militares não poderia ser realizada de modo parecido. O potencial de recrutamento de reinos e nações era ainda de alcance restrito.

A batalha decisiva acontecia em campo aberto e era travada por forças que representavam a quase totalidade dos recursos humanos mobilizáveis. Inexistiam grandes reservas de combatentes treinados fornecendo cobertura de retaguarda da tropa em choque e da defesa dos centros urbanos. Havendo aniquilamento da força expedicionária, restava aos exércitos destroçados apenas um último recurso: a capitulação e o armistício.

A *Arte da Guerra*, de Maquiavel (1520), e *A Arte da Guerra no Mar*, do Padre português Fernando de Oliveira ([1555] 2008) oferecem meios de acesso direto à mentalidade militar quinhentista e aos seus métodos de utilização da força. Em vista disso, elas devem ser objeto de análise mais detida.

Se para o espírito da velha diplomacia europeia do século XIX a Itália era apenas “uma expressão geográfica”, a observação era ainda mais válida para a península itálica dos alvares da Idade Moderna. Um amontoado de Estados autônomos inimigos entre si, ricos e opulentos, cheios de fastio e de orgulho da prosperidade material que desfrutavam, as republicanas italianas dominavam a civilização mediterrânica. Estrategicamente posicionadas nas bordas do grande mar interior – o *Mare Nostrum* dos antigos mapas romanos –, intermediavam o lucrativo comércio com o oriente muçulmano e o Magreb. A fragmentação política que as definia era motor de lutas fratricidas entre as cidades, ao estilo dos embates entre Atenas, Esparta e demais centros urbanos da Hélade clássica. Dessa rivalidade congênita derivariam infortúnios vários, dos quais a mais sinistra de todas as pragas seriam as repetidas incursões predatórias de potências estrangeiras dispostas a submeter toda região a um domínio imperial. Tão frequentes quanto as incursões periódicas dos invasores, foram as derrotas dos defensores que não possuíam habilidade militar ou domínio tecnológico que os permitisse estabelecer uma linha contínua de defesa.

A consciência da fragilidade das instituições e da incompetência de seus dirigentes, no âmbito da condução da política externa, conduz Maquiavel a escrever duas obras nas quais busca refletir sobre as causas da derrocada das cidades – Estado italianas, *Arte da Guerra* (1520) e *O Príncipe* (1532). Aquela última é um tratado militar de curta extensão, dividido em um prólogo seguido de sete capítulos e uma conclusão cujas considerações são expostas em forma de axiomas ao estilo oriental. O intento do autor é tipicamente renascentista, extraindo exemplos ilustrativos na antiguidade clássica busca lançar luzes interpretativas sobre um presente que ele julga falido. As considerações se iniciam com uma introdução dedicada ao mecenas patrocinador da obra, na qual é feita a exposição inicial e apresentação do problema. A linha de argumentação inicial segue uma senda previsível, um diagnóstico dos desmandos políticos da península itálica, seguido de uma analogia histórica com as virtudes cívicas exemplares dos gregos e romanos, modelos a serem emulados.

A discussão propriamente dita ocupa a quase totalidade restante do pequeno volume. A narrativa se desenvolve nos moldes dos diálogos platônicos: um ex-soldado, recentemente desligado de suas atividades de combatente nas hostes do imperador Carlos V, visita um opulento e douto cidadão veneziano. Após o inevitável banquete, bem ao estilo da literatura clássica antiga, o visitante, seu anfitrião e demais convivas iniciam o embate verbal. As cidades italianas sofreram sucessivas derrotas militares desde 1494, data da invasão e saque das tropas de Carlos VIII, da França, marco inicial das guerras italianas que se prolongarão até o quase findar da centúria seguinte. É necessário ter em mira esses acontecimentos históricos para melhor se compreender o porquê das discussões dos personagens de Maquiavel.

A doutrina militar proposta por Maquiavel, em *A Arte da Guerra*, já foi alvo de inúmeras críticas, a maioria, senão a quase totalidade, centraliza-se sobre as difíceis execuções em combate das complicadas manobras propostas pelo manual. O cerne da proposta consiste numa combinação das duas principais virtudes ofensivas dos exércitos da antiguidade clássica, fundindo-se a infantaria hoplita grega com a disciplinada infantaria romana das legiões. O dispositivo tático, relativamente simples, comportava execução de movimentos de envolvimento do inimigo e exigia uma sincronia quase impossível de ser executado em situação real de combate. O centro do dispositivo (retomando as lições antigas) cabia aos infantes, cavalaria em menor número situada nos flancos, dando apoio e mantendo-se pronta para intervir como força de cobertura. A artilharia é citada apenas como elemento quase decorativo. Canhões de pequeno porte e soldados armados com armas de fogo portáteis não tinham papel ofensivo decisivo, destinavam-se a realizar uma salva inicial de projéteis para dar início ao combate. Feito os disparos iniciais, a artilharia recuava e se mantinha em silêncio ao longo do desenrolar das ações.

Cabem algumas palavras sobre o armamento individual de cada combatente e seus modos de utilização propostos no manual de guerra de Maquiavel. O batalhão seria constituído por linhas sucessivas de infantes armados – nisso não há novidade. Pois, retoma a organização legionária de Roma –, dessa forma, taticamente distribuídos: como ponta de lança uma formação cerrada de guerreiros portando armas de arremesso, lanças longas ao estilo hoplita no desenho e no modo de utilização, formando uma barreira impenetrável ao inimigo. Na retaguarda, soldados ao estilo das legiões com escudos grandes e espadas de alcance curto para combates próximos. Na última posição ficavam os guerreiros mais experientes, situada numa reserva estratégica a ser utilizada apenas em caso de ruptura da estrutura defensiva ou para tapar brechas.

Jacob Burckhardt (1983) diz que o Renascimento tentou elevar a batalha à condição de obra de arte. O que Maquiavel propõe é uma abstração fundamentada nos modos de condução da guerra da Antiguidade e que, fundindo tradições militares distintas, faria surgir um padrão idealizado de luta. A grande contribuição do filósofo florentino talvez tenha sido a da lucidez na percepção de naquela altura dos acontecimentos históricos, a prática de guerrear deveria ser conduzida por forças disciplinadas e bem adestradas, sendo forçosamente necessária sua submissão a uma entidade política estatal. Exércitos compostos por mercenários indisciplinados, saqueadores e flibusteiros, mais interessados na aquisição de ganhos pecuniários pessoais do que na execução de uma meta estratégica estabelecida por uma autoridade política, deveriam pertencer ao passado ou às nações desentronizadas com a nova face dos combates.

A Arte da Guerra não reflete necessariamente as concepções tático-estratégicas do período em que foi produzida. Ela funde duas tradições, a antiga e a moderna, e as incorpora numa tentativa de construção de padrão operacional considerado infalível, embora não haja notícias de que ela haja sido posta em execução em qualquer confronto armado do período renascentista. É digna de nota a função da artilharia ocupada no dispositivo tático maquiavélico. Armas de fogo portáteis ou de apoio são desdenhadas como fator decisivo na luta. A importância maior é atribuída ao poder de choque individual submetido ao controle de um exército disciplinado. Os personagens do diálogo consideram que petardos nula influência teriam sobre o desenrolar do confronto, servindo antes para produzir nuvens de fumaça que dificultariam a clara visão dos acontecimentos no campo de batalha. É quase desnecessário fazer notar que uma doutrina de uso da pólvora, como a que foi acima exposta, estava em aberta discordância com ideias correntes nos dias de então.

Definido por seu mais rigoroso biógrafo como “astro de segunda grandeza” da expansão ultramarina portuguesa e, por Luís de Albuquerque, como uma das mais aliciantes personagens da rica galeria de aventureiros e heróis lusitanos do século XVI (ALBUQUERQUE, 1992), o padre Fernando de Oliveira (1507-15810) notabilizou-se por sua vida atribulada e cheia de peripécias ao estilo dos romances capa e espada. Foi monge da ordem de São Domingos, espião, soldado, marinheiro embarcado em esquadras de guerras da França e Inglaterra; como professor e erudito humanista, conviveu com nobres portugueses e figuras de proa como João de Barros e Henrique VIII, da Inglaterra; por seu espírito inquieto e contestador, foi sentenciado pelo tribunal do Santo Ofício a gemer por anos nas prisões lisboetas. Homem de ação e de espírito contemplativo, ao tempo que ansiava por riquezas e glórias materiais, cultivava uma curiosidade quase insaciável que o levava a transitar por diferentes campos do conhecimento, produzindo obras como uma *Gramática da Linguagem*

portuguesa, uma *História de Portugal e A Arte da Guerra do Mar*, publicado originariamente em 1555, 35 anos depois da obra de Maquiavel.

Riquíssimo é o patrimônio das obras de literatura de viagens resultantes da expansão imperial portuguesa; grande parte delas lê-se com gosto, por tratar-se de narrativas envolventes ou contaminadas pelo mítico e o maravilhoso, contudo, *A Arte da Guerra do Mar*, do padre Fernando Oliveira, não pertence a essa tradição. Um tratado militar relativamente volumoso, carregado de referências eruditas da antiguidade clássica e dos patriarcas da igreja católica; um livro denso e que em termos estilísticos fica muito dever aos melhores cultores da língua portuguesa como João de Barros ou um Lopes de Castanheda. Em termos de análise do fenômeno da guerra, o texto do ilustre clérigo português se distancia em muito do percurso feito por Maquiavel em *A Arte da Guerra*, entre os dois há mais dessemelhanças que pontos de contato. Enquanto o filósofo italiano tentou construir uma sistematização tácticoestratégica que deveria servir de baliza orientadora dos exércitos italianos contra as potências europeias de então, Oliveira teve em mira um projeto menos aristotélico e mais platônico, primando por uma discussão sem muita objetividade, na qual se misturam aleatoriamente reflexões sobre modos de condução da guerra naval e sua importância para Portugal, com outras tantas digressões sobre temas militares interpretados à luz do pensamento teológico cristão. Este último não causa espanto, dado a formação do autor – padre durante a maior parte da vida adulta –, contudo em nada contribui para a clareza das ideias expostas.

A primeira observação a ser feita sobre a obra do padre Oliveira é de caráter estrutural. Ela contém um prólogo seguido de duas partes que discorrem sobre o que é a guerra naval, sua função, preparação para batalhas e como elas devem ser tratadas, recorrendo a táticas e manobras que lhe são próprias. Cada uma das partes encontra-se dividida simetricamente em 15 capítulos.

Nas páginas iniciais, que funcionam como um exórdio, Fernando Oliveira justifica o porquê da existência de *Arte da Guerra do Mar*, demonstrando a importância que reside no estudo de tal matéria para o engrandecimento do empreendimento marítimo-imperial lusitano. “O mar é devasso”, diz ele expondo sua frase mais conhecida, e, por isso, suas rotas e estradas que podem permitir o deslocamento de armadas e forças ameaçadoras inimigas devem estar sob vigilância e controle, sob pena de que o reino pague um elevado preço por tal imprudência. O padre deixa em evidência o débito que o império português possui com as vias oceânicas, de onde extraíram a opulenta glória que ostentavam então:

He materea esta proveitosa e necessária, em especial pera desta terra que agora mays trata pello proveyto e honra, e também correm ventura de perderem tudo isso, se não conservarem cõ esta guerra, cõ que seus contrayros lho podem tirar. Dandosse a esta guerra ganhado os nossos portugueses muytas riquezas e prosperidade, e senhorio de terras e reynos e tem ganhado honra em poucos tempos quanta não ganhou outra nação em muytos. Elles não somente conquistarão terras que outros não poderam tocar, mas além disso nam satisfffeytos de tam pouco buscaram e descobriram outras de nouo que nunca foram cuyadadas. E sobre tudo damazo a multiplicar se a fee de Deos e saluação dos homens, que o diabo tinha como escondidos aos pregadores e núncios delas, os quais como vemos cõ a h diuina fazem freyto mediante, todavia, a guerra do mar. Da qual nenhum autor, que eu sayba, escreve âtes dagora artes nem documentos, ou se alguém della escreveo confesso que nam veo a minha noticia sua escritura, somente de Vegecio cousa pouca. (OLIVEIRA, [1555] 2008, p. 6).

O prólogo de *A Arte da Guerra no Mar* – cujo título completo é *prologo com exordio, e escusa do autor* – é, além da apresentação do que será discutido nas páginas seguintes do livro, uma dedicatória ao mecenas da obra, Dom Nuno da Cunha, capitão das “galees” do rei D. João III. A abertura adota um tom retórico convencional. Oliveira invoca o velho *topos* da escusa por abordar um tema que não parece estar ao nível magnânimo do rico patrocinador. Fiel a seu estilo tortuoso de narrar o quer que seja, Oliveira faz longos périplos desviantes até finalmente apresentar ao leitor o que pretende defender no seu livro: o combate naval, seus modos de condução e as questões de ordem tática, de vital importância para sua consecução. Como já está no trecho citado acima, o autor atribui a si a primazia no tratamento do tema estudado, considerando como seu único predecessor Vegécio, acerca do qual ainda teremos oportunidade de discorrer. E, por fim, justifica sua condição de sacerdote escrevendo sobre feitos militares: “[...] Não pareça a matéria incompetente à minha pessoa, porque aos sacerdotes convém ir à guerra quanto mais falar dela” (OLIVEIRA, [1555] 2008, p. 18).

Os quinze capítulos que enfeixam a primeira parte do tratado militar do padre Fernando Oliveira contêm um conjunto de textos que tratam de temas que atualmente seriam tratados pela ciência política – a estratégia naval e a organização e logística de combate.

Apesar de relativamente extensos em número, os capítulos podem ser tematicamente agrupados entre si. De acordo com esse método interpretativo, os cinco primeiros condensam matérias que guardam semelhanças entre si e podem ser quase fundidos sem prejuízo analítico de monta. Nas palavras do próprio tratadista, “a primeyra parte do tratado da guerra do mar, [...] trata da intenção e apercebimento da dita guerra” (OLIVEIRA, [1555] 2008, p.11).

Indo de encontro ao espírito racionalista de Clausewitz, o belicoso clérigo português propõe respostas diferenciadas para a questão: o que é a guerra. Embora a pergunta não esteja claramente formulada nas páginas iniciais da discussão, ela se faz presente de forma diluída. Se para o general prussiano que escreverá séculos depois de Oliveira, o embate militar é

definido com clareza aristotélica como sendo o resultado racional de uma política nacional e, portanto, uma disputa armada que resulta diretamente de ambições materiais, a *Arte da Guerra no Mar* aponta em outras direções não tão facilmente discerníveis. O padre reconhece que as rivalidades entre os grupos humanos conduzem ao uso da violência como instrumento de resolução das pendências surgidas. Ele atribui, porém, a origem última desse fenômeno às causas imateriais de cunho mítico religioso. Se os homens lutam entre si é porque desobedeceram aos mandamentos divinos em um tempo mítico primordial, caindo, assim, em condição de pecado. Não fosse o comportamento inadequado praticado pelo ancestral mitológico da humanidade – de acordo com as crenças judaico-cristãs –, a harmonia predominaria nas relações internacionais. Visão idílica do processo de resolução de conflitos interestatais perfeitamente de acordo com um homem de formação religiosa, embora dotado de espírito tão inquieto quanto o do padre Fernando Oliveira.

As fundamentações das origens da guerra podem ser de caráter metafísico, mas não as formulações do porquê dela ser praticada. O termo mais utilizado por Oliveira nessa parte de seu trabalho é “apercebimento”, o que denota que precaução, cautela e preparação disciplinada seriam a matriz organizadora das forças armadas. É possível notar que em meio ao magma discursivo, centrado numa percepção mítica dos acontecimentos, há também formulações lúcidas, derivadas de um espírito racionalista. É feita a tentativa de mostrar o quanto é necessário estar atento às estratégias indiretas de nações rivais. Forças militares devem estar sempre prontas, e em estado de atenção, para se conseguir prontamente dissuasão do inimigo:

Eliano escrevendo das ordenanças da guerra diz de autoridade de Platão, que as leys de Creta assi mandavam gouernar os homêns e estar apercebidos, como se esteuessem em continoa guerra, e o porque, era q todas as cidades e nações das gentes naturalmente tê antre si guerra e diferenças, posto que as não declarem sempre por alguns respeytos que lhes couem.

[...] Pera nos defendermos de quem quiser offender, porque a presteza, diz Aegecio, aproueyta aas vezes mays que a força nas cousas da guerra. E tabe diz elle, os imigos de maa mente acomete aquelle reyno ou cidade, que sabe estar prestes pera se defender. [...] Para aquirir paz se faz a guerra. A boa guerra faz boa paz. E assi a paz que nola logramos guerra passada a ganhou. [...] Não descasem os amigos da paz q agora gozão se a querê perpetuar, porq os côntrayros della se a virem mânsa leualaham nas unhas. (OLIVEIRA, [1555] 2008, p. 12).

O padre Fernando Oliveira condensava em si dois dos postulados clássicos do homem renascentista: ao mesmo tempo em que cultivava curiosidade pragmática, era homem ainda não inteiramente dissociado de um imaginário medieval. No seu tratado militar esse dualismo se faz notar de modo mais concreto em duas das citações mais frequentes nela, a Bíblia e

Vegécio (no texto grafado como Aegecio). Nesse momento faz-se necessária uma quase digressão, percorrendo sobre a última das referências citadas.

A quase digressão que deve ser feita para melhor compreender a estrutura ideológica de a *Arte da Guerra do Mar* é a da figura de Renato Flávio Vegécio. Sabe-se que a Antiguidade clássica legou para a cultura ocidental um importante patrimônio historiográfico constituído pelos tratados de Heródoto, Tucídides e Políbios ou mesmo um Tito Lívio. Contudo, a despeito de que os historiadores citados acima versem sobre episódios de história militar que consideram terem sido os mais importantes já vistos até então, gregos e romanos legaram pouquíssimos tratados de caráter genuinamente militar, o principal deles é uma obra cujo título traduz com perfeição as intenções do tratadista, *Epitome Res Militaris*, de Vegécio.

Publicada na fase final do império romano do oriente, por volta do século IV da era cristã, das escassas informações pessoais indiretas presentes no texto, deduz-se que ele possa ter sido um homem abastado, respeitado nos círculos do poder por seus conhecimentos técnicos. Não é possível aquilatar se ele foi soldado, comandante destacado de alguma das legiões do período de decadência romana, ou se apenas um cortesão. Na introdução, o autor do tratado militar afirma que esta obra foi escrita a mando do imperador e que a ele é dedicada. A qual dos imperadores romanos ele se refere? A discussão está em aberto, para alguns teria sido Teodósio I, para outros, Valenciano II (RICHARDOT, 1998). *Epitome da Arte Militar* – título pelo qual é conhecido em língua portuguesa – provavelmente foi dentre as obras latinas da Antiguidade uma das mais lidas na Idade Média e no Renascimento. Vegécio é o pensador clássico que mais duradoura influência exerceu sobre o pensamento militar, posterior à desintegração de Roma e de sua estrutura imperial. Entre os séculos V e XV ele foi o oráculo de todos os que se interessavam por temas ligados ao universo da guerra (RICHARDOT, 1998). Dentre os tratadistas e historiadores dos combates armados do período clássico nenhum se igualou a ele, em termos de aceitação nas sociedades europeias, nem mesmo César, Frontino ou Xenofonte, cuja *Anabase* foi muito pouco lida e comentada.

A grande popularidade da obra de Vegécio se insere dentro da tradição intelectual medieval que via a Antiguidade como a autoridade suprema, a portadora da palavra final sobre um dado problema. A *Epitome* é – como confessa seu autor – uma obra que derivou de um demorado estudo que resultou na compilação de uma série de textos de outros tratadistas militares antigos que o precederam, entre os quais figurariam vultos ilustres como Salústio, Catão, Frontino e uma massa documental constituída pelas ordenações relativas à guerra de Augusto, Trajano e Adriano. O estilo não é dos mais palatáveis, desobrigado de subordinação a princípios estéticos, visto tratar-se de texto voltado para finalidade de execução prática – conforme está dito em suas páginas – a aridez vigora ao longo da maior parte da discussão.

Embora de curta extensão, abarcando pouco mais de cento e poucas laudas, há uma variedade de temas abordados que vão desde a preparação para a guerra, ponto reiteradamente exposto, passando pelo treinamento das legiões, questões de logística e apoio operacional e desaguando em algo tão imprevisto como teorização sobre guerra naval, tema a ser retomado pelo padre Fernando Oliveira, seu confesso admirador. Anote-se, por fim, que o infante D. Pedro traduziu *Epitome* para o idioma vernáculo, e ela fazia parte da biblioteca do próprio duque de Viseu, D. Henrique, o navegador, conforme atesta o Oliveira Marques (1986). Recorde-se também que Zurara cita o tratadista militar romano na sua *Crônica da Guiné*.

Feitas as considerações preliminares, avancemos em direção ao conteúdo da obra do pensador latino. Ao contrário de muitos outros livros antigos que se perderam total ou parcialmente, a *Epitome* chegou-nos em sua versão integral. Estruturalmente ela se encontra dividida numa série de capítulos de extensão desigual, fragilmente unidos entre si, o que acaba deixando ao leitor moderno a impressão de que foram escritos num longo período de intervalo entre si. Um historiador e comentarista da obra de Vegécio propõe que a organização original do texto provavelmente tenha sido a seguinte: o recrutamento e a instrução; a legião; a batalha; o ataque e a defesa das praças fortes; a guerra naval (MAGALHÃES, 2006).

O tempo histórico da publicação do tratado militar romano foi o do período final do império, aquele que é conhecido nos manuais de história antiga como o da decadência. Eram tempos de crise, de desordem e desagregação dos valores da velha república, situação esta que inspirava posturas saudosistas, tentativas de reviver um passado glorioso, marcado pelo domínio imperial romano que se estendia por três continentes. No presente falido de onde fala o tratadista, a realidade é bem menos empolgante. Conquistas fulminantes que resultaram em anexações de imensas áreas, agora pertencem ao passado. Grandes formações inimigas se concentravam a leste e oeste, ameaçando submergir na barbárie a cidadela fundada por Eneias. A intenção declarada do teórico militar latino ao compor sua obra é a de propor um modelo prático de reorganização da arma militar terrestre para tentar reviver suas glórias.

Dos segmentos que compõem a obra, os três primeiros são os mais importantes, eles versam especificamente sobre o recrutamento, a formação das legiões em combate e a doutrina militar romana antiga. Acerca de cada um desses pontos, Vegécio discorre longamente, mas deixando sempre em evidência que ele se entregou à tarefa de compendiar uma massa compacta de relatos e obras que lhe precederam e versaram sobre a arte da guerra e organização dos exércitos romanos. As primeiras observações concentram-se sobre aquilo que o padre Fernando Oliveira tão reiteradamente sublinha no seu texto, o apercebimento, ou seja, a causa da superioridade da força armada romana residiria no seu preparo. Um pequeno número de homens rigorosamente treinados obtém mais facilmente uma vitória que uma

multidão indisciplinada. A matança em combate deve ser racionalizada e disciplinada em nome da elevação do coeficiente de êxito militar. Importa impor ao inimigo a maior quantidade possível de danos de modo a fazê-lo curvar-se às intenções que lhe são ditadas.

No modelo romano de guerra, descrito na obra, o epicentro do dispositivo ofensivo é a infantaria leve e pesada; o processo de recrutamento para essa arma – de acordo com Vegécio – deveria obedecer a rígidos padrões de seleção. Embora fosse obrigatório, o serviço militar era altamente excludente, mantinha de fora setores significativos da população e mesmo praticantes de certos ofícios. A *Epitome* define claramente que certas classes sociais prestam-se melhores que outras para o exercício das armas, e determinadas atividades profissionais desabilitam definitivamente seus oficiais para o ingresso no universo dos temas marciais. Seja dito que ideias semelhantes são compartilhadas pelo padre Oliveira, defensor da tese de que comerciantes não devem ser recrutados, pois que o “comércio torna os homens mansos como mulheres” (OLIVEIRA, [1555] 2008, p.98).

O recrutamento é apenas uma fase preliminar das operações de guerra. A escolha dos melhores quadros tem em mira o combate, a razão de existência dos exércitos. Por via da leitura atenta das páginas do tratado romano somos informados sobre minúcias do processo de treinamento dos recrutas recém-incorporados à caserna. “Se quiseres a paz prepara-te para a guerra”, é esse o mais famoso dos aforismos de Vegécio e aquele que sintetiza suas concepções acerca do valor do adestramento guerreiro. As legiões de Roma eram adestradas para atuarem como infantaria, cabendo à cavalaria papel de intervenção e auxílio quando necessário. As armas ofensivas e defensivas eram o gládio – a espada curta para combates a curta distância, arma padrão dos infantes –, o escudo longo, adagas e instrumentos de arremesso de petardos mísseis, estes últimos a serem utilizados tão somente como instrumento de apoio das ações de ruptura das linhas do adversário.

Para as legiões romanas, a disciplina era o elemento fundamental de seu dispositivo tático, ao contrário de muitos outros povos antigos que combatiam de modo desordenado, confiantes no valor individual de cada combatente. Roma depositou a esperança de suas ambições militares sobre o poder letal de uma força armada organizada. Combater como unidade exigia um preparo prévio, daí a importância dada ao disciplinamento tático em situação real de combate. Na *Epitome* a formação do guerreiro merece atenção destacada. Basicamente, ela consistiria na instrução e aplicação de princípios marciais elementares, exaustivamente repetidos; em atividades físicas; na prática daquilo que na terminologia moderna é conhecido como “táticas de ordem unida”; marchas, contramarchas e treinos de preparação de construção de zonas defensivas em território sob controle do inimigo, além, é evidente, de utilização de armas ofensivas. A doutrina militar romana propugnava pela

utilização do gládio como instrumento perfurante e não de corte, o que implicava numa busca por uma decisão rápida do combate, bem ao estilo da mentalidade prática romana.

A segunda parte da *Epitome* centra sua atenção sobre a legião e seus modos de organização interna. O modo de organização em combate descrito por Vegécio é basicamente o mesmo que consta na *Arte da Guerra*, de Maquiavel. O dispositivo tático dispõe as forças de ataque da seguinte forma: auxiliares nas alas, cavalaria posicionadas junto com as tropas estrangeiras. No centro, a infantaria que se subdividia em setores (hoje diríamos batalhões) que por sua vez se subdividiam em grupos ainda menores, cada um sob a responsabilidade de soldados veteranos que exerciam a função de suboficial ou oficial, conforme fosse a extensão do grupamento de combate. Na retaguarda, semiajoelhados, postam-se os mais duros e experimentados lutadores, prontos para intervirem como reserva móvel. Os diferentes escalões formariam um total de cerca de seis mil homens a pé e uma quantidade significativamente menor de guerreiros montados sobre cavalos, acrescidos de aliados grupos de apoio. O comando-em-chefe cabia ao cônsul que exercia a autoridade suprema sobre os comandantes táticos de linha de frente e retaguarda.

Uma análise detida e pormenorizada do tratado militar romano não se faz necessário em razão de seu conteúdo repetitivo. Conforme já assinalado anteriormente, o autor latino quase certamente compôs sua obra ao longo de um período extenso de tempo e ela veio a lume de forma fragmentada, uma parte após outra. Essa é a justificativa mais plausível para estilo tão tortuoso, composto por idas e vindas do mesmo tema, repetido de modo a exaurir a paciência de um leitor desavisado. Ao longo do texto, Vegécio faz a mesma observação repetidamente, a de que ele tão somente compulsou obras de tratadistas e historiadores que o precederam na tarefa. Sendo assim, a *Epitome* nada mais seria do que a síntese de um conjunto não identificado de obras variadas sobre arte militar terrestre e marítima da Antiguidade clássica.

Do estudo da legião e dos seus modos de disposição na linha de frente, passa-se para a doutrina militar terrestre, proposta por Vegécio. Em verdade, embora seja da mais alta importância, esse momento da discussão, como tantos outros na *Epitome*, encontra-se marcado pela entremistura de informações outras que fogem ao interesse central do que está sendo dito. Cumpre destacar a tese por ele defendida, e que parece própria ao pensar guerreiro romano, de que forças armadas eficientes se pautam pela limitação numérica de suas fileiras. Grandes exércitos seriam economicamente dispendiosos e militarmente vulneráveis. A ação ordenada em combate e a orquestração de manobras ofensivas de envolvimento do inimigo exigem grupamentos reduzidos, organicamente unidos, potencialmente capazes de agir sob perfeita coordenação longamente ensaiada. O número por ele tido como o mais recomendado

é o de duas legiões acrescidas de seus respectivos auxiliares e meios de apoio logístico. O que nos deixaria concretamente com algo em torno de vinte mil homens para uma campanha de submissão de áreas ou Estados sob controle do inimigo. O modo específico como essa força expedicionária deveria ser desdobrada também é alvo de discussão que não deve ser desconsiderada aqui. O pequeno grupamento de legionários deveria ocupar o *front* posicionando-se ao lado, buscando apoio mútuo. A linha de frente deve ser reduzida, com cavalaria nas alas – como as asas de um pássaro –, e uma retaguarda constituída de reservas sólidas, estrategicamente posicionadas para, quando necessário, avançar e repelir a formação inimiga ou envolver seus flancos.

Há muitos outros tópicos de análise na obra de Vegécio, quase todos eles meramente genéricos. Os temas são levantados e tratados de modo relativamente superficial. Eles vão desde modos de soerguimento de fortificações em campanha, passando por intendência, disciplina em combate, sistema de provisões, excessiva distensão das linhas de abastecimento e ações de inteligência e contra inteligência militar. Por fim, A *Epitome* dedica algumas poucas páginas à guerra naval. Sobre os combates no mar, o tratadista romano passa como quem caminha sobre brasas, com muita pressa, para não queimar as solas dos pés. O tom geral é de generalização, umas poucas linhas são dedicadas ao que deveria receber a maior atenção, a saber, as táticas de luta sobre a superfície do oceano.

É hora de pôr fim à quase digressão e retomar o ponto que ficou em suspenso. Que Vegécio seja deixado momentaneamente para trás comandando suas legiões, retornemos ao padre português. O olhar lançado sobre A *Epitome* proporcionou meios de melhor compreender as formulações conceituais de *Arte da Guerra do Mar*.

Na estrutura conceitual do Padre Oliveira, a guerra faz parte do ordenamento natural de um mundo decaído, estigmatizado pelo pecado original. A violação dos preceitos da divindade, ação delituosa cometida em período anterior a qualquer tempo conhecido, ocasionou um desordenamento de todas as coisas, notadamente da organização das sociedades. Os homens, todos, tornam-se predadores de outros homens. As sociedades mais ricas devem desenvolver meios a fim de evitarem espoliação por parte das sociedades menos favorecidas economicamente, dotadas, porém, de uma maior ferocidade nascida da desesperança. São todos contra todos num cenário de disputa brutal e sem arbitragem humana ou divina. Se não há como contar com a possibilidade de intervenção moderadora nos conflitos interestatais, resta tão somente aperfeiçoar a capacidade de resistir às investidas do inimigo. Por isso, Fernando de Oliveira insiste tanto em retomar as ideias de Vegécio sobre o apercebimento, a preparação para o combate, o adestramento guerreiro, sem o qual a existência de um Estado estaria seriamente comprometida. Ao treinamento de uma força

armada mantida em estado de vigilância liga-se a desconfiança prévia das possíveis intenções agressivas dos reinos circunvizinhos, o que implica necessariamente num estado de prontidão que somente teria paralelo nas legiões romanas.

A propósito disso cumpre observar que se o sistema militar romano foi o mais eficiente da Antiguidade e serviu de modelo inspirador para as principais potências da renascença, é ao sistema de recrutamento e ao quadro de sub-oficiais – os centuriões – dotados de um senso de profissionalismo sem par nos exércitos antigos – que se deve creditar as vitórias alcançadas (KEEGAN,1996). Os disciplinados legionários possuíam uma cultura guerreira que se fechava sobre si mesma. Os militares transitavam por um universo restrito cujas expectativas se restringiam basicamente a ganhos simbólicos e ao reconhecimento dos feitos praticados em combate. Uma das principais implicações desse estado de coisas era a de uma ausência de ambições sociais ou políticas fora da área de atuação profissional. Um centurião da antiga Roma dedicava sua existência ao guerrear e, aparentemente, encontrava um gratificante sentido nesse exercício, conforme pode ser atestado a partir do trecho abaixo. Ele foi extraído da petição apresentada ao senado por um soldado romano para obter promoção.

Tornei-me soldado no consulado. No exército que foi levado para a Macedônia, servi dois anos nas fileiras contra o rei Felipe; no terceiro ano, graças à minha bravura [foi me dado] um posto de centurião no décimo manípulo dos *hastati*. Depois da derrota de Felipe, quando fomos trazidos de volta para a Itália e liberados, parti imediatamente como voluntário com o cônsul M. Porcio. Esse comandante Julgou-me digno de ser nomeado centurião da primeira centúria dos *hastati*. Pela terceira vez alistei-me como voluntário no exército que foi enviado contra os etólios e o rei Antíoco. Por Mânico Acílio fui eleito centurião da primeira centúria dos *príncipes*. Quando Antíoco foi expulso e os etólios subjugados, fomos trazidos de volta para a Itália. E duas vezes disso servi em campanhas nas quais as legiões estiveram em comissão durante um ano. Depois fiz duas campanhas na Espanha [...] fui trazido para casa por Flaco Triunfo devido a sua bravura. Dentro de poucos anos, por quatro vezes tive o posto de *primus piles*. Trinta e quatro vezes fui recompensado por bravura por meus comandantes. Recebi seis coroas cívicas. Servi 24 anos no exército e tenho mais de cinquenta anos de idade. (KEEGAN, 2002.p. 284, grifo do autor).

A longa folha de serviços prestados pelo legionário é retrato três por quatro em preto e branco da eficiência do exército romano. Ela traduz o *ethos* guerreiro de uma sociedade que instituiu um serviço militar contrário à ideia de uma instituição intermitente, emergencial ou mercenária. É de uma corporação socialmente estimada que este soldado fez parte, e disso ele parece se orgulhar. A proposta do padre Oliveira vai ao encontro desse ideal da Antiguidade clássica. Se as relações internacionais encontram-se sujeitas ao princípio da inexistência de ordenamento, os Estados devem investir na manutenção de uma casta de guerreiros

profissionais, única garantia da soberania. O clérigo português invoca o exemplo da tomada da cidade de Ceuta pelos portugueses. De acordo com ele, não fosse o excesso de confiança dos mouros, a cidadela não teria pilhado pelas forças invasoras.

As armas são garantias de paz, a força armada funciona como elemento de dissuasão de intenções hostis de grupos humanos rivais. Nesse ponto, Oliveira retoma mais uma vez as teses de Vegécio. Ambos concordam que Estados, sem arsenais e sem homens treinados para fazerem uso delas, são presas fáceis de grandes predadores. A riqueza acumulada, seja nos silos de grãos ou nos cofres públicos, desperta a cobiça de povos nômades e demais grupos humanos empobrecidos.

De acordo com as formulações teóricas de *Arte da Guerra do Mar*, a guerra é endêmica nas sociedades humanas, porém nem todos estariam autorizados a executá-la, apenas os dirigentes de organismos políticos estatais, que o autor denomina de *príncipes*. A teoria política moderna que principiava a se desenvolver no Renascimento propunha que ao Estado cabia o monopólio da violência. O padre Oliveira segue parcialmente esta senda. O combate armado – segundo ele – deve ser declarado sob duas circunstâncias específicas: quando resultante de rivalidades interestatais ou como ação militar punitiva contra grupos sociais ou cidades que agem sob a sombra da delinquência. Em outros termos, guerra convencional ou intervenções armadas contra grupos subnacionais não inseridos no contexto de ordem global internacional. Expedições de exércitos contra insurgentes são moralmente aceitas desde que estes possam ser enquadrados como violadores das regras internacionais, entre os quais se incluíam bandoleiros, salteadores, piratas e bucaneiros. Fora desta delimitação qualquer ofensiva é tida pelo clérigo português como uma ação pecaminosa que condenará aquele que nela incorre a prestar contas a Deus.

Havendo motivos justos para a guerra, ela deve ser posta em execução em terra e sobre o dorso do oceano. As vias aquáticas também comportam operações ofensivas e defensivas, notadamente, tendo em vista que elas funcionam como grandes corredores de tráfego intercontinental, permitindo o livre trânsito de mercadorias e outros tantos objetos passíveis de comercialização. Mas também permitem a ação delituosa de saqueadores, criminosos e mesmo de forças inimigas convencionais que poderiam delas se valer para executarem desembarques anfíbios de tropas em pontos desguarnecidos das costas marítimas. O mar é devasso, diz o padre Oliveira, em virtude disso não pode permanecer sem regulamentação, sem lei e vigilância armada.

A decisão de atacar uma província ou Estado inimigo não deve ser desencadeada sem prévia análise de um componente de fundamental importância na doutrina militar do tratadista lusitano, o conceito de justiça. As operações armadas se subordinam diretamente a

imperativos de ordem moral e religiosa, o que limita o raio de ação dos portadores legais de armas. O modo de guerrear proposto por Oliveira possui sérias limitações estruturais, o que a torna quase uma guerra primitiva. Os rituais predominam sobre as escolhas de ordem técnica ou política. Ataques fortificações inimigas ou a qualquer ponto de defesa não serão lançadas sem aviso prévio e solicitação formal de rendição; caso o adversário persista em seus intentos de resistir, a marcha ofensiva terá início. Quando iniciarem os combates, a luta deve se restringir aos membros das forças armadas, espera-se que não-combatentes e todos aqueles que não portarem armas sejam poupados e tratados com a dignidade que se exige nessas situações. Os dois lados visarão desarmar um ao outro dentro de limites geográficos delimitados – como fazem os guerreiros de sociedades arcaicas –, vencer é a meta suprema, sobrepujar o exército inimigo, mas manter intacto suas propriedades materiais, bem como seus meios de manutenção da existência física. Animais domésticos, depósitos de viveres, pomares e árvores frutíferas encontram-se protegidas pelas convenções de guerra cavalheiresca do padre Fernando Oliveira, as quais se encontram sintetizadas no trecho abaixo:

Nam abasta ser a guerra justa, mas também o modo della deue ser justificado, e as tenções dos que fazem dirigidas a bõ fim, e desta maneyra acabaraa se ser justa a guerra, e licita aos christãos, e seraa execução de justiça, conservação da paz e defensam dos bõs, e castigo dos maos. (...) Vilam animo he o do homem q mata molher ou gente desarmada, eu não confiaria do tal que pelejasse contra que lhe teuesse o rosto dereyto. O nobre e grandes animos, não quer mays que victoria. Mas de quê seraa senhor, ou de quem segloriaraa o vilam que mata o vencido? Não quer o tal carneiceyro mays, que sua cõdição de besta saluagem e feroz.
 [...] Porque algû homêes que viuen nesta parte enganados quero dizer que cousa he soldado, e que estado de homêes he este de que zombam, e defamam, e assy lhe quero mostrar quam pouca rezam nisso tem. Saybão esses contrayros dos soldados, que se eles tem honra e fazenda soldados lhas ganharam, a eles forã dadas por cousas que em armas fizeram.
 [...] Soldados ganhão os reynos e os sustentão, e guardam as vidas e fazêdas de muytos [...]. A primeyra cõdição q assenta, he q sejão de boa geração honrada de soldados e caualeyros se os achar, isto por muytas rezões. (OLIVEIRA, [1555] 2008, p.57).

A guerra proposta pelo padre Fernando Oliveira é de caráter primitivo e preserva a matriz medieval cavalheiresca. O motor das ações de combate é – de acordo com os capítulos de *Arte da Guerra do Mar* que sobre isso versam – a busca por justiça ou reparação dela em casos de violação individual ou coletiva. Nas páginas que discorrem sobre o sistema de recrutamento dos guerreiros que devem militar nas frotas navais, a análise incide sobre a conduta moral. Convém que marinheiros e portadores legais de armas de uma dada sociedade sejam homens de comprovado valor e nobreza. Espera-se, portanto, que adotem como padrão

de conduta – em ação militar e na condição de civil – o rígido código da cavalaria andante. Outra coisa não advoga o clérigo lusitano senão a persistência da adoção de modos medievais de condução da guerra no período renascentista, quando as grandes potências europeias principiavam a se inserir na revolução nos assuntos militares quinhentista. Não sem razão, Espanha, Holanda, Inglaterra herdarão o império ultramarino português que iniciará seu processo de dissolução prematuramente na centúria seguinte. O preço pago pelo anacronismo militar foi a perda do patrimônio colonial que o padre tanto louva em seus escritos.

Além das análises mais amplas sobre o fenômeno da guerra – de uma perspectiva analítica que na terminologia militar moderna seria classificada como estratégica –, as páginas da reflexão do Padre Oliveira comportam outra dimensão mais restrita, tecnicista e, por vezes, digressiva. A esta denominaremos de viés tático, e preenche a maior parte – senão a quase totalidade – do livro segundo da *Arte da Guerra no Mar*. São considerações sobre meios de executar navegação, regime de ventos, marés, fases da lua, meios de localização na imensidão oceânica, aprovisionamento e abastecimento da frota, tipo de madeira ideal para as construções navais, escolha de almirantes e até qualidade da comida a ser servida nas embarcações. Em se tratando das manobras a serem executadas em ações de combate sobre o dorso do oceano, o tratadista especula muito pouco se comparado com a atenção dedicada a outros tantos temas periféricos.

O sistema de recrutamento de braços para combate é merecedor de atenção mais detida. Retomando as lições de Vegècio, e indo para além delas, a proposta é de constituição de uma força militar numericamente limitada, constituída por cidadãos de reputação e que demonstrem inclinação para o exercício das armas. Muitas categorias sociais estariam previamente excluídas do processo seletivo, inapelavelmente condenadas à condição de não-portadores de armas por inaptidão ontológica permanente. A prática de guerrear estaria, dessa forma, circunscrita a poucos homens dotados de qualidades heroicas excepcionais, os quais deveriam fazer de suas habilidades e da qualidade de seu adestramento em defesa dos interesses da coletividade que lhes concedeu o direito de portar e autorização para portar uma arma e fazer uso dela sob certas circunstâncias previamente estabelecidas. Desse processo excluem-se soldados estrangeiros mantidos a soldo real. Mercenários e equivalentes são desprezados pelo padre Oliveira que sobre eles não deposita esperança ou confiabilidade. Guerra é, para ele, atividade destinada prioritariamente aos bem nascidos, aos que possuem ligações íntimas com o solo pátrio e que estejam dispostos a combater pela dilatação da fé e do império.

A primeyra cõdição q o capitão ou armador deue examinar na escolha dos soldados q assenta, he q sejam de boa geração honrada de soldados

cavaleyros [...] não deue ser amitidos homêns sem hora. [...] Verdade he q a natureza nam estaa obrigada a me dar animo e forças de meu pay, mas estou eu obrigado a sostêtar sua hora, e a vergonha me constringe a seguir sua virtude. (OLIVEIRA, [1555] 2008, p. 56-57).

Tenha-se em mente que as lições de Vegécio sobre conduta da guerra tratam essencialmente de lutas com botas em solo, como seria dito em terminologia moderna, ou seja, combates terrestres. A partir da magra discussão feita na *Epitome*, o padre Oliveira elabora uma construção teórica mais ampla sobre guerra naval. Para ele a luta sobre grandes plataformas flutuantes deve seguir os mesmos princípios norteadores dos combates da infantaria, agindo, portanto, como uma *cavalaria do mar*. Os conceitos táticos a serem adotados pelos comandantes de navios ou de frotas giram em torno de honra e glória, por vezes, confundindo-se com defesa da justiça e da fé. Apesar das terríveis condições da batalha marítima, ela deve forçosamente estar subordinada à regras de conduta cavalheiresca. O tratadista refere-se a ardis necessários à consecução da vitória, essas manobras, contudo, não inviabilizam o principal fundamento norteador das ações dos guerreiros, a honradez.

Terribel cousa he a batalha do mar ante os olhos humanos, e os sentidos a refusam e auorrecem, porque nella se lhe oferece a morte sem nenhum refugio antre muytas confusões e angustias. Qualquer destas duas cousas abasta para aterrar a humanidade, quanto mays ambas juntas guerra e mar. As carnes se arrepiam, os sentidos arreceam, o entendimento se confunde, e os espíritos do homem se affrigem, vendo que nam somente há de pelejar com seus imigos, mas também lhe cumpre resguardar o mar e vento, elementos caducos e pouca constância, mal dinos pera nelles confiar. [...] Os bons capitães fazem a guerra per mnha mays que per força, fazendo saltos ocultos, ou dando combates particulares, nos quaes afadigam, cansam, e desfazem os contrayros, e lhe dam em que cuydar, e fazem que nam tenham lugar pera fulminar contra nos o mesmo, porque em se guardar não fazem pouco quando sabem que tem contras auersayro solícito (OLIVEIRA, 2008 [1555], p. 115.)

A Arte da Guerra no Mar é um tratado militar que funde elementos da tradição marcial medieval com padrões de conduta renascentistas. Havendo um claro predomínio dos primeiros. É uma doutrina de combate ainda submetida ao ritualístico que o leitor dessa obra vê diante de seus olhos. Guerra de cavalheiros e de cavaleiros do mar. De fundamentação moralista e moralizante. Publicado quase na segunda metade do quinhentismo, o texto do Padre Oliveira preconiza táticas de luta que estavam na contramão das ações efetivas das grandes potências navais. A obra condensa uma série de postulados teóricos que estarão que se encontram presentes das descrições de combate feitas pelos cronistas da conquista das Índias – conforme o leitor terá oportunidade de constatar no capítulo quatro da pesquisa que ora tem em mãos. Muitas dos elementos constitutivos da mentalidade militar responsável pela edificação do império marítimo se encontram diluídas na obra do Padre Oliveira.

Quando de sua primeira publicação, em 1555, o império marítimo português era um grande entreposto comercial que se estendia por três continentes e submetia a seu domínio povos e nações em diferentes estágios civilizatórios. O mar era um grande corredor de tráfego que permitia interligar os pontos distantes e facilitava as ações militares de vigília e de conquista de novos territórios. Portugal dominava terras e mares distantes, mas pouco interferia nos assuntos internacionais no continente europeu. As grandes guerras do século XVI travadas em solo europeu não tiveram a participação de tropas lusitanas. Embora cronistas como Azurara mencionem o temor da ameaça do turco infiel e de suas incursões predatórias, não há registro de que os monarcas lusitanos tenham cogitado integrar-se às coalizões organizadas para fazer frente ao avanço do império Turco-Otomano. Mohács, Pávia, Lutzen, Lepanto, localidades que emprestaram seus nomes para algumas das emblemáticas batalhas do Quinhentismo, que significaram tanto para muitas populações da Europa central, dos Balcãs e de europeus do norte, para portugueses do mesmo período foram apenas topônimos de bárbara sonoridade. A revolução nos assuntos militares demorou em demasia a ecoar na pátria de Camões. A adoção de uso da pólvora se deu desde muito antes dos alvares da expansão ultramarina, mas ela não foi acompanhada de uma mudança de mentalidade tático estratégica. Os modelos de combate ainda eram basicamente os mesmos das batalhas medievais. E essa mentalidade a cavaleiresca que preside a doutrina de combate do único tratado de guerra naval nos legou a riquíssima literatura do período da expansão marítima.

Ao longo da expansão imperial portuguesa, a força militar do reino combateu formações inimigas em três faixas continentais valendo-se essencialmente de uma mentalidade cavaleiresca. A doutrina de uso da infantaria encontrava-se atrelado a um conjunto de referências do imaginário militar medieval: ação individual do combatente; conceitos de honra e feitos solitários que concedem ao seu praticante prolongado renome; aspiração à glória resultante de desempenho heroico em combate; uma infantaria atuando com os mesmos princípios condutores de uma cavalaria apeada, ou uma *Cavalaria do Mar*. O estudo até aqui realizado sobre cavalaria medieval, imaginário cavaleiresco e formula e formulações de combate tiveram por intento demonstrar o quão impregnado destes elementos se encontrava a doutrina militar portuguesa da expansão ultramarina.

O estudo acerca da arte de guerrear no quinhentismo teve por meta demonstrar que o reino português aparentemente se manteve distante do complexo processo de reformulação dos exércitos das grandes potências europeias do século XVI, o assim chamado, na literatura especializada, de revolução nos assuntos militares. A doutrina militar da Renascença fundia duas tradições distintas, formulando um amálgama de tradição e modernidade ao unir concepções táticas de gregos e romanos – no que se referia ao culto da disciplina e às táticas

de ordem unida – com a incorporação de novas armas de arremesso de petardos por combustão de pólvora. O uso de armas de fogo exigia novos padrões de comportamento e estes passaram a se fundamentar no uso de uma infantaria adestrada, coesa, racionalmente organizada, paga, mantida e sustentada por organismos políticos. Portanto, do que se fala é de embriões das modernas organizações estatais de combate da modernidade. Os dois tratados militares quinhentistas analisados - o de Maquiavel e o do Padre Oliveira – delineiam com clareza a dissociação entre as concepções de organização do uso força armada tidas como referências pelos portugueses e os demais reinos da Europa. As teorizações do filósofo florentino embora guarde traços de excentricidade e algumas noções impraticáveis em combate real, reflete uma mentalidade militar que se encontra presente nas grandes batalhas do século XVI: infantaria disciplinada e armada com uma mistura de armas antigas e modernas; táticas de ordem unida como princípio; cavalaria como mera força de cobertura de flanco; retomada do modelo greco-romano. O Padre Oliveira, por seu turno, no seu volumoso tratado de guerra naval deixa evidenciar que os combates se subordinavam a uma mentalidade ainda atrelada a um imaginário medieval, portanto, distante daquilo que se fazia nos campos de batalha das grandes batalhas da Europa dos quinhentos.

No capítulo que segue inicia-se o processo de análise do corpus documental cronístico com o fim de demonstrar a tese proposta no capítulo inicial do presente trabalho. A incursão inicial se dá por um périplo pelas terras do continente africano, alvo das primeiras ações de combate da gesta de expansão imperial portuguesa. É para a África que nossa atenção a partir daqui deve se dirigir.

3 AÇÕES MILITARES PORTUGUESAS EM SOLO AFRICANO

Entre os séculos XV e XVI, as forças militares lusitanas puseram botas em solo em três diferentes zonas de combate do continente africano. O primeiro ponto de desembarque de tropas foi em uma pequena área do Magreb que abrigava diversos aglomerados urbanos sob domínio dos berberes islamizados. As cidadelas alvo das incursões - Ceuta, Alcacér-Ceguer, Arzilla, Tanger, Safim - não eram apenas locais de habitação e comércio, eram também pontos de defesa, baluartes isolados e desconectados de uma concepção estratégica defensiva mais ampla, ainda assim eram estruturas arquitetônicas de inegável valor militar. Por sua relativa proximidade geográfica com as colunas de Hércules e pela importância estratégica das cidades magrebins ali localizadas, elas foram escolhidas como os alvos naturais das primeiras incursões predatórias. O segundo teatro de luta foi a porção ocidental da África confinada nos limites da Costa da Guiné. Operações de natureza distinta seriam realizadas de forma descontínua por longo período de tempo, embora essa extensão tenha sido inferior a das incursões realizadas em solo magrebino. Nos litorais das costas do ouro, da pimenta e dos escravos, a concepção estratégica dominante foi a de exploração comercial com os nativos, apoiada por ações militares de cobertura. A bandeira acompanha o comércio, como se diria modernamente. A última zona de luta foi a ponta mais oriental do continente, nela se desenrolariam os últimos combates em solo e mar, os quais possuiriam peculiaridades que os diferenciariam daquelas que se desenrolaram em território magrebino e nas costas da Guiné. Os povos com os quais os nautas portugueses mantiveram contato no oriente da África variaram desde grupos nômades armados com tecnologia militar ineficiente, passando por complexas e ricas sociedades comerciais islamizadas que mantinham relações diplomáticas e comerciais com poderosos Estados orientais.

3.1 OS ANOS DEVORADOS PELO GAFANHOTO: CEUTA E A GRANDE MIRAGEM DO ORIENTE

Ceuta foi um dos grandes empórios comerciais do Mediterrâneo. Pujante enclave econômico que se situava no fim de rotas caravaneiras que interligavam o Magreb com as regiões interioranas da África, fontes produtoras do cobiçado ouro do Sudão e de outros produtos de grande procura no mercado internacional europeu de então. A cidade é dos sítios de mais antiga ocupação humana no norte africano. Por sua localização geográfica, foi, ao longo de sua história, alvo de inúmeras operações predatórias e de conquista, tendo sido sucessivamente dominada, invadida, saqueada ou simplesmente ocupada por grupos distintos

ao longo de um extenso período cronológico. Tal qual a Tróia homérica, ela se encontrava cercada por altas muralhas e localizada próxima às praias, o que facilitava a ação de forças invasoras que realizassem operações de desembarque anfíbio, como fizeram os portugueses no alvorecer do século XV, em agosto de 1415.

A tomada de Ceuta foi a primeira ação militar ofensiva em solo africano e o gesto inaugural da expansão imperial lusitana que se estenderia por dilatado período de tempo. Outras a ela se seguiriam, umas de maior, outras de menor monta; algumas alcançariam êxito militar temporário e duvidosa validade político-econômica, enquanto que uma operação redundaria em vigoroso fiasco, ao pior estilo de algumas das mais emblemáticas ações de desembarque anfíbio das guerras modernas. Alcacér-Ceguer, Safim e Arzilla foram pontos fortificados de defesa, cidadelas que foram arrancadas ao inimigo ao custo de perdas relativamente limitadas, embora, para sua execução, essas operações tenham demandado alto custo financeiro e elevada densidade de tropas em solo. Tanger, por outro lado, permaneceria por algumas décadas como sinônimo de má execução tático estratégica. Nem mesmo a posterior conquista levada a termo pelo rei Afonso V redimiu os portugueses do desastre da expedição de 1437, dado que esta segunda ação que obteve triunfo foi desencadeada sobre uma praça-forte inimiga praticamente desabitada de uma guarnição de defensores.

Nenhum dos cavaleiros que participaram da ofensiva exitosa em Ceuta deixou qualquer registro escrito que documentasse sua participação. Tampouco Dom João I, comandante-em-chefe nominal da expedição militar, ou seus três filhos, os infantes D. Pedro, Dom Henrique e Dom Duarte – que destacada participação tiveram no desenrolar das ações de combate –, deixaram qualquer relato escrito direto. O que é, sob todos os mais variados aspectos, lamentável. O registro de impressões daqueles que tiveram envolvimento direto com os acontecimentos que se desenrolaram na cidadela africana naquele distante agosto de 1415 teria contribuído para uma compreensão mais pormenorizada das concepções que animavam as tropas de assalto lusitanas que empreenderam a conquista da zona urbana sob controle do inimigo. As fontes primárias para estudo dos preparativos da batalha e da sua configuração tática, bem como de outros tantos aspectos milimétricos do combate se resumem a *Crônica da Tomada de Ceuta* (1450) de Gomes Eanes de Zurara, *O Livro Dos Conselhos de El-Rei Dom Duarte* (1982 [1438]) e Mateus Pisano com seu *De Bello Septensi ou Livro da Guerra de Ceuta* (1460). Como se sabe, Pisano limitou-se quase que a traduzir textualmente a crônica de Zurara ou Azurara como também é grafado. Nenhum deles testemunhou de perto os acontecimentos. O cronista oficial da corte limitou-se a entrevistar alguns dos participantes e recolher deles, passados mais de três décadas do fim das ações narradas, versões orais unilaterais. Somente três ou quatro membros da expedição militar portuguesa encarregada da

conquista da cidadela africana foram ouvidos, o que nos deixa diante de uma reconstituição textual que se situa mais próximo do ficcional que do factual.

Duas das grandes obras da tradição cultural grega e que fundam, por assim dizer, a literatura e a historiografia no ocidente são narrativas militares: A *Ilíada* (1979 [Séc. VI.a.C]) e a *História*, (1996 [Séc. IV a.C]) de Heródoto. Seja nas linhas iniciais desta ou nos primeiros cantos daquela, a voz enunciadora declara em alta retórica que seu intuito último, enquanto narrador, é o de realização de um feito memorialístico, resgatando, do olvido, homens e ações consideradas exemplares. O tema do cantar homérico não é a guerra de Tróia em sua totalidade, sua atenção incide sobre um único episódio, e seus desdobramentos táticos sobre o desenvolvimento estratégico da campanha marcial que se estendeu por uma década. A recusa de Aquiles em dar combate ao inimigo e as funestas consequências disso para o sistema ofensivo dos gregos são temas últimos da epopeia de Homero. Desde o primeiro verso fica dito explicitamente que a meta última do poeta é a exaltação do desempenho individual de um guerreiro dotado de virtudes excepcionais, bem como da desdita que se seguiu ao seu gesto de revolta que personifica a *Hybris* desmedida. Em desdobramentos posteriores da trama, os mesmos esquemas mentais são constantemente evocados, sublinhando episódios ou feitos de armas de combatentes de base helenos ou troianos que tiveram destacada participação. A função do fazer poético seria, portanto, a de resgatar do esquecimento aqueles cujos feitos nomeia. Heródoto e mesmo o pragmático Tucídides (1982 [Séc. IV.a.C]) retomam a mesma senda ao construir uma narrativa que se fundamenta sobre a exaltação de feitos individuais. A grande guerra que envolveu gregos e persas teria sido a maior já vista até então e, por isso, ela deveria ser preservada na memória coletiva dos homens. Entre ambos os discursos – o homérico e o historiográfico – se interpõe, como elo conectivo, a intenção heroico-memorialístico que encontrará sua plena expressão nas Gestas cavaleirescas e persistirá como eco tardio nas formulações ideológicas dos cronistas portugueses quatrocentistas, notadamente Zurara.

Zurara, enquanto cronista dos feitos militares portugueses da primeira fase da expansão imperial, deve tributos aos romances de cavalaria e a toda tradição histórico-memorialística que lhe é anterior. Na *Crônica da Tomada de Ceuta* (1915 [1450]) convergem para suas páginas uma escrita de base historiográfica – discretamente presente – e imagens e temas da tradição literária cavaleiresca que devem funcionar como atos exemplares a serem seguidos no universo não-ficcional. Edificantes lições para um Príncipe. Portanto, trata-se de um texto híbrido que comporta formulações distintas que vão desde o retórico panegírico, passando pelo quase factual e desaguando na caudalosa torrente do imaginoso que se sustenta sob a tradição épica medieval. Há pelo menos quatro momentos que cumprem ser destacados

como ilustradores do ambiente cavaleiresco que funciona como uma das grandes matrizes mentais do cronista.

Primeiro, interessa individualizar a causa apontada pelo cronista como o elemento desencadear das operações militares em território inimigo. Uma motivação que coloca os guerreiros portugueses dentro da mesma esfera de valores dos combatentes de Homero que lutaram e pereceram nas planícies de Tróia. Se de um lado temos um rei de uma cidade-estado da Antiguidade que mobiliza uma coalizão de reinos vizinhos com o intuito único de organizar uma expedição punitiva para resgatar uma mulher; de outro temos um monarca, de um Estado moderno, que se deixa convencer pelos argumentos de um de seus conselheiros e empreende uma custosa operação de desembarque anfíbio para tomar de assalto uma cidade inimiga a fim de realizar um feito de armas que permitisse que seus três filhos fossem sagrados membros da sagrada ordem da cavalaria. Grandes organismos políticos estatais ou nacionais não empreendem mobilizações bélicas por motivos dessa natureza – os compêndios de história militar e os tratados de relações internacionais nos affiançam disso –, apenas sociedades não estatais as fazem. As razões de Estado se subordinam – na mentalidade militar portuguesa dos personagens de Zurara - a outras de cunho bem pouco utilitário e atreladas a um modo de estar no mundo rigidamente ritualístico.

Na expedição militar dos gregos homéricos assim como na sua equivalente lusitana a mentalidade heróico-cavaleiresca é o principal componente das ações de luta. A aspiração quase infinita por honradez – da qual esses homens se nutrem, seja em Tróia ou na invasão de Ceuta – é o móbil da política externa. Organiza-se um empreendimento marcial que se estendeu por uma década de feitos de armas em solo inimigo para reparar uma afronta cometida contra um dos membros da comunidade – um dos mais destacados é certo. Luta-se e morre-se em nome da reparação do respeito que este grupo social outrora desfrutava junto aos seus pares no concerto inter-estatal. No canto I da *Ilíada*, durante a realização da primeira das assembleias de planejamento tático-operacional Aquiles dirige palavras duras ao comandante-em-chefe da força expedicionária; acusa-o de demonstrar pouca coragem em campo e – o que interessa diretamente a discussão que ora aqui estabelecemos - diz com clareza que ele, assim como todos os demais guerreiros gregos que ali se encontravam, abandonaram a segurança de seus lares, a administração de seus bens materiais e o leito de suas esposas por único motivo: reparar a honra desfeita. A fala é longa, mas interessa-nos os versos iniciais dela. Eles sintetizam alguns dos componentes caros ao imaginário heroico, do qual também se nutre Zurara:

[...] Alma despida de pejo, que só de interesses se ocupa!

Como é possível que algum dos aqueus teu mando obedeça,
 Quer em caminho se pondo, quer seja enfrentando outros homens?
 Não foi por causa dos fortes troianos que vim para Tróia,
 Para guerreá-los, pois nunca motivo para isso me deram.
 Deles, nenhuma das manadas um boi me roubou, nem cavalos,
 Nem no terreno da Ftia, nutriz de guerreiros, tampouco,
 Minhas colheitas destruíram, pois grandes montanhas escuras
 E o vasto mar sonoro entre nós de permeio se estendem.
 Para teu gáudio, grandíssimo despudorado, seguismo-te,
 Cão sem nenhum descortino, a vingar-te do ultraje dos Troas
 E a Menelau [...] (HOMERO, 1979 [Séc.VI.a.C, p. 47]).

No universo ficcional homérico a guerra de Troia foi travada por razões de ordem imaterial, das quais o conceito de acrescentamento da honra para ser um dos fundamentais. A honra é o apanágio da nobreza que dela se nutre e também dela se vale para se impor como classe a ser reverenciada pelas demais situadas nos estratos inferiores do tecido social. O ganho espiritual derivado de ações tidas como gloriosas é a meta última ser buscada por aqueles que empunham armas e delas fazem uso em proveito de ideais ou metas por outrem traçadas. Aquiles se enfurece contra Agamenon não por considerar inapropriado tomar parte numa força militar que parte para regiões remotas com o intuito de vingar uma afronta – tal ideia ou postura parece ir de encontro ao seu rígido sistema de valores. A cólera do melhor dentre os combatentes gregos nasce da afronta pública que sofreu. Em meio a uma assembleia que congregava líderes militares e soldados anônimos, o comandante-em-chefe o desautorizou, destratando, como se iguais não fossem. É a valorização das ações praticadas que concede vigor ao existir do ser heroico. A inexistência de renome, de fama que preceda o simples entoar do nome do guerreiro compromete a validade e o sentido do seu existir na comunidade do qual é membro e mesmo seu existir no mundo. Conhecida é a tradição mitológica grega que menciona o suicídio do herói Ajax, motivado por que foi preterido no recebimento do espólio militar de Aquiles. Por honra vive-se, morre-se e mata-se impiedosamente.

O que motivou a incursão militar portuguesa ao território de Ceuta? – de acordo com a versão do cronista. O rei Dom João I sentindo que seus três filhos, os infantes Dom Duarte, Dom Pedro e Dom Henrique, este último posteriormente cognominado de o Navegador, se encontravam em idade que reclamava a sagração cavaleiresca, sem a qual incorreriam em grave perda de prestígio junto a seus pares, decide que é necessário fazê-los ingressar no universo das armas. A intenção inicial do monarca era a de realizar justas e torneios, ou seja, simulações ritualísticas de combates reais, em clima festivo para, a partir disso, realizar solenes ritos que culminariam com o ingresso de seus rebentos na ordem da cavalaria. O planejamento inicial é substituído por uma proposta que se equipara às expectativas mais

comumente encontradas no universo ficcional das Sagas, das Gestas e das novelas de cavalaria: organizar uma expedição militar predatória contra um alvo situado em terras distantes que no imaginário coletivo cortesão associava-se ao exotismo e à riqueza material fácil e abundante.

Não seria apenas uma incursão em área sob controle do inimigo mais odiado – o mouro. Um simples *raid* não teria o poder de satisfazer as expectativas imaginosas dos idealizadores. O desembarque anfíbio em solo africano era encarado como um equivalente a périplo por terras miríficas e fantásticas, aquelas onde costumeiramente um aspirante à cavalaria – ou mesmo um cavaleiro experimentado – se vê frente a frente com forças que tentam e conduzem à perdição, mas que se efetivamente domadas conduzem ao reconhecimento por parte da comunidade. Lançar-se sobre uma cidadela inimiga – que possuía o agravante junto ao imaginário de ser local de habitação de uma alteridade hostil e fascinante – possuía para os personagens da crônica de Zurara grande apelo simbólico-imagético. Ceuta era empório comercial cuja fama de riqueza ressoava desde a antiguidade. Diante disso torna-se fácil compreender o fascínio que exercia sobre o homem europeu medieval e sobre sua ideologia cavaleiresca. Essa é a conjuntura pré-operacional construída por Zurara no texto da crônica. Obviamente, até aqui o temos acompanhando, e continuaremos a fazê-lo nos parágrafos seguintes, com a necessária cautela em se tratando de um texto com evidentes intenções panegíricas. A atmosfera que antecede o desembarque de tropas em solo interessa menos – para fins dos objetivos do presente trabalho – que as operações militares em si mesmas. Contudo, as matrizes mentais cavaleirescas tão presentes nessa narrativa de feitos de armas não devem ser desconsideradas, tendo em vista que elas influenciaram a condução da guerra de conquista de Ceuta. Conforme teremos oportunidade de demonstrar.²⁵

O rei Dom João I tinha por mira que a plena consecução do feito de armas em terras sob domínio do odiado mouro resultasse, como de fato aconteceu, na glorificação de seus três filhos que dessa forma obteriam de modo mais digno o tão almejado título de nobreza militar. Zurara concede periférica atenção a outras possíveis motivações – sejam de natureza econômica, religiosa ou algo inteiramente distinto disso – para o empreendimento marcial que mobilizou variados recursos humanos e financeiros. Ele se contenta com a formulação inicialmente proposta e já aqui explicitada. E não deve causar espanto que assim tenha sido, visto que ao agir dessa forma ele estava sendo fiel ao universo mental do qual ele se alimentava para compor sua narrativa centrada numa modelização do mundo e dos homens.

²⁵ Sobre análises historiográficas recentes sobre a incursão em Ceuta ver (Monteiro, 1898); Monteiro (2017). Acerca de leituras de Zurara como cronista ver Aguiar (2018); Queiroz (1997).

Se os infantes partem para a África – devidamente acompanhados pelo pai que também integrava a expedição como comandante meramente nominal – é porque lá é que deveria ser o palco da realização de suas gestas cavaleirescas. Ceuta marcou o início não somente da expansão imperial portuguesa, a tomada dessa cidadela é também o gesto inicial inaugural da entrada em cena da *cavalaria do mar*. Barata (2000) sustenta que a dupla fronteira terrestre e marítima (Atlântico e Hispânia) é uma das chaves para compreensão das relações de Portugal com o mundo moderno. Terminado o espaço de errância cavaleiresca lusitana em solo, restou a grande imensidão marítima como zona de ação dos cavaleiros portugueses quatrocentistas e também quinhentistas.

Desde Homero há na literatura épico-cavaleiresca uma associação entre a virtude e o nível de eficiência militar. Werner Jaeger (2003) demonstra que para a nobreza homérica o heroísmo era indissociável de um processo de formação prolongada. Os homens de baixa condição social eram – de acordo com essa linha de raciocínio – facilmente dominados pelo medo o que os desabilitava a desempenhar papéis proeminentes em campanhas militares, restando a eles funções de cobertura do avanço da infantaria com o uso de armas reservadas à sua classe, ou seja, armas de arremesso ou de lançamento de dardos. O cavaleiro confia unicamente no poder de choque individual e no seu fortíssimo braço. O método de luta do guerreiro animado de uma concepção heroica encontra-se quase que unicamente centrado sobre a ação incursora que é lançada quase cegamente sobre a formação inimiga. Trata-se de um método de combate que comporta uma evidente fragilidade, ele não pode surtir efeito sobre uma força adversária que se recuse – ou desconheça – a utilizar padrões idênticos de combate. O ritualístico e o cerimonioso animam quase todas as ações do homem de mentalidade medieval, inclusive e principalmente os seus modos de condução da guerra.

Em um dos capítulos de *As Palavras e As Coisas* Foucault diz que Dom Quixote é o herói do mesmo (1992, p. 78). O cavaleiro da triste figura recebe esse epíteto por uma razão que interessa diretamente ao que ora se discute aqui. O personagem de Cervantes crê que há um grande livro da Lei – a tradição livresca dos romances de cavalaria – de posse do qual é possível ler e decifrar a realidade. De acordo com seu deformado instrumental de análise o real deve corresponder em tudo ao que ele leu nas novelas aventurosas. Por isso ele é um personagem que peregrina pelo sempre em busca do mesmo; sua errância se dá em continua demanda do mesmo, do já conhecido e catalogado; desconhece o sentido da alteridade, pois que todos os fenômenos devem forçosamente encontrar similitude num conjunto de referências livrescas. Dom Quixote e Sancho Pança esperam encontrar invariavelmente as mesmas imagens contidas no grande Livro da Cavalaria. Há em tudo ecos de um platonismo tardio, pois que se o mundo deve corresponder a modelo idealizado estamos novamente diante

da relação entre o mundo das formas e das ideias, sendo que aquele seria mera corruptela deste.

A Gesta da cavalaria do mar que teve em Ceuta sua primeira ação efetiva foi referendada por matrizes mentais que remetem à discussão proposta por Foucault. O imaginário da cavalaria era o principal componente do universo mental dos guerreiros portugueses que se dispuseram a dar combate ao inimigo em busca de recompensas imateriais – e de materiais também, é óbvio –, dentre as quais se sobressaiam a honra e a glória, ou seja, o reconhecimento público dos feitos praticados e a perpetuação na memória coletiva dos homens. Desembarcar em solo africano era repetir um gesto já praticado outrora e alhures e que deveria ser imitado como meio de obtenção dos mesmos ganhos já obtidos por um *outro* quase sempre mítico ou meramente ficcional. Os historiadores da Antiguidade diziam que Alexandre, o grande, tinha como modelo heroico Aquiles de Homero e que costumava dormir apoiado sobre manuscrito da *Ilíada*, segundo diz a tradição anedótica para sonhar com seu herói. Antes dele, na epopeia homérica muitos dos personagens fazem referência a feitos anteriormente praticados por seus ancestrais diretos nos quais se espelham para obtenção de honradez. Seja Agamenom, Diomedes, Odisseu ou mesmo o já idoso – e ao tudo parece indicar, sexagenário – Nestor guiam suas ações militares no presente por um voluntário e vigoroso desejo de imitação de ações modelares. Trata-se de uma sociedade guerreira antiga – assim como sua equivalente medieval, a dos portugueses quatrocentistas – assentada sobre estrutura heroica patrilinear. Exalta-se o molde imitativo sempre referenciado pela descendência masculina. Se as mulheres do núcleo familiar praticaram algum tipo de ação honrosa isso não é digno de memória. Portanto, para a visão de mundo da cavalaria de fins da Idade Média em Portugal importa compreender o mundo por via de referências fixas previamente dadas e que se integram a um todo mais amplo: o grande livro da Lei das virtudes cavaleirescas.

Lançar uma ofensiva militar de grandes proporções (da leitura de Zurara infere-se que os preparativos demandaram alguns anos, o que leva a concluir pela enormidade do empreendimento) contra uma cidadela inimiga situada na outra porção oposta do mar Mediterrâneo tendo em vista a satisfação do desejo dos infantes em sagrar-se cavaleiros é ação de política externa que se torna mais apreensível ao leitor moderno tendo em vista o que até aqui foi enunciado sobre a mentalidade heroico-cavaleiresca.²⁶ Evidentemente Zurara, assim como Homero, não pretendeu construir relato de historiografia militar, antes pretendeu exaltar e preservar para a memória vindoura um evento que no seu entender – e daqueles que o investiram da função de cronista-mor da corte - se constituiu num grande feito de armas,

²⁶ Um bom estudo sobre esse aspecto das operações descritas em Zurara encontra-se em Monteiro (2017)

nos moldes das Gestas antigas. Se a *Iliada* não pode ser tomada como uma descrição fidedigna dos modos de guerrear dos guerreiros gregos do período arcaico, tampouco A *Crônica da Tomada de Ceuta* aspira à verdade factual, assentada sobre sólida massa documental. Tais conceituações eram ainda estranhas ao pensamento histórico de fins da idade média.

Exemplo ilustrativo disso é o protagonista quase solitário da saga de Zurara, o infante Dom Henrique, transformado em espécie de protótipo de herói-cavaleiro. Nas novelas de cavalaria, embora haja por vezes uma multidão de personagens envolvidos em ações aventurosas semi-autônomas, uma figura se destaca sobre todas as demais devido a seu protagonismo heroico. Idênticos esquemas narrativos são adotados pelo cronista da casa de Avís. Um dos filhos do rei Dom João I assume a função de espelho da cavalaria. Nominalmente o comando e organização prévia da expedição predadora estavam em mãos do monarca que participou diretamente da operação embarcando na nau-capitania da frota invasora. O comando era apenas nominal e simbólico. No mar as galeras, naus e outras embarcações seguiam agrupadas em flotilhas sob supervisão de um dos infantes; em solo, de acordo com o sistema de organização militar português de então, a liderança das tropas deveria caber ao condestável Dom Nuno Álvares Pereira. No texto da *Crônica* nada disso acontece; o narrador mostra um diligente empenho em ser cronista de cavaleiros e de gestos cavaleirescos. O infante Dom Henrique é representado como o ser heroico por excelência. Esteve à frente do planejamento pré-operacional: investiu esforços na consecução do grande objetivo militar, arregimentou tropas, cuidou do agenciamento logístico, tratou de convencer os seus irmãos; também coordenou as etapas de planejamento de arregimentação da frota; assumiu comando direto de uma das flotilhas que cruzaram o mar Mediterrâneo; por fim, nas ações de luta em solo foi o grande protagonista. Em todas as cenas que ele surge – e são muitas – invariavelmente está à frente de seus homens animando-os com o exemplo de suas ações impetuosas. Ele é o primeiro a entrar em Ceuta, irrompendo impetuosamente pelos portões da cidadela nos primeiros momentos da luta pós desembarque. É uma figura quase onipresente no texto, desde as formulações iniciais da proposta de planejamento armado até a culminância final e apoteótica com a tomada definitiva do ponto fortificado inimigo.

O segundo grande conjunto de cenas cavaleirescas a serem destacados da narrativa de Zurara orbitam em torno de uma das cerimônias mais importantes da tradição da cavalaria: o adubamento, ou entrega das armas. Na *Crônica*, a inesperada doença da rainha Dona Felipa de Lancastre é motivo para o narrador construir um momento de forte impacto dramático na trama. Ao longo das fases iniciais de preparativo operacional para o desembarque ela se mostrou amplamente favorável. Em momento algum cogitou postura outra que não fosse de

incentivo à ação heroico-militar de seus três filhos. O sério comprometimento de sua saúde não arrefece seu ânimo belicoso, ao contrário, mesmo preso ao leito de onde não se erguerá ela propõe ao rei Dom João I que sejam fabricadas três espadas para serem entregues aos futuros cavaleiros após sua iniciação em Ceuta.

[...] Rainha [...] Ca posto que muito ameude fosse confessada em todollos outros tempos, depois que sse assy a enfermidade se esforçou em Ella, falou muy compridamente com seu abade. E com satisfaçom dalguus encarregos se os tinha, mandou fazer muitas esmollas e outras gramdes obras de piedade, dizemdo muitas rezzões em arrependimento de seus peccados, as quaaes faziam grande contriçom aaquele seu confessor. E acabado este fez chamar seus filhos, e disselhes. Deos sabe camanho desejo sempre tiue de ueer a ora, em que vosso padre fizesse caualleiros. E pera ello mamdey fazer e guarnecer três espadas.

[...] Senhor, eu uos peço por merçee que sse me Deos quiser dar de vida, que chegue ataa o tempo de uossa partida, que uos façaess uosss caualleiros presente mym, ao mesmo tempo de uosso embarcamento com senhas espadas, que eu darey e com minha beemçam. Ca posto que seia dito, que as armas das molheres enfraquem os corações de caualleiros, bem creo que segumdo a geraçom de que eu venho, numca seram enfraquecidos por as receberem de minha mão. Ao que elRey rrespondeo que lhe prazia muito. (ZURARA, 1915 [1450]. p. 117-118).

A entrega das armas ao cavaleiro é um dos elementos formais do rito de iniciação cavaleiresca. No universo ficcional esse gesto se integra dentro de um ritual mais complexo que abrange um número variado de ritos menores, todos visando a iniciação. Na Antiguidade clássica, conforme podemos aferir a partir das fontes literárias, para que um herói pudesse obter êxito nas suas expedições guerreiras que envolviam a insaciável busca por honra e glória, fazia-se necessário que ele fosse educado por um mestre, que quase sempre era um ser fantástico. Aquiles foi educado pelo centauro Quíron, assim como Hercules, Teseu, e Jasão. Do convívio com criaturas sobrenaturais ou que não participavam da condição de humanidade, o futuro realizador de feitos heroicos e inacessíveis ao comum dos homens extraia ensinamentos que o habilitavam ao exercício das armas. A formação iniciática, dessa forma ocorre sempre em um ponto distante do lugar familiar de habitação, de onde o neófito se afasta temporariamente em busca da reconfiguração de seu ser. Todo o itinerário educacional envolve a realização de proezas e triunfo final sobre forças sobrenaturais ou sobre um ser que encarna tais princípios. A educação ritualística da cavalaria consistia numa outra *Paideia* que guardava óbvias semelhanças com os ritos da Antiguidade, dos quais guarda resquícios. O ponto alto da ordenação estava na cerimônia de investidura, que consistia num ritual definitivo de passagem, não somente da imaturidade para vida adulta, mas também de passagem do viver usual familiar e doméstico para uma nova condição existencial: a de futuro benfeitor da humanidade.

É de Melitinsk (2004) a observação de que, nos contos maravilhosos, a obtenção de objetos milagrosos realiza-se costumeiramente pela ajuda de coadjuvantes também milagrosos. A segunda variação desse tema, da ligação entre o herói e o ser mítico fabuloso, é o da relação entre mestre e discípulo, perfeitamente sintetizada por Eliade (1998 p. 514), quando diz, no seu texto *Tratado de História das Religiões*: “Todos os heróis gregos foram educados, quer por ninfas, quer por centauros, isto é, por seres sobre humanos que participam das forças da natureza. Mais adiante, ele completa “uma iniciação heroica nunca é familiar; em geral nem mesmo é cívica, não se faz na cidade, mas na floresta, no mato”. A síntese é perfeita, o herói se faz ao longo de uma busca de um percurso (a propósito recorde-se “a saída do cavaleiro”, momento constante nos romances de cavalaria) muito distante do seu ponto de habitação original. É nos espaços tidos como de desumanidade (a floresta, o deserto, o mar bravio, a caverna escura) que sua vocação épica se manifesta de forma plena, mas não sem o auxílio do sobrenatural personificado pela figura de um ser fantástico.

Nas cenas de convalescença da Rainha Felipa de Lencastre, a devotada mãe dos infantes não se contenta em exigir que três primorosas espadas sejam confeccionadas com adornos e joias de indiscutível valor. Deve-se ainda transmitir ao trio de futuros cavaleiros um legado ético a ser personificado em uma das armas a eles transmitida. A Dom Duarte, herdeiro do trono, o instrumento deve estar associado à defesa da justiça e do direito; a Dom Pedro um dos pilares da ideologia cavaleiresca, a defesa das damas e donzelas; e a Dom Henrique resta o respeito pelos senhores, cavaleiros fidalgos e escudeiros, ou seja, a todos os que compõe o universo militar medieval.

O terceiro momento de exaltação cavaleiresca na Crônica encontra-se associado ao motivo central que animou a redação do texto por parte de Zurara, os combates pela posse da cidade de Ceuta. Em verdade a maior parte do relato é constituída por questões preliminares de preparação para a ofensiva, ou por longos e enfadonhos discursos proferidos pelos mais diversos personagens, do rei Dom João, passando pela rainha, o condestável, clérigos e conselheiros. É uma enfiada de bocas loquazes que se comprazem numa arenga que parece infundável. É certo que Tucídides fez uso de expedientes de natureza idêntica na sua *História da Guerra do Peloponeso*. Mas é igualmente certo que os efeitos estéticos obtidos foram diametralmente opostos. Se o historiador grego produziu peças discursivas ficcionais merecedoras de figurarem em antologias – como o discurso de Péricles nos funerais dos guerreiros tombados em combate –, a mesma observação não é extensiva ao cronista português. As falas grandiosas ocupam mais da metade do texto, se for acrescido a essa contabilidade as páginas que descrevem discussões de planejamento tático-operacional e as

outras tantas que tratam de detalhes menores pré-operacionais, fica claro que o espaço ocupado pela representação da batalha em si é reduzido.

Se a descrição não é sumária fica relativamente próximo disso. É certo que o desenrolar dos acontecimentos não guardou grandes níveis de complexidade tático-estratégica. Apesar disso ressentem-se de uma reconstrução narrativa objetiva, direta e que permitisse um quadro amplo e nítido da batalha. O narrador se compraz com o panegírico, realçando artificialmente a participação do infante Dom Henrique que na crônica ganha dimensões de um Aquiles dizimando troianos nas planícies de *Ilion*. Ora o vemos pulando impetuosamente de seu batel e desembarcando nas praias para conseguir a qualquer custo a honra de ser o primeiro a pisar os pés na cidadela inimiga, ora avistamos sua majestosa silueta se destacando nas estreitas ruelas de Ceuta, onde de espada em punho abre caminho por entre fileiras de formações adversárias. Seja aqui ou acolá, onde quer que ele esteja, os mouros recuam em desordem ou são vítima de sua eficiência militar. Esteja onde estiver – no mar ou terra, nas praias ou no interior da praça forte invadida – o infante heroico amedronta a todos por seu porte espiritual avantajado, por seu poder de combate que só encontra rival na sanha assassina de Aquiles e por sua magnanimidade cavaleiresca. De fato, para Zurara Dom Henrique era o protótipo do herói-cavaleiro.

O quarto e último conjunto de cenas parecem que diretamente extraídas das páginas de conclusão dos romances de cavalaria medieval é constituído pelos capítulos que encerram a *Crônica da Tomada de Ceuta*. Finda a resistência inimiga, rompida a precária estrutura defensiva erguida pelo adversário, resta aos exércitos vitoriosos o ato último da guerra, aquele que motivou a incursão ao território hostil: a imposição da vontade sobre o inimigo. Para os portugueses esse gesto não pode ser plenamente saboreado. Os mouros abandonaram a praça-forte sem que fosse estabelecido um acordo formal de paz que reconhecesse a derrota e aceitasse os termos duros ditados pelo vencedor. Dom João I e seu estado-maior não puderam saborear a imposição de uma paz cartaginesa, aquela que deixa ao vencido somente os olhos para chorar. Essas circunstâncias, contudo, não se constituíram em obstáculos para que os vencedores após concretizarem suas capacidades militares, organizassem portentosa cerimônia de investidura dos novos cavaleiros e entrega das novas espadas aos infantes.

Depois que a missa foy acabada, os iffantes se forom pera suas pousadas armar. E assy todos juntamentw uieram A igreja, a quall era muito fremosa de uer. Ca elles auiam todos grandes corpos e bem feitos, e uijnham armados em seus arneses muy limpos e guarnidos. E com espadas da beemçam çintas e suas cotas darmas e amte elles mujtas trombetas e charamellas, de guisa que nom sey homem que podesse ueer, que nom tomasse muy grande prazer, e mujto mais aquelle que com elles auia mayor diuido, que era elRey seu padre. E tanto que chegarom amte elle, o iffante

Duarte sse pos primeyramente em joelhos, e tirou a estada da bainha e beyoua, e meteo na mão a seu padre, e fezzeo com Ella caualleyro. E por semelhamte guisa fizeram seus irmãos. E esto assy acabado beyiaramlhe a mão, e afastaramsse pera huã parte cada huũ pera fazer de sua quadrilha caualleiros. (ZURARA, 1915, p. 268).

3.2 A GUERRA E SEUS MODOS DE CONDUÇÃO DURANTE A OFENSIVA DE CEUTA

A partir daqui interessa deter-se sobre o planejamento tático-operacional do desembarque anfíbio de tropas realizado nas costas do Magreb em agosto de 1415. Acerca dos acontecimentos militares Zurara e Mateus Pisano apresentam poucos pontos de discordância, os antecedentes e o desenrolar das batalhas nas praias e no interior da cidadela inimiga podem ser reconstituídos com certo grau de fidedignidade.

Decidida a empresa e tomada a decisão favorável a invasão, os comandantes executam os preparativos. Estes teriam se estendido por não menos que três anos, dizem os dois citados cronistas, o que deixa a entender que envolveu grande monta de recursos econômicos e mobilização de volumoso capital humano. Em se tratando de operação anfíbia, esta naturalmente envolvia duas fases distintas. A primeira o transporte das tropas por via marítima até a zona de combate. A travessia em si não oferecia grandes riscos porque o inimigo não possuía meios de oferecer combate sobre o dorso do oceano. Inexistindo a ameaça de combates navais que comprometessem ou impossibilitassem o desembarque da força-tarefa em solo, importava assegurar a perfeita organização do comboio de veículos. A frota ficou dividida em duas flotilhas, cada uma dela partindo de um ponto diferente e sob comando distinto. Dom Henrique parte de Lisboa conduzindo cerca de “70 naus e barcas, afora muitas fustas” (LOPES, 1967.p 386). Dom Pedro, por sua vez, partiu da cidade do Porto. A partida de ambos deu-se a 23 de julho, sob comando nominal do Rei Dom João I que também integrava a força expedicionária. Acerca do número total de embarcações envolvidas Zurara nada diz, contudo Pisano cita 242 navios, ou seja, 63 naus, 27 galés trirremes, 32 birremes e 120 outras embarcações menores (LOPES, 1967, p. 386).

O plano de ação das tropas em solo era simples, direto e sem qualquer traço de inventividade tático-estratégica. Em verdade *A Estratégia era a mentalidade heroico-cavaleiresca*. Uma manobra de ataque convergente apoiada por ação diversionista executada por um dos flancos. O infante Dom Henrique com sua frota deveria lançar ancoras na ponta da área junto a Ceuta conhecida como Almina; a outra flotilha, a de Dom Pedro, se posicionaria defronte a cidade-alvo. Os mouros deveriam ser ludibriados pela tramoia e arremessarem suas forças de defesa contra o ponto erroneamente considerado como o de onde

proviria o grosso da invasão. Isso acontecendo, as duas pontas da lança se uniriam em ação convergente contra os adversários, fulminando-os com seu superior poder ofensivo e superioridade numérica.

A ação do planejamento foi ainda mais direta. Prescindindo de organização ou de métodos de combate que apoiassem sobre táticas de ordem unida, as tropas portuguesas desembarcam de seus bateis nas praias onde o inimigo já se encontrava a postos e em posição de combate. Zurara salienta que o primeiro a desembarcar em solo teriam sido João Fogaça – criado do conde de Barcellos – que contrariou as ordens régias de que o infante Dom Henrique deveria ter primazia na condução da luta. *A Crônica da Tomada de Ceuta* faz um relatório circunstanciado da sequência de combates em terra. Os lusitanos arremetem sobre os mouros que constituíam a primeira – e precaríssima – linha de defesa. Não há referência direta a isso, mas infere-se a partir da narrativa que eram poucos os que se defendiam da invasão de seu território natal. O cronista concede destaque a uma cena que sintetiza o poder defensivo dos de Ceuta. Um dos grandes obstáculos defensivos – senão o maior – encontrados pelos lusitanos na primeira da contenda foi um negro de grandes proporções – quase um gigante, no dizer do narrador -, completamente nu que ofereceu feroz resistência armado apenas com pedras que arremessava com fúria e incomum eficiência sobre aqueles com quem digladiava. Morreu trespassado por lança de um fidalgo, não sem antes ter feitos alguns inimigos figurarem na lista de baixas.

A primeira leva de invasores em solo foi de cerca de 150 homens – apoiando-se ainda em Zurara -, estes venceram a fraca resistência inicial dos mouros e adentraram por uma das portas da cidadela. No seu interior deu-se o combate mais prolongado e persistente se comparado com aquele que nas praias teve lugar. Luta urbana renhida que assumiu em muitos momentos ares de ferocidade incontida. A Crônica fala de massacres de não combatentes incluindo crianças, acerca dos quais o cronista se esquivava de emitir juízos de valor, optando pelo silêncio, talvez por considerar que tais procedimentos se integram a ordem natural das coisas. Não se tratou da conquista de um ponto fortificado de defesa inimiga, Ceuta era um grande centro de comércio, uma cidade aberta. E como tal não oferecia possibilidade de resistência sistemática, notadamente diante de uma força ofensiva que deveria contar com cerca de 6 mil homens armados. A cidadela foi abandonada e a quase totalidade da população – aquela que não foi alvo da ação de rapinagem do invasor – retirou-se para longe. O conquistador tomou posse de um sítio urbano desabitado. Debaixo do sol nada é glorioso!

Em termos da tecnologia militar dos envolvidos na contenda Zurara não tem muito a dizer. O narrador concede pouca atenção a esse item. Infere-se que o sistema de armamento envolvido, seja em solo ou no mar, assentava-se sobre armas de matar a curta distância. As

belonaves envolvidas exerceram ao que tudo indica o papel de meros condutores de tropas. Há variadas referências a Naus, as únicas embarcações da frota invasora que poderia comportar canhões, mas parece muito provável que estivessem armadas, visto inexistir qualquer menção ao uso deles, mesmo que como apoio ao desembarque em terra. Fustas e Galeras são inapropriadas para funcionarem como plataformas de armas flutuantes, suas funções se restringem unicamente ao deslocamento de forças terrestres embarcadas.

Em solo os invasores não fizeram uso de engenharia de cerco ou de artefatos similares. Fica patente que a despeito de tratar-se de incursão contra um ponto fixo de defesa murada, o planejamento operacional não envolvia a possibilidade de realização de operações de cerco convencional. Os portugueses da Crônica de Zurara pareciam ter em mira os mesmos objetivos dos gregos homéricos. Na *Ilíada* a incursão dos helenos não tencionava sitiar a cidade, derrubar seus muros por meio de tecnologia de cerco, muito menos objetiva fazer a guarnição situada no interior dos muros render-se pela privação de água e alimentos. Ambos os exércitos, o da Antiguidade, o ficcional, e o lusitano medieval também bastante ficcional, concebiam o combate como tendo por eixo o ritualístico-cerimonial em detrimento da objetividade e eficiência militar. A estratégia consistia em dar combate ao inimigo em solo, nas planícies adjacentes ao sítio fortificado destruindo por via de choque direto as formações adversárias. Após realização desse intento inicial convergir sobre o ponto urbanístico-alvo e ocupá-lo militarmente falando.

Gregos homéricos e portugueses, segundo Zurara, deram combate aos inimigos animados por uma mentalidade heroica que no caso desses últimos se traduzia em guerra ao estilo cavaleiresco. As operações terrestres contra Ceuta mostraram-se tecnicamente ineficientes. A ameaça inimiga foi facilmente debelada por sua patente inferioridade numérica e não por incapacidade de gerir os rumos do combate. A força expedicionária lusitana apresentou deficiências que são um patrimônio comum da mentalidade guerreira de povos não-estatais. A começar pela motivação proposta por Zurara para a invasão, a já citada e conhecida intenção do Rei Dom João I de realizar um grande feito de armas que servisse de apoteótica consagração para a cerimônia de *Adubamento* de seus três filhos. Na guerra dita civilizada – ou racionalizada, aquela praticada desde os gregos pós-homéricos e que teve sua sistematização com as legiões romanas – incursões obedecem a motivações racionalmente construídas, quase sempre visando ganhos econômicos ou políticos.

Dom Henrique, os demais infantes e outras tantas personalidades figuram na crônica de Zurara como representantes do ideal de formação ética e social do cavaleiro-cruzado, inimigo do mouro e defensores da causa da dilatação da fé e do império. Na escala de valores deles, o fim supremo da vida de um combatente é o serviço de Deus, do Rei e a honra ganha

no campo de batalha contra os inimigos da fé cristã, os muçulmanos do norte da África ou da Ásia. Portanto, tratava-se de uma demanda por honradez individual e nacional, pelo renome e a valorização da linhagem do indivíduo e do grupo nacional ao que ele se integra como portador de armas.

Se o sentido da invasão ao território inimigo não foi condizente com a grandeza de recursos mobilizados, a condução da mesma foi menos ainda. A operação teve um planejamento prévio que parece ter sido eficaz. A eficácia deve ser entendida apenas em termos restritos, ou seja, mobilização de recursos e construção de uma frota invasora. A luta em solo deixou exposta algumas deficiências, a maioria delas resultante do atrelamento do aparelhamento militar à ideologia cavaleiresca. A primeira dessas lacunas, um quase lugar-comum em operações de povos não-ocidentalizados: uma estrutura de logística e abastecimento inadequados. Seis mil homens foram despachados de Portugal via oceano para tomar parte na ofensiva em terras do odiado Mouro. Suprir uma quantidade tão grande de combatentes não é tarefa fácil modernamente e era menos ainda em fins da idade média. Se um grupo de homens sai de seu local de habitação para executar uma tarefa que exige esforço físico, eles terão que fazer ao menos uma refeição entre o início e o término do dia. Estudos recentes demonstraram que a força de combate lusitana dos tempos henriquinos quando em marcha por território inimigo valia-se costumeiramente de dois recursos básicos: rebanhos de gado que eram embarcados para fornecimento de carne vermelha e a outra possibilidade, a mais usual, viver daquilo que a terra dá, ou seja, saquear as populações inimigas. (CARDOSO, 2015). Um aparelho logístico deficiente compromete a capacidade de mobilidade das tropas e impede a realização de campanhas de longa duração ou – o que é ainda mais grave – até a exploração da vitória, perseguindo-se o inimigo em debandada.

Em Ceuta, a batalha foi decidida de maneira fulminante, o que de forma alguma deve ser compreendido como resultante do mérito dos atacantes. Nenhum tipo de exploração do êxito foi tentado. O inimigo retirou-se de campo de luta sem encontrar oposição por parte daqueles que deveriam ser os perseguidores. Ocupou-se terreno, mas não se desbaratou por inteiro o dispositivo defensivo-ofensivo do adversário que recuou para o interior, onde se reagrupou e posteriormente retornou à luta contra o invasor. O próprio Zurara nos afiança isso nas outras duas crônicas sobre acontecimentos no norte da África, a do conde Dom Duarte e Dom Pedro de Meneses. Possuindo o inimigo um sistema defensivo melhor dotado e toda operação na cidadela poderia ter redundado em malogro, tal qual ocorreria décadas depois não muito longe dali, em Tãnger. A inexistência de um sistema organizado de abastecimento deve ser entendida muito mais como limitação resultante de uma matriz de pensamento militar que de questões propriamente operacionais. Um exército de cavaleiros parte para luta confiante

numa breve decisão dos acontecimentos. Despreza ações coletivas e considera honroso apenas a investida individual. Dessa forma deve-se pensar em termos de um ajuntamento indisciplinado de combatentes debilmente interligados entre si, como sendo o cerne da concepção tático-estratégica lusitana.

O sistema de comando em terra era quase inexistente. As virtudes militares da obediência e disciplina resultam de prolongado treinamento, do medo de punições ou da conjugação de ambos. O comando em solo cabia a Dom Henrique e a ele – segundo diz Zurara - deveria caber a honra e a iniciativa de ser o primeiro a desembarcar de seu batel nas praias de Ceuta iniciando, dessa forma, a batalha. Como já ficou dito antes, isso não acontece. Um dos fidalgos tomados por impaciência de principiar a luta ignora as ordens régias. Note-se que o narrador não faz menção a qualquer tipo de punição pela indisciplina, não se menciona sequer uma repreensão verbal para o arruaceiro. O comandante em solo também exercia sua função apenas nominalmente. Organização em unidades especializadas existiam apenas sob forma dos besteiros que atuavam como força de cobertura da infantaria. O líder exercia sua liderança apenas pelo exemplo e incentivo – de resto, o mesmo *modus operandi* dos guerreiros de Homero. Ocupar as primeiras e mais perigosas posições de luta é sua função primacial, não a de organizar as linhas de combate que, a rigor, não fazem do dispositivo tático. Luta-se cada um por si, sem apoio mutuo – salvo cobertura dos lançadores de projeteis -, sem cobertura ampla e mesmo sem mutua proteção a nível da percepção tática da luta. A incessante busca por honra e glória, rendimentos imateriais que podem ser obtidos apenas por ato solitário de bravura, inviabiliza táticas de ordem unida. Em todas as ações de combate descritas por Zurara as tropas portuguesas investem desordenadamente sobre o inimigo. O que se assiste nas páginas da Crônica são gestas individuais de heróis que se lançam impetuosamente sobre os adversários desconhecendo considerações elementares de segurança, seja a sua, seja a daquele luta ao lado na mesma fileira. Em pleno século XV, no alvorecer da modernidade, o sistema de combate da expedição militar enviada para conquista de Ceuta, tal qual descrito na crônica de Zurara, era ainda quase que idêntico à mentalidade heroica dos guerreiros gregos que lutaram nas planícies de Tróia pela honra ultrajada do átrida Menelau.

O gesto inaugural da expansão imperial portuguesa foi uma gesta de imitação de modelos heroicos antigos. A preservação de práticas militares arcaicas ditaram os rumos da condução da guerra praticada no continente africano. Se os gregos lutaram por dez anos nas planícies de Tróia para submeter os odiados inimigos responsáveis pelo sequestro de Helena, os lusitanos liderados por Dom Henrique consumiram uma fração de tempo consideravelmente menor, tomando de assalto uma posição fracamente defendida, uma quase

cidade aberta. Aos invasores interessava a simbologia da conquista de uma cidadela cercada de altas muralhas e a honra que daí adviria. Na *Ilíada* um dos epítetos atribuídos a Odisseu é o de destruidor *de muralhas*. Não somente o industrioso Ulisses de Ítaca parece se sentir lisonjeado por ostentar tal título, outros líderes guerreiros da expedição punitiva grega quando desejam afagar o ego do comandante-em-chefe das operações – o átrida Agamenon – dirigem a ele esse tratamento honorífico. Conquistar uma cidade derrubando suas muralhas e se apropriando de suas riquezas – inclusive dos infelizes sobreviventes, condenados à escravidão – parece ser um sinal de grande distinção no imaginário heroico dos combatentes da antiguidade e de seus herdeiros diretos, os cavaleiros medievais, segundo seus relatos literários.

Sublinhe-se que o narrador da Crônica observa nos capítulos finais de sua narrativa que os conquistadores realizaram um conselho de guerra para avaliar e decidir sobre o uso posterior de Ceuta. Conquistado o território inimigo impunha-se grave questão estratégica: que fazer com ele? se a questão foi levantada pelo alto-comando da força expedicionária isso deve ser atribuído ao fato de que a intenção original era composta por vários objetivos como de debelar o inimigo; tomar de assalto sua praça-forte; passear por ela gozando dos louros de sentir-se destruidor de muralhas; saquear suas riquezas acumuladas e regressar ao solo pátrio cobertos de glória cavaleiresca. A intenção de anexação territorial ou de estabelecimento de cabeça-de-ponte temporária, ponto de apoio fortificado para posteriores incursões de rapinagem em terras do interior parece não ter existido. Os portugueses, tudo leva a crer, não possuíam capacidade de prosseguir o combate ou manobrar para além do primeiro ponto da ofensiva. Limitações várias restringiam o campo de mobilidade tática da expedição militar invasora. Penetrações profundas nas linhas do inimigo eram não somente desaconselhável como impraticável, dado a escassez de recursos e a dificuldade para manobrá-los adequadamente. Manter uma guarnição em território conquistado e realizar uma retirada geral das tropas foi a decisão tomada pelo conselho de guerra lusitano presidido por Dom João I.

A guerra praticada por povos não-estatais – a essência do modo de guerrear dos cavaleiros medievais -, ao contrário de sua congênera, a dita civilizada, privilegia a tática em detrimento de um pensamento estratégico consumado. Tem em mira – em grande parte das situações – consecução de metas de alcance limitado. Expedições guerreiras de organismos políticos pré-estatais costumam primar pela brevidade na execução de suas campanhas. Os abundantes exemplos extraídos das inúmeras narrativas de cronistas deixam em evidência que os habitantes originais do continente americano, sejam os que viviam no norte ou no sul da grande massa continental, praticavam um método de luta que muitos historiadores definem como “não eficazes, não sérios, estilizados, lúdicos e ineficazes. Estes métodos são descritos

como meros costumes, em vez de técnicas testadas para obtenção de resultados positivos” (KEELEY, 2011, p. 108). Salienta-se que haveria um cuidado especial em minimizar os efeitos da mortandade em combate, observação que encontra certo respaldo nas páginas das crônicas de portugueses e espanhóis que descrevem ações de guerra nativa. Hans Staden (1974 [1557]) narra muitas peripécias de combate nas quais tomou parte como integrante de uma das tribos Tupinambás. As ofensivas eram desencadeadas contra aldeias circunvizinhas motivadas por *Vendetas* que após satisfeitas conduziam ao recuo e dissolução do dispositivo ofensivo empregado. Perseguições ou contra-golpes são raramente citados. O combate restringia-se, dessa forma, a um ataque inesperado no qual o fator surpresa é o principal componente do sucesso, e de uma defesa escalonada praticada por aqueles que eram alvo da incursão.

O grande componente tático dessa doutrina militar era a ofensiva a todos os custos. Com desprezo inclusive da segurança dos participantes envolvidos nela. O objetivo central era o de desbaratar o inimigo numa ação fulminante com raio de ação geográfica limitado. Inexistindo o conceito de reserva estratégica, a luta se restringia ao primeiro golpe (coletivamente falando). Havendo recuo do inimigo – tático ou estratégico – seja em busca de um ponto fixo de defesa ou de aliados próximos para formarem uma coalizão, os invasores cessam de prosseguir lutando e tratam de abandonar o teatro de operações com máxima brevidade, sem meios de se protegerem longe de suas bases, recuar é a decisão que se impõe frente às circunstâncias do *front*. Completando esse quadro de desolação seja acrescentado que em se tratando de grupos de guerreiros que pecavam nos critérios de segurança e liderança, ambos muito fracos, em caso de concentração de forças inimigas sobre seus flancos ou retaguarda enquanto recuavam significaria o desbaratamento de toda a horda de atacantes, ou seja, o completo desastre.

Um de seus mais conhecidos estudiosos, Harry Turney-High, aponta que o calcanhar de Aquiles de qualquer formação de guerreiros praticantes dos padrões não-estatais de guerrear é – além da liderança ineficaz resultante da construção ideológica de que cada combatente deve lutar solitariamente – a dependência excessiva de uma única formação. Mesmo que avancem em duas colunas – como tentaram fazer os lusitanos em Ceuta – ambas constituem um “poder de fogo” único e concentrado, o que implica numa má concentração de forças. (KEELEY, 2011) Provavelmente nenhuma incursão de sociedades de guerreiros primitivos se estendia por mais do que alguns poucos dias, devido as limitações de suprimentos e de munição que se esgotariam com brevidade. Diante disso a alternativa que se impunha era a de desferir sobre o inimigo o golpe decisivo no plano coletivo e individual.

O método de combate da cavalaria medieval é um amalgama de concepções de combate de grupos nômades com outras mais próximas da realidade europeia pós-queda do império romano do ocidente. As sociedades tradicionais utilizavam essencialmente combatentes a pé. Embora haja registro de exceções como os Guaiakurus, os índios cavaleiros da região do rio da Prata e outros. A união entre homem armado e um cavalo que usa como plataforma de luta resulta diretamente da fusão de elementos opostos provindos de tradições marciais autônomas e quase excludentes entre si. O equino como arma de combate é obviamente resultante das invasões bárbaras ao continente europeu. Um legado de sociedades armadas que consideravam como sinal distintivo de nobreza portar armas em público e se deslocar a cavalo. O traço distintivo e caracterizador desse *modus operandi* peculiar de guerra é o conjunto de regulamentações que sobre ela incidem pondo freios aos níveis de violência a serem praticados em situação real de combate. A classe de guerreiros japoneses do período Tokugawa (1603-1868) possuíam um termo específico para designar esse código de conduta, o Bushido. O soldado medieval de elite assim como o Samurai nipônico mantém laços de vassalagem para com um senhor a quem serve e entrega sua existência. Nas sociedades modernas o soldado mata e eventualmente pode ser morto em nome de objetivos e metas que o Estado estabeleceu. Ele porta armas e delas faz uso para engrandecimento de um organismo político do qual é parte integrante. O cavaleiro, por seu turno, coloca sua espada e o poder de seu fortíssimo braço à serviço do suserano, o senhor da guerra, ou potentado local.

Restringindo-se à condução tática de luta, cavalaria opera uma movimentação de combate que deve tributos aos guerreiros primitivos. O padrão, salvo pequenos detalhes operacionais, é o mesmo. Infiltrações de curto alcance, busca pela batalha decisiva, hesitação ou incapacidade de ir além do objetivo inicialmente formulado, inexistência de planos de amplitude estratégica, além do *élan vital* assentado sobre a fúria individual do combatente. (KEELEY, 2011. BARTHELEMY, 2008) Princípios escrupulosamente adotados pela força expedicionária lusitana que desembarcou nas praias de Ceuta. Se nos capítulos finais de *Crônica da Tomada de Ceuta*, o conselho de guerra dos comandantes da expedição opta após aceso debate por partirem e deixarem uma pequena guarnição encarregada de sua defesa, o argumento por eles invocado é o de que a posse definitiva da cidadela permitiria terem um local para realização de futuras proezas cavaleirescas. Nada mais estranho ao espírito racional da doutrina militar moderna que esse tipo de construção ideológica que concede ao guerrear fundamentações de natureza quase religiosa. Todo o desenrolar da breve campanha, como é fácil notar, seguiu primitivos padrões de conduta militar. O imaginário cavaleiresco presidiu o processo de formulação “estratégica” e de toda condução tática até a ocupação final da cidadela abandonada pelo inimigo em fuga.

Ceuta permaneceria sob domínio militar lusitano por tempo relativamente curto, insuficiente para justificar o grande volume de recursos humanos e materiais empregados para obtenção de sua posse transitória. A cidadela tomada dos mouros seria nada mais que “um grande sumidouro de dinheiro e homens”, no dizer de um de seus historiadores (PERES, 1931). Após fincarem uma cabeça-de-ponte em terras do Marrocos, os portugueses a utilizariam como base apoio para futuras operações ofensivas que tivessem por mira o alargamento da fronteira original da estreita língua de terra arrancada ao inimigo. A força invasora inicial partiu retornando para Portugal, contudo uma guarnição composta por 2.500 homens foi deixada para trás (PERES, 1931, p.393). Os habitantes originais da terra não se conformaram com a perda da área urbana e realizaram ao longo de anos ações de guerra não-convencional em pontos frágeis das defesas dos europeus. Algumas tentativas de sitio também foram tentadas, nenhuma delas, contudo resultando em obter a expulsão daqueles que na *urbis* encontravam-se alojados. Nos anos subsequentes operações outras serão levadas a termo pelas tropas dos monarcas da casa de Avis objetivando a construção de uma estratégia expansionista no norte da África. Sobre esse ponto devemos nos deter a partir daqui.

3.3 O MALOGRO DE TÂNGER E OUTRAS INCURSÕES PREDATÓRIAS EM SOLO MAGREBINO

Uma operação de desembarque anfíbio de tropas se inclui entre as mais complexas da guerra. Transportar uma força de ataque através da inconstância do oceano e desembarcá-la em praias inimigas onde devem conquistar nas primeiras horas de desembarque uma estreita cabeça-de-ponte a ser posteriormente estendida é tarefa que trouxe a glória para mais de comandante de tropas, assim como também desonrou inapelavelmente outros tantos deles. Se a estratégia dos gregos em Tróia foi bem sucedida – embora tenha se estendido por um tempo demasiadamente longo, dez anos -, o mesmo não se pode afirmar de outras tantas cujo desenlace final custou a vida de centenas, senão de milhares de combatentes. Desde a guerra do Peloponeso – conforme se pode ler no relato de Tucídides – infiltrações via transposição do grande mar oceano foram tentadas, muitas delas, inclusive a que se encontra descrita na narrativa do historiador grego, redundaram em fracassos que se tornaram uma referência nos estudos história militar comparada.

Galipolli sem sombra de dúvidas foi a emblemática e estudada dentre as malsucedidas incursões ao coração do território inimigo transportadas por sobre o dorso do mar. Um grande malogro militar que se tornou uma quase lenda moderna; um símbolo de inoperância, excessiva confiança em si e desprezo pelo valor combativo do inimigo e, acima de tudo, de

ausência de planejamento rigoroso. Não estivesse Churchill do lado dos vencedores da guerra que posteriormente venceu, estaria seu nome definitivamente associado ao maior fiasco dos conflitos do século XX: Galipoli²⁷, o desastrado desembarque no estreito de Dardanellos, em 1915. Na qualidade de primeiro lorde do almirantado britânico coube a ele todo o planejamento operacional a ser executado. A vaidade, a inconstância aliada a uma natural arrogância contribuiu para a formulação de seus projetos, disso resultando o que é amplamente conhecido: um volumoso grupamento de combate que deveria abrir uma brecha nas linhas de retaguarda turco-germânicas e se assenhorear de uma posição estratégica nas costas do inimigo passa de pretense sitiante para sitiado. O que poderia ter ficado registrado nos anais da história militar como um gesto audacioso será sempre lembrado como sinônimo de imperícia. Após Ceuta os portugueses em sua tentativa de expandir sua presença imperial no Magreb conheceram o significado de Gallipoli séculos antes que ela fosse de todos conhecida. Uma localidade geográfica se incorporou desde então ao imaginário militar medieval lusitano: Tânger, ano 1437.

A leitura dos cronistas das operações lusitanas em território africano nos leva a inferir que as intervenções militares foram sendo realizadas sem que houvesse um planejamento de longo prazo por trás delas. Estratégia como concebe a definição do general Clausewitz (2010 [1832]) deve ser entendida como o uso da força armada para alcançar objetivos militares e, por extensão, os objetivos políticos. Portanto, seria o direcionamento de todos os recursos disponíveis visando a execução de uma política nacional. Esse tipo de conceituação teórica não pode ser aplicado ao curso de desenvolvimento da expansão imperial portuguesa no norte da África. As motivações últimas de cada uma dessas incursões ainda não se encontram perfeitamente discerníveis. A dar-se crédito única e exclusivamente ao que nos dizem os textos das crônicas – que foram escritas sob patrocínio dos monarcas e que guardam uma evidente intenção panegírica – os motivos foram quase sempre dissociados de razões de Estado, por assim dizer. Os móveis são mais distanciados de uma política de relações internacionais centradas no cálculo em termos de ganhos e perdas materiais e humanas. Uma mentalidade ainda atrelada a conjunto de referências simbólicas do medievo tardio impulsiona a edificação dos planos de incursão predatória em territórios e cidadelas dos mouros. Zurara fala da intenção do rei Dom João I nomear seus filhos cavaleiros e Rui de Pina – referindo-se à tentativa malograda de conquista do Tânger evoca outros nuances cavaleirescos ao afirmar que tudo nasceu de um sentimento de inferioridade do Infante Dom Fernando que se sentia

²⁷ Galípoli, fracassada incursão anfíbia organizada por um coalizão de tropas neozelandesas, australianas e inglesas lançada contra o litoral da Turquia durante a primeira Guerra Mundial. A operação redundou em fracasso e quase desastre e tornou-se sinônimo de má execução operacional. Ver Sondhaus (2016);

obscurecido pela fama alcançada pelos feitos de seus irmãos, seja feitos de armas – caso de Dom Henrique – ou de renome no campo da erudição.

Tânger foi uma operação desastrosa que teve prolongada repercussão e que ecoou ao longo do reinado de dois monarcas, Dom Duarte e Dom Afonso, não sem motivo cognominado de o “africano”. Nenhuma das cidadelas africanas alvo das incursões portuguesas representava grande valor militar em si mesmo. Não eram alvos fortificados que se integrassem numa estrutura defensiva interligada ao estilo de defesas estratégicas. Elas seriam melhor definidas como pequenas fortalezas de alcance defensivo limitado e poder ofensivo sobre possíveis predadores ou saqueadores mais restrito ainda. Cidades cercadas por altas muralhas e por fossos são mais antigas que a civilização. Os estudos urbanísticos de Mumford (2006) mostram que os mais antigos sítios urbanos da humanidade apresentavam traços de uma estrutura defensiva. As ruínas de Jericó indicam que sua sólida estrutura amuralhada era um meio de proteção contra inimigos que provavelmente desejavam saquear produtos armazenados, muito possivelmente grãos ou outros bens agrícolas de valor. A lendária cidadela bíblica tão familiar a qualquer leitor pode ser tomada como um exemplo de centro de habitação e local de defesa ativa. Os que nela habitavam poderiam resistir a investidas de um inimigo dotado de superioridade numérica e, ao mesmo tempo, utilizá-la como base fixa a partir da qual poderiam manter os adversários à distância e impor controle sobre uma área restrita circundante. Esse modelo se manteria em suas linhas gerais e se perpetuaria até ser posta em desuso pela invenção da pólvora e dos meios de arremesso de petardos capazes de pôr abaixo as mais sólidas construções. Um historiador militar moderno fornece uma descrição genérica da estrutura que comumente integra uma fortaleza. A representação feita pode ser perfeitamente extensiva a Ceuta, Tânger, Alcácer-ceguer, Arzila, Safim e Tetuão, ou seja, a todos os pontos defensivos erguidos pelos mouros no Magreb e que foram conquistados pelos portugueses durante a expansão imperial nos séculos XV e XVI:

[...] As fortalezas, construções típicas de sociedades mais avançadas e, portanto, mais ricas, devem ser capazes de suportar assédio de atacantes que trazem suas próprias provisões rações ou dispõem de uma linha de comunicação pela qual podem ser supridos, e que possuem máquinas. A circunferência de uma fortaleza deve, portanto, conter um suprimento de água – especialmente se servir de proteção para rebanhos -, bem como armazéns e espaço para abrigar pessoas. Sobretudo, deve proporcionar meios para que a guarnição mantenha uma defesa ativa – plataformas de luta que dominem um campo de tiro sobre locais de matança preparados e portões reforçados através dos quais se possam montar contra-ataques em momentos oportunos.

Até a chegada da pólvora, todos os ataques a fortalezas tinham de ser feitos e perto. Isso era verdadeiro por definição para o tipo mais simples de ataque – a escalada-, pelo qual os assediados buscavam pular as muralhas usando

escadas, mas também para o que os engenheiros de cerco chamaram mais tarde de “assédio deliberado” – colocação de minas, cargas com aríetes ou lançadores de projeteis, e contrafortificação, com torres de assédio [...]. (KEEGAN, 1995. P. 156).

Os dois grandes modelos arquetípicos de batalhas de cerco da antiguidade são indubitavelmente Jericó e Tróia. Cada uma delas representa uma forma de condução diferenciada em ações de sitio de áreas urbanas muradas. O relato das operações dos antigos israelitas nas terras dos Cananeus encontra-se registrado nos antigos livros do Pentateuco, notadamente *Êxodo* e *Deuteronômio*. Neles temos a representação de um cerco de mediana duração. A estratégia utilizada foi a mesma que persistiu quase que sem variantes ao longo dos milênios vindouros. Tropas terrestres estabelecendo um perímetro de isolamento ao redor da área-alvo que não permite o reabastecimento dos que se encontram dentro da cidadela. O objetivo é o de solapar as defesas do inimigo estrangulando seus meios de subsistência, sem os quais ele se verá coagido a capitular. Na narrativa da ofensiva dos Hebreus na Palestina não se encontra referências diretas a armas de assédio, instrumentos de engenharia militar primitiva ou armas de arremesso de grandes projeteis. Da leitura do relato deduz-se que o cerco foi realizado por tropas de infantaria leve, a mesma que tomou parte nos combates nas ruínas de Hai, ação militar que aconteceu pouco tempo antes da investida sobre a célebre cidade fortificada. Pondo de parte o elemento fabuloso da narrativa, o episódio da intervenção fantástica da divindade com a utilização de uma arma acústica, por assim dizer, divina, o cerco seguiu padrões de conduta que identificaríamos em muitos outros cenários similares em contextos dos mais diferenciados. O segundo modelo é igualmente familiar a qualquer leitor medianamente culto do ocidente, o desembarque anfíbio de tropas da coalizão militar grega nas costas da Ásia menor para destruir e saquear Tróia, “nutriz de cavalos”, e trazer de volta Helena. A esse segundo molde devemos filiar as ações de cerco dos lusitanos em solo africano ao longo da fase inicial da expansão imperial.

Nenhuma das operações dos portugueses contra as cidades muradas magrebina se desenvolveu como um cerco clássico. A rigor, não é possível pleitear que tenham sido sequer assédios na sua manifestação usual. Devido a limitações logísticas que restringiam seriamente a capacidade de mobilidade e manutenção de uma força armada combatendo longe de sua base de aprovisionamento, uma ofensiva em terras distantes contra um inimigo encastelado deveria primar pela objetividade das ações. Um cerco prolongado como o de Tróia – que teria se estendido por uma década inteira, tempo excessivamente dilatado, provavelmente resultante de uma interferência fantasiosa – seria para os portugueses insustentável, não somente pelas limitações já elencadas, mas também pelas impossibilidades advindas da estrutura ideológica que fundamentava suas ações de combate. Um sítio prolongado ao estilo

de Jericó, de fato, não houve. O *modus operandi* de Ceuta a Safim foi outro, conforme já assinalado aqui, aparentado com a batalha pela posse da cidadela de Príamo. Tróia, como as incursões portuguesas em África, centrou-se numa série de batalhas campais de baixa intensidade, travadas no perímetro externo da cidadela. As planícies exteriores funcionavam como zonas de matança onde eram realizadas as disputas pela hegemonia territorial. Aquele que obtivesse domínio campal venceria a campanha. Na *Ilíada* em nenhum momento os gregos tentam invadir diretamente a cidadela alvo da incursão predatória. A disputa se dá em batalhas frontais nas quais as tropas entram em choque direto uma visando deixar a outra permanentemente impossibilitada de prosseguir lutando. Os portugueses adotaram princípios táticos assemelhados. Embora na frustrada tentativa de tomada de Tânger eles tenham tentado fazer de escadas para escalar muralhas – o que de nada serviu, visto que o tamanho delas era insuficiente para atingir o topo da edificação -, elas eram em número reduzidíssimo, duas apenas, de acordo com Rui de Pina, e pareciam mais exercer uma função de manobra diversionista.

A estratégia da ofensiva de Tânger foi preservada nos relatos de Rui de Pina, as duas crônicas régias, a de Dom Duarte e a de Afonso V, o africano. A segunda ação militar da expansão imperial portuguesa em solo africano foi novamente capitaneada pelo infante Dom Henrique e seguiu padrões tático-operacionais já testados em Ceuta. O ano era 1437 e a motivação da nova ofensiva era em muito parecida com aquela que impulsionou Dom João I mais de duas décadas atrás. Dessa feita, de acordo com Rui de Pina, a insatisfação do infante Dom Fernando que se sentia inferiorizado em fama. Como é fácil notar, tanto lá quanto aqui não são propriamente razões de Estado que levam a monarquia portuguesa a fazer guerra ou firmar a paz, os motivos e causas são os mesmos que se encontram em sociedades de praticantes de modo primitivo de guerrear, ou seja, “gira em torno de preenchimento de objetivos pessoais e psicológicos individuais - por exemplo, vingança ou prestígio – (KEELEY, 2011, p.238).

O relato cronístico do dispositivo tático-ofensivo em Tânger foi subordinado à mesma mentalidade heroico-cavaleiresca que presidiu a organização das forças em Ceuta e que, de resto, estará presente como a grande matriz mental nas campanhas da Índia de maior envergadura mais de um século depois. De acordo com Rui de Pina (1966)²⁸ seria uma horda composta por 6 mil homens a serem embarcados em três flotilhas com pontos de desembarque distintos e interconectados entre si: Alcácer, Tânger e Arzilla. O plano de ataque era simples e direto, contudo nem mesmo sua patente simplicidade permitiu que ele fosse executado a contento pelos responsáveis pela condução estratégica da campanha. Ainda seguindo a

²⁸ Sobre a crítica moderna acerca de Pina ver França (2005);

narrativa de Pina, a batalha teria se iniciado com a reunião das tropas em Ceuta, utilizada como ponto de apoio de incursões predatórias. De lá traçou-se uma rota de marcha de aproximação que deveria cruzar cerca de 60 kms de travessia arriscada a pé por um vale estreito e montanhoso. Uma vanguarda composta por mil homens foi liderada por um certo João Pereira. Acossados por emboscadas tiveram que recuar, não sem sofrerem algumas baixas. A opção que se impôs foi a adoção de rota alternativa muito mais longa, exaustiva, demorada e que por sua extensão anulava o elemento surpresa. O inimigo seria alertado da presença invasora e teria tempo para reunir partidários e formar uma coalizão defensiva, o que de fato aconteceu.

A coluna inicia seu deslocamento por volta do dia 30 de setembro. A horda parte de Ceuta. Com o comando nominal cabendo ao rei que se encontrava ausente do front, Dom Henrique assume novamente o posto de comandante em solo. A coluna era composta por homens a pé, montados a cavalo e pelos apetrechos de combate e suprimentos embarcados em veículos de apoio que seguiam. Um estudioso moderno calcula que um típico comboio militar português do medievo tardio quando em deslocamento por território hostil deveria ter “a largura de dois homens a cavalo avançando lado a lado ou, no caso de se tratar de gentes apeadas, três homens, em fileiras que, em profundidade, distariam de 1,5 a 2,0 metros entre si” (CARDOSO, 2015, p.27). O desenho dessa imensa centopeia era – ainda recorrendo ao relato de Rui de Pina – o seguinte: na vanguarda, a cavalaria sob comando do condestável conde de Arraiolos, seguido pelos homens a pé, a infantaria, logo a seguir as bagagens que abrangiam o armamento a ser utilizado bem como a munição de boca; nas duas alas, esquerda e direita, posicionavam-se tropas de apoio para dar proteção ao comboio inteiro em caso de agressão inesperada por parte do inimigo; fechando a coluna seguiam “Rui de Mello, que depois foi almirante [...] e D. Duarte de Meneses que fazia de alferes-mor [...] por fim, Dom Henrique à testa da retaguarda. (PERES, 1931, p.414).

Alcançado área circundante ao alvo faz-se um alto na marcha e começam os preparativos para tomada da cidadela. A estratégia empregada não guarda diferenças significativas com relação a tomada de Ceuta. Um acampamento militar é erguido nas praias adjacentes ao prédio-alvo. A partir daqui tem início o espetáculo quase farsesco. Dom Henrique e os planejadores da ofensiva provavelmente acreditavam que Tânger era porta apodrecida, bastaria um pontapé para por tudo a baixo. Excessivamente confiados no valor do seu poderio bélico, antes mesmo do desembarque completo do equipamento que se encontrava nas naus que concediam apoio de retaguarda lançam uma ofensiva desordenada sobre as portas de entrada da cidadela, mas são facilmente rechaçados e obrigados a recuar. A primeira ação sistematizada foi lançada a 20 de novembro de 1437. O combate se deu em três

frentes simultâneas: ala direita, sob comando de Dom Fernando investiria sobre a porta de entrada chamada de Fez, onde tentariam colocar uma escada para escalar a muralha naquele ponto; na esquerda, Dom Henrique com duas grandes mantas e sem escadas, o ataque seria lançado sobre o ponto onde se esperava mais acesa resistência; e no centro, o condestável conde de Arraiolos, o marechal Coutinho e o Bispo de Évora, cada um com uma escada. O resultado não foi o esperado e redundou em recuo estratégico. Mais duas outras ofensivas foram tentadas com idêntico resultado. (PERES, 1931, PINA, 1966)

As três investidas sucessivas ainda que fossem lançadas com meios diferentes em cada uma delas tiveram como resultado final deixar a expedição militar portuguesa exangue e exposta a uma contra-ofensiva. Com auxílio de reforços cedidos por aliados os mouros conseguem inverter a situação inicial, os sitiados tornam-se sitiados. Devido a característica improvisação das ações de luta da força expedicionária lusitana, não foi estabelecida uma ligação entre os homens que combatem em solo, nas praias, e as naus ancoradas que funcionavam como centro de aprovisionamento logístico. Rompido esse quase inexistente elo os combatentes estão cercados. Numa situação como essa a saída clássica é a capitulação. Para a desonra dos invasores os termos da paz imposta foram de uma dureza cartaginesa:

[...] 1 Os portugueses embarcariam livremente nos navios só com a roupa que vestiam e ficariam aos mouros as armas e mais recheio do palanque; 2 Ceuta seria restituída aos mouros com todos os cativos que nela estavam; 3 haveria paz entre Portugal e Marrocos pelo tempo de cem anos; 4- Para penhor da primeira cláusula ficaria em poder de D. Henrique um filho do governador de Tânger e por este ficariam quatro fidalgos designados; 5 Para penhor da segunda ficariam em poder do dito governador o infante Dom Fernando [...]. (PERES, 1931, p. 419).

O epílogo da campanha malograda é melancólico, o infante Dom Fernando morreria no cativoiro. Os formuladores da paz assinada com o inimigo não cumpriram seus termos. Dom Henrique e demais membros da nobreza portuguesa recusaram-se a ceder Ceuta, conforme acertado quando da rendição desonrosa. Tânger seria tomada anos depois sem que sangue fosse derramado, a cidadela foi abandonada pelo inimigo em fuga, as tropas vitoriosas marcharam orgulhosamente por ruas despovoadas.

A longa campanha militar portuguesa no norte da África se estenderia por décadas ainda e perpassaria os reinados de Dom Duarte, Afonso V e Dom Manuel. Apesar da variedade de operações elas apresentam pouca ou nenhuma variação tático-estratégica. A meta estratégica por Excelência era a de estender para solo africano incursões fundamentadas numa mentalidade cruzadística aliada ao domínio de rotas comerciais; taticamente falando, os procedimentos de abordagem obedeceram a uma série de princípios organizacionais quase

invariáveis. Expedições eram organizadas para serem lançadas nas praias circundantes ao alvo a ser atingido. Das praias fazia-se uma marcha de aproximação até a zona de combate propriamente dita, de lá lançavam-se impetuosamente sobre o inimigo. Da leitura dos cronistas – Zurara, Rui de Pina, Damião de Góis – infere-se que de Ceuta (1415) a Safim, já em reinado de Dom Manuel, ou seja, em pleno quinhentismo, modificações não foram operadas. O relato cronístico do procedimento padrão centrado na improvisação e na doutrina de combate que privilegia a ação individual se manteve firmemente operante. Dom Henrique teve participação ativa e liderou pelos menos três missões de conquista, incluindo as duas mais significativas, Ceuta e Arzilla. Seja em sítios de menor expressão como Tetuão ou na edificação de fortalezas que simbolizavam o poder lusitano no continente negro, o modo de condução da guerra de expansão imperial portuguesa manteve-se praticamente inalterado.

A conquista de Arzilla foi a de maior envergadura desde Ceuta. Envolveu a participação direta de Afonso V e mobilizou um contingente de tropas de cerca de 30 mil homens (PINA, 1966). Uma considerável mobilização, mas que adotou os mesmos parâmetros ofensivos da operação militar liderada por Dom João I décadas antes: desembarque anfíbio; construção de um ponto semi-fortificado de defesa improvisada a partir da qual desfechavam ataques à construção-alvo; absoluta indisciplina tática e confiança cega na iniciativa individual de cada guerreiro que deveria lutar ao estilo de “duelo de campeões”; busca por glória e honra, ainda que por mais de uma vez isso quase tenha comprometido o objetivo inicialmente traçado e considerado essencial. De modo amplo, a batalha era quase sempre confusa, indisciplinada e sem apoio mútuo das forças engajadas na luta em solo e desconexão com as tropas embarcadas em naus estacionadas ao largo e que funcionavam como força de cobertura. Em Arzilla, Safim e Alcácer-Céguer os cronistas mencionam a presença de bombardas – canhões de tamanho descomunal que arremessavam bólidos de pedra. Embora as referências não sejam feitas com a esperada clareza é possível aquilatar que a função dessas máquinas de assédio tenham sido mais simbólicas que efetivas. Um desses disparos teria aberto um rombo nas muralhas de Arzilla, parece ter sido esse o desempenho mais louvável da artilharia na longa campanha no norte da África. A arma decisiva foi a infantaria animada pela ideologia cavaleiresca.

3.4 A CONQUISTA DE UMA CABEÇA DE PONTE NAS TERRAS DA GUINÉ

A Península Ibérica era considerada pela civilização mediterrânica como o ponto mais extremo a ocidente do mundo habitado. Última fronteira que antecede o mar tenebroso habitado pelas mais estranhas formas concebidas pela imaginação dos antigos naturalistas.

Para o imaginário dos antigos uma zona tenebrosa, mas nem por isso desprovida de atrativos. Os navegantes fizeram dela posto avançado e base permanente de cobertura de expedições que adentravam pelo Atlântico. As inúmeras riquezas minerais atraíram outros tantos grupos de soldados da fortuna ou simples aventureiros em busca do enriquecimento fácil que advém da exploração bem sucedida de jazidas minerais. A dar crédito ao compilador da *Crônica Geral da Espanha de 1344* (1954), o próprio Hercules, bem como o jovem Jasão por ali vaguearam, um apenas de passagem para outras rotas aventureiras, e o outro em demanda daquilo que se constitui no centro do existir do ser heroico: as aventuras intermináveis. O filho de Zeus teria vagueado durante extenso período de tempo desfazendo agravos, destronando monarcas tirânicos, fundando vilas e cidades e transmitindo para aqueles que o reverenciavam um legado constituído pela preservação de uma mentalidade heroico-cavaleiresca tão ao gosto das matrizes de pensamento do período medieval. Os textos dos primeiros capítulos da Crônica o representam como o grande ancestral mítico de portugueses e espanhóis, como o anúncio de uma vocação épica que encontraria seu pleno desabrochar na gesta da expansão lusitana em terras africanas.

Em paralelo às incursões predatórias e *raids* realizados no Magreb, distinta ação prolongada se desenrola em outro ponto do continente negro, a conquista das costas da Guiné. Um dos grandes centros produtores de metais preciosos da antiguidade, a conexão Magreb-Sudão. Desde muito cedo os antigos tomaram conhecimento das rotas caravaneiras que singravam o interior do continente para eles indepassado, estabelecendo linha de ligação comercial com ricos empórios produtores de cobiçadas mercadorias dentre as quais as mais visadas eram escravos e o ouro abundante. O Saara foi o grande mar arenoso e pedregoso que separava duas Áfricas distintas, mas não comunicáveis, a mediterrânica branca e islamizada separada do interior negro e pagão. Embora fosse um vasto oceano de areia, um quase mar mediterrâneo, ele mais interligou que propriamente segregou conjuntos civilizacionais. O dromedário foi a galé daqueles muitos grupos nômades que com suas cáfilas singravam o grande oceano, conforme nos ensina Vitorino Magalhães Godinho (1984). E não foram poucas as rotas cujos registros nos chegaram. Sabe-se que eram inúmeras e abrangiam percursos dos mais variados, mas sempre interligando os logradouros interiores, centros de produção das mercadorias cobiçadas, com as cidades muradas que serviam como ponto de comércio desse lucrativo empreendimento comercial. Boa parte dessas cidades seriam conquistadas ou simplesmente tomadas (como foi Ceuta) pelos portugueses durante a primeira etapa da expansão imperial em África.

Não houve uma separação entre conquistas e descobrimentos. Durante o período quatrocentista ambos foram quase atos complementares que visavam os mesmos objetivos

dentro da expansão lusitana. O domínio das praças-fortes marroquinas e as navegações pelas costas da Guiné são parte integrante de um todo muito maior. Portanto, “embora a conquista de Marrocos tenha sido um objetivo em si, a posse daquelas praças era uma prudente medida tática para a estratégia dos descobrimentos” (CORTESÃO, 1990, p. 261.). As duas vias de penetração militar no continente africano – a marítima, contornado paulatinamente o litoral e ocupando as ilhas como bases permanentes; e a terrestre, estabelecendo cabeças-de-ponte estreitas no Magreb – foram sendo construídas de forma concomitante, uma em apoio direto ou indireto da outra. O mesmo infante Dom Henrique que liderou pessoalmente algumas das incursões de conquistas de cidades marroquinas, sempre de espada em punho e animado de ardor cavaleiresco, é o mesmo que foi o maior incentivador e organizador dos empreendimentos marítimos que mapearam uma grande extensão do litoral do continente negro. A caravela concorreu com a caravana que se afundava no interior do grande mar arenoso que é o Saara, nos aponta o estudo de Magalhães Godinho (1990). Enquanto os berberes islamizados realizavam um lucrativo comércio que interligava as fontes produtoras de metais valiosos e de especiarias com o cinturão de cidadelas erguidas junto ao litoral do Magreb, as embarcações lusitanas realizavam um movimento de envolvimento de flanco; tendo em vista a impossibilidade de acesso terrestre aos sítios das cobiçadas mercadorias, a alternativa proposta foi a contornar pela faixa litorânea em busca de zonas de penetração interiorana, ou de estabelecimento de bases fortificadas de comércio com os habitantes locais.

A conquista e exploração da Guiné se deram de modo concatenado, sem grandes saltos geográficos ou ações impetuosas. Os idealizadores do empreendimento náutico-militar realizaram uma ação sistemática de exploração que consistia basicamente em avanços contínuos e sazonais limitados a um ponto pré-estabelecido. A leitura atenta dos textos dos cronistas e das *Relações* de navegadores estrangeiros que serviram à casa do infante Dom Henrique nos autoriza a estabelecer essa interpretação.

A África foi o mais constante dentre os objetivos de Dom Henrique. Parte significativa dos feitos realizados no continente negro, seja por via de ações militares terrestres ou das navegações costeiras exploratórias, deve ser a ele unicamente atribuídas em termos de idealização e organização. Com isso, contudo, não se pretende aqui retomar as teses românticas de Jaime Cortesão que o coloca num panteão não menos que olímpico e o considera como o cérebro idealizador de uma campanha estratégica de longo alcance e que objetivaria nada menos que a descoberta de um caminho marítimo para as Índias, centro de produção das cobiçadas especiarias (CORTESÃO J., 1992). Luís de Albuquerque é o principal opositor desta e de muitas outras teses do historiador dos descobrimentos sobre quem pesa a aura de uma predileção por exegese excessivamente romântica dos

acontecimentos históricos. O infante não deve ser apressadamente tomado como a solitária mente brilhante que forjou uma concepção estratégico-expansionista que tinha por eixos centrais duas grandes linhas de força: o estrangulamento das rotas comerciais do inimigo, o que se daria por via de ocupação militar de suas praças-fortes e entrepostos de venda; e o estabelecimento de um caminho que cruzasse o oceano e interligasse dois continentes por meio do contorno de um terceiro que se encontrava no meio da rota, conduzindo, dessa forma à fonte de origem dos almejados produtos. Mesmo Zurara o mais panegírico dos cronistas quatrocentistas não ousa ir tão longe nos elogios que faz aos poderes que o investiram da função de escriba-mor da corte.

As incursões militares portuguesas que tiveram lugar nas costas da Guiné, embora tenham sido realizadas concomitantemente ao processo de conquista das praças-fortes marroquinas – das quais Ceuta foi a primeira –, dele se diferenciaram por terem sido quase operações navais seguidas de tímidos desembarques em solo. Objetivava-se primordialmente o mapeamento costeiro em busca de uma rota que permitisse um contato direto com as fontes produtoras dos metais preciosos africanos. Jaime Cortesão, bem como Damião Peres (1992) demonstram que a cartografia catalã anterior às incursões lusitana em África já assinalavam topônimos que comprovam que já era conhecida em círculos restritos da Europa a existência de grande conglomerados urbanos do interior africano nos quais se encontravam os centros produtores da maior parte do ouro africano. Diante disso, torna-se compreensível o interesse por parte da coroa lusitana em mapear o litoral em busca de um meio de flanquear as rotas caravaneiras e adentrar o continente em demanda dos sítios onde o precioso metal encontrava-se armazenado em grandes quantidades.

3.4.1 A conquista da Guiné: seus aspectos marciais

Ações de guerra convencional na conquista e ocupação da Guiné, de fato, não tiveram lugar. Se nas campanhas de anexação das praças-fortes do Marrocos, incursões foram previamente planejadas tendo em mira a anexação de conglomerados urbanos do inimigo, o mesmo princípio não é válido para a Guiné. Nenhum ponto fortificado de defesa foi destruído ou submetido a vassalagem – mesmo porque na área litorânea os portugueses se depararam com grupos humanos nômades. Aldeolas ou simples pontos improvisados de moradia temporária foram sistematicamente destruídas e seus habitantes conduzidos à retaguarda para serem posteriormente comercializados nos mercados de escravos do reino. Suas minguadas riquezas saqueadas, suas sociedades desestruturadas e seus vínculos familiares desfeitos. Os portugueses levaram destruição e a morte aldeões empobrecidos ou caçadores-coletores

paupérrimos, aprisionaram os mais jovens e capazes de executar tarefas que demandavam grande esforço físico e mataram os demais que não se enquadravam nessa categoria. Contudo, combates de larga escala contra um inimigo que opusesse resistência organizada à penetração invasiva de um grupo estrangeiro predador não aconteceram em momento algum. Nas crônicas não há registro sequer de algo que se aparentar com um confronto nos moldes de batalha tradicional. Diogo Gomes, navegador a serviço do infante Dom Henrique e autor de uma *Relação* sobre a exploração da Guiné não faz menção a embates armados, salvo esporádicos encontros com pobres pescadores que tiveram o infortúnio de serem avistados pelos lusitanos. O mesmo é válido para os relatos de Cadamamoto e Munzer. Ceuta não teve um correspondente nas costas ocidentais da África. No interior do continente impérios prosperavam e abrangiam largas extensões territoriais, os portugueses disso tinham conhecimento, conforme atestam o *Esmeraldo de Situ Orbis*, de Duarte Pacheco e outras fontes documentais quatrocentistas e quinhentistas. Nenhum deles, contudo, foi alvo de incursões predatórias ou de ações de conquistas. O império de Mali ou o de Benin permaneceram intocados, imunes à sanha predatória lusitana.

Da cronística quatrocentista os melhores relatos sobre as operações militares nas Costas da Guiné – mas não os únicos dignos de apreciação crítica – saíram da pena de Zurara. Dos quatro textos a ele atribuídos, três tratam exclusivamente da ocupação das praças-forte do norte da África, a *Crônica da Tomada de Ceuta*; *Crônica do Conde Dom Pedro de Meneses* e *Crônica do Conde Dom Duarte de Meneses*. O quarto se debruça diretamente sobre o tema ora objeto de análise, a *Crônica de Guiné* ou *Crônica da Conquista de Guiné* como também é por vezes grafada.

Sobre o relato de Zurara que detalha as incursões marítimas e terrestres ao território que eles denominavam de forma ampla como a Guiné a primeira observação a ser feita é de cunho estrutural. O manuscrito que nos chegou traz uma versão incompleta, faltam alguns capítulos. Jaime Cortesão por mais de uma vez observou que a crônica apresenta incongruências que parecem sustentar a tese de que ou o manuscrito original sofreu adulterações ou o cronista se baseou em um ou mais textos anteriores que lhe serviram de base. Mutilada ou não a *Crônica da Guiné* cumpre seu papel de relatório – senão fidedigno ao menos confiável dentro de suas limitações – das atividades dos nautas e incursões terrestres que se aventuraram nas lutas contra os guinéus, termo frequente nas crônicas.

Relato claro e objetivo de guerra – ao estilo de Tucídides ou Tácito – certamente o texto de Zurara não é. Ele estaria mais próximo de Heródoto e de seu estilo tortuoso e quase gaguejante, no qual o que mais se sobressai é a lentidão em dizer ao leitor aquilo que o narrador pretende, de fato, expor. Se o historiador grego inicia sua narrativa anunciando que

pretende preservar a memória daquilo que considera como tendo sido o maior confronto militar já testemunhado pelos homens, esse intento não se realiza senão após a leitura de uma quase interminável digressão que se estende por cerca de metade do grosso volume. O cronista português é mais comedido, mas nem por isso mais objetivo. É a custo que se vence os maçudos capítulos iniciais, essencialmente compostos por discursos panegíricos sobre o infante Dom Henrique, duque de Viseu. O narrador exalta as supostas virtudes de seu patrono. Homem a quem a natureza teria dotado de qualidades excepcionais dificilmente encontráveis conjugadas em único espírito. De grande estatura física e espiritual, é descrito como uma espécie de Indiana Jones do quatrocentismo: indivíduo no qual se conjugam a postura de homem contemplativo, dado ao estudo sistemático, com a de homem de ação. O infante seria habilidoso guerreiro-cruzado e industrioso organizador da primeira fase dos empreendimentos marítimos portugueses. A longa digressão elogiosa se concluiu com uma análise zodiacal de Dom Henrique. Damião Peres (1992), um comentarista moderno, aponta as imperfeições que a mesma comporta, o que demonstraria as inabilidades astrológicas de Zurara.

Dos capítulos interessa sublinhar as passagens que buscam responder a uma importante questão: porque Dom Henrique resolveu enviar as naus lusitanas em demanda da exploração das costas da Guiné? Das cinco razões elencadas por Zurara duas merecem maior atenção para a discussão que aqui se estabelece. Elas demonstram que desejava conhecer o real poderio do inimigo – os Mouros, no caso em questão –, perscrutando as áreas onde presumia-se eles se encontravam alojados. Os monarcas portugueses objetivam também encontrar forças com os quais pudessem ser firmadas alianças de caráter defensivo-ofensivo contra adversário da cristandade, ou nas palavras de Zurara, buscava-se “alguns príncipes cristãos em que a caridade e amor de Cristo fosse tão esforçada que o quisessem ajudar contra aqueles inimigos da fé” (ZURARA, 1973, p. 45). Portanto, dos motivos tidos como impulsionadores do empreendimento, alguns deles obedeciam a estímulos militares. Explorar o litoral ocidental africano com o intuito de conhecer o real potencial ofensivo a ser futuramente combatido e, simultaneamente, buscar acordos diplomáticos que permitissem a formação de uma coalizão com sociedades não-européias, tudo em nome da dilatação da fé e do império.

A *Crônica da Guiné* é uma grande gesta de feitos cavaleirescos individuais. Recorrendo a uma terminologia militar moderna, dir-se-ia tratar-se de uma visão direta e tática dos acontecimentos. O leitor assiste a um desfilar de ações isoladas de combate executadas em terras dos negros africanos que poucas possibilidades de defesa efetiva possuíam. Não há visão de conjunto presidindo as intervenções em solo inimigo. As incursões sucedem-se umas após as outras seguindo uma ordem cronológica, mas sem aparente junção

estratégica entre elas. Nas operações que tiveram lugar em Ceuta e nas demais praças marroquinas poucos nomes dos envolvidos nos são informados por Zurara, Rui de Pina ou Damião de Góis. Na conquista da Guiné temos um registro que nomeia um conjunto de combatentes e suas circunstâncias de luta e morte. Alguns deles são detalhados e contém matizes de drama, como o trágico fim de Gonçalo de Sintra, vitimado pela resistência dos Azenegues ou Nuno Tristão que tombou após combate ainda mais renhido e dramático.

Ao longo dos 96 capítulos da crônica 23 expedições marítimas com desdobramentos terrestres são enviadas a Guiné. Seus capitães – que em alguns casos comandariam mais de uma expedição – foram: Gil Eanes, Afonso Gonçalves Baldaia, Antão Gonçalves. Nuno Tristão, Lançarot, Gonçalo de Sintra, Dinis Dias, Dinis Eanes da Grã, Álvaro Fernandes, Gomes Pires, Diogo Gil, Jorge Gonçalves e Valarte. É um quase equivalente do celebre catálogo das naus da *Ilíada*. Com uma significativa diferença, em Homero sabemos apenas o nome de cada um dos comandantes citados e o número de guerreiros que o acompanha. Zurara nos transmite outras informações de valor para o estudo dos modos de condução da guerra dos portugueses durante a expansão imperial. Dos comandantes das ações ofensivas recebemos sumárias informações sobre a vida pregressa e os motivos que os teriam impulsionado a aventurar-se no grande mar oceano. A origem social deles apresenta poucas variantes, integrantes da corte, a maioria de pouca idade e grande ardor combativo. Eram pajens, escudeiros, valetes, cozinheiros do palácio. Não se encontra no texto referência a possíveis experiências militares anteriores. Via de regra o narrador salienta a juventude dos capitães das naus, referindo-se a eles quase que invariavelmente com a mesma fórmula retórica: “Um escudeiro assaz valoroso e ardido, criado desde moço na câmara do infante”.

Das expedições enviadas, 63 foram transportadas em caravelas, 4 em navios não especificados e as demais utilizaram um barinel, uma barca e uma fusta. Zurara ou os demais cronistas da Guiné, a exemplo de Cadamosto, Diogo Gomes, não mencionam nenhuma operação de bombardeio naval contra posições inimigas, nem mesmo fogo de cobertura de extensão limitada em apoio a incursões terrestres. A razão por trás disto é facilmente discernível, das embarcações elencadas apenas as naus poderiam comportar armamentos de proa, as demais eram de menor dimensão o que as incapacitava de forma definitiva como plataformas flutuantes de suporte de armas de fogo de grande dimensão. Um barinel é um meio de transporte marítimo de pequeno porte, movido a remos e velas, pouca diferença apresentando das antigas galeras. A partir do que foi dito deve-se ter em mente que a força militar naval basicamente exerceu função de transporte e exploração. Os combates realizados se desenrolaram em solo sem cobertura das belonaves, salvo, claro, cobertura de retaguarda e

apoio logístico aos expedicionários que adentraram o continente armados com instrumentos de morte de matar a curta distância.

Dos guerreiros lusitanos que partiram para a Guiné, Antão Gonçalves pode ser tomado como uma figura arquetípica. Zurara o descreve como guarda-roupa do infante e “homem de assaz pouca idade” (1973, p. 65). Não foi o primeiro a ser enviado àquelas terras – este título cabe, como é de conhecimento geral, a Gil Eanes -, mas um dos que realizaram feito de armas digno de ser remorado, ao menos assim nos alerta o narrador da *Crônica da Guiné*. Por ser muito jovem, seu senhor lhe confia uma missão de baixa complexidade, a saber, carregar seu navio com peles e óleo de lobos-marinhos encontrados em abundância em uma das ilhas do golfo da Guiné. Descontente com a pequenez do feito que lhe foi confiado, disposto a adquirir algo tido como fundamental para os homens de então – o renome -, o aprendiz de guerreiro, após ter abastecido os depósitos de sua embarcação, realiza um breve conselho de guerra naval e toma uma decisão que pela importância da análise que aqui se realiza deve ser transcrita:

[...] - Irmãos e amigos! Nós temos já nossa carga como vedes, no qual acabamos a principal força de nosso mandado; e bem nos podemos tornar, se não mais nos quisermos trabalhar além daquilo que nos principalmente foi encomendado. Mas quero saber de vós outros se vos parece que é bem que tentemos fazer alguma cousa por que aquele que nos cá enviou possa conhecer alguma parte de nossa boa vontade, que me parece seria vergonha tornarmos assim ante a sua presença com tão pequeno serviço. [...] Oh, que feroso acontecimento seria! Nós, que viemos a esta terra por levar carga de tão fraca mercadoria, acertarmos agora em nossa dita levar os primeiros cativos ante a presença de nosso príncipe! E quero-vos dizer que o tenho considerado para receber vosso avisamento; e isto é, que em esta noite seguinte, eu com nove de vós outros, aqueles que mais dispostos estiverdes para o trabalho, quero ir tentar alguma parte desta terra, ao longo deste rio, para ver se sinto alguma gente, que me parece de razão devemos achar alguma cousa, pois é certo que aqui há gentes e que tratam com camelos e outras alimárias que levam suas cargas [...]. (ZURARA, 1973, p.66).

As motivações de Antão Gonçalves eram aquelas que já nos são tão familiares. Se ele abandonou a vida na corte foi um duplo motivo: servir a seu senhor, o infante Dom Henrique, e praticar feitos que lhe concedessem fama e honradez. A missão inicialmente confiada, considerada pelo seu sistema de ordenamento da realidade como incapaz de trazer os louros esperados, sofre uma mudança considerável após a realização da deliberação coletiva do corpo de oficiais encarregados de executarem a missão. A simples coleta de bens comerciais, ainda que situados em terras remotas, pouco acrescentaria a honra, daí porque optam coletivamente por uma incursão em terra que visava a captura de indígenas locais para serem conduzidos ao reino como mão-de-obra escrava. A concretização desse objetivo rende ao

modesto aprendiz de guerreiro o reconhecimento imediato. Disso resulta uma das melhores cenas da *Crônica de Zurara*: em pleno interior da África, realiza-se uma cerimônia de adubamento. Antão Gonçalves é cerimoniosamente nomeado cavaleiro por um outro navegador que naquelas plagas se encontrava realizando uma incursão com objetivos diferenciados, mas também a mando do infante. O mesmo Nuno Tristão encontrará trágico fim tempos depois ao ser atacado por um grupo de africanos na foz de um rio não identificado.

Tanto Tristão quanto Gonçalves - como de resto todos os demais personagens de Zurara - agiam quase que exclusivamente impulsionados pelas matrizes mentais que concedem fundamentação ao universo heroico-cavaleiresco. Embora interesses comerciais também existissem, o grande fundamento de suas existências, segundo o relato de Zurara, era a demanda incessante por honradez. Todos os heróis da *Crônica da Guiné*, todos sem exceção, aspiram o reconhecimento público dos feitos praticados. E parecem estar dispostos a executar qualquer tipo de ação que lhes permitam obter o objeto pelo qual tanto suspiram. Constituem uma confraria de cavaleiros do mar. Ninguém é profeta em sua terra, diz um dos personagens de um dos *Evangelhos*. A mesma expressão pode ser estendida ao universo da cavalaria, nenhum herói pode realizar suas potencialidades latentes em seu local original de habitação. Por isso a cavalaria das novelas medievais é sempre qualificada com o epíteto de “andante”. O nomadismo a caracteriza, a inconstância e a demanda perpetua por feitos e “serviços” – termo tão frequente na boca dos personagens. Na tradição novelesca da Távola Redonda nenhum dos leiais servos do rei Artur Pendragon permanecem na corte por muito tempo, encontram-se sempre ausentes. O mesmo princípio é válido para a tradição heroica da antiguidade clássica. Todos os guerreiros míticos se fizeram em ações de combate que nada tinham de cerimônias familiares ou domésticas.

O *modus operandi* militar de Antão Gonçalves, segundo Zurara, está centrada na ação individual. Embora acompanhado de outros companheiros de armas – poucos, em verdade -, não há ação coletiva de luta contra os quase desarmados Azenegues. Quando o número de adversários é maior, abrangendo algumas dezenas, os portugueses se lançam à luta aos gritos de “Por Santiago! por Portugal!” e sem qualquer respeito por organização tática por mais primária que seja arremetem sobre os desavisados grupos nômades. Da primeira a última expedição assistimos a um desfilar de escaramuças de variação entre si. É praticamente uma mesma cena que se repete indefinidamente ao longo dos capítulos. Se as batalhas se assemelham entre si, que dizer então dos heróis e de suas “façanhas”? Não consistem essas últimas invariavelmente no aprisionamento de nômades paupérrimos, destituídos de riqueza material e que possuem como único bem uma azagaia? Nos capítulos que preenchem a

metade final da obra os combates possuem uma dimensão mais ampla, abarcam um número mais amplo de combatentes, embora jamais ultrapasse poucas dezenas. Na fase inicial da conquista da Guiné, por outro lado, predomina um modelo de combate similar aos duelos ou as justas. É um cavaleiro – ou como ocorre muitas vezes no texto, um escudeiro – buscando a realização de um feito individual, um serviço, como costumam dizer as personagens.

Nuno Tristão sagra Antão Gonçalves cavaleiro da casa do infante por este ter capturado alguns pobres guerreiros seminus e praticamente desarmados. Gonçalo de Sintra, por sua vez, foi morto em combate enquanto tentava capturar um grupo de Mouros fugitivos, tendo caído numa emboscada foi trucidado impiedosamente por guerreiros que o aguardavam num ponto descampado de uma das praias da Guiné. A crônica de Zurara elenca capítulo após capítulo os feitos individuais de seus heróis em sua insaciável demanda por glória e honradez auferida da execução de grandes feitos. O elencar dessas realizações militares repetitivas certamente exercia algum tipo de função pedagógica. Se, como quer Lima (1995), a narrativa do *Palmeirin da Inglaterra* (1949 [1565]) era essencialmente para educar o Príncipe e o Leitor, o mesmo pode ser dito acerca da *Crônica da Guiné*. Há evidentemente no texto uma pedagogia da nobreza cavaleiresca lusitana. Werner Jaegger (2002) faz notar que Homero foi o grande educador da Grécia e que seus poemas épicos exerceram um efeito formador da mentalidade heroica antiga. O termo grego que segundo melhor define esse ideal formador é *Arete*, que corresponderia a um ideário abrangente como um ideal cavaleiresco unido ao heroísmo guerreiro. Que definição melhor se aplicaria ao comportamento dos guerreiros de Zurara? Para aqueles homens que se aventuravam no interior africano a força, a destreza e a demonstração de coragem incomum constituíam bases indestrutíveis de qualquer posição social elevada. Na guerra como na vida privada eles procuravam conduzir suas vidas por meio de um rígido código alheio ao comum dos homens. E nesse ponto eles não se afastam um milímetro dos guerreiros homéricos ou dos personagens de novelas de cavalaria. Ulisses, Aquiles ou Agamemnon prezam os nomes que ostentam e o padrão de comportamento heroico-cortês que os caracteriza. Eles podem ser brutais e sanguinários quando em batalha, mas encontram prazer também na vida do espírito. Quando a embaixada de guerreiros parte em direção a tenda de Aquiles com intuito de demovê-lo de decisão de manter-se distante dos combates não o encontram sentado no chão tangendo as cordas de uma lira e recitando – ao que tudo indica – uma canção ou poema para Patroclo? A mais elevada virtude guerreira unida à educação cortês, não seria isso a meta dos escudeiros e cavaleiros que povoam a narrativa de Zurara?

Nuno Tristão, Afonso Gonçalves Baldaia e seus companheiros das expedições de caça aos Mouros da Guiné, segundo Zurara, cultuam um rigoroso senso de dever. Para eles isso é

parte constitutiva do ideal de nobreza cavaleiresca a execução a qualquer custo de feitos que parecem inacessíveis ao comum dos homens. O que parece estar por trás disso é uma espécie de orgulho do nobre baseado numa longa linhagem de progenitores ilustres. Recorde-se a propósito disto que na *Iliada* frequentemente os adversários no campo de batalha proferem longas arengas que antecedem ao duelo. Exemplo clássico disto encontramos nas cenas de encontro entre Diomedes e Glauco, aquele diz dirigindo-se ao seu inimigo troiano: “Hipoloco me gerou, a ele devo minha origem. Quando me enviou a Tróia, advertiu-me incessantemente de que lutasse sem cessar para *alcançar o poder da mais alta virtude humana e sempre fosse, entre todos, o primeiro*” (HOMERO, 1972, [Séc.VIII.a.C grifo nosso). A honra só pode se manter pela manutenção das virtudes pelas quais foi duramente conquistada. Por essa razão, toda a existência dos guerreiros homéricos e dos personagens de Zurara é uma incessante luta pela supremacia entre seus pares. *Primus inter pares*. Se Antão Gonçalves desobedeceu às ordens de seu senhor, o infante Dom Henrique, ele o fez por considerar ser necessário algo que o engrandecesse ante o olhar de seus companheiros de armas e daquele que o incumbiu da realização da missão exploratório-comercial. Outros heróis agiram de modo parecido ao ir além dos limites recomendados pelas instruções escritas que receberam. Tudo em nome do acrescentamento da honra e sempre segundo o relato cronístico-literário de Zurara.

Em demanda da honra Nuno Tristão perdeu a vida; Lançarotte requereu ao infante licença para ir com seus navios a Guiné; Lançarotte requereu ao infante licença para ir com seus navios a Guiné; o escudeiro João Fernandes voluntariou-se para viver sete meses entre os negros Azenegues e recolher informações de caráter etnográfico que auxiliassem em posteriores penetrações do interior do continente; Álvaro Gonçalves de Ataíde com suas caravelas aportou nas Canárias e capturou um pequeno grupo de nativos, os tão célebres quantos misteriosos Guanches. E, por fim, foi pelo desejo incessante de renome que Diogo Cão explorou quase uma centenas de milhas náuticas do rio Congo em três viagens sucessivas, tendo perecido com alguns de seus companheiros de infortúnio na última delas. A honra, o reconhecimento público dos feitos praticados é um dos fundamentos da ideologia heroico-cavaleiresca que impulsionou os portugueses na conquista da Guiné. A honra é tributo a ser pago pela altivez e magnanimidade. Todas as ações militares empreendidas naquele território da África ocidental se fundamentaram sob as bases de uma ética aristocrática centrada numa forma primitiva de guerrear, nos moldes da tradição das novelas de cavalaria. O que em última instância pode ser correlacionado os ideais de nobreza homérica e à sua materialização no conceito de *Arete* tantas vezes evocado por Werner Jaegger na sua *Paideia*. (2003)

Dentre as inúmeras incursões de saque e aprisionamento de membros das sociedades de aldeões realizadas pelos guerreiros portugueses uma merece destacada referência pela

extensão de páginas que ocupa na Crônica. A maioria – senão a quase totalidade – das descrições de ataques em surdina aos pontos de habitação onde Mouros desavisados encontravam-se entregues às tarefas cotidianas cabe em um capítulo que abarca duas ou três páginas, por vezes uma única página basta ao cronista. Uma das exceções foi protagonizada por Álvaro Vasques, Diogo Gil e um combatente muito audacioso identificado apenas como Mafaldo. Da prolongada aventura deles que tanta miséria resultou para os que foram vitimados por suas ações predadoras, Zurara faz um pormenorizado relato, do qual certos trechos evidenciam as matrizes mentais que impulsionavam nautas lusitanos as ações de rapinagem tidas por eles como heroicas:

[...] Recolhidos aqueles dez mouros às caravelas, Álvaro Vasques, assim como homem de nobre criação, desejoso de se mostrar entre os outros que amava serviço de seu senhor, falou contra Dinis Eanes, a que o cargo da governança ficava por aquela vez, que lhe parecia que seria bem que mandasse a gente fora, pois sua vinda principalmente de seu reino foi àquele fim.

[...] – Amigos, bem sabeis a fim porque partimos de nossa terra, como foi por serviço de Deus e do infante nosso senhor, e honra e proveito de nós mesmos, onde, por graça daquele senhor que criou todas as cousas, havemos assaz proveito de nossas presas, sem algum perigo. (ZURARA, 1973, p. 192- 202)

A conquista e exploração da costa da Guiné além de sua dimensão terrestre materializada na série de incursões predatórias descritas na crônica de Zurara e nos relatos de nautas como Diogo Gomes e Cadamosto, teve também seu viés marítimo. As naus singraram sistematicamente o litoral circundante seguindo um planejamento prévio que visava mapear toda a área costeira em demanda de uma passagem que interligasse o Atlântico com o Índico. Nessa odisséia trágico-marítima um de seus expoentes foi o marinheiro e explorador Diogo Cão cujos padrões de mármore que demarcavam o limite de seu avanço seriam preservados até o século XIX, quando foram descobertos. De acordo com Damião Peres (1992), as inscrições que ele e seus companheiros deixaram consignadas em conjunto de rochas noventa milhas a dentro da foz do rio Congo seriam descobertas e estudadas somente em 1932. Como muitos outros navegantes ele encontraria a morte numa de suas tentativas de se assenhorear de parcelas do território inimigo. Após a morte do infante Dom Henrique, em 1460, a missão de prosseguir com a busca pelo caminho para as Índias ficou a cargo de Dom João II. Datam desse período os resultados exploratórios obtidos por Pedro de Sintra, Fernando Pó, Soeiro da Costa, Lopo Gonçalves e outros que tentaram circundar a “costa dos negros”, como dizem os relatos do período.

Um estudo sobre a presença militar portuguesa na porção ocidental da África estaria incompleto sem referência ao mais completo baluarte defensivo lusitano erguido em terras

africanas, o castelo de São Jorge da Mina, e o seu comandante, Diogo de Azambuja. Luís de Albuquerque (1992) o considera como o protótipo do guerreiro-cavaleiro da expansão imperial. Veterano de inúmeros combates que se realizaram em diferentes pontos do continente, teve ativa participação no processo de soerguimento da fortaleza no ano de 1481. Sua função basilar era o de estabelecimento de um ponto de ocupação permanente que permitisse operações de cobertura às incursões predatórias ao interior e também ao comércio com os habitantes locais. Mais que uma base de apoio de retaguarda para tropas terrestres encarregadas da pilhagem de riquezas acumuladas pelas sociedades nativas. A fortificação era um símbolo da ocupação militar do solo inimigo, sua presença efetiva e poder de intimidação.

3.4.2 A circunavegação da África em demanda das opulentas terras do oriente

Possivelmente um dos grandes problemas geográficos do fim da Idade Média era o da necessidade de encontrar uma ligação entre o oceano Índico e o Atlântico e como orientar-se nessa nova e desconhecida porção aquosa do globo (GODINHO, 1980). A intenção era bem menos científica que prática. Tencionava-se encontrar solução para um enigma que intrigava a muitas mentes desde a Antiguidade, mas não por acréscimo do conhecimento do mundo no qual os homens de então viviam, mas, sim, por acrescentamento das riquezas acumuladas nos armazéns das grandes casas dinásticas da Europa. A meta final era, portanto, o contato direto com fontes produtoras de mercadorias cobiçadas pelos monarcas e seus súditos, as ricas e opulentas terras do oriente, centro de onde irradiavam narrativas fabulosas sobre reis de poder incomparável, dos quais o Prestes João era figura arquetípica. As Índias eram uma denominação vaga que abrigava em si uma série de expectativas míticas que fundiam tradições variadas, desde referências históricas deturpadas pela passagem do tempo a conceitos, símbolos e imagens que pertenciam unicamente ao reino da mais rica fantasia. Reino do fantástico e do maravilhoso, onde o mito tomou abrigo e fixou morada, as terras indianas se constituíam para os homens de então numa senha para os sonhos. Encontrar a rota que conduzisse as naus para seu território era a meta suprema de muitos que durante dilatado período de tempo se aventuram no mar tenebroso em demanda do enriquecimento rápido e fácil.

Tradições preservadas nos relatos historiográficos da Antiguidade nos afiançam que os antigos teriam realizado com sucesso o périplo marítimo do continente africano. Heródoto menciona na sua *História* o conhecidíssimo episódio de almirante fenício responsável por este feito que permaneceria sem imitadores até o alvorecer da modernidade. Sabe-se que a crítica moderna desdenha dessa e de outras fontes que aludem a tentativas bem sucedidas em tempos

anteriores a era cristã. Fidedignas ou não essas tradições semilendárias mostram que o problema do contorno da massa continental africana já era cogitado desde tempos muito recuados, embora, claro, com motivações e interesses outros. No fim da Idade Média a questão ganha dimensões mais amplas pelos motivos já anteriormente citados. A ligação intercontinental era de grande importância comercial. Embora ela já fosse realizada por via terrestre, esse percurso era lento, custoso e muito pouco eficiente. Os conhecidos irmãos venezianos, um dos quais deixaria um relato afamado *O Livro das Maravilhas*, (1985) teriam incursionado esta trilha mais de uma vez. Estando impedida – ou sendo desaconselhável – a rota empreendida pelos irmãos Polo, a via que se abre é a das grandes estradas oceânicas.

A Diogo Cão cabe a primazia no mapeamento do litoral africano em demanda da passagem sudeste. O navegante lusitano responsável pela primeira exploração do rio Congo também seria o pioneiro nauta a incursionar para extremo sul da Guiné. A ele se seguiriam outros que ampliariam o conhecimento acumulado do litoral africano. Em 1497, ultrapassando as regiões costeiras exploradas por Diogo Cão, Bartolomeu Dias contorna o grande maciço continental africano. A sublime porta fora finalmente escancarada. Estava aberto o caminho para a dominação ocidental na Ásia.

3.4.3 Canhões e velas portuguesas na porção oriental da África: Moçambique, Melinde, Madagáscar, Sofala, Quíloa

Um ano após o exitoso empreendimento naval de Bartolomeu Dias, uma nova frota é enviada com a missão de concluir aquilo que inconcluso ficou devido ao excessivo temor do desconhecido que impediu seu capitão de ir além do litoral. Foi ordenado pelos poderes que o investiram de sua função. Vasco da Gama não hesitará por um momento sequer. Seus navios aportaram em Calecut e com isso superava-se a geografia ptolomaica que durante quase quinze séculos referendou o saber geográfico da Europa. Ficava comprovada que o Índico não era um mar interior – ou uma espécie de lagoa - consignado nos mapas e cartas náuticas diretamente confeccionadas por Ptolomeu ou por de algum de seus muitos epígonos de tempos posteriores. O grande oceano Atlântico não era uma muralha intransponível a separar humanidades compartimentadas em reservatórios estanques, ao contrário era um imenso corredor de tráfego; rota caravaneira marítima por onde cáfilas de numerosas embarcações poderiam transitar interligando povos, conhecimento e mercadorias preciosas.

A despeito de um considerável número de referências semilendárias a precursores que na remota antiguidade teriam antecipado o feito do almirante português, se isso, de fato, ocorreu, o acontecimento foi preservado apenas no registro memorialístico sob forma de narrativa quase fabulosa. O que restou dos périplos dos supostos navegantes intercontinentais

dos tempos antigos é muito pouco, nada que permita afiançar a sua veracidade, embora eles não devam ser de todo desconsiderados (CHALIAND; RAGEAU, 1986). Com Vasco da Gama assiste-se a virada de uma página da história mundial. Três continentes são ligados a partir de uma rota comercial que flanqueia o continente negro e deságua diretamente nas zonas de manufatura e produção daquilo que os mercados europeus de então tanto ansiavam. A Índia jamais representou para a monarquia da casa de Avis o mesmo papel que representou para a Inglaterra séculos depois: o de um gigantesco entreposto vassalo. Não houve submissão militar do subcontinente indiano. A frota portuguesa não possuía meios de impor seu domínio sobre tão vasta extensão territorial. A presença restringiu-se a faixas estreitas do litoral e a um pequeno número de manchas urbanas, centros de atividade comercial rica e pujante.

As caravelas portuguesas que contornaram o extremo sul do continente africano e irromperam impetuosamente no oceano Índico, traziam nautas experimentados nas lides do mar, homens de saber prático, mas que ainda não haviam se distanciado inteiramente de uma mentalidade medieval. A antiga distinção que os gregos estabeleceram entre geografia científica e cosmografia religiosa era para eles estranha. Os marinheiros responsáveis por observações minuciosas que visavam catalogar acidentes geográficos dos mais diversos para fins de mapeamento posterior de rotas navegáveis, eram os mesmos que - a exemplo de Duarte Pacheco Pereira, que não integrou essa expedição - deixarão registradas em suas obras trechos no qual fazem referência ao avistamento com seus próprios olhos de gigantescas serpentes marinhas se banhando no Golfo da Guiné. São incertezas e atitudes mentais de homens que devassam o desconhecido e que tentam dominar espaços antes inatingíveis e que agora se encontram plenamente ao seu alcance. É a vertigem dos espaços transoceânicos que gesta um novo tipo de mentalidade histórico-geográfica, centrada noutros modelos interpretativos. Representam-se a partir de então o espaço com uma eficácia capaz de orientar as ações de deslocamento e trazer as embarcações com segurança aos locais de ancoradouro. Desfazem-se equívocos seculares e crenças míticas na realidade objetiva de paraísos terreaux, ilhas maravilhosas e “reinos opulentíssimos todos de ouro e pedras preciosas, cristandades perdidas, mares em ebulição, gigantes que se tem medo de enfrentar, ou pigmeus nas selvas impenetráveis” (GODINHO, 1990, p.78).

A súbita aparição da bem apetrechada frota de Vasco da Gama no oceano Índico é uma virada de página na história da expansão imperial portuguesa. O primeiro passo em direção ao soerguimento de um império marítimo que bateu às portas da China, aportou nas ilhas de Trapobana e quase fincou os pés no arquipélago japonês, de onde os portugueses seriam expulsos pelos senhores da guerra, intolerantes para com estrangeiros. As razões que explicam o relativamente fácil êxito na tentativa de dominação de tão vasta porção oceânica

ainda permanecem em debate. Charles Boxer (1969) defende que não teria sido a superioridade marítimo-militar a causa última do sucesso. As civilizações orientais com os quais os lusitanos se depararam já conheciam a pólvora desde antes dos europeus, embora seus canhões fossem de qualidade inferior. Os chineses e mesmo Árabes possuíam grandes vasos flutuantes armados com lançadores de projeteis. No entanto, nenhuma das duas inovações tecnológicas deteve a penetração marítima e terrestre dos nautas e soldados-comerciantes que desembarcam na Índia dispostos a pilhar todas as riquezas que suas embarcações pudessem transportar.

O historiador inglês argumenta que o motivo teria sido outro bem diverso, estaria ligado a razões de cunho imaterial: os invasores desembarcaram dispostos a vencer a qualquer custo, os defensores não se mostraram dispostos a resistir a qualquer preço. Em fins de 1942, auge da invasão alemã ao território soviético, Stalin assinou a afamada diretiva número 41, também conhecida por uma das frases do texto: *nem um passo atrás*. Nem um centímetro de terra deve ser cedido ao inimigo, ordenava o chefe militar (KERSHAW, 2012) Entre os asiáticos e mesmo entre os africanos da porção oriental do continente em momento algum propuseram um padrão de organização de resistência sequer parecido com a postura stalinista. Em contrapartida, uma outra referência, bem mais próxima dos acontecimentos protagonizados pelo almirante Vasco da Gama ilustra com exatidão a postura oposta. Sabe-se que Hernán Cortés ao desembarcar no golfo do México 20 anos após a chegada da frota portuguesa a Calicut, manda incendiar os navios nos quais ele e sua tripulação soldados navegou para até ali chegar. Não tinham alternativa, sem meios de retornar sobre os próprios passos, destituídos de apoio de retaguarda uma única senda se abria diante deles: para frente, destroçar o inimigo e desbaratar suas defesas. Aos combatentes lusitanos as duas analogias históricas são perfeitamente cabíveis.

Ao contrário do que aconteceu no Marrocos e nas costas da Guiné, na porção oriental da África os portugueses não realizaram ações militares em solo. O alvo da operação liderada por Vasco da Gama era a península indiana e suas cidades costeiras. Em verdade, a meta era última era o estabelecimento de relações comerciais com os potentados locais, limitando-se a força militar a exercer ação de cobertura ou de coerção por via da força, quando necessário. Os canhões e as velas dos nautas portugueses contornaram o continente negro e aportaram em algumas de suas localidades litorâneas sem realizar, contudo, combates de grande proporção ou desembarques anfíbios. Incidentes inamistosos foram registrados pelos cronistas, mas sem maiores repercussões armadas. Nas localidades de Quíloa, Moçambique e Madagascar ocorreram escaramuças entre os membros da armada e os habitantes locais, quase sempre identificados de forma coletiva e genérica sob a rubrica de *Mouros*. Nenhum combate digno

de ser assinalado teve lugar durante a presença das embarcações lusitanas em litoral oriental do continente negro. Em dois momentos distintos a crônica de João de Barros (1982 [1552]) menciona crises diplomáticas nas quais se envolveram os marinheiros da armada invasora e os habitantes locais, ambas redundaram em luta armada de baixa intensidade. Em Madagáscar teve lugar o mais sério desses entreveros, contudo nada comparado com as lutas de grandes proporções que tiveram lugar no Magreb. O primeiro contato entre marinheiros da frota invasora e os habitantes do continente negro se deu de forma amistosa e redundou numa pitoresca série de eventos. O desembarque temporário na Baía de Santa Helena teve como consequências a captura do negro que tentava colher mel silvestre entre as moitas e na farsesca cena de fuga desabalada de Fernão Veloso acossado por seus furiosos perseguidores. (BARROS, [155]1982; CASTANHEDA [1551], 1979). Combates propriamente dito – conforme já assinalado – não são encontrados nos registros históricos da expedição de Vasco da Gama enquanto esteve percorrendo o litoral da África oriental. Graves crises diplomáticas com potentados locais converteram-se em escaramuças de nefastos resultados para os defensores continentais. O diálogo quase sempre se dava pelo ribombar dos canhões da frota que projetavam o poder militar português além mar.

3.5 A CAMPANHA DE CONQUISTA AFRICANA: BALANÇO TÁTICO-ESTRATEGICO

Defende-se aqui, em resumo, que toda a campanha militar portuguesa em terras africanas teve como *O Principio* estratégico dominante o imaginário cavaleiresco. Embora contando com um aparato de organização pré-operacional, o desenvolvimento tático das façanhas ofensivas em solo não se submeteu à princípios organizacionais de combate. A tradição marcial grego-romana que privilegia a adoção de táticas de ordem unida como meio de obtenção de melhores resultados não se manteve perfeitamente preservado na doutrina militar lusitana da expansão imperial. O método de combate dos portugueses não foi necessariamente inovador ou muito menos inteiramente dissociado do secular legado da capacidade de matar do ocidente. A dissociação não se deu de forma tão acentuada que permitisse o desenvolvimento de formas muito particularizadas de luta, ou mesmo uma reinvenção da arte de guerrear ocidental. Deve-se se falar no retardamento de ingresso num processo de modernização que esboçava seus primeiros passos no quatrocentismo europeu. Ainda atrelados a um conjunto de grandes matrizes mentais que regulavam formas de combate de sociedades tradicionais - ou fechadas, como quer Lukacs (2012) -, as forças armadas lusitanas adotavam como componentes essenciais de seus conceitos marciais o heróico, o épico e cavaleiresco. Lutar confiando na iniciativa particular de cada combatente;

uma horda de guerreiros irrompendo com ímpeto quase desgovernado sobre as linhas inimigas, eis o método. E se o método é o homem, eis o *homo* militar da expansão imperial portuguesa: um cavaleiro.

A etapa africana da expansão imperial portuguesa comportou matrizes estratégicas perfeitamente discerníveis para o historiador militar. Primeiro, não se tratou de um processo tradicional de conquista assentado numa doutrina de “batalha de usura”, para usar umas das expressões técnicas que cabem perfeitamente na situação exemplificada. Os objetivos inicialmente planejados não passavam pela anexação territorial ou incorporação de grupos humanos como vassallos imperiais. As metas consistiam no desencadear de uma série de operações anfíbias - distanciadas entre si no tempo, espaço e, aparentemente, desconectadas - sobre áreas controladas pelo inimigo - o Mouro, tão odiado -, se assenhoreando de um conjunto de fortificações defensivas que serviriam posteriormente como baluartes temporários. As pequenas cidades fortificadas arrancadas ao inimigo se encontravam situadas em zonas litorâneas, relativamente próximas ao litoral e, dessa forma, expostas a intervenções armadas de populações hostis.

As cidadelas alvo das incursões predatórias eram de mediana extensão territorial. O sentimento de cobiça por elas despertado nascia de suas respectivas localizações geográficas, quase sempre a conectar as faixas litorâneas com as zonas do interior onde se fazia rentável comércio com a Hinterland africana. De acordo com os relatos indiretos que nos legaram os cronistas é possível aquilatar que eram todas elas localidades de fundamentação urbanística medieval. Aglomerados urbanos na quais se fundiam a dupla função de assentamento e de ponto fortificado de defesa contra agressores; situava-se, portanto, entre dois pólos opostos: movimento e repouso, referência habitacional e ponto fortificado de defesa (MUMFORD, 2006).

A conquista das praças inimigas não implicou em ganhos territoriais significativos. A meta – ao que tudo indica - era de assentar presença no sítio alvo da incursão, nele permanecendo por tempo limitado até obtenção de determinados ganhos de natureza material ou simbólica. O perímetro defensivo sob domínio das forças lusitanas nunca foi de amplitude significativa. Zurara, nas duas crônicas dos Meneses, oferece informações sobre a presença portuguesa em Ceuta após a conquista. A sucessão de batalhas nas quais se envolvem os heróicos defensores liderados pelos Meneses (pais e filho) atestam a precariedade da estrutura defensiva erguida pelos invasores e demonstra também o quão limitado era capacidade de empreender operações para fora, longe da circunferência que delimitava a zona de ocupação. Ou seja, o domínio militar efetivo dos atacantes restringindo-se ao interior da base que utilizavam e aos seus arredores imediatos.

A África não foi lusitanizada em decorrência da expansão imperial portuguesa. E, tendo em vista a capacidade ofensiva e o quociente de eficiência militar, isso jamais poderia ocorrer mesmo em escala limitada ao Magreb. A modalidade de guerra praticada em solo africano pelos nautas e guerreiros lusitanos não almejava, e muito menos possuía meios, de imposição da vontade sobre extensas faixas de terra. O paradigma militar muito era parecido com o das incursões árabes, das quais certamente herdou padrões de conduta. Dito em outros termos: buscava-se penetrar em território inimigo e obter ganhos, mas sem que isso ocasionasse o esfacelamento da capacidade de luta do oponente. Era uma conduta de combate de repercussão limitada, muito distante de um conceito como o de guerra de aniquilação, aquela que redundava forçosamente numa paz cartaginesa.

As guerras da expansão em solo africano mantiveram-se submetidas a limitações. Forçosamente limitadas em extensão e alcance territorial, podiam almejar metas de pouca ambição. Batalhas de usura ou de desgaste de homens e material estavam além de seu universo de experiências marciais. Combates de dimensão circunscrita também em termos de poderio ofensivo; a capacidade de deslocamento de tropas a grandes distâncias do exército português não comportava contingentes em número elevado. Supri-los e mantê-los adequadamente exigiria uma habilidade logística que o sistema de planejamento e execução do reino estava longe de possuir.

Inexistindo meios de infligir ao inimigo uma derrota aniquiladora que permitiria o livre usufruto de suas riquezas, do potencial laboral de sua população e da exploração econômica de seu vasto território, a alternativa imposta por força das circunstâncias foi a de manter-se apegada à faixas estreitas de uma zona ocupada. A partir dela, penetrações de limitada circunferência eram organizadas visando uma exploração das áreas adjacentes, sem que isso garantisse em momento algum um efetivo domínio militar. Como nos ensina o coronel Marshall (1959) no seu conhecido estudo sobre táticas de infantaria, o inimigo é debelado quando é colocado em desvantagem e posto permanentemente numa posição desfavorável. Isso implica em desarmá-lo - deixando-o a mercê da vontade do vencedor -, ou fazê-lo recuar para posições geograficamente distantes a partir das quais não possa oferecer ameaças dignas de consideração. Tempo, terreno e poder de choque mostram-se fundamentais para execução de metas dessa natureza. Capacidade de choque, por sua vez, implica em organização prévia das ações de combate. Em termos da guerra moderna, os manuais tratariam disso como "necessidade de concentração de fogo", contudo, em se tratando de batalhas anteriores ao domínio da pólvora a terminologia é outra: materialização de força de choque.

A materialidade da força de choque da força militar portuguesa em África não foi demonstrada em nenhuma das campanhas de conquista das praças-fortes inimigas. A doutrina de combate posta em execução desdenhava da eficácia da mobilização de poder ofensivo concentrado sobre um ponto único. O objetivo de uma ofensiva coordenada é sempre o da aniquilação das forças armadas do inimigo. A completa sujeição ou rendição incondicional - meta ideal - resulta necessariamente de uma mentalidade de combate conduzida visando a uma vitória conclusiva.

A escolha das armas, do local de combate e dos modos de emprego do armamento escolhido encontram-se condicionados por fatores sociais. A mentalidade guerreira lusitana da expansão imperial em solo africano privilegiou ações dispersivas, sem concentração de força de choque. E a razão para a adoção dessa postura ineficaz era de preservação de um *modus operandi* militar de fundamentação cavaleiresca. Combatentes de infantaria não forneciam apoio mútuo durante as incursões. Nas crônicas de Zurara que tratam das conquistas das cidadelas africanas, Dom Henrique e Os Menezes figuram como representações do modelo de virtude dos heróis-cavaleiros da expansão imperial. São audazes, impetuosos, dotados de iniciativa particular; guerreiros indômitos e de uma indisciplina em combate que só encontra paralelo nos relatos de combatentes de sociedades tradicionais. O conceito de luta que alimentam é o da incursão audaz que não se submete a hierarquias. É uma guerra de elite, mas não de um exército profissional. A profissionalização resultaria de um corpo de combatentes submetidos à regras prévias de combate, uma hierarquização de todos os envolvidos na contenda armada. A mentalidade que guiou as narrativas que relataram as expedições ao continente africano pautava suas concepções de organização marcial no guerreiro solitário que combate almejando ganhos simbólicos. Disciplina, métodos de orientação prévia e ofensivas coletivas não se integram ao universo teórico dessa doutrina.

Ceuta, Tânger, Arzilla e demais localidades alvo das incursões predatórias, embora tenham permanecido sob domínio militar do invasor por décadas, permaneceram como baluartes desconectados de uma estratégia de ampla visão. Guarneçadas permaneceram por pequenos destacamentos periodicamente reabastecidos pela casa real. Após o sucesso inicial que consistiu em fincar uma estreita cabeça-de-ponte, as ações subsequentes de ocupação consistiram em escassas tentativas de expansão de limitada extensão e, o que aconteceu com assiduidade, batalhas defensivas para fazer frente à tentativas de cerco por parte das forças locais (PERES, 1931). Em sua essência, combates de cerco e contra cerco, tipicamente medievais na sua concepção e conduta. Sitiantes objetivando fazer defensores perecerem por escassez de víveres e sitiados realizando manobras ofensivas circunscritas ao perímetro por eles controlado.

Em termos de modos de condução da infantaria e das táticas por ela adotadas, o quadro descrito nas crônicas de Zurara e de Pina oferece pouca complexidade interpretativa. O sistema ofensivo encontra-se perfeitamente delineado nos seus grandes contornos. Tropas desembarcam em solo após travessias marítimas que não encontram oposição do inimigo. O avanço terrestre tampouco encontra resistências com poder suficiente para lançar os invasores de volta ao mar. Os cronistas citam algumas poucas situações em que se percebe a utilização de instrumentos de engenharia de cerco. Os portugueses parecem confiar no poder ofensivo de seus combatentes. Sítios prolongados não foram postos em execução em nenhuma das campanhas contra as cidades alvo das incursões.

As operações militares em solo foram essencialmente de tropas desmontadas. Em Ceuta, de acordo com relato de Zurara, desembarcaram apenas dois cavalos; nas conquistas que se seguiriam haveria acréscimo de suporte equino sem que esse número jamais tenha um patamar de maiores proporções. Artilharia de médio ou grande porte não teve participação efetiva no desenrolar das batalhas. No dizer de um de um comentarista moderno " a guerra guerreada que se seguiu não fomentou o desenvolvimento de uma *ordenança* como se adivinhava na Europa" (ESPÍRITO SANTO, 2013, p. 14). O conceito de ordenança que encontrará seu pleno desenvolvimento na centúria seguinte não integrou o universo militar da expansão imperial portuguesa. Um estudo recentemente publicado fez um inventário de armas defensivas enviadas para Ceuta em uma expedição de socorro e reabastecimento, em 1520. O levantamento feito evidencia qual o principal sistema de armamento utilizado pela guarnição da praça-forte. Seriam, na terminologia que consta nos documentos manuscritos, *Bacinetes*, *Cotas Peças e Loudéis*. Para o leitor não familiarizado a lista pode parecer um elencar de termos destituídos de sentido. São todos componentes do vestuário defensivo medieval. Servem para compor o sistema de defesa corporal do combatente desmontado animado de uma mentalidade combativa cavaleiresca.

O inventário refere-se exclusivamente a armamento defensivo, vulgarmente peças de armadura, e, pelos tipos apresentados, destinadas a equipar cavaleiros ou homens de armas, dentro da tradição de guerra medieval. Este é um aspeto relevante, dado inserir-se num período de transição, onde a tradição de guerra medieval se começa a fundir com as novas lógicas de guerra da Idade Moderna. O século XV foi de alteração nos conceitos e nas tecnologias de guerra, época em que se assiste à afirmação da pólvora nos contextos de guerra ofensiva e defensiva, tanto em terra como no mar, ao reajuste do papel das cavalarias dentro dos exércitos e à imposição (reimposição se tratarmos de longa duração) da infantaria no campo de batalha, mais presente nos subseqüentes séculos XVI e XVII.

As tipologias de armamento incluídas neste inventário não fornecem só por si um indicador claro sobre o género de combatente que se destinavam a equipar, nem a sua quantidade, mas a leitura do documento fornece algumas pistas que podem ser consideradas. Os bacinetes, como exemplo essencial,

estão associados a cavaleiros e escudeiros mas não à peonagem do exército, como aponta Paulo Agostinho. Tendo em conta, seguindo o mesmo autor, que seria uma peça dispendiosa e que implicava bastante mestria para ser fabricada, não estava ao alcance de todas as classes de combatentes, e aqui talvez resida a indicação que o armamento inventariado se destinava a indivíduos com um maior peso social. (DE CASTRO, 2015, p.45).

A partir do estudo citado fica evidente que o sistema e modo de condução das operações militares no Magreb pautou-se por referenciais medievais. Uma forma de combate que privilegiava a dimensão existencial da guerra, ao conceder grande valor a termos como honra, coragem, lealdade, tidos como essenciais para a formação individual e para o reconhecimento social. É também uma forma de auto-afirmação no contexto de uma sociedade que cultua as formas de expressão de estilização por via da violência, por meio do qual o indivíduo afirma sua humanidade. Guerra como um fim em si mesmo e não instrumento de obtenção de fins político. Aristóteles no livro da *Política* estabelece uma tipologia dos tipos ideais de combatentes. Para ele, o mais eficiente como instrumento de morte seria o do soldado-não pago, ou seja, o guerreiro. Aquele que estabelece uma relação de íntima vivência com a força e dela faz uso motivado por questões como segurança coletiva da comunidade e do solo, a coragem, o dever e, acima de tudo, crença na validade de uma ideia a ser defendida. Uma conceituação que se aproxima das práticas militares dos portugueses quatrocentistas.

Obviamente, não podem ser desconsideradas as intenções panegíricas de Zurara e de Rui de Pina, cronistas oficiais que procuravam exaltar, por meio da pena, os poderes que os investiram das funções privilegiadas que ocupavam na corte. As representações dos guerreiros exemplares – Dom Henrique e Dom Pedro de Meneses – contém muitos elementos épicos propositalmente ficcionalizados. Criar um modelo de virtudes cavaleirescas que servisse como instrumento de educação da nobreza. Um retrato ideal do guerreiro dotado de qualidades humanas e militares que beiram a excepcionalidade. Se as crônicas portuguesas quatrocentistas – notadamente as de Zurara – organizam-se sobre um referencial romanesco – as novelas de cavalaria - isso pode ser extensivo à estrutura e modo de construção dos personagens que por ela transitam, mas não necessariamente a todos os acontecimentos narrados. O desenvolvimento da campanha pode não ter contado com a decisiva interferência de Dom Henrique assumiu toda a responsabilidade pela ponta de lança da invasão – como nos descrevem as crônicas -, mas seus desdobramentos em termos das grandes linhas tático-estratégicas provavelmente obedeceram aos princípios nas narrativas.

No ensaio histórico interpretativo que a este tema dedicou, Vitorino José César (1931) diz que as formas de combater e a prática da guerra do reino português de fins da Idade Média

evoluíram a partir de dois princípios: adaptação e infiltração. Infiltrações e modificações se deram por via do contato estreito e demorado com os padrões de conduta dos Mouros. Para o citado historiador, as ações militares que opunham lusitanos e seus inimigos árabes primavam pela mobilidade absoluta. Constituindo-se em combates de baixa intensidade e que tinham na incursão sua doutrina tática suprema. Ainda de acordo com este estudo as diferentes formas de conduzir esse sistema de combate podem ser enumeradas da forma que se segue: primeiro, a *Azaria*, uma forma de guerra irregular que consistia numa infiltração de setores armados da população civil em área sob controle do inimigo para coletar bens como madeira a ser usada como combustível; a segunda seria a *Algara* ou *Algarada*, uma incursão ofensiva montada sobre cavalos com o fim de penetrar em solo adversário para coletar presas de valor, escravos ou cavalos; a terceira seria o chamado *Apelido*, forma de guerra defensiva que consistia em mobilizar a população local para resistir uma investida rápida do inimigo; havia ainda a cavalgada ou *cavalgata*, uma entrada brusca em área inimiga de um destacamento montado com o fim de obter presas de valor e retirar-se em seguida; a última modalidade é a mais complexa, o *Fossado*, quase uma operação de guerra regular. Mobilizava um grande contingente de homens e recursos, por vezes estava sob comando do próprio Rei. Tencionava romper as linhas inimigas, incursionar por seu território, obter prêmios valiosos e se retirar para segurança das linhas aliadas. Por ser uma operação mais demorada, os peões costumavam erguer uma fossa defensiva temporária, daí o termo fossado. (César, 1931).

Na enumeração das formas de guerrear acima expostas cumpre sublinhar o elemento que interliga todas elas, o caráter de operações de incursão. São movimentações de guerra irregular que mobilizam – na maioria dos casos – pequenas frações de tropas levemente armadas, montadas ou desapeadas. O desenho tático ofensivo se desenvolve numa movimentação tendente a ocupar temporariamente o território inimigo – no clássico estilo de um *Raid* – dele extraíndo informações de interesse militar, bens móveis ou escravos para a produção agrícola carente de mão-de-obra. Não há intenção de ocupar em definitivo zona adversária. O estilo de combate e os recursos mobilizados – escassos e de pouco poder decisório - desaconselham a execução de uma manobra dessa natureza. É contrário a essa doutrina militar batalhas de desgaste, combates prolongados pela disputa de faixas territoriais de grande extensão.

A velocidade é fundamental para execução desse tipo de manobra. De onde surge a necessidade de utilização de grupos reduzidos de combate levemente armados, os únicos devidamente habilitados para consecução de fins dessa natureza.

A mobilidade absoluta parece estar associada aos primórdios da doutrina militar da expansão imperial portuguesa. As guerras conduzidas em solo africano aconteceram cerca de

um século após os eventos estudados por Vitorino José César. Ou seja, elas ainda conservam uma relação de proximidade temporal com esses acontecimentos. Segundo os relatos cronísticos, as táticas de infantaria empregadas na conquista de Ceuta e das demais praças marroquinas possuem óbvias semelhanças com as descritas pelo historiador português da expansão imperial. O princípio operante ainda o mesmo, centrado na velocidade, surpresa, capacidade de execução de manobras na retaguarda inimiga e frente fluída. O *front*, a linha de defesa adversária perde seu caráter de fixidez, o que implica numa guerra sem frentes contínuas de combate.

Ao eleger o elemento móvel eixo da ofensiva desconsidera-se o milenar legado Greco-romano de defesa a partir de uma infantaria que atua em bloco e demanda – na sua quase imobilidade em campo – por uma batalha decisiva e aniquiladora. A doutrina militar portuguesa evoluiu a partir de um distanciamento dessa tradição, mantendo-se numa espécie de redoma que dificultou a absorção plena das idéias em vigor nos confrontos travados além dos Pirineus. A filiação teórica lusitana se manteve presa a um conjunto de tradições ofensivas diretamente ligadas às lutas travadas durante a reconquista e ao sistema tático desenvolvido ao longo desse período. Exaltando-se, nas crônicas, o ataque desordenado como meio de demonstração da coragem individual, pré-requisito necessário para a obtenção de honra e reconhecimento social. A mentalidade cavaleiresca é tendente ao desacato de ordens e do ordenamento prévio das tropas. A campanha militar de domínio das praças marroquinas obedeceu a um princípio de ordenamento estratégico que encontra uma síntese numa das análises de Oliveira Marques:

As principais guerras que se registraram em território português nos séculos XIV e XV indicam bem a relativa raridade dos confrontos cerrados. [...] *Nas campanhas do norte da África, por seu turno, as correrias, as escaramuças e as razias desempenharam papel muito mais importante do que as batalhas, praticamente inexistentes.* (Marques, 1987, p.341 grifo nosso).

A arte de guerrear dos exércitos portugueses da expansão imperial apresentou uma genealogia muito particular. Por manter-se distante das modificações que eram incorporadas às forças armadas das grandes potências europeias, seu modelo de luta derivou da preservação do patrimônio de uma cultura militar não-ocidentalizada. Apostava-se na velocidade, força, individualismo, ímpeto e indisciplina. A excessiva confiança depositada sobre a força e impetuosidade compromete as investidas coordenadas de uma infantaria que lutasse ao estilo do *Tercio* espanhol.

Das guerras de reconquista a força militar portuguesa absorveu as táticas de luta do inimigo e as adaptou para uma outra conjuntura de combate. Realizada a unidade territorial

com a vitória sobre o Mouro, desapareceram os espaços terrestres propícios a ação nômade da cavalaria, restava apenas a grande vastidão de um horizonte sem limites: o Mar. Sendo o padrão de guerrear lusitano resultante da fusão de influências árabes e de um imaginário cavaleiresco, não deve causar espanto que os combatentes necessitassem de grandes espaços para percorrer e realizar aquilo que consideravam como verdadeira vocação e chamado interior, a saber, o exercício das armas. O oceano sem fim se abre como zona espaço privilegiado de erradio de uma *Cavalaria do Mar* que encontrará nos mares asiáticos o mais perfeito dos campos de batalhas, quase um *locus* sagrado. Palco para exibições de feitos grandiosos que concedem renome aos seus praticantes. Para a Ásia nos dirigimos no capítulo que se segue.

4 ONDE A TERRA SE ACABA E O MAR COMEÇA: A CONQUISTA DAS ÍNDIAS

4.1 PREÂMBULO DAS OPERAÇÕES: UMA DOCTRINA MILITAR CAVALEIRESCA

Vencidos os dois obstáculos que funcionavam como balizas demarcadoras de uma geografia mítico-simbólico-livresca que encontrava correspondências no real, os nautas portugueses adentram a um mar para eles inexplorado: o oceano índico, o pórtico de entrada das cobiçadas especiarias do Oriente rico. De Gil Eanes – escudeiro da casa do infante Dom Henrique – a Bartolomeu Dias, dois grandes entraves simbólicos resultantes de uma geografia mítica, o Bojador e o cabo das Tormentas, são superados pelas embarcações lusitanas. Vasco da Gama não teria estabelecido contatos comerciais com o Samorin de Calicute, nem teria bombardeado as propriedades e a população civil dessa e doutras localidades indianas não fosse a existência de uma longa cadeia de conhecimento acumulado por seus predecessores. O industrioso almirante português também não o foi primeiro a incursionar por terras do oriente rico em demanda de ambições imperiais. As terras opulentas que se estendem muito além do estreito de Dardanelos desde recuadas eras atiçou o interesse predatório de inúmeras civilizações.

João de Barros, historiador minucioso e atento da expansão imperial portuguesa, nos descreve a cena com a esperada pgrandeza épica. No ano da graça do Senhor de 1496, o rei Dom Manuel reunido com seus conselheiros delibera sobre os rumos das ações a serem empreendidas em além-mar. Discutem se devem ou não prosseguir na tentativa de conquista da Índia. São apresentadas as razões contra e a favor do empreendimento marítimo. Os que se mostram contrários se baseiam em dois motivos basilares: as imensas distâncias a serem vencidas e a grande quantidade de energias e recursos a serem empregados que forçosamente debilitariam as defesas do reino; o domínio de um território rico de recursos dos mais diversos despertaria a cobiça de potências europeias rivais que se lançariam – previsão que se confirmaria – sobre o espólio recém adquirido. Contudo, a tese que prevaleceu foi a de prosseguimento da ofensiva rumo aos opulentos territórios do oriente. A missão deve seguir seu curso – argumenta o rei – apesar dos motivos em contrário, tendo em vista que ele teria herdado de seu antecessor régio não apenas um império, mas também a obrigação de mantê-lo e dilatá-lo. Recuar seria dar mostras de desconsideração para com a memória de Dom Henrique e de outros grandes vultos do passado heroico desse grande empreendimento naval. Portanto, dando crédito à versão do cronista, é um imaginário cavaleiresco que mais uma vez serve de estímulo para as políticas de Estado da expansão ultramarina lusitana (BARROS, [1552] 1982).

Duas outras cenas – também elas de forte impacto dramático e de apelo quase novelesco - da crônica de Barros também se constroem sobre matrizes mentais heróico-cavaleirescas. Elas se referem a dois momentos cruciais da operação marítima de conquista da Índia contornando o litoral africano. Decidido pela empresa, o rei Dom Manuel reúne seu estado-maior e demais membros da alta nobreza para lhes anunciar sua intenção de enviar uma expedição armada ao oriente e expor os motivos pelos quais decidiu lançar uma ofensiva sobre o inimigo. As razões se ligam ao serviço de Deus, ao acrescentamento do patrimônio imperial por ele herdado e – o que parece ser o mais importante – acrescentamento da honra individual dele e daqueles leais servos que combatem sob suas ordens. É o velho princípio heroico, tão presente nas epopeias antigas e nas narrativas de cavalaria: o de demanda incessante por honradez e reconhecimento público dos feitos praticados. Para o monarca nenhum outro empreendimento parecia mais conveniente como meio de obter proveitosa e honrosa glória que uma incursão ao subcontinente indiano para pilhar suas riquezas; O segundo momento liga-se ao Almirante Vasco da Gama. Findo o discurso do monarca uma nova cerimônia tem lugar, desta feita a partida do comandante da expedição. Por sua importância ela deve ser integralmente transcrita.

Acabado El-rei de propor estas palavras, Vasco da Gama e todas as notáveis pessoas lhe beijaram a mão: assi pela mercê que fazia a ele como ao reino, em mandar a este descobrimento continuado por tantos anos que já era feito herança dele.

Tomada a casa ao silêncio que tinha antes deste acto de gratificação, assentou-se Vasco da Gama em giolhos ante El rei, e foi trazida uma bandeira de seda com uma cruz no meio das da ordem da cavalaria de Cristo, de que El rei era governador e perpetuo administrador, a qual, estendendo o escrivão da puridade entre os braços em modo de menagem, disse Vasco da Gama em alta voz estas palavras: “Eu Vasco da Gama, que ora por mandado de vós, mui alto e poderoso rei, meu senhor, vou descobrir os mares e terras do oriente da Índia, juro em sinal desta cruz, em que ponho as mãos que por serviço de Deos e vosso, eu a ponho hasteada e não dobrada, ante a vista dos mouros, gentios, e de todo gênero de povo onde eu for, e que todos os perigos de água, de fogo e ferro, sempre guarde e defenda até a morte. E assim juro que na execução e obra desse descobrimento que vós, meu rei e senhor, me mandaes fazer, com toda fé, lealdade, vigia e diligência eu vos sirva guardando e cumprindo vosso regimento que para isso me forem dados, até tornar onde ora estou ante a presença de vossa real alteza, mediante a graça de Deos em cujo serviço me enviaes. (BARROS, [1552] 1982, p. 08).

O rei Dom Manuel e Vasco da Gama comportam-se em cena como personagens das narrativas de cavalaria. É das matrizes mentais do heroísmo cavaleiresco que eles se valem para travar contato com o mundo e interagir com a realidade. O diálogo travado entre os dois lembra em tudo as descrições da sagração do cavaleiro nas gestas medievais. É o herói que

parte para localidades distantes, situadas em pontos tão remotos que delas nem mesmo Ptolomeu ou Plínio tiveram conhecimento. O almirante português porta-se diante de seu suserano como vassalo que conhece os códigos de conduta dos guerreiros montados a cavalo. A regulamentação é rigorosamente seguida, ajoelha-se perante seu soberano e jura lealdade àquele a quem serve, a Deus e à sagrada ordem dos cavaleiros do templo de Salomão que em terras portuguesas adotou outra denominação. A bandeira da ordem de Cristo é o emblema da comunidade do qual ele é parte integrante e que o impulsiona em demanda de feitos gloriosos. A estrutura cênica que guarda elementos de dramaticidade é muito parecida com a da nomeação do cavaleiro após vigília de armas. Devidamente investido de suas funções heroicas, de posse de suas armas ofensivas e defensivas, pode ele, autorizado pelos poderes que o investiram dessa função a poucos reservada, partir em demanda do acrescentamento de sua honra. As motivações últimas do nauta lusitano e dos membros de seu corpo expedicionário são, portanto, o monarca, a divindade e a bandeira que ele jura solenemente jamais será dobrada frente ao inimigo e se manterá hasteada mesmo diante das mais severas investidas. Vasco da Gama e o rei Dom Manuel demonstram que a *Cavalaria do Mar* não poderia prescindir de uma rigorosa estrutura mítico-ritualística para anteceder suas ações aventurosas.

A campanha de tentativa de domínio do oriente que teve como prólogo o desembarque das tropas de Vasco da Gama em Calicute se prolongou pelas décadas da conquista de um continente hostil. Estrategicamente falando, as grandes linhas da incursão convergem para objetivos claramente definidos. Tendo como fonte informativa os relatos dos cronistas, dentre os quais João de Barros oferece uma narrativa circunstanciada, rica de pormenores que se encontram ausentes de um Castanheda ([1552] 1979), os monarcas da casa de Avis objetivavam uma operação de longo curso que se inseria dentro de um planejamento operacional mais dilatado. Para o narrador de *As Décadas* ([1552]1982), o prosseguimento de tão alto empreendimento não se dissociava dos ganhos anteriormente acumulados pelos predecessores régios. Devotadamente atados à mentalidade heroico-cavaleiresca que tinha como um de seus fundamentos mais antigos a estima pelas relações de descendência, os monarcas da casa Avis conduziam suas ações de política externa pelas vias de continuidade entre Ceuta e conquista e exploração da Guiné e a gesta asiática. No primeiro capítulo do quarto livro da obra já citada de João de Barros – aquele dedicado aos preparativos para partida da força expedicionária lusitana – a narrativa se centra sobre a escolha do Vasco da Gama para capitanear a frota que pretende incursionar por mares nunca dantes navegados e as considerações do rei Dom Manuel acerca do feito a ser realizado. A cena é habilmente construída em moldes quase ficcionais, o monarca escolhe o herói realizador do feito que

concederá engrandecimento individual ao seu praticante e coletivo para a comunidade da qual ele é parte integrante. Feita a escolha do capitão e de seus auxiliares imediatos – Paulo da Gama e Nicolau Coelho -, o narrador incide sua atenção sobre régias formulações discursivas que se seguem, e do que elas tratam é precisamente da doutrina de política externa do monarca português.

A fórmula que Camões tão bem traduziu em dilatação da Fé e do Império. Dom Manuel situa como fundamento último de sua concepção de relações diplomáticas a expansão patrimonial do reino, a submissão dos infiéis e a conseqüente conquista de glória advinda da realização de feitos de tão grande monta que colocaria seus realizadores em patamar idêntico ao alcançado por seus antecessores. É de preservação memorialística na crônica de Barros que foi escrita exatamente para guardar a memória da expansão. Algo muito próximo do imaginário das ações heroicas presente na epopeia clássica grega. A aspiração infinita à glória é compartilhada por gregos homéricos e pelos nautas portugueses da expansão imperial. E na mesma perspectiva do heroísmo clássico tão ao gosto das sagas épicas, o monarca estabelece uma indissociável ligação hereditária entre “os feitos gloriosos e victórias que houveram de seus inimigos [...] por ajuda de tão leais vassalos e cavaleiros” [e] “o glorioso cetro desta real casa herança de Portugal [...] de meus avós” (BARROS, [1552] 1982, p.05). O objetivo último, portanto, é o acúmulo de galardões e honrarias para os cavaleiros e para o organismo político que os autorizou a portar armas e delas fazerem uso.

A partir daqui a presente análise incidirá sua atenção mais especificamente sobre dois dos cronistas quinhentistas das coisas e feitos da Índia. Eles foram escolhidos por apresentarem relatos pormenorizados das operações de combate em mar e solo: Fernão Lopes de Castanheda ([1551], 1979) e Gaspar Correia ([1555] 1979). A opção metodológica aqui adotada não exclui a possibilidade de diálogo com outros representantes da crônica quinhentista portuguesa quando se isso fizer necessário para melhor elucidação de qualquer questão que exija um maior esclarecimento.

4.2 FERNÃO LOPES DE CASTANHEDA E A HISTÓRIA DA DESCOBERTA E CONQUISTA DA ÍNDIA PELOS PORTUGUESES

Sobre a vida do autor de *História da Descoberta e Conquista das Índias pelos Portugueses* incidem trevas quase impenetráveis. A partir do pouco que de sua biografia se encontra historicamente documentada pode-se facilmente afiançar que ele não pertenceu ao número dos aventureiros da estirpe de um Mendes Pinto: não foi da categoria dos andarilhos que perambularam por cidades, desertos e mares bravios continuamente travando contato com situações exóticas. Tampouco nosso cronista pode ser incluído entre aqueles tantos outros

náufragos, aventureiros, soldados e marinheiros que padeceram de fome e sede em demanda do enriquecimento fácil nas opulentas terras do Mito. "E a riqueza que lá trabalhey por alcãçar, foy saber muyto particularmente o que até aquele tempo fizerão os portugueses no descobrimento e conquista da Índia" (CASTANHEDA, ([1551], 1979 p. 04 grifo nosso). Era homem probo, diligentemente aplicado a uma tarefa que consumiu vinte anos de sua existência. Não sendo dotado da volúpia geográfica do autor de *A Peregrinação* ([1614] 1979), ou de um temperamento aventureiro que o talvez fizesse suspirar por desventuras em zonas onde se obteria fabulosas riquezas, restou-lhe apenas, conforme atesta documentação existente, ocupar cargos burocráticos relativamente modestos, dos quais aferiu magros rendimentos.

Fernão Lopes de Castanheda (1500-1559) foi filho de um magistrado português de mediana condição na corte de Dom Manuel I, o licenciado Lopo Fernandes de Castanheda. Dos fatos ligados ao seu percurso existencial cumpre destacarmos aqui um que nos interessa mais de perto. Em 1528 partem de Lisboa pai e filho, embarcados na frota do governador da Índia, Nuno da Cunha, rumo à sede do Estado português no continente oriental. Essa viagem marca o ponto mais importante da existência do escriba lusitano. Enquanto esteve lotado nas terras do império pode ele colher elementos para a confecção da obra que o imortalizaria. Como ele próprio deixa registrado nas páginas de sua narrativa, o período de pesquisa para elaboração dos livros consumiram toda uma década. Não é possível precisar qual a exata missão ou função por ele exercida enquanto lá esteve. Sabe-se que recebia um soldo mensal de três cruzados, quantia que, de acordo com o que escreve Lopes de Almeida no estudo introdutório da obra, era em muito superior a de um soldado comum. A partir do que é lícito supor que ocupasse algum posto burocrático ou administrativo.

Tendo permanecido por dez anos no centro dos acontecimentos que pretendia narrar, Fernão Lopes de Castanheda pode tomar contato direto com a realidade da guerra no Oriente. O cronista empunhou armas e fez uso delas em defesa dos interesses da casa de Avis em pelo menos um grande combate, o cerco de Diu, em 1531. Esse fato encontra-se registrado no próprio texto da narrativa por ele redigida. Curioso é observar que nesse cerco também tomou e dele nos deixou pormenorizado relato, outro cronista da Ásia, Gaspar Correia.

Lopes de Castanheda escreveu alguns prólogos antecedendo cada um dos oito livros que nos chegaram intactos. Neles constam algumas escassas referências autobiográficas e outras - infelizmente muito reduzidas - sobre o processo de pesquisa e de método empregado para confecção da obra. O primeiro desses prefácios é o que parece oferecer mais consistentes informações que nos permitem vislumbrar os processos empregados para produção da crônica e as concepções historiográficas que o animavam a conduzir a escrita. É possível a partir deles

deduzir qual seria o conceito histórico ou a concepção de história que o autor tinha em mente. Acerca desse ponto há um trecho que parece elucidativo. Castanheda discorre sobre o seu estilo narrativo de acentuada preocupação com a veracidade e com a verificação crítica de informações colhidas.

[...] Esta História [...] *a não soube em minha casa*, nem a mãey pregûtar por escripto aos que a sabião, porque me não respõdessem como sacertasse [...] mas que a fuy saber a Índia passando na viagê bravas e terriveis tormêtas: com que vi de perto a morte e sem esperanças da vida cõ trabalhos de grande fome e de muyto maior sede. E lá com mil perigos, em muy espantosas peleias de bõmbardadas e espingardas sem conto: e antrelas soube eu a verdade do que auia descreuer [...] e falo como esprementado" (CASTANHEDA, [1551], 1979, p.05 grifo nosso).

O cronista nos diz que a História que ele escreve “Não a soube em casa”. Observação que traduz uma concepção de narrativa historiográfica que não se contenta com simples reprodução acrítica de relatos recebidos de segunda mão provenientes de fontes acerca das quais pouco ou nada se sabe. Demonstra um interesse por relatos que resultem da experiência vivida ou cuja autenticidade possa ser verificada. O escriba quinhentista parece possuir traços de filiação e afinidade metodológica com uma tradição de narrativa de acontecimentos históricos mais próximos do factual que do lendário.

Castanheda faz uso de algumas fórmulas retóricas já muito conhecidas para introduzir sua narrativa. Inicia com o já tão batido “elogio da história”, ou, “história como mestra da vida”. *Topos* que Políbios ([Sec. III.a.C] 1985) em sua época já considerava como sem grande efeito, como se pode constatar nas primeiras linhas do primeiro livro de sua obra sobre as Guerras Púnicas. Mas apesar da reduzida capacidade de comoção sobre leitores, o cronista recorre à invocação inicial tão comum nos relatos histográficos da Antiguidade e tão desgastado. A justificativa para existência da obra é dupla: primeiro, ela serviria de ensinamento prático para os monarcas que nela encontrariam uma fonte de ensinamentos e de experiências. Conhecer os erros praticados pelos antigos para não incidir sobre eles novamente. A segunda – e aqui o Cronista retoma a velha fórmula de Heródoto ([Sec IV a.C] 1985) – seria de exaltação e preservação de um grande feito: a conquista da Índia pelos portugueses.

Reproduzindo uma prática muito comum em narrativas de guerra, Castanheda diz que a longa campanha militar que ele pretende narrar foi a mais portentosa já vista até então e que ele não encontraria paralelo nem mesmo nos feitos praticados pelos antigos. Recorde-se que a mesma fórmula retórica serve de introdução para os livros dos grandes historiadores da Antiguidade. O narrador de *História da Descoberta e Conquista da Índia pelos Portugueses*

justifica sua exaltação dos feitos lusitanos com a referência comparativa que faz entre as conquistas dos gregos e romanos e as dos seus compatriotas. Estes últimos teriam realizado uma travessia transoceânica para se apropriar das riquezas acumuladas por sociedades do Oriente. Uma expedição naval de uma complexidade logística sem paralelo até mesmo nas narrativas míticas da Antiguidade.

4.2.1 A doutrina militar naval e terrestre da expansão imperial portuguesa em *História da descoberta e conquista da Índia pelos portugueses*

O pensamento militar europeu da segunda metade do século XIX até o início das duas primeiras décadas da centúria seguinte resultou das reflexões de três soldados excepcionais: o imperador Napoleão e dois generais prussianos, integrantes do Estado-maior-geral: Helmuth Von Moltke e Karl Von Clausewitz. Da herança estratégica napoleônica os dois últimos extraíram os preceitos de batalha decisiva a ser executada por uma combinação de deslocamento rápido, concentração de poder ofensivo e combate (PARET, 2001). Entre 1860 e 1918 o objetivo supremo das construções estratégicas orbitou em torno de conceitos que eram dogmas: a ofensiva a qualquer custo; a velocidade; e o conceito de guerra total que objetivasse o aniquilamento decisivo das formações inimigas. Armas e táticas que se interligam num dado momento histórico disso resultando construções teóricas que buscam potencializar a eficácia do uso da força em situação real de combate. Embora reconhecendo que na renascença ainda não estavam presentes as necessárias condições históricas que permitissem a implementação de forças armadas com o nível de organização daquelas dos tempos posteriores à queda do imperador francês, é necessário colocar a seguinte questão na abertura da discussão que ora se inicia: qual a doutrina militar naval e terrestre das forças de combate portuguesa que lutou na Ásia durante a expansão imperial? Uma leitura atenta da crônica de Castanheda há de nos servir de guia nessa incursão.

Na tradição do ocidente o objetivo supremo de toda a ação militar é a execução de uma meta estratégica previamente definida em termos de um resultado político satisfatório. O instrumento por excelência dessa consecução é a formulação de princípios e métodos de uso da força através das quais se possa conduzir vantajosamente a guerra, ou seja, uma doutrina militar. Os planos de ação tática de qualquer empreendimento militar se subordinam a uma estratégia ampla que visa enfraquecer a determinação e a capacidade do inimigo em prosseguir lutando. Portanto, deve-se falar de uma prévia orientação para o melhor emprego de homens e armas em combate. As implicações dessa postura são amplas e variam ao sabor das circunstâncias históricas: se após retraírem para atrás de uma das margens do rio Marne (setembro de 1914) os alemães implementaram uma terceira linha de defesa de infantaria isso

representou uma mudança doutrinária significativa por renunciar ao sistema de defesa estacionária com uma única linha que por tantas décadas vigorou. (GEYER, 2000) A obstinada resistência à adoção de novos métodos foi vencido após constatação da ineficácia dos meios defensivos estacionários. A guerra requer necessariamente movimento e espaço para execução de manobras, em vista disso as especificações teóricas também devem acompanhar a movimentação das tropas em solo.

As operações de conquista militar portuguesa na Ásia comportou uma dupla dimensão naval e terrestre. A supremacia naval, a capacidade de carga de naus de transporte de suprimentos e o poder de fogo das grandes embarcações de combate permitiram o desenrolar das incursões ofensivas em solo que se constituíram no centro de gravidade da hegemonia lusitana no oriente. Atuando de forma conjugada uma arma pode fornecer cobertura às investidas realizada por sua congênera.

As grandes linhas da estratégia naval portuguesa da expansão imperial obedeceram a dois vetores principais: o primeiro traçado ao longo de 1415 a 1487 teve por mira a garantia de domínio sobre as rotas do atlântico, tendo como instrumento o controle de ilhas de importância estratégica e a presença militar num conjunto heterogêneo de praças-fortes situadas no norte da África; a segunda se estendeu de 1487 a 1509 caracterizou-se por objetivos de maior amplitude e incluíam a conquista de pontos de apoio para ações militares e comércio, o domínio dos estreitos e, notadamente, “ procura do combate naval, como meio direto para destruir o poder naval inimigo” (RIBEIRO, 2011, p.09). O terceiro período se estende de 1509 a 1550 apresentou como principais resultados, a política de domínio dos estreitos (de Adém, Socotorá. etc), a do abandono do combate naval em mar aberto como instrumento da imposição das metas da estratégia naval e o estabelecimento de uma sede de aprovisionamento logístico e estratégico em Goa. A estratégia de domínio dos mares asiáticos comportava também uma necessidade de presença efetiva em terra, controlando pontos fixos de defesa e de apoio de incursões terrestres.

Doutrina naval deve ser aqui entendida na mesma significação que lhe atribuiu o almirante Alfred T. Mahan (1840-1914), ou seja, como “formulação dos princípios e métodos pelos quais a guerra travada no mar pode ser conduzida vantajosamente” (CROW, 2001, p. 593). O controle do oceano, das principais rotas comerciais e a destruição do poder ofensivo inimigo são as suas grandes metas estratégicas. Busca-se, portanto, o domínio comercial por via da hegemonia sobre o poderio militar. A marinha de guerra lusitana, durante a expansão, adotou dois princípios táticos e estratégicos modernamente classificados como projeção de poder naval – litorâneo e com prolongamento sobre terras inimigas –, e negação de uso de mar. A estratégia, portanto, consistia na utilização de oceanos como imensos corredores de

tráfego por onde seria possível projetar o poder armado estatal sobre pontos vulneráveis do litoral inimigo com o fim de forçá-lo a aceitar os ditames comerciais, impostos pelos monarcas da dinastia da casa de Avís; conjugadas com essa ação ofensiva recorria, ainda, ao processo de dificultar ao inimigo o estabelecimento ou a exploração do controle de alguma área litorânea, ou seja, impedir o adversário de navegar livremente por zonas marítimas previamente definidas como pontos sensíveis, militarmente falando. Os portugueses não estavam interessados em anexar novos territórios, sua estratégia expansionista consistia em dominar o comércio de especiarias e as rotas marítimas que o possibilitavam. Na vastíssima área de mar oceano que se constitui no corpo do império português no oriente uma intrincada rede de entrepostos foi estabelecida. A estratégia naval consistia em trazer cativas as grandes zonas portuárias que permitissem a médio prazo o domínio do valioso comércio que transitava pelas vias aquáticas do Golfo Pérsico e oceano Índico. O Estado português na Índia elegeu como objetivo primário o da hegemonia sobre rotas oceânicas e daí adveio a consequente necessidade de segurança delas. O modo de contornar as capacidades defensivas do inimigo foi flanqueando com poderio marítimo as linhas terrestres e se assenhoreando do mar, o grande corredor de tráfego intercontinental, como a ele se referia séculos depois Franklin Roosevelt (SHERWOOD, 1998).

Estratégia naval é um componente teórico importante para se compreender a expansão imperial portuguesa por um viés militar. No continente africano predominaram as operações anfíbias – como a bem sucedida incursão de Ceuta. Na Ásia, contudo, a mentalidade marítima – imposta pelas circunstâncias específicas da campanha – vigorou. Carvalho (1988) retomando as ideias do célebre tratadista almirante Castex, estabelece que os estrategistas navais necessariamente devem buscar a consecução de duas metas vitais: o objetivo primário e os objetivos ulteriores. A ofensiva portuguesa nas Índias fez uso de ambas visando à consolidação das metas propostas pelos monarcas da casa de Avis. A finalidade primária nada mais é que a consolidação do senhorio do mar e da consequente negação de seu uso ao inimigo. Exemplo clássico disso – tantas vezes citado por Luís de Albuquerque, Godinho e Damião Peres – é o do domínio dos estreitos executado por Afonso de Albuquerque. Os objetivos ulteriores se relacionam com os desdobramentos resultantes do êxito inicialmente alcançado com uma hipotética vitória sobre a frota inimiga: exploração econômica, o domínio terrestre visando idênticos objetivos e neutralização definitiva do potencial ofensivo adversário por via da supressão de sua capacidade de deslocamento sobre o dorso do oceano. Dito em outros termos: manter o inimigo impotente e temporariamente incapacitado de interferir na realização de exploração sistemática de seus próprios recursos por parte da força invasora, no caso em questão a dos nautas lusitanos

O império marítimo português nas Índias teve no comércio o centro de suas ações. Diferentemente de outros que o precederam – e antecipando-se em suas formulações a outros que estavam por vir, como o holandês ou o britânico -, desdenhava das possessões territoriais de amplo espectro, limitando-se, conforme já assinalado no presente trabalho, a fincar cabeças-de-ponte estreitas, pouco profundas e, na maioria dos casos, destituídas de grandes recursos defensivos. A partir desses pontos fincados em áreas estratégicas dos imensos territórios sob controle do inimigo, a penetração rumo ao interior do continente avançava ou partia para pontos somente alcançados após vencidas vertiginosas distâncias oceânicas. As imensas longitudes não diminuían a cobiça ou a insaciável ânsia de glória dos nautas lusitanos. A presença militar não se limitou à ocupação de estreitas faixas litorâneas na Índia – embora seja necessário sublinhar que o interior para eles permaneceu indevassado -, tendo estendido suas operações para desembarques anfíbios em ilhas do Pacífico e áreas continentais. A China foi alvo de tentativas malsucedidas de penetração comercial apoiada por ofensiva militar; destino parecido teve a aventura nas ilhas japonesas que redundou numa missão religiosa de breve duração e na introdução de armas de fogo num contexto marcial nas quais elas eram inteiramente desconhecidas. Arquipélagos, considerados como centros produtores das cobiçadas especiarias foram explorados e, após acordos comerciais com os potentados locais, sediaram entrepostos lusitanos instalados com o fim de comerciar diretamente com os produtores primários de algumas das ambicionadas mercadorias. O império português era de uma vastidão geográfica talvez comparável apenas a dos Mongóis. Embora deva ser assinalado que entre ambos um abismo se estabelecia, enquanto este se viu desde sempre animado por uma mentalidade terrestre – abarcado possessões desde a China até a Europa – aquele era fundamentalmente dominado por uma mentalidade naval.

Em solo africano – primeira zona de desembarque de tropas e de atividade comercial – foram gestados os métodos que posteriormente conduziram a política externa imperial portuguesa no oriente. Da predominância inicial das feitorias, que concedeu uma feição muito própria ao empreendimento lusitano no continente negro, os planejadores estratégicos da casa de Avis passaram à adoção de métodos variados de projeção de poder intercontinental. Construções fortificadas em moldes de castelos que serviam de ponto de apoio para incursões comerciais ou predatórias foram erguidos nas faixas litorâneas das terras contratadas. A ocupação definitiva do solo e a conseqüente subjugação de seus defensores desempenhava papel de pouca relevância. As conquistas de grandes praças-fortes inimigas, nos moldes das operações militares henriquinas no Magreb não teriam lugar nas incursões do litoral da África oriental, embora tenha sido retomada no subcontinente indiano e em outras regiões do extremo oriente. Desta feita com finalidades estratégicas de natureza distinta, quase sempre

envolvendo o domínio de rotas marítimas por via do estrangulamento da navegação nos estreitos que ligavam as pontas de via de comércio entre grandes produtores de materiais cobiçados.

Dos capítulos que compõe o primeiro livro da crônica de Castanheda, cerca de vinte deles são dedicados aos momentos inaugurais da presença militar lusitana na Ásia. Discorrem sobre as quatro primeiras expedições e seus desdobramentos de combate. Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral comandaram essencialmente operações navais de transporte de tropas ou de fogo de cobertura de penetrações limitadas em solo sob controle do inimigo. O descobridor do caminho marítimo para as Índias não se envolveu em nenhum combate naval clássico ao estilo do enfrentamento direto de frotas que buscavam mútua aniquilação. A mesma observação é extensiva ao almirante Cabral. Via de regra, nessa fase inicial das operações, as grandes embarcações desempenham mera função de apoio, seja como veículo de transporte de uma infantaria embarcada, seja como instrumento de fornecimento de poder de fogo concentrado de cobertura para desembarques anfíbios em praias hostis onde se realizariam ações punitivas ou de imposição da vontade.

As missões mais usualmente desempenhadas pelas tropas de Gama ou de Cabral foram de dissuasão e de imposição do terror sobre a população civil. Ambos não conseguiram desempenhar a contento a missão que seria esperada de embaixadores de um reino que desejava firmar laços comerciais com os potentados locais. Da inabilidade na condução de negociações resultou incidentes variados e com consequências muitas parecidas. O resultado final foi a precoce abertura de hostilidades com os indianos de Calicut. A armada lusitana teve sua hegemonia contestada nos primeiros momentos de presença em mares asiáticos. Nenhum dos dois citados almirantes portugueses se deparou com uma contra-ofensiva naval que tentasse expulsá-los do litoral indiano. Dessa forma, a predominância nos 20 ou 30 capítulos do livro I é de uso da artilharia embarcada nos navios como fogo concentrado de cobertura de missões em solo. Por vezes veículos menores – denominados *batéis* –, armados com poder ofensivo de reduzido alcance – os assim chamados *Falcões* ou *Berços* –, dirigem-se para as praias hostis para realizar desembarque de tropas. Mesmo estes barcos de reduzida dimensão se enquadram dentro da mesma doutrina estratégica: eles se encontram subordinados ao poder terrestre. Funcionam como instrumento de penetração em solo inimigo e de lançamento de petardos de cobertura da infantaria ou destruição de formações defensivas inimigas encasteladas em sólidas linhas de defesa.

A quase totalidade das batalhas que se desenrolam durante a presença de Vasco da Gama ou de Cabral como porta vozes do poder imperial português obedeceu às diretivas acima expostas. Não foram necessariamente confrontos de vulto, embora o cronista

invariavelmente se refira a números de combatentes inimigos que giram em torno de milhares, obviamente deve-se enxergar neles intenções mais retóricas que de fidedignidade cartorial aos acontecimentos narrados. Predominaram os choques de baixa intensidade; pequenas expedições de infantaria embarcada lançada em território hostil para realizar uma incursão de repercussão tática restrita. Quase sempre eram penetrações de pouca monta sobre áreas de aldeamento onde se encastelaram formações inimigas ou que demonstraram intenções de se contrapor à presença dos *Francos* (termo que na crônica é usado pelos indianos para se referir aos portugueses) e às suas práticas comerciais. O saque das aldeias e sua destruição era secundada numa ação conjunta as belonaves estacionadas no litoral. O ponto inicial era o fogo concentrado prévio de artilharia lançado continuamente sobre posições de defesa passiva ou ativa; seguido de um canhonaço de intimidação, cuja função basilar era a de manter o inimigo imobilizado em suas posições enquanto o desembarque de tropas de assalto era efetivado; uma última função era bombardeio indiscriminado de manchas urbanas, aparentemente destituídas de função militar, com a declarada intenção de aterrorizar a população residente ou de castigá-la por supostos crimes de traição ou desobediência.

O poder naval isoladamente não pode ser tomado como causa necessária da exitosa presença militar na Ásia. E isso se deve a razões ligadas à própria natureza do poder naval. O seu objetivo supremo foi desde sempre o da destruição da armada flutuante inimiga e o consequente controle sobre o mar. O alvo de toda ação de guerra marítima se volta para o engajamento da armada inimiga visando incapacitá-la definitivamente num combate direto. Basicamente foi o que portugueses fizeram nos mares asiáticos entre 1500 e 1580. Durante as primeiras expedições de Gama e Cabral e no período imediatamente posterior, o dos Vice-reis da Índia, a função precípua da marinha imperial foi a de manter abertas as vias de transporte transoceânico, ao mesmo tempo em que se negava seu uso ao adversário. O controle sobre o litoral permite uma hegemonia tática em solo, elemento indispensável para uma força invasora anfíbia. Inexistindo esse controle torna-se impraticável a cobertura logística das tropas desembarcadas em praias hostis, comprometendo-se toda a operação. Nenhuma das batalhas narradas por Castanheda se deu sem coordenação entre forças de incursão e o canhonaço naval de poder arrasador. Da crônica de Castanheda afere-se que a arma naval fundeou junto aos litorais adjacentes às praias alvo de incursões e percorreu maiores distâncias, por vezes internando-se em mar alto para dar combate direto a frotas mobilizadas pelo inimigo para tentar expulsar os portugueses da rica zona de comércio oriental. Há registro nos dois volumes do texto de pelo três ou quatro combates de grandes proporções, sendo que dois deles tiveram o comando de Afonso de Albuquerque. Dessa forma, a marinha

manteve sua função acessória, cabendo ao corpo expedicionário terrestre a incumbência de agir como centro do dispositivo tático ofensivo.

Os impositivos galeões – arma de porte majestoso – que cruzaram os mares asiáticos e bombardearam posições inimigas em solo, não foram os únicos armamentos do arsenal da força militar invasora. É a ao corpo expedicionário de infantas que devemos atribuir à missão de ponta de lança da ofensiva imperialista no continente asiático. Sabe-se que cada novo governador geral nomeado para administrar o Estado português na Índia levava instruções escritas que deveriam regular a conduta de suas tropas em combate e definir prévias a serem executadas. Contudo, é preciso evidenciar que essa prática não se traduzia na elaboração de uma doutrina militar e muito menos numa clara definição de objetivos de amplitude geral. Atendo-se unicamente aos dois volumes da crônica de Castanheda não pode esquivar-se da impressão de uma ação de conquista marcada pela máxima improvisação. O leitor assiste ao desfilar quase contínuo de intermináveis campanhas ou de incursões isoladas que, aparentemente, apresentam-se como desligadas de uma ampla visão estratégica. Há desembarques demais em litorais inimigos, quase sempre seguidos de incursões predatórias interior a dentro. De uma vila saqueada passa-se a outra; daí para cidades fortificadas de nomes exóticos e localizadas em pontos tão equidistantes quanto a Índia ou o interior da ilha de Malaca. Ações de corso; saques a população civil; massacres de aldeias inteiras, inclusive dos não-combatentes; cercos à fortalezas de médio porte e batalhas campais ao estilo tradicional de luta em campo aberto. A que se subordinam esse conjunto disperso de operações?

A narrativa de Castanheda apresenta evidentes preocupações retóricas. Ao narrador interessa o efeito das imagens construídas em torno das descrições de acontecimentos épicos. A ele interessa primordialmente exaltar os feitos de armas praticados pelos portugueses no Oriente distante e rico. Disso deriva uma atenção periférica às causas do desdobrar dos acontecimentos. Muito pouco, quase nada, é dito sobre algo que se assemelhe a um planejamento pré-operacional das incursões. Os capítulos que as descrevem – que constituem a quase totalidade das duas mil páginas de crônica – quase que arremessam o leitor para dentro dos acontecimentos sem grandes esclarecimentos, salvo referências insuficientes que permitem tão somente compreender a realidade a nível tático, perdendo-se completamente qualquer possibilidade de relancear de olhos sobre a estratégia geral na qual aquela incursão isolada se insere.

A maioria das incursões ofensivas dos portugueses – há pouquíssimas batalhas que os mostram em situação de defesa tática; os cercos na crônica são raríssimos – se dá por motivos de imposição da vontade por via do terror ou de vinganças contra pequenos reinos,

povoações, ou formações políticas mais complexas, que se insurgiram contra a regulamentação comercial por eles imposta numa terra estrangeira. Batalhas de cerco e aniquilamento de grandes formações inimigas em solo inexistem.

Igualmente ausentes são os confrontos ao estilo de grandes choques de infantaria em terreno aberto pela posse de uma determinada área. A luta obedece a diretrizes estratégicas comerciais. Nenhum dos monarcas alvo das operações de combate da força invasora perdeu o senhorio sobre as vastas – ou pouca extensas, a depender de quem seja – porções territoriais por ele administrada. Anexação territorial não interessa aos incursores. Malaca não foi incorporada ao patrimônio imperial lusitano. A intenção ao atacá-la foi a de estabelecer soberania sobre um ponto decisivo para as rotas de comércio. Uma demonstração de poderio militar para obrigar os mandatários locais a aceitarem os ditames comerciais dos lusos. Erguer fortalezas ou pontos fortificados de defesa em solo sob controle do inimigo não implicava em intenções de ocupação definitiva da área invadida. A meta primordial, aquela pelo qual se batiam os soldados, era a de garantir a todo custo a manutenção de esquema comercial de larga escala que atuasse diretamente no controle das fontes produtoras das desejadas mercadorias.

Estando estabelecido que Castanheda apresenta grandes lacunas no que se refere aos desdobramentos estratégicos da campanha na Ásia, deve-se partir para sua contrapartida: as linhas táticas da luta e suas formulações de combate tal qual se apresentam nos dois volumes da crônica. Qual a doutrina militar terrestre dos portugueses que realizaram as quase inumeráveis operações ofensivas em solo asiático? Para esta questão o texto de *História da Descoberta e Conquista da Índia pelos Portugueses* apresenta farto material de pesquisa e rica descrição das situações de embate armado.

No primeiro volume que abrange os dez primeiros anos de presença militar portuguesa na Ásia predominam quase que exclusivamente descrições de luta intermeadas por curtíssimos interregnos de paz. As ações iniciais dos invasores prenderam-se ao uso do poderio armado da marinha sobre populações costeiras e a estes feitos o cronista dedica cerca de 50 capítulos, fazendo brevíssimas referências muito pouco circunstanciadas ao que se desenrolou em solo. A primeira narrativa de um desembarque em praia hostil acontece apenas no capítulo LVI. A importância dele também reside na primazia de representação por parte do narrador de uma visão tática da refrega em terra, longe da rotina de canhoneio naval.

A primeira operação em solo inimigo se deu como resultado de acordos diplomáticos bilaterais firmados com o grande aliado da primeira fase da presença portuguesa na Ásia: o rei da cidade de Cochim, na Índia. Para obter favores comerciais do aliado local e realizar demonstração de força militar indispensável à consecução dos objetivos visados, a

tropa invasora se compromete a dar combate a insurretos e declarados inimigos daqueles que apoiavam os lusitanos. A incursão inicial, aparentemente destituída de implicações estratégicas de longa duração, se deu em duas ilhas interligadas. O procedimento operacional se deu de forma concatenada, sendo realizado uma intervenção de limpeza em numa seguida da aniquilação dos que se encontravam na outra. Quais as concepções de luta pelos portugueses adotada nessa primeira incursão? Sobre este ponto iremos nos deter.

Castanheda foi homem de grandes ambições intelectuais, como facilmente se comprova a partir da leitura dos muitos prólogos de sua obra, quase todos eles de cunho confessional. Como cronista ele ambicionava ombrear-se com os modelos antigos de composição de narrativas históricas feitas em prosa acurada e heroica. Em termos estruturais, sua crônica retoma os modelos de organização narrativa de novelas de cavalaria medieval. Há uma sequência de feitos grandiosos que se estruturam em episódios que concedem realce aos feitos marciais deste ou daquele molde de elevação épico-cavaleiresca. A sucessão contínua de incidentes é quase novelesca. Embora bastante fragmentado, percebe-se no relato uma sistematização cronológica do material histórico em uma ordem sequencial. Portanto, o nosso cronista é o típico narrador de uma História Narrativa, aquela que se prende ao protagonismo individual e, por isso, nega aquilo que posteriormente seria denominado de História estrutural centrada no analítico menos que no descritivo (STONE, 2013). No volume I o destaque recai sobre Vasco da Gama, Pedro Alvares Cabral, Afonso de Albuquerque, Duarte Pacheco Pereira e o Marechal Coutinho. As grandes matrizes mentais que animam os conquistadores são aqueles do ideal cavaleiresco tão frequentemente encontrado no universo ficcional homérico ou medieval.

A primeira operação militar em terra descrita na crônica não foge a esse modelo. Somos informados que o comando dela recai sobre os ombros do governador Afonso de Albuquerque. A área-alvo é designada de modo vago como a uma ilha defronte de Cochim. A missão ofensiva obedeceu a procedimento operacional padrão que se repetirá na maioria das demais que se seguirão. Os grandes navios de combate e transporte de tropas, fundeados no litoral, fornecem apoio de fogo de cobertura que antecede o desembarque da primeira leva de incursões. Cessado o fogo de artilharia naval, a infantaria embarca em veículos flutuantes menores (os Batéis) armados com canhões de dimensão reduzida – os *Falcões*. Interessa-nos mais de perto os padrões de utilização do poder armado em solo. O desenho tático oferecido por Castanheda é claro e não deixa lacunas de monta. O posicionamento do inimigo acontece nas praias, na linha costeira junto mar. Uma precária estrutura é montada para tentar repelir o desembarque das forças oponentes no seu primeiro momento. Os indianos não parecem conceber a validade de um sistema de defesa em profundidade com dupla ou tripla linha de

defesa que se situasse no interior do continente. Contentam-se com o poder de choque inicial como instrumento de desbaratamento da ofensiva. Ou seja, apostam tudo num lance ofensivo único que capaz de lançar os adversários de volta ao mar. Os atacantes como procedem? De modo quase que idêntico. Ambos os adversários obedecem a convenções de guerra de sociedades tradicionais. Os dois lados envolvidos na contenda desdenham de instrumentos táticos com um mínimo de sofisticação, notadamente as de cunho defensivo. Os combatentes de Afonso de Albuquerque não exibem organização tática de espécie alguma: lançam-se com fúria sobre a formação adversária e facilmente a desorganizam, obrigando seus membros a recuarem em desordem para o interior onde são caçados e aniquilados sem piedade.

A segunda incursão acontece numa ilha adjacente denominada de Caravaipim. Este combate apresenta nuances táticas mais interessantes. O cronista em todas as descrições de batalha que fez infla os números em desfavor dos portugueses. O odiado inimigo invariavelmente possuía formações de combate calculado em milhares – sendo a maioria de flecheiros, com incidência muito pequena de espingardeiros –, enquanto que os heroicos invasores combatiam em desvantagem, com números comumente situados entre dezenas ou centenas. Nesse combate não foi diferente. Tendo posicionado uma sólida linha composta por 6 mil soldados, os indianos novamente teriam cometido o mesmo erro: defesa sem profundidade e sem reservas móveis de retaguarda. A mentalidade guerreira que os animava parecia depositar esperanças de êxito tão somente no choque brutal direto de combatentes de base. Um esquema defensivo dessa natureza não poderia se sustentar na era da artilharia naval. O poderio dos canhões dispersa o sólido paredão de guerreiros, o que permite o desembarque das tropas invasoras em solo. A partir deste ponto devemos conceder a palavra ao narrador:

[...] Pouco a pouco [os indianos] se forão recolhendo aos palmares. E ali com ho embaraço que as palmeiras fazião se defenderã hũ pedaço, & de pois fugirão sem nhua ordê & os nossos os seguirã. E indo no encaço ho condestabre de Francisco Dalbuquerque, que se chamaua Pero de Lares se achou fó côm três Naires que virarã a ele, & hũ deles lhe deu hũa frechada nos peitos: & por amor dhũ peito que q leuaua lhe ã fez nojo: & em o Naire deffechando, deffechou ele hũa efpingarda que leuaua de três tiros, & todos ceuados. & deu ao Nayre pelo peitos, & vazouho da outra parte & logo deffechou em hũ dos dous q ficauão & matouho: & nisto ho ferio ho terceyro cô gumia em hua perna. (CASTANHEDA, [1553] 1979, p. 119-120).

O sistema ofensivo dos invasores tinha na crença na impulsão ininterrupta seu grande dogma. Sistema de luta organizado com divisão de tarefas a serem executadas por grupos com autonomia relativa de combate é elemento alienígena ao pensamento militar português da expansão imperial na Ásia. Ao desembarcarem em solo, as forças de Alfonso de Albuquerque

dividem-se em colunas (que no texto de Castanheda são comumente denominadas de “Capitanias”), cada uma delas lideradas por um destacado cavaleiro, cujos nomes são postos em destaque na crônica. Os destacamentos, contudo, funcionam apenas como aríetes isolados para romper as linhas do inimigo. Os líderes não parecem comunicar-se entre si tendo por mira a execução de um planejamento tático prévio. A batalha de aniquilação não é seu objetivo principal, nem poderia sê-lo dado que a disposição das tropas e seus meios de utilização impediriam isso. A flexibilidade aparente esconde um acentuado princípio de absoluta desorganização. Não há alas ou centro convergindo sistematicamente para o alvo. O trecho citado é claro: ao pisarem as botas em solo, os grupamentos (ou capitánias) convergem furiosamente (com a fúria cega de Aquiles) para romper as linhas de defesa do adversário. O narrador oferece umas poucas perspectivas diretas de combate presentes nos dois volumes da crônica, a cena de perseguição do condestável de Afonso de Albuquerque, Pero de Lares. A caçada aos inimigos em fuga traduz de forma efetiva um dos traços da mentalidade guerreira lusitana: a demanda por honra que se obtém na realização de um feito glorioso de armas. Portanto, uma concepção de luta que tem no ato solitário de cada infante o epicentro de seu dispositivo tático.

Alcançada a vitória, saqueado o povoado, destruída sua infraestrutura, incendiada todas as povoações e mortos seus habitantes – combatentes e não-combatentes –, a culminância do espetáculo cênico é a cena final que há se repetir em muitas outras batalhas travadas em pontos distantes da Ásia: a cerimônia de sagração cavaleiresca. Resultado aguardado por muitos dos participantes que concebiam como recompensa o título de cavaleiro e as honrarias daí decorrentes.

Cabem aqui algumas palavras complementares sobre o sistema de luta centrada no imaginário cavaleiresco. Armas e táticas encontram-se interligadas para execução de metas militares. Castanheda não se detém longamente sobre esse tema em nenhum dos capítulos da crônica. O leitor tem acesso a referências indiretas que permitem visualizar um quadro impreciso. O arsenal tem nos canhões embarcados em belonaves de combate seu máximo poder de poder. A artilharia encontra-se instalada na parte média dos navios, contrariando ao princípio adotado pelos Mouros de coloca-los sobre a cobertura das embarcações. A prática adotada pelos portugueses permite uma vantagem indiscutível sobre o inimigo, conforme já assinalado por muitos. Do apoio de retaguarda dos petardos também depende o avanço da infantaria em solo. É duvidoso que o sistema ofensivo de desembarque anfíbio alcançasse as metas estabelecidas estando desprovido dessa cobertura.

Políbios ([Sec. III.a.C] 1985) na sua *História* dedica um número significativo de capítulos ao sistema de treinamento, disposição tática e armas das legiões que combateram

nas guerras púnicas. Lamentavelmente, Castanheda despreza o modelo do historiador grego. O que podemos deduzir sobre os instrumentos de luta dos nautas portugueses resulta de informações dispersas cuidadosamente recolhidas de referências esparsas. Não é muito e é inconclusivo. Precioso seria para historiadores militares se o cronista identificasse com clareza métodos de combate, armas e desdobramentos táticos no campo de luta. Esses temas parecem interessa-lo muito pouco. Limita-se a reconstituir o que considera feitos grandiosos da armada lusitana no Oriente Rico.

Concretamente, em termos de armamento defensivo e ofensivo, a grande disparidade técnica estava no poder dos canhões embarcados e naqueles de porte mais reduzido, utilizados em ações táticas em solo. Desproporção tático-estratégica não havia, pois que ambos os lados envolvidos concebiam a guerra em termos de uma mentalidade de sociedades tradicionais. Ou seja, respeitavam as mesmas regras de jogo. Do equipamento individual de cada lutador também há incertezas, predominam as imprecisões. Em pouquíssimos momentos da crônica (não ultrapassam a meia dúzia nos dois volumes) fala-se de *Ordenanças* quando da realização de um desembarque em praia hostil. A questão a ser posta é: como isso deve ser interpretado? Seriam ordenanças ao estilo dos exércitos europeus que se modernizavam? Não está claro no texto. Ao longo do desenrolar da sequência da batalha descrita não é possível determinar se essa suposta fração da tropa exerce ou não função autônoma de combate. Seriam combatentes de elite? Portadores de armamento pesado que se agindo em conjunto apoiassem o avanço dos fidalgos que lutavam investindo impetuosamente? Ou seria apenas um termo sinônimo de “capitania” que, como já sabemos, designa apenas um destacamento? O texto não oferece possibilidade de resposta conclusiva. Os poucos capítulos que mencionam essa terminologia não explicitam se essa fração da tropa atuava em retaguarda, nos flancos ou como ponta-de-lança, esta última possibilidade seria por si só improvável, dado que ela anularia o dispositivo tático cavaleiresco.

Acerca do equipamento individual ofensivo do combatente de base parece haver um quadro relativamente bem definido. Os fidalgos, via de regra, fazem uso de instrumentos de matar à curta distância, espadas, lanças e instrumentos de metal cortante de tamanho reduzido. Há armas de fogo, está claro no texto a presença constante e decisiva de espingardeiros. Como lutam exatamente? Como cobertura de retaguarda? Posicionados nas alas? Como linha de defesa fixa posicionada para dar sustentação de uma doutrina centrada em fogo e movimento? Não é possível determinar com exatidão. É facilmente deduzível que seu papel era acessório e o número de seus integrantes claramente reduzido quando comparado ao da infantaria dita “cavaleiresca”. Contudo, cabe assinalar uma exceção relevante: no trecho de Castanheda acima citado um fidalgo porta uma espingarda e dela faz uso numa perseguição ao inimigo.

Trata-se de um acontecimento incomum. Não há outras referências similares a esta na narrativa do cronista. Do equipamento defensivo individual pouco se sabe. O narrador não descreve o vestuário de combate ou menciona informações sobre vestimentas de defesa. O que não quer dizer que estejam ausentes da doutrina militar portuguesa e não integrem o aparato de combate da tropa.

A força invasora que percorre as páginas de Castanheda adota uma forma de guerra altamente móvel – embora desapeada -, não formam linhas de defesa ou ataque; investem pra frente como se deslizassem sobre um gigantesco plano inclinado; tampouco parecem crer na validade de manutenção de reservas para preencher claros resultantes de um ataque inimigo. A infantaria portuguesa descrita na crônica de Castanheda não ocupa terreno, limita-se a desbaratar o dispositivo adversário e seguir em frente em perseguição dos sobreviventes e objetivando a destruição pelas chamas de seus sítios urbanos. É um padrão de guerra à árabe: de correrias, assaltos móveis acentuada desordem tática se conclui com perseguição seguida de recuo para o ponto de partida.

A disciplina, componente essencial dos exércitos gregos e romanos, é acessório de escasso valor nessa concepção de luta. As armas de fogo portáteis em mãos dos combatentes – ao que tudo parece indicar - não usadas de forma organizada. Fogo que poderia ser sistematicamente utilizado como cobertura de movimento ou para enfraquecer previamente a linha inimiga é aleatoriamente direcionado. Os combatentes não parecem utilizá-lo de modo sistemático, talvez por limitações de uma doutrina de combate que privilegia o individual. Obviamente, fogo e movimento ou homens e fogo combinados exigem rigoroso treinamento de uso para sua utilização. Instrução e adestramento, por sua vez, requerem unidades pequenas com autonomia, capazes de desdobrar-se sob comando de oficiais experientes e disciplinados, estando todos dispostos a executar uma manobra previamente definida. Os guerreiros de Castanheda não executam um movimento sequer que disso se aproxime. O mais próximo daquilo que poderíamos denominar de “corpo de oficiais” seriam os fidalgos que invariavelmente assumem a ponta de lança do destacamento ofensivo. Em ação eles comandam mais pelo exemplo impetuoso que propriamente pela autoridade delegada por um comandante superior. Em alguns poucos momentos o cronista fala de uma espécie de conselho de guerra que antecede uma dada ofensiva. Os líderes da expedição, tendo Afonso de Albuquerque à frente deliberam sobre o desenho tático-ofensivo a ser executado. Este é invariavelmente de uma patente simplicidade: dividir a força invasora em colunas autônomas a serem lançadas sobre as linhas inimigas ou sobre as cidades alvo das incursões. Ainda acerca dos métodos ofensivos dos guerreiros da conquista imperial portuguesa, Castanheda oferece exemplos ilustrativos que asseveram o que até aqui foi posto.

[...] E chegando [os portugueses] a tiro de berço [canhão de tamanho pequeno] de terra defparam fua artelharia, cô que fizeram defpejar a praya aos immigos, & recolherfe aos palmars: ali efperarão Francisco Dalbuquerque: que defêbarcando cô os noffos, os foy cometer, indo Nicolao Coelho na dianteyra, q logo cô os feus deu nos imigos, & após eles outros capitães. E neste primeyro encontro forão feridos algûs dos noffos, de frechadas q os imigos tiravão detrás das palmyras, cô q se emparauão: pelo que vendo os portugufes q lhe n podião por diante fazer nnhû nojo, cometeranos de traues, tiradolhe cô as bestas, & espingardas, & derribando alguns q os fizeraão fugir para ho lugar até onde foram feguindo. [...] E fendo o dia bem claro, paffou pela boca dâa enfeada, onde estalão frecheiros fem conto, q lhe tirarão com fuas frechas, & se os bateis não foram apadeffados receberão os nossos muyto dano, porque o rio he eftreyto. [...] E vendo Duarte Pacheco q eles poderia fazer mal, deixou hû um dos capitães em goarda do tone [...] & os fizeraão tanto retirar q aos noffos lhes ficou lugar para pojarem em terra sem perigo. E como os mais leuauão espingardas e bestas foram dar fanstiago neles. (CASTANHEDA, [1545] 1979, p. 121-125).

Da citação acima merece ser sublinhada a última frase: *e foram dar Santiago neles*. Ela é uma das mais recorrentes no texto da crônica nos textos que se referem ao desenvolvimento tático dos combates. O exército português – conforme já assinalado – renega o princípio organizacional de luta em linhas sucessivas que se apoiam no avanço e nos recuos. O ímpeto guerreiro os define em termos de conceituação tática. A perfeita personificação disto é o grito que os combatentes lusitanos utilizam desde Ceuta: por Portugal, por Santiago. Que nas crônicas recebe a denominação de “dar Santiago neles”, ou seja, proferir o grito de guerra que funciona como força aglutinadora dos combatentes e fazê-los marchar para frente, visando destroçar o inimigo o poder do vigor individual e a selvageria de luta de cada infante. Desde o relato de Zurara sobre as operações portuguesas em solo africano, em 1415, temos a mesma representação. Dom Henrique e seus soldados arrojaram-se sobre a cidadela magrebina em três colunas móveis e que se apoiavam de forma precária. Castanheda nos afiança que quase cem anos transcorridos, por volta de 1503, os métodos de luta não sofreram mudanças significativas, permanecendo em sua essência uma guerra de cavaleiros desmontados. Uma infantaria transportada por sobre o dorso do oceano para combater em pontos distantes de sua base de operações, portanto, uma *Cavalaria do Mar*.

As batalhas descritas no volume acontecem num período de tempo compreendido entre 1500 e 1515. Recorde-se que a conquista espanhola do México acontece a partir de 1519. Quase concomitante aos acontecimentos em Ásia. Próximas no tempo e tão distantes nas concepções de luta e de organização militar. A crônica de Hernán Cortez descreve ações de combate de um exército organizado em *Ordenanças*. Disciplinado, comandado por oficiais e agindo sob os ditames das táticas de ordem unida, ele faz uso de uma relação entre fogo-

homens e movimento. Métodos como o de *dar Santiago neles* pareceriam não somente ineficazes como despropositados para uma força armada que confia na ação coletiva como meio mais adequado de dobrar a resistência inimiga.

Na guerra moderna, como nos ensinam as preleções do marechal Ferdinand Foch, fogo é o argumento supremo (HOWARD, 2003). Os novos desenvolvimentos da tecnologia bélica quinhentista favoreciam ataque em detrimento da defesa, desde que aquele fosse corretamente empregado. E *emprego correto* deve ser compreendido como disparos disciplinados direcionados com cadência de tiro para um ponto pré-determinado. Obviamente, o alcance, o calibre e a precisão dessas armas eram de alcance muito limitado e, por isso, reclamavam um uso coletivo de disparos para obter o esperado efeito de ruptura nas linhas inimigas. A efetiva letalidade dos armamentos impulsionados por explosão da pólvora era indissociável da instrução dos combatentes de base. E nesse ponto parece residir a grande celeuma para o pensamento militar português da expansão imperial. A indisciplina resultava de uma mentalidade heroica que aspirava conquistas individuais intermináveis.

Os métodos cavalheirescos de combate possuíam uma outra desvantagem evidente por si só: a limitada capacidade de causar danos aos inimigos. Na obra de Clausewitz encontramos um de seus aforismos mais conhecidos: “o fato de a guerra ser uma carnificina horrorosa [...] [não nos deve] proporcionar uma desculpa para que nossas espadas percam o corte em nome da humanidade (2010, [1832] p. 345). Os portugueses conseguiam ser tão ou mais cruéis que seus inimigos quando em ação de luta, portanto, não é de cavalheirismo que aqui se refere, mas, sim, de interdições que delimitam o alcance efetivo da capacidade de combate.

Uma força armada que avança e recua como uma massa coordenada obtém maior segurança entre os pares. Os grandes efetivos coordenadamente empregados podem sobrepujar a linha de defesa inimiga, notadamente se contarem com apoio e cobertura de artilharia de retaguarda. Contudo, as tropas de Afonso de Albuquerque, contrariando ao que nos dias de então era concebido como a ação mais indicada, exaltavam uma postura que modernamente foi denominada de valorização do “fator moral”. Da leitura de Castanheda facilmente deduz-se que os portugueses não concebiam o poder de fogo como instrumento decisivo. Depositavam suas grandes esperanças sobre a preponderância de fatores morais sobre elementos materiais. Indiretamente isso significa uma crença cega no poder decisivo da ofensiva. E talvez não seja simples coincidência a quase ausência de grandes manobras de defesa dos lusitanos. Se excetuarmos as poucas e raras situações de sítio, nas quais os invasores se viram assediados em seus pontos fixos de defesa por uma numerosa tropa inimiga, inexistente referência a um cerco clássico de grandes formações de infantaria lutando

em campo aberto. Há na crônica registros de recuos táticos ou desordenadas debandadas – ver capítulos LVII; LIX, Livro I – mas sem que haja propriamente uma situação de bloqueio seguido de aniquilação. Mobilidade absoluta, ausência de sucessivas linhas de defesa e de ataque – toda ofensiva era concêntrica e única: falhando a investida restava o recuo – eram princípios organizacionais rigorosamente adotados pela mentalidade militar que combateu pela edificação do Estado português da Índia.

O coronel Ardant Du Picq (2000) no seu conhecido estudo sobre infantaria e poder de fogo diz que não se deve negligenciar a *ação destrutiva antes do poder moral*. A mentalidade heroica que concedia uma moldura ao pensamento tático lusitano caminhava em direção diametralmente oposta. Os advogados dessa estratégia empregavam poder material destrutivo apenas para “amaciar o terreno” – e quase sempre com resultados insatisfatórios – para a infantaria. Não havia algo que se aproximasse daquilo que modernamente se denomina de flexibilidade inerente entre armas, ou seja, uma concepção de artilharia e infantaria como co-iguais e independentes que prestam auxílio mútuo, sem estarem necessariamente numa relação de subordinação. Numa vigorosa ação coordenada artilharia deveria fornecer duas formas de apoio básicas: supremacia sobre o poder de fogo inimigo – quando este existir de forma atuante -; isolamento do campo de batalha pela negação do uso de área ao inimigo; apoio de fogo aproximado por via do lançamento de petardos diretamente sobre a formação de infantaria adversários. Quando de um desembarque em praias hostis na Ásia os invasores que pisavam em terra contavam basicamente com a franca destruição do sistema defensivo do oponente sem fazer uso de manobras de envolvimento complexo, de flanqueamento ou infiltração para promover desordem e conseqüente aniquilação subsequente. O êxito é comumente por eles obtido pela ruptura da linha principal, seguida de penetrações profundas até as zonas de retaguarda. A vitória repousa sobre velocidade e força impetuosa diligentemente empregados como instrumento de desagregação.

Deve ser sublinhado que uma concepção de luta dessa natureza para obtenção dos fins e metas almejados requer dois adversários que combatam de forma similar. Uma infantaria bem posicionada com uma linha de defesa de escalonada e com apoio de artilharia facilmente rechaçaria investidas dessa natureza. As táticas em uso pelos defensores das áreas alvo das incursões portuguesas contribuíram para a vitória do inimigo e do seu próprio declínio militar.

A mentalidade cavaleiresca responsável pela anti-doutrina militar que encontra no brado de Santiago sua representação mais expressiva, possuía um conjunto de valores e motivações muito particulares. Uma força expedicionária como a que o reino português despachou ao Oriente provavelmente era composta de homens de variados interesses e motivações. Como em qualquer exército antigo ou moderno, seus quadros de base abrigavam

grupos sociais que não compartilhavam da crença na validade da estrutura ideológica apregoada pelos líderes, mas apesar disso executavam os ditames de combate por eles definidos. Não parece lícito crer que o grosso da infantaria lusitana estivesse disposta a combater em nome do conjunto de recompensas imateriais apregoado pelos discursos de alguns dos principais protagonistas da crônica de Castanheda.

Há ao menos três momentos nos quais os heróis tomam a palavra (como nas assembleias dos guerreiros de Homero ou em Tucídides) para proferir longas arengas sobre as motivações coletivas do empreendimento militar português no Oriente. Destes, dois mostram-se merecedores de um olhar mais detido por serem reveladores dos componentes ideológicos da mentalidade cavaleiresca.

Quase toda a crônica é preenchida por narrativas de batalha. Algumas avançam por três ou quatro capítulos. Outras se inserem numa campanha de maior repercussão e espectro mais abrangente e, por isso, ocupam pelo menos uma dúzia de páginas. Os raros intervalos de paz são preenchidos com informações sobre desdobramentos de negociações diplomáticas com fins comerciais ou com narrativas sobre o deslocamento do governador da Índia portuguesa e seu séquito por diferentes áreas do império marítimo. Dos inúmeros combates uns são de curtíssima duração – nada mais que *raides* -, outros são ataques a fortificações que se prolongam por um espaço relativamente dilatado de tempo; outros – os mais comumente encontrados – são ações de guerra anfíbia contra posições de defesa situadas no interior das ilhas-alvo das operações de desembarque. Há pouquíssima variação tática, vigorando um princípio uniformizado de ação que independe do potencial ofensivo inimigo.

Apesar da ausência de variantes tático-estratégicas, algumas das batalhas foram antecedidas de por um conselho de guerra que teve por mira teorizar sobre as linhas do dispositivo tático e sobre as razões últimas do empreendimento militar transoceânico que mobilizou tantos homens e os fez abandonarem seus lares para combaterem sob um céu distante.

A primeira dessas duas batalhas alvo da análise a ser aqui efetuada se insere dentro de um contexto tático de amplitude maior, uma série de escaramuças com desdobramentos em batalhas prolongadas. O título genérico e abrangente utilizado por Castanheda para designar esse conjunto disperso de ações é Batalha do Passo de Cambalão. A luta se estende do capítulo LXVI ao LXXV, abrangendo diferentes espaços geográficos nos quais os embates tiveram palco. A razão da disputa se prende ao mote narrativo do primeiro volume da crônica de Castanheda: o embate prolongado com o Samorim de Calicut e suas forças militares. O cronista, sendo fiel aos modelos narrativos da tradição das novelas de cavalaria, elege um inimigo da presença lusitana na Índia. Este adversário, o mesmo que recepcionou a chegada

de Vasco da Gama, consome mais metade do primeiro volume em ardis, tramas e planos ofensivos para expulsarem os invasores europeus.

A batalha pela posse do Passo de Cambalão é narrado em termos de grandiosidade épico-militar. Notando-se nela e no episódio central – o cerco de uma força numericamente inferior em um vale estreito - ecos da morte de Rolando e do lendário ataque aos 300 espartanos que defendiam um ponto indefensável. Duarte Pacheco é o seu protagonista, tal qual novo duque Rolando no desfiladeiro de Roncesvales, seu porte avantajado domina todo o conjunto de cenas. O vemos em toda parte, ora animando as tropas com seu exemplo de coragem sob fogo, ora sendo o guia da estratégia ofensiva. Há cenas de um *pathos* romanesco: o rei de Cochim – aliado dos portugueses – verte lágrimas de agradecimento ao tomar conhecimento da decisão de Pacheco em defender o monarca e seus súditos das forças do Samorim. O fidalgo português, por seu turno, mostra-se marcial e heroico, como convém a uma cena novelesca dessa natureza.

Da batalha em si e de seus desdobramentos táticos não há muito a dizer. Uma confusão de escaramuças desordenadas que comportaram embates em terra e no mar. Taticamente falando esta batalha não apresenta qualquer mudança em relação ao que já foi assinalado como sendo o dispositivo de combate lusitano. As forças ofensivas são divididas em colunas autônomas e lançadas sobre a linha inimiga fazendo dos já tão conhecidas correrias, investidas impetuosas e vigorosas ações que atestam a crença no fator moral. A artilharia desempenha o papel para nós já tão familiar, o de mera cobertura de avanço em terra. Do dar Santiago neles é de que basicamente se valem os comandantes em solo da ofensiva no Passo de Cambalão. Acrescente-se ao que foi dito anteriormente a mobilidade tática da força incursora portuguesa. Mantendo uma inconstância geográfica no front, os invasores se deslocam de um ponto a outro da imensa linha de ações de luta. Servindo-se de uma rede de canais fluviais deslocam-se em veículos flutuantes de pequeno porte e irrompem sobre pontos desguarnecidos da retaguarda inimiga, saqueando, incendiando e destruindo aldeamentos de aliados do adversário.

O ponto culminante da ofensiva – e epicentro da construção dramática das cenas novelescas – acontece nos capítulos LXXIII e LXXIV, livro I. Estando os portugueses inferiorizados numericamente e combatendo numa região que os desfavorecia do ponto de vista da defesa do terreno, conseguem realizar um brilhante feito de armas – na versão de Castanheda – que os fazem se emparelhar com os gregos que lutaram a pé em Maratona e repeliram o inimigo em circunstâncias parecidas. As cenas que desse episódio militar nos deixou Heródoto são bastante conhecidas do público que se interessa por história militar. Não

é de todo improvável que o cronista também conhecesse essa tradição heroica e dela estivesse se valendo para construção de sua versão dos acontecimentos.

Nesta etapa da discussão interessa menos o desenrolar da batalha que as matrizes ideológicas que concedem ao desenrolar das ações táticas de luta. Castanheda não é Tucídides, o cronista não retoma a conhecida prática do historiador grego de colocar na boca de seus personagens longas passagens discursivas que embora sejam peças retóricas de valor, são de validade histórica duvidosa. Na crônica os discursos das personagens são raros, mas significativos. Um deles teve lugar durante o desenrolar das primeiras da longa batalha pela posse do Passo de Cambalão. O estilo é retórico e pomposamente épico. Lembra as longas arengas e o estilo elevado das falas das novelas de cavalaria, das quais extraiu sua inspiração. É uma exortação prévia ao combate – uma espécie de ordem do dia – e uma exaltação das virtudes coletivas da força militar invasora. Uma tentativa, portanto, de animar o espírito dos empreendedores da conquista.

Os momentos imediatamente antecedentes à exortação retórico-discursiva se desenrolam na mesma atmosfera de drama épico-militar. Constatada a incontestável superioridade das forças do inimigo e a escassez de recursos defensivos dos portugueses, os membros da expedição e os aliados indianos, vassallos do Rei de Cochim, trocam entre si referências elogiosas ao destemor mútuo. Aos autoelogios sucedem as exortações chorosas, prantos e lamentos pelo temido fracasso e aniquilamento dos defensores. Discursos de coragem e de condenação para com o odiado inimigo, o Samorim de Calicut. Nesse clima sóbrio que precede uma grande batalha de resultado incerto, Duarte Pacheco Pereira toma a palavra e dirige a todos os presentes as seguintes “palavras aladas” (para usar uma das expressões dos personagens da *Ilíada*:

[...] Senhores & amigos meus o prazer & contentamento q vejo em vos tenho por muyto certo pronofitico da grandffima mercê que noffo fenhora auera por feu ferviço de nos fazer oje, & creo verdadeiramente q afim como nos dá oufadia, pera q fenso tão poucos oufemos defperar a tantos milhares de gente como fam noffos imigos: que affi nos há de dar efforço pera lhe refistirmos: & que quer que oje fazer tamanho milagre como efte fera, pera q feja conhecido feu poder: & fua fanta fé exaltada & da fua parte vos peço que afim creais, porque fem iffo ainda q nos fofemos tantos como os imigos, & e eles tantos como nos: todas as noffas forças não feriam nada pera os vencer, & fendo como digo toda a multidão dos imigos vos parecera muyto pouca pera os vecerdes, & eles vos julgarão pelo dobro do que ele fam para vos temer.[..] Para tanto lembreuos q coefta confiança aueis de pelejar pera vos nofso senhor fazer tamanha mercê como fera daruos vitória com honrra fobre todos os portuguefes: e fama entre eftrajeiros,& merecimentos diante del Rey noffo fenhora faze tamanha mercê co q fufenteif voffas vidas. (CASTANHEDA, [1545] 1979, p.144-145).

Provavelmente foi Hans Delbruck o primeiro a apontar que a supremacia militar romana deve-se diretamente aos movimentos flexíveis, articulados resultantes da perfeita organização tática de suas forças. Ao que tudo indica, foi também o historiador militar alemão o primeiro a assinalar que havia uma ligação estreita entre a evolução da infantaria hoplita grega e as táticas romanas. E que ambas encontraram na renascença europeia um período propício para seu desenvolvimento. (CRAIG, 2000). O discurso atribuído por Castanheda a Duarte Pacheco Pereira se subordina a uma mentalidade de luta que passo ao largo das ideias de Delbruck. O pensamento ofensivo dos guerreiros portugueses ali expresso antecede e nega a validade do sistema de organização greco-romano. São homens que se alimentam de um ideal de elevação e grandiosidade. Há um senso de grandeza que transparece até mesmo nas falas que uns dirigem aos outros na crônica. Nas novelas de cavalaria mesmo os inimigos não iniciam uma luta renhida sem antes direcionarem mutuamente termos que traduzem reverência. Nas novelas de cavalaria portuguesas quinhentistas os vilões referem-se aos cavaleiros utilizando formas de tratamento estilizadas, quase sempre marcadas pelo uso da expressão “Senhor Dom Cavaleiro”. Todos se reconhecem como membros de uma corporação de elite: a de portadores legais de armas, o que os coloca no interior de uma confraria de eleitos, distantes da realidade dos homens desarmados.

De acordo com o que diz Duarte Pacheco personagem de Castanheda, os portugueses combatem por acrescentamento da honra individual e renome coletivo, por Deus, pela Fé e pelo Rei a quem prestam vassalagem e quem devem prestar contas dos feitos marciais praticados. A mentalidade heroica invariavelmente associa a prestação de serviços ao engrandecimento particular do indivíduo. O herói é aquele nasceu para servir, colocar seu braço e suas armas à serviço de uma dada comunidade que o abriga ou à serviço de um conjunto de ideais que ele jura defender ao custo de sua própria existência terrena. Se Dante, no meio caminho de sua vida, se depara com uma selva escura e se vê obrigado – por insistência de seu guia, Virgílio- a empreender uma viagem iniciática pelos subterrâneos, ele assim age por necessidade de revigoramento interior de seu Eu, mas também para servir a Beatriz, espécie de arquétipo de *Grande Mãe*. O duque de Rolando deixado propositadamente para trás, atrasando o avanço inimigo e permitindo – a custo de sua morte e daqueles que o acompanhavam – que o Rei e os demais se salvassem. Coincidentemente ou não, a batalha do Passo de Combalão guarda evidentes semelhanças com o feito lendário de Rolando. As circunstâncias de combate são parecidas. E o papel dado a Pacheco Pereira é o de um novo duque heroico retendo uma vigorosa investida de tropas inimigas dotadas de um poder ofensivo em tudo superior. Com a clara diferença a ser assinalada: o desenlace final mostrou-se favorável aos heróis portugueses, como se espera de um relato bélico-literário.

Há uma segunda circunstância discursiva situada num outro momento da ofensiva lusitana no Oriente. Desta feita as operações militares encontram-se sob o mando de Dom Francisco de Almeida, Vice-rei do Estado português da Índia, nomeado em substituição a Afonso de Albuquerque. Às vésperas de um renhido combate urbano, um conselho de guerra é reunido. Deliberam os oficiais e coordenadores da campanha sobre as linhas gerais do cerco a ser empreendido. A autoridade máxima em campanha estabelece os objetivos prévios a serem alcançados e a seguir sustenta sua crença inabalável na vitória ao dizer que: “Falouos como homem que fou de cincoenta anos dos quaes os quynze gastey na guerra” (Castanheda [1551] 1979, p. 219). O principal incentivo que apresenta para os componentes de seu *staff* militar é o realização de um feito notável: tomar a cidade fortificada, suas riquezas e massacrar seus habitantes.

No prólogo ao terceiro livro e sua crónica, Castanheda discorre uma vez sobre seus métodos, por assim dizer, historiográficos. Ele se vangloria de ter sido “Ho primeyro Portugues que na nossa lingoa as refuffitey [as façanhas dos portugueses no oriente]. (Castanheda, [1551] 1979, p.494). A sua intenção última é de preservação memorialística de grandes feitos praticados por homens exemplares num tempo que concedeu glória imorredoura ao reino e a todos os que dele fazem parte. Enquanto historiador cita como modelos imitativos Tito Lívio e Homero. A este último ele se refere com maior reverência ou como a imagem arquetípica de um vate da qual ele tenta se aproximar. Sua aspiração ideal é a de ser cronista de feitos de armas e de condutas cavaleirescas no Oriente.

Episódios aventurosos e de pretensão ao épico militar abundam na crônica – como já sabemos. Um deles é um fato muito conhecido, descrito por quase todos os cronistas que se ocuparam da presença portuguesa no Oriente: a frustrada tentativa de tomada de Calicut. As rivalidades com essa cidadela datam dos incidentes resultantes da falta de diplomacia de Vasco da Gama na sua primeira viagem. Um considerável número de batalhas foi travado – e Castanheda concede atenção demorada a todas elas – entre as forças invasoras e as tropas do Samorim, com a predominância da vantagem incidindo sobre os portugueses. Assumindo Afonso de Albuquerque a “governança da Índia”, o marechal Dom Fernando Coutinho o faz saber das determinações do Rei Dom Manuel acerca da necessidade de destruir a cidade de Calicut e submeter seus habitantes por força das armas. O plano se baseava no apoio de um desertor identificado como Cojebiquin, um traidor que teria a função de fornecer informações privilegiadas sobre os pontos vulneráveis da defesa interna inimiga.

A expedição aparentemente organizada para tomar de assalto a odiosa cidadela teve um epílogo desfavorável. Apesar da ambiciosa meta a ser alcançada, nada menos que um ataque frontal a cidade murada e bem defendida, centro de comando do inimigo, o

planejamento pré-operacional se desenrolou de acordo com os já tão conhecidos moldes da improvisação e da adaptação às circunstâncias. A batalha – ou o epicentro dela – teve lugar em perímetro urbano. Embora não tenha sido a mais exitosa foi a que apresentou as metas preliminares mais portentosas e que redundaram em insucesso.

A expedição naval não foi encontrada oposição de belonaves inimigas e pode facilmente desembarcar as tropas em solo. Ao contrário do esperado, não havia uma primeira linha de resistência nas praias, desse modo o avanço preliminar pôde se processar sem que escaramuças fossem registradas. O cronista mostra-se atento aos detalhes e nos diz que a ação se processou em 02 de janeiro de 1510; eram 1.600 homens de armas sob duplo comando do Marechal do Reino e do governador do Estado português da Índia. Antes de que a ofensiva em si tivesse início uma cena romanesca tem lugar. Reunidos, os chefes da expedição deliberam sobre a estratégia a ser adotada para submeter o inimigo. Para surpresa do leitor desavisado, desacostumado com a doutrina militar portuguesa da expansão imperial, os comandantes se comprazem em priorizar a discussão que se segue:

[...] Surta a noffa frota ho gouernador & o marichal fizerão confelho fobre ordem que terião em dar na cidade, & antes que o gouernador propofeffe, pediolhe ho marichal q pois ele tinha ganhada na Índia myta hôrra, & pois podia ganhar muyto mais, que lhe pedia lhe deffe a dianteyra, naqle feyto pera poder ganhar algua que leuaffe pera Portugal pois a hia bufcar tão longe. [...] E outorgada a dianteyra ao Marichal foy determinado q desemcaffem âte manhaa porque a artelharia dos immigos lhe não fizeffe tâto nojo. (Castanheda [1551], 1979.p 499).

A principal discussão inicialmente posta não diz respeito aos esperados temas militares, em se tratando de um conselho de planejamento pré-operacional. Discute-se honra e a forma mais eficaz de obtê-la. Aparentemente indiferentes aos aspectos técnicos da operação de incursão frontal ao centro de comando do inimigo – a cidadela de Calicut -, os planejadores da campanha comprazem-se numa discussão sobre a quem deverá caber a primazia pisar os pés no sítio urbano-alvo da ofensiva. O marechal Coutinho reivindica para si esse direito e espera com ele obter o tão almejado renome entre seus pares. Castanheda deixa em evidência no decorrer da narrativa que todo o desenho tático adotado na investida esteve subordinado às exigências da demanda por ganhos imateriais.

A ofensiva foi conduzida em duas etapas não necessariamente concatenadas entre si. O primeiro lance consistiu numa divisão das tropas em duas colunas de ataque cada uma liderada por um dos capitães-fidalgos no comando estratégico: Afonso de Albuquerque e o Marechal Coutinho, o sedento de honra. A batalha inicial não foi travada apenas contra uma zona periférica do aglomerado urbano, ou talvez seja melhor dito, contra um sistema

defensivo secundário que antecedia a linha de defesa propriamente dita. Havia uma espécie de paliçada defensiva ou um conjunto de trincheiras e barricadas que tinham por objetivo deter a progressão do invasor, absorvendo o impacto do golpe a ser desferido e dissolvendo a capacidade ofensiva. A primeira coluna liderada por Albuquerque consegue romper o dispositivo tático adversário e o obriga a recuar em desordem deixando seus mortos para trás. Como já é de nosso conhecimento, Coutinho deseja a todo custo a sagração honrosa que só se obtém por realização de feito heroico. Em virtude disso torna-se compreensível a sua reação colérica ao ficar ciente de que sua coluna se atrasou e chegou ao palco da luta apenas quando esta já havia se findado. A irritação é superada apenas pelo desconsolo da perda de tão almejado bem. Inconformado, resta-lhe apenas o último recurso de resgatar a honradez empreendendo uma ação epopeica em solo inimigo. Decide realizar um ato impetuoso: liderar um ataque frontal ao centro da cidade de Calicut, uma incursão ousado ao palácio do monarca local, onde se encontravam reunidos os defensores mais bem aparelhados.

A debilidade da primeira linha de defesa, rompida sem que fosse necessário grandes investimentos de força, deu aos invasores a falsa certeza da fragilidade geral de todo sistema defensivo, incluindo a segunda linha. O marechal Coutinho insistiu firmemente na penetração profunda rumo ao centro do território sob controle do inimigo por acreditar na validade de um conjunto de valores marciais que privilegiavam a coragem sob fogo e as demonstrações de destemor a qualquer custo. Esse tipo de concepção estratégico-operacional insiste numa decisão rápida a partir de uma concentração inicial de força a ser lançada com brevidade sobre o ponto mais exposto do oponente. Portanto, concentração, deslocamento célere e combate são termos-chave para a execução desse conceito militar.

Desbordamento é outro termo que parece ser quase um anátema para o Marechal Coutinho ou o governador Albuquerque. Investidas sorrateiras que contornem as formações inimigas e incidam sobre seus flancos desguarnecidos não se fazem presentes nas descrições de Castanheda das operações militares portuguesas da Índia. Tampouco parece provável que um dos comandantes envolvidos na ofensiva a Calicut tenha sequer cogitado uma ação nesses termos, notadamente o primeiro que se encontrava quase possesso pela ideia de conquista da honra por execução de um feito grandioso. E que feito por ser considerado grandioso pela mentalidade cavaleiresca se ele é executado sorrateiramente?

O pensamento ofensivo lusitano, tal como descrito na crônica, é monolítico. Contempla uma única dimensão e não admite questionamentos ou interferências que conduzam a vias alternativas. É um conceito de arte de guerrear centrado em modelos simples de conduta. Uma tentativa de extrair características marcantes desse modelo pode facilmente demonstrar que o objetivo tático supremo era sempre a grande batalha ou as pequenas

batalhas que somadas eliminassem o exército de campanha do adversário num golpe fulminante. O Padrão tático adotado por Coutinho era o de rápidos avanços, seguidos de penetrações no interior do território hostil; os avanços não se destinavam a conquistar território, e, sim, combater o inimigo e destruí-lo antes que ele tivesse tempo de agrupar suas forças de modo a fazer valer sua incontestável superioridade numérica. São batalhas de aniquilamento que se decidem pelo chamado fator moral: o ímpeto agressivo conjugado dos combatentes em solo; na terminologia militar portuguesa quinhentista chamado de “*Dar Santiago neles*”.

Estranha guerra essa, estranha e triste guerra, como queria Wat Whitman, (COIT, 1963) referindo-se a uma outra que teve lugar em seu país em um outro tempo. Estranho modo de guerrear que talvez causasse espanto aos contemporâneos comandantes do exército espanhol, tido como o melhor de então. Em contrapartida ela provavelmente despertaria admiração de um Napoleão ou de um general como Von Moltke, se algum deles pudesse retornar no tempo e contemplar o desenrolar dessas batalhas renascentistas em solo indiano. O general prussiano – chefe do estado maior-geral prussiano sob Bismarck – ou o imperador francês admirariam os lusitanos porque embora combatessem renegando a tradição militar que deriva das táticas de luta organizada de gregos e romanos, eles faziam uso de um conceito caro ao pensamento militar dos séculos vindouros: o da ofensiva a qualquer custo. (PARET, 2000). Claro está que a semelhança atem-se apenas a um princípio organizador da ação geral. Os desdobramentos pré e pós operacionais se desenvolvem de modo muito distinto. Sabe-se que os portugueses desenhavam por inteiro da ideia de concentração de reservas, confiavam unicamente na ruptura por golpe potentemente desferido. O conceito napoleônico de *Massa de Ruptura* – uma força de retaguarda a ser usada como aríete após a penetração inicial – se encontra ausente de qualquer referência na narrativa de Castanheda. Não somente este conceito, mas qualquer um outro que implicasse num sistema de combate privilegiasse organização em detrimento do valor individual de cada combatente cavaleiro-fidalgo.

Portanto, o Marechal Coutinho, assim como Napoleão ou o general Moltke séculos depois, não concebia outra Lei que não a ofensiva. E com um agravante que não deve ser olvidado: ofensiva frontal irrompendo sobre as linhas inimigas com a força de um gigantesco rolo compressor desgovernado. Havia uma ênfase na atitude psicológica como meio de compensar a ausência de organização e coordenação geral entre as forças envolvidas. Por isso o predomínio de acentuada preocupação com questões ritualísticas que antecedem o desencadear da ofensiva e servem para fortalecer o espírito de corpo e despertar o ímpeto de guerreiros primitivos.

Retornando ao gesto heroico do marechal Coutinho. A investida ao centro da cidadela inimiga obteve um êxito inicial. Os atacantes conseguiram romper as linhas de defesa – não fica claro no texto como exatamente isso se deu. Muito menos fica claro qual era o sistema defensivo adversário e no que consistia essa segunda linha. De concreto somos informados de que a ruptura se deu e com ela a consequente violação do solo urbano. Castanheda diz que as tropas da coluna de ataque do marechal conseguiram penetrar no interior do palácio de onde tencionaram saquear as riquezas lá acumuladas. A intenção não era a de ocupar terreno ou se apropriar do palacete, menos ainda objetivavam os invasores se assenhorear da cidade como um todo. O planejamento tático consistia num *raide* violento: Invadir, saquear, permanecer em solo inimigo o tempo estritamente necessário para demonstrar coragem e patentear que um feito foi realizado. Portanto, ofender o inimigo, causar a ele danos materiais e de custos humanos elevados, em seguida retirar-se em boa ordem para a retaguarda, regressando ao ponto original de onde partiu a ofensiva. Tendo realizado esse percurso se daria por concluída a ação heroica. O planejamento incluía que Afonso de Albuquerque e seus homens que constituíam a outra coluna permaneceriam estacionados numa área próxima – não como força de reserva ou de cobertura, conforme já apontamos acima - aguardando calmamente que o marechal do reino alcançasse sua almejada glória marcial.

O desenrolar da batalha não obedeceu ao esperado pelos invasores. A penetração inicial em sitio urbano adversário não garantiu um perímetro de segurança aos atacantes. A força defensiva embora ameaçada e acuada não estava batida. Ela se recompôs e contra golpeou duramente o adversário. Os portugueses foram surpreendidos por um vigoroso contra ataque enquanto se encontravam ocupados num saque sistemático das riquezas de uma das áreas do paço do Samorim de Calicut. E aqui nos deparamos com um ponto importante. Na descrição de Castanheda se nota a absoluta desorganização do dispositivo tático ofensivo português. O governador, Francisco de Albuquerque, [...] Indo na trafeira de fua gete abalou para a praya, & o marichal madou logo poer fogo aos paços, em que aueria bem duas oras q eftaua. (Castanheda [1551] 1979.p.503). Coordenação de forças em terra inexistente, como fica evidente no trecho citado. Enquanto uma coluna recua em desordem, retornando às praias e aos batéis que os conduzirão para a segurança dos navios, a outra coluna permanece dentro dos limites do sítio urbano-alvo e ao alcance do “fogo” de petardos inimigos. Cobertura mútua não há e nem parece se cogitar tamanha heresia anti-heroica por natureza. Coutinho e seus homens pretendem recuar em ordem, combatendo o inimigo e sustentando seus ideais de conduta militar. O resultado disso tudo é previsível: o destacamento que estava na dianteira consegue a custo de baixas consideráveis alcançar sua meta e se retirar. Quanto aos de

retaguarda, entre os quais se incluem o marechal, não conseguem progredir “sob fogo” e tombam mortos em solo inimigo.

Para os padrões modernos, uma operação custosa, desnecessária e de frívolas motivações desconectadas de um objetivo estratégico de monta. Para a mentalidade heroica-cavaleiresca de que se alimentavam as narrativas sobre os portugueses na Índia, um grande feito de armas, uma demonstração inequívoca de coragem, ímpeto e honradez em combate. Castanheda finaliza os capítulos sobre a infausta ofensiva sobre Cochim com um episódio bastante ilustrativo. Finda a operação, morto o marechal e seus homens, um grupo de três portugueses retorna às praias hostis para recolherem as armas e os apetrechos pessoais de alguns combatentes que as perderam enquanto tentavam escapar do inimigo. Dois deles permanecem no batel enquanto um terceiro, identificado Jorge Botelho do Pombal, recolhe as bagagens militares deixadas para trás e faz isso ignorando a ameaça das forças oponentes, cujos remanescentes ainda se encontram nas proximidades e arremessam lança sobre ele, sem contudo atingi-lo. Retira-se apenas quando conclui por inteiro a missão que lhe foi confiada.

Militarmente falando a ofensiva a Calicut foi de duvidosa validade. O poder ofensivo do inimigo permaneceu intacto. As baixas impostas provavelmente foram pouco significativas, tendo em vista que batalhas futuras mostrariam o desejo do Samorim de combater e de expulsar os portugueses da Índia não foi abalado. Os ganhos a serem contabilizados pelos lusitanos prendiam-se a um conjunto de razões destituídas de validade pragmática. Castanheda não se mostra crítico das operações, mesmo desta que resultou na morte em combate de um dos comandantes da expedição invasora. As virtudes elevadas demonstradas pelos principais envolvidos na ação incursora compensam (a seu ver) qualquer resultado taticamente desfavorável e estrategicamente desprovido de sentido. Por vezes a crônica deixa a impressão de que os planejadores da conquista imperial concediam mais valor ao exibicionismo marcial que aos ganhos efetivos costumeiramente esperados de uma incursão militar em terras estrangeiras. Certamente essa é uma impressão ilusória. O cronista tinha em mira fins pedagógicos com sua narrativa: a longa enumeração de feitos grandiosos praticados por destemidos guerreiros que deveriam servir como exemplo formativo para uma nobreza ávida pela imitação de modelos de virtude heroica. Talvez isso explique em grande parte o porquê de tantas batalhas aparentemente desprovidas de implicações estratégicas e todas elas louvadas e incensadas pelo cronista, mesmo aquelas que apresentaram um resultado militar desfavorável.

A guerra em Castanheda apresenta-se bem menos utilitária do que seria esperado num contexto de alvorecer da Idade Moderna. A força expedicionária enviada para combater na Ásia por vezes parece esquecer que o fim último das ações militares é o de execução de metas

políticas. O desenrolar contínuo de incursões contra cidades ou aldeias inimigas não raro obedece a uma lógica de vinganças pessoais, de desafrontas ou de interesses particulares dos chefes da expedição. As motivações particulares quase sempre se prendem a uma demanda insaciável por glória – esperança de ser nomeado cavaleiro ou obter renome – ou por ganhos materiais resultantes do saque sistemático. A cerimônia de sagração cavaleiresca ao fim dos combates exitosos acontece com frequência na crônica. É quase uma cena lugar-comum. É também frequente os personagens referirem-se a essa expectativa, ou seja, a de obterem o ingresso na sagrada ordem da cavalaria, aspiração última desses guerreiros de mentalidade militar medieval.

Durante a batalha pela posse da cidade de Socotorá, um dos fidalgos envolvidos na operação, identificado no texto apenas como Dom Afonso, insiste longamente que deveria ser concedido a ele o direito de ser o primeiro a desembarcar em solo e, dessa forma, “ganhar toda honra” (Castanheda [1551] 1979, p. 301). E não deve ser esquecido que Tristão da Cunha deixa claro que sua principal motivação para se envolver na prolongada campanha da Índia foi a de garantir que seu filho, Nuno da Cunha, realizasse feitos de armas que o habilitasse a ingressar na ordem da cavalaria. E o leitor que até aqui nos tem acompanhado talvez se pergunte sobre a efetiva eficiência de métodos de combate tão destituídos de fundamentação prática. Se a doutrina militar portuguesa era, de fato, tão acentuadamente ritualística como conseguiu sobrepujar adversários sem conta e impor seu domínio – ainda que efêmero – sobre tão variada gama de povos asiáticos?

Os inimigos com os quais se depararam – na maioria dos casos – respeitavam as convenções não-escritas dos combates ritualísticos da doutrina militar portuguesa. A variedade de nações e grupos étnicos contatados não escondia a sua relativa homogeneidade no que se refere a questões marciais. Alexandre, o grande, precedeu os lusitanos na invasão do subcontinente indiano. Sabe-se, pelos relatos que disso nos deixaram dois membros da expedição, que os métodos de luta utilizados pelos locais para fazer frente ao inimigo sofreram poucas mudanças desde essa data até a chegada da frota de Vasco da Gama. Os orientais possuíam concepções de combate que tiveram uma linha evolutiva paralela a da tradição ocidental centrada no legado de organização greco-romana. Sun Tzu, ao contrário de seu equivalente, Clausewitz, insiste na observância do que considera um de seus princípios capitais: vencer sem lutar; manobrar as forças em campo de modo que seja possível dominar o oponente pela demonstração de força, obrigando-o a desistir e reconhecer a necessidade de assinatura de termos de paz. A moderna teoria militar define esse *modus operandi* como estático e hesitante e considera como um dos patrimônios do pensamento marcial de sociedades ditas “primitivas”. (KEELEY, 2011). Quincey Wrigth (1988) diz que as guerras

de sociedade tribais se desenrolam quase sempre por motivações pessoais, psicológicas ou sociais e que os objetivos militares desse tipo de ação quase sempre envolviam a preservação de interesses tribais, ou seja, eram muito pouco racionais ou práticas.

Fraca mobilização dos recursos humanos em razão da dependência da completa participação voluntária. 2. Suprimento e logística inadequados. 3. Inabilidade de conduzir campanhas de longa duração em razão das deficiências 1 e 2 citadas acima. 4. Nenhum treinamento organizado das unidades. 5. Comando e controle deficientes. 6. Como resultado das deficiências 4 e 5, unidades indisciplinadas e falta de comprometimento moral dos guerreiros. 7. Poucas armas especializadas para a guerra e negligência de fortificações. 8. Inexistência de guerreiros profissionais ou especializações militares (tais como espadachins, arqueiros e cavaleiros). 9. Táticas ineficazes e negligência de certos princípios da guerra. Em suma, eles consideravam a guerra primitiva desconexa, ineficaz, “não profissional” e não séria. (KEELEY, 2011, p. 18).

A guerra irregular como a concebiam e praticavam os portugueses por ser hesitante não visava à completa aniquilação do poderio armado inimigo, permitia que este se recompusesse e retornasse ao combate. Embora perseguições da formação adversária desbaratada acontecessem, elas se davam numa perspectiva tática e nunca como meta estratégica de destruição definitiva da capacidade ofensiva. A força expedicionária enviada ao continente asiático conduzia a guerra em termos de ausência de pesadas formações de infantaria – com franco predomínio de infantaria ligeira -, sem apoio ou cobertura de flancos; sem manobras estratégicas de grande complexidade e sem cadeia de comando organizada.

Se desorganizada era a concepção de guerra dos lusitanos a mesma observação é extensiva aos seus adversários. Nas batalhas descritas por Castanheda pouca atenção é concedida ao inimigo, suas táticas e armas. Do pouco que nos é dado conhecer através da leitura da crônica é possível fazer algumas deduções. Desconheciam o uso de táticas de ordem unida. Divisões da tropa em frações menores que agem sob coordenação; grupos especializados de combate para execução de metas específicas de apoio aos infantas são elementos estranhos ao seu modo de guerrear – assim como também ao dos portugueses. Possuíam armas de arremesso por impulsão muscular – arcos e flechas – e delas fizeram uso como artilharia de apoio e como instrumento de ruptura das linhas do inimigo. Também conheciam a pólvora e dela faziam uso. Em pelo menos meia dúzia de combates Castanheda menciona a presença de espingardeiros em número bastante reduzido. Portanto, nem as espingardas, muito menos os arcos e flechas foram empregados como meio eficiente de exploração de êxitos parciais inicialmente alcançados. A infantaria combatia os portugueses ou resistia às suas investidas recorrendo a padrões táticos similares.

À pergunta anteriormente levantada, porque os portugueses submeteram militarmente seus adversários, mesmo adotando padrões arcaicos de conduta militar? A resposta a ser oferecida é a de que havia uma simetria entre os combatentes envolvidos na campanha pelo domínio das rotas de comércio asiático. Civilizações seculares e milenares – em alguns poucos casos - que em sua maioria não adotavam ou conheciam métodos de luta modernos. Os chineses possuíam uma poderosa marinha e provavelmente forças de terra a serem temidas, contudo, nunca houve embate direto entre a civilização dos *chins* e os portugueses. Os turcos também possuíam meios marítimos de oferecer resistência ao invasor, o que, de fato, foi tentado. A desvantagem tecnológica contribuiu para as vitórias navais dos lusitanos sobre as frotas dos Mouros. Grandes embates em solo, choques grandiosos de infantaria contra infantaria poderia ter facilmente esmagado o poder ofensivo dos incursores europeus. Mas nada parecido com isso aconteceu.

Em Castanheda não há registro de uma única batalha terrestre de grandes proporções ou que pudesse ser classificada como decisiva. O reino português enviou para o oriente um destacamento expedicionário apoiado por uma frota naval poderosa, mas não se deve esquecer que era um exército de limitado alcance. Carecia de reservas; sofria de graves problemas logísticos que se tivessem sido explorados pelo inimigo poderiam redundar em comprometimento da capacidade operacional. Diante de uma força combativa empenhada na execução de uma magna tarefa com efetivos reduzidos e com escassa capacidade de reposição e apoio, uma ofensiva inimiga em larga escala que concentrasse o poder danoso num único ponto poderia ter comprometido em definitivo a capacidade combativa dos portugueses na Ásia. Essa batalha nunca aconteceu. De escaramuças ou de batalhas de baixa intensidade – para usar um termo moderno – viveu a presença militar lusitana no oriente. Na crônica nenhuma das ações militares registradas ultrapassou o número de 2 mil combatentes europeus. Nas investidas de maior complexidade há registro do arregimentamento de forças aliadas locais que em alguns casos contabilizaram 5 mil homens de armas classificados genericamente pelo narrador como “flecheiros”. Tão reduzido contingente obteve vitórias em diferentes pontos do continente asiático graças, em certa medida, à imperícia militar do oponente que insistia numa inflexibilidade tática que lhes ocasionou a ruína.

Para o leitor da crônica é difícil aquilatar o exato porquê da inflexível mentalidade estratégica da força militar asiática. Se o relato de Castanheda nos oferece um quadro digno de confiança das operações em solo, as lições a serem extraídas é a de desempenho previsível dos defensores das investidas lusitanas. Previsíveis também eram os portugueses com seu apego imoderado ao único padrão ofensivo que pareciam conceber como viável: o dar

Santiago neles. Para seu perfeito funcionamento esta tática exige um adversário que aceite suas regras de conduta, que permaneça em linha estática aguardando ser desbaratado.

As armas de fogo portáteis dos exércitos quinhentistas eram de alcance limitado e não muito eficientes, disso todos sabem. Essa deficiência poderia ser – e geralmente assim era – compensada pela adoção de táticas de ordem unida e do treinamento coletivo de uso do armamento. A experiência acumulada, resultante de sucessivos reveses contra uma mesma linha de ação repetitiva não deveria ter convencido os defensores da invalidade de sua doutrina militar e da necessidade de adoção de outra centrada numa cerrada formação de bocas de fogo? Porque não adotavam recuos táticos ou defesa em profundidade, constituída de linhas sucessivas postadas interior a dentro? Porque não recuar, quando de uma investida em praias, para as terras interioranas, atraindo o inimigo para um território desconhecido onde poderia ser mais facilmente desbaratado? Ao que tudo leva a crer a resposta preliminar para estas questões reside na mentalidade militar dos exércitos com que se depararam os portugueses. As expectativas e metas de combate eram provavelmente muito parecidas. E tinham – ao que parece – como seu eixo organizativo expectativas heroicas. Dito de outra forma: o dispositivo tático depositava grande validade na crença de que as disputas se resolveriam por duelos de campeões. Um combatente enfrentando o outro ou buscando aniquilá-lo em luta singular numa demonstração de coragem. Organização coletiva de luta não havia em nenhum dos lados envolvidos no confronto, sejam portugueses ou orientais. Sobre os invasores recaía a vantagem de possuírem superioridade tecnológica relativa e o apoio indispensável de uma poderosa artilharia naval embarcada capaz de silenciar as bocas de fogo inimigas.

Em linhas gerais, a narrativa sobre a guerra e as guerras da expansão imperial portuguesa no oriente rico de especiarias parecem obedecer obedecendo à regras de conduta medievais ou de sociedades tribais. Devendo estar assente que os dois lados envolvidos respeitaram regras não-escritas que os colocaram num mesmo patamar. O que não quer dizer que os orientais se alimentassem de um imaginário cavaleiresco. O que está sendo dito aqui é que o fundamento último das doutrinas militares de ambos era o guerrear primitivo de sociedade não-ocidentalizadas que se desenvolveu numa linha evolutiva própria, margeando a tradição marcial ocidental e seus fundamentos de luta organizada. Os invasores guerreando à moda árabe, crendo na ofensiva como um dogma e na defesa como um anátema; os defensores das terras alvo da cobiça europeia preservando um *modus operandi* militar que remontava às antigas tradições dos povos que os precederam na ocupação das zonas geográficas do oriente: Assírios, Persas, Partas, Afegãos. Antiquíssimas civilizações de povos conhecidos por sua ferocidade e por seus métodos de luta individualistas. Caio Júlio César

nos deixou registro de algumas de suas campanhas militares. Sabemos que os romanos enfrentaram na Gália adversário de legendário furor e que se valiam de táticas de combate similares aos dos orientais que fizeram frente aos desembarques lusitanos.

Os resultados táticos decidem qualquer batalha, nos afiança Clausewitz (2010 [1832]). É nas ofensivas de extensão limitada que se deve concentrar a máxima atenção. Em circunstâncias “normais” de luta, duas muralhas humanas ficam posicionadas frente a frente durante um certo período de tempo até que a batalha se conclua. Havendo impossibilidade de furar o bloqueio inimigo, cada um dos lados envolvidos buscaria envolver o flanco adversário; isso, claro está, apenas sob uma conjuntura de combate “regulamentar”. O que não teve lugar na campanha de conquista do oriente. Confiantes unicamente no sagrado dever da ofensiva, a incursão sob forma de *razia* era o princípio tático hegemônico do qual os portugueses insistiam em não se afastar. O adversário, nos raros momentos que fez uso de iniciativa estratégica, comportou-se como um devoto da ofensiva e do ataque vigoroso seguido de uma retirada, ou seja, uma ação hesitante que não privilegiava – ou desdenhava – do desferir de um golpe aniquilador sobre as formações inimigas.

Keegan (1996) diz que dois grandes fatores contribuíram para as vitórias alcançadas pelos árabes: primeiro, a mobilidade tática absoluta derivada diretamente do uso de camelos e cavalos como meio de realizarem marchas de aproximação que lhes permitiam lançarem-se de modo imprevisto sobre os inimigos; segundo, no que se refere a um precário sistema defensivo, a predileção por posições protegidas por obstáculos naturais que permitissem aos infantis posições seguras de tiro de arco e flecha. “Preferiam também terrenos que lhes proporcionassem uma rota fácil de fuga para o deserto” (KEEGAN, 1996, p.213). Conjugados, os dois coeficientes, se encontram presentes em todas as batalhas descritas pela pena de Castanheda. O primeiro extensivamente válido para a doutrina militar portuguesa. Esquecendo-se os equinos e camelídeos, permanece válida e justa a observação anteriormente feita. O deslocamento era feito sempre por tropas desmontadas que confiavam na velocidade de homens desapeados para romper o dispositivo de proteção do adversário. Irromper pra frente com ímpeto quase cego, desunidos e confiantes no poder individual de cada homem armado. Aos orientais assentava muito bem o segundo elemento posto em destaque pelo historiador militar inglês. Da leitura de Castanheda fica evidente a predileção defensiva dos oponentes dos lusitanos. Quando postados nas praias, defendendo uma posição situada relativamente próxima ao ponto de desembarque da força invasora, os habitantes locais posicionam uma precária construção defensiva que Castanheda denomina invariavelmente de *Tranqueira*. Por detrás dessa edificação improvisada permanece estacionada a infantaria armada de artefatos de matar à curta distância e de instrumentos de arremesso, sendo que

estes últimos parecem constituir a incontestada maioria. Há também uma rota de fuga nas proximidades para onde se dirigem ao serem desbaratados.

Todas essas observações são válidas no que se refere aos combates travados em solo e em áreas abertas, praias hostis ou planícies de curta extensão situadas nas proximidades de uma zona-alvo. Embora a maioria das lutas descritas por Castanheda tenham se dado sob céu aberto, as maiores e batalhas, aquelas que envolveram um maior contingente de tropas e que mobilizaram uma maior quantidade de recursos de ambos os lados envolvidos na contenda, tiveram como palco centros populacionais do inimigo. Batalhas em cenário urbano costumadamente exigem a utilização de táticas de natureza específica.

Sendo sua própria natureza uma guerra de movimento, de forças em solo adeptas da velocidade como instrumento supremo de ruptura da linha inimiga, cercos e defesas prolongadas foram acontecimentos raros. Clausewitz (2010 [1832]) diz que com frequência a fadiga conduz à paz. O mais forte, dotado de recursos mais abundantes, pode impor-se ao adversário por esgotamento, ou sangria lenta de meios de defesa. Os portugueses não tiveram ocasião de ditar aos sitiados uma estratégia nesses moldes devido a impossibilidade material de submeter um sítio suficientemente prolongado para exaurir uma fortaleza e seus infelizes ocupantes. Razão pela qual os chefes das forças atacantes optavam pela incursão aberta e direta visando o aniquilamento total do adversário encastelado. Estratégia dura, de desmedido, quase hiperbólico, efeito negativo sobre os residentes no interior das estruturas urbanas alvo das operações de conquista. Em direção a elas a morte cruel e a tortura cavalgavam em corcéis velozes. Os planejadores da campanha ofensiva não previam assinatura de acordos ao estilo de armistícios ou de uma paz negociada. Para eles restava como única opção final – em caso de derrota -, uma paz cartaginesa, ditada nos mesmos termos impostos por Roma a Cartago: e que nem sombra reste que tua existência ateste.

4.3 GASPAR CORREIA E AS *LENDAS DA ÍNDIA*

Plutarco fez acerca das biografias de Alexandre e César um estudo comparado, as *Vidas Paralelas* de duradoura memória histórico literária. Talvez o mesmo método do historiador grego ainda conserve sua relativa validade e possa ser aplicado a circunstâncias outras. Lopes de Castanheda e Gaspar Correia produziram as duas obras mais ambiciosas sobre a conquista portuguesa do Oriente. Textos produzidos em circunstâncias parecidas e numa mesma faixa temporal, sendo quase contemporâneos. Ambos estiveram na Índia por dilatado espaço de tempo que abrange algumas décadas de residência. Foram soldados,

embora os detalhes acerca de suas respectivas atividades militares no oriente não nos tenham chegado.

Gaspar Correia – de acordo com o que ele deixa registrado nas páginas iniciais de sua obra – desembarcou na Índia com pouquíssima idade, ao que tudo indica 15, 16 anos. O ano provável, 1513. Empunhou armas em defesa do império marítimo português, tendo se envolvido em contendas das quais quase tudo desconhecemos, salvo referências escassas e fortuitas consignadas na sua crônica quando assinala para o leitor que testemunhou de perto este ou aquele acontecimento militar. Esteve sob as ordens diretas do Vice-Rei Francisco de Albuquerque, servindo como seu secretário por um período de três anos, conforme ele deixa em evidência num dos capítulos do já citado texto. *Lendas da Índia* foi concluída por volta de 1560. Não veio a lume em vida do autor, tendo sido seu volumoso manuscrito redescoberto no século XIX e publicado em edição de quatro volumes que abrange quase quatro mil páginas de relato das operações militares portuguesas no Oriente das especiarias.

Castanheda está para Tucídides, assim como Correia está para Heródoto. Se o primeiro prima pela objetividade narrativa, a clareza e o rigor analítico, o segundo estaria mais próximo daquilo que modernamente se convencionou denominar de História narrativa. Para o autor de *Lendas da Índia* o componente mais importante de uma crônica histórico-militar parece ser primordialmente os aspectos retóricos. Seu estilo é o de um modo discursivo elevado que visa – em última instância – justificar a ordem estabelecida, descrevendo alguns de seus fundamentos e – tal qual um menestrel palaciano – exaltar seus feitos de armas.

A crônica de Correia tem quase o dobro da extensão do texto de Castanheda. Se na *História da Descoberta e Conquista da Índia* pelos Portugueses as expedições inaugurais do imperialismo lusitano no oriente, as de Gama e Cabral, ocupam algo em torno de uma centena de páginas, em *Lendas da Índia* o número ultrapassa o de duas centenas. E a que se deve tal acréscimo significativo? A uma análise mais apurada e que contemplou uma riqueza maior de detalhes antes desconsiderados? A causa é de outra natureza: a retórica discursiva. Gaspar Correia enquanto narrador revela pendores de ficcionista. Parte substancial de suas descrições das operações militares lusitanas no extremo oriente são embelezadas com enxertos discursivos destituídos de base histórico-documental aparente. Os personagens da crônica se comprazem em demoradas perorações e trocas de exortações que ocupam páginas e páginas. Os diálogos possuem muitas vezes matrizes dramáticas, como na reconstituição da primeira expedição de Vasco da Gama e da tentativa de contorno do Cabo da Boa Esperança. Uma tempestade tropical de força considerável surpreende os nautas. Todos temem pelo desenlace trágico do empreendimento exploratório. O narrador faz uma representação da atmosfera de temor coletivo e descreve pormenorizadamente as falas de exortação do comandante-em-

chefe da expedição e as imprecações furiosas dos marinheiros anônimos que sentem a iminência do naufrágio e do fim de suas existências sob um céu estranho, muito além de sua terra natal. Quase metade do primeiro dos quatro volumes é ocupada por falas dos mais diversos personagens: portugueses, de baixa e alta patente na hierarquia militar da força invasora, indianos, africanos e outros de procedência variada e genericamente agrupados sob a rubrica de Mouros.

Castanheda parece sentir horror ao vácuo, talvez por isso ele busque preencher lacunas com inserção de cenas de forte impacto dramático. O episódio da nomeação de Vasco da Gama para comando da primeira expedição rumo às Índias encontra-se documentado nos três grandes cronistas das paragens do oriente quinhentista, João de Barros, Castanheda e Gaspar Correia. Este último nos oferece uma versão que não encontra apoio nos anteriormente citados. Se o autor de *As Décadas*, conforme já apontamos em páginas anteriores, constrói uma representação quase novelesca do acontecimento, em *Lendas da Índia*, a cena é francamente romanesca e de óbvia inspiração em matrizes ficcionais cavaleirescas. Ela ocupa um capítulo inteiro – o V do livro I do primeiro volume. Segundo o cronista, o rei Dom Manuel consumia noites insones a meditar sobre quem deveria recair o comando da importante missão naval. Rogando a Deus auxílio que permitisse a solução de tão intrincado problema de Estado ele estava “Hum dia na sala assentado em despacho na Mesa com seus officiaes assinando” (CORREIA, 1979 [1551], p.12), quando eis que subitamente surge atravessando a sala ninguém menos que Vasco da Gama. O monarca, que o tinha em conta de homem dotado de siso e necessária coragem para tão perigoso empreendimento, o convoca para travarem o diálogo que, nos seus trechos essenciais, abaixo segue:

ElRey, pondo os olhos nelle, lhe aluoraçou o coração, e o chamou, e elle se fez em geolhos ante ElRey, o qual lhe disse: “folgaria que vos encarregásseis de hum seuiço que hei mister de vós em que tomeis trabalho. Elle [Vasco da Gama] beijou sua mão dizendo: “Senhor, som pago de todo trabalho que pode ser, pois de mi se quer servir, o que farei emquanto a vida me durar”. (CORREIA, 1979 [1551] p.12-13)

Os personagens do universo ficcional da cavalaria parecem transferir os atributos da figura divina para o monarca ou o suserano a quem prestam vassalagem. A postura do futuro almirante da frota enviada para estabelecer contato com as fontes produtoras de especiarias nas Índias possui algo de devocional. Um posicionamento em tudo similar a esse encontra-se na tradição mítico-religiosa judaico-cristã, da qual certamente deriva. Nos livros do *Pentateuco* e nos *Evangelhos* frequentemente nos deparamos com cenas nas quais assistimos a manifestação de um desejo de submissão voluntária ao divino, como se essa atitude concedesse ordenamento interior ao suplicante. “Senhor, eis aqui o teu Servo”, é frase que

Moisés, o herói legislador, pronuncia em diversos momentos. E ele não está só ao fazer isso, tantos outras personagens o imitam e seguem na adoção da mesma reverência. E em um dos Evangelhos, a personagem Maria não diz textualmente: “Senhor, eis aqui a tua serva, faça-se em mim segundo vossa vontade”? Não é uma óbvia retomada de Moisés? Sabemos que uma certa linha de interpretação dos mitos gregos tentam fazer derivar etimologicamente o termo *Heros* da expressão *aquele que nasceu para servir*. Contudo, no pensamento grego o servir heroico possui outra significação diversa da mentalidade judaica. A relação do ser dotado de qualidade excepcionais com a divindade não passa pela atitude de reverência servil. Na épica clássica os deuses interferem constantemente nas ações heroicas, mas nenhum dos protagonistas dos grandes feitos em momento algum se posta reverentemente como o mítico legislador judeu ou como Vasco da Gama diante de seu Monarca e Senhor.

No pensamento mítico grego o herói está indissociavelmente ligado aos termos *Hybris* e *Metron* e ambos remetem a uma ideia de superação dos limites impostos pelos deuses aos homens mortais. Não sem razão o heroísmo da Grécia e de suas personagens mitológicas é o desregramento que quase sempre conduz a um desenlace trágico. O modelo da cavalaria é de outra fundamentação. Funda-se sobre a contenção da violência dentre dos estreitos limites de uma ética e moralidade judaico-cristã.

De modo geral, os diálogos possuem o estigma da inverossimilhança. Ora são peças retóricas bem estruturadas pronunciadas por combatentes de baixa extração social, ora são discursos que saem dos lábios de amedrontados potentados orientais, temerosos do poder da artilharia embarcada dos grandes navios portugueses que suplicam pela misericórdia ou fazem juras de lealdade diplomática ao monarca Dom Manuel. As falas obedecem a padrões de organização interna muito aparentados entre si. Há formulas que se repetem, o que faz pensar numa óbvia construção retórica artificial. Na crônica de Correia essa prática não é meramente acessória ou adorno secundário da narrativa central, ela funciona um dos elementos definidores do estilo do autor e do modo como ele concebe um relato histórico. Os diálogos são menos reconstruções fidedignas que expectativas ficcionais do que poderiam ser. Os capítulos não se desenvolvem sem as inevitáveis arengas que são inapelavelmente pronunciadas pelos personagens nas mais variadas circunstâncias e localidades.

Dois episódios despreziosos da narrativa de Gaspar Correia são dignos de menção por ilustrarem com clareza duas características díspares do estilo e dos métodos de arquivista do cronista das coisas das paragens do oriente. O primeiro deles tem caráter quase anedótico, um brevíssimo relato acerca de como teria surgido a inspiração para a escrita de *Lendas da Índia*. Enquanto atuava como secretário de Afonso de Albuquerque teria encontrado um manuscrito – ou o que sobrou dele – de autoria de um dos marinheiros da frota da primeira

expedição de Vasco da Gama. O segundo episódio parte em direção oposta. Ao relatar os preparativos para partida da terceira expedição do descobridor do caminho marítimo para as Índias, o narrador diz que cada soldado embarcado – e eram 800, nos afiança ele – recebia um soldo mensal de três cruzados, acrescidos de dois quintais e meio de pimenta para cada período de prestação de serviço militar de um ano e meio. Acrescenta ainda que as despesas de frete de envio para Portugal da referida carga corria por conta do favorecido.

Do primeiro incidente, o do suposto manuscrito de um marinheiro embarcado na frota de Gama, que não encontra referência em nenhum outro cronista dos feitos da Índia, se infere uma característica de Gaspar Correia como narrador-cronista que não deve ser menosprezada: a da predileção por uma postura romanesca derivada de um imaginário cavaleiresco. Essa ocorrência não é isolada; como ela há muitas outras no texto da crônica. Nas suas grandes linhas *Lendas da Índia* organiza sua estrutura narrativa recorrendo à matrizes mentais de romances de cavalaria. O imaginário construído em torno das andanças cavaleirescas retratadas nas obras da dessa tradição ficcional é responsável pela representação de número considerável de episódios que povoam o universo histórico de Correia. A construção da interioridade de quase todas as personagens históricas presentes no texto cronístico se faz a partir da tentativa de reprodução de padrões de comportamento e da estrutura ideológica de seus congêneres ficcionais. Os acidentes nos quais se envolvem, as discussões, as reações e as posturas que adotam diante das circunstâncias de existência apresentam-se como rigidamente padronizadas, resultando da imitação de um modelo idealizado. Exemplo flagrante disso encontra-se na cena abaixo. O contexto na qual ela se insere é a da primeira ofensiva em solo dos portugueses visando dar proteção a um de seus aliados no oriente, o rei de Cochim. Finda a exitosa batalha contra as forças de infantaria do Samorim de Calicut, o comandante da operação, Duarte Pacheco Pereira, que lutou sob as ordens do coordenador geral da incursão, Afonso de Albuquerque, apresenta-se respeitosamente diante do soberano a quem deu proteção e travam a conversação que se segue:

[...] ELRey de Cochyn, que já sabia o feito, e os estava aguardando na praya, que os recebe com honras e prazeres, como homem fora de siso, abraçando ao capitão mór, dizendo: “Grande castigo destes ao Çamorym! [...] E a Duarte Pacheco, o que já sabia o que fizera seu filho, lhe fez grandes honras, dizendo: “Pai de bom filho, rogouos muyto que mo empresteis, que fique comigo até estes outras naos em que volo mandarey, porque ficando comigo nom poderá o Çamorim anojar”. Duarte Pacheco com o geolho no chão lhe disse: “Senhor, pelo serviço de ELRey [o de Portugal] teu irmão, meu filho e eu te serviremos até acabar as vidas” (CORREIA, [1565], 1979, p.392).

Na cena de confraternização da vitória alcançada pela coalização de lusos e guerreiros locais, o leitor familiarizado com as novelas de cavalaria quinhentistas ou anteriores

facilmente nota traços de familiaridade que não resultam de mera coincidência. O soberano indiano e os chefes militares portugueses agem como cavaleiros da *Távola Redonda*. Falas, posturas e cenas similares a essa acima descrita abundam no universo simbólico da nobreza ibérica. Há também que se destacar o grau de inverossimilhança. Todos os chefes políticos indianos representados na crônica invariavelmente recorrem a uma prática discursiva que os faz exaltar as grandezas e a nobreza das forças inimigas que lhes trazem a desesperança, a submissão forçada e a morte. Não raro o monarca português é chamado de “irmão” ou colocado numa condição de superioridade pelos potentados das cidades alvo das incursões de saque.

Otto Maria Carpeaux, referindo-se ao universo ficcional de Dostoiewski, fala de “técnica de dilatação de enredo”. Os grandes romances do escritor russo se resumiriam a um conjunto de células narrativas de forte impacto dramático que caberiam num volume de reduzido número de páginas. Ainda de acordo com Carpeaux, a grande extensão das tramas deveria ser atribuída ao uso de um artifício novelesco, o de retardar o seu desenlace por meio do uso dos célebres “enredos paralelos”. Em certa medida as observações do renomado crítico são extensivas a Gaspar Correia. O uso frequente da inserção de longas sessões de diálogos parecem ter em mira criar um efeito de dramaticidade e de retardamento do desenvolvimento das cenas centrais de sua narrativa: os grandes feitos militares dos protagonistas da campanha de conquista intercontinental. Na crônica de Castanheda a primeira descrição de batalha em solo acontece vencidas cerca de 120 páginas. Em *Lendas da Índia* o início das operações de combate de infantaria desembarcada se dá quando o leitor adentra na metade do primeiro volume de mil páginas. Note-se que ambos adotam uma mesma cronologia; descrevem a mesma sequência de acontecimentos: expedições de Gama seguida da frota de Cabral, do envio das armadas e, por fim, a primeira batalha contra o Samorim de Calicut em apoio ao rei de Cochim, aliado dos lusitanos.

Correia gasta quase quinhentas páginas com colocações que funcionam como preâmbulo da ação principal. Esses enxertos são de natureza basicamente discursiva, os já citados diálogos ficcionais travados entre os personagens geralmente girando em torno de questões de articulação diplomática, comercial ou de heroísmo desenfreado.

Contudo, as *Lendas da Índia* não são constituídas de material inverossímil. Há outra faceta diametralmente oposta a esta. E com isso retornamos ao ponto inicial da discussão e ao segundo incidente que ilustra o estilo e os métodos de Gaspar Correia como cronista das coisas do oriente. Ao deixar registrado o valor exato do soldo mensal de um combatente português que partia na armada da terceira expedição de Vasco da Gama o cronista sublinha um dos traços de sua escrita: a preocupação com minúcias. Em muitas situações narradas ele

insiste em esclarecer que nelas tomou parte como combatente, que foi testemunha direta e que narra o que viu. Noutras ocasiões demonstra um inusitado cuidado com fontes utilizadas e por duas ou três vezes as nomeia explicitamente, *O Livro de Duarte Barbosa e Verdadeiras Informações do Prestes João das Índias*. Displícite e imaginoso por vezes; rigoroso e atento em situações outras.

Quando confrontada com Lopes de Castanheda a crônica de Gaspar Correia mostra-se bem menos povoada de incidentes militares ligados ao processo de conquista de paragens orientais. A redução de relatos de batalhas, cercos e ações outras de combate parece estar essencialmente associada ao deslocamento de eixo narrativo: de peripécias para discursos. O padrão de representação grandiosa da realidade permanece inalterado, manifestando-se apenas de modo distinto. Para além das diferenças aparentes a essência permanece sem grandes variações. A cena abaixo está ligada a uma das batalhas da gesta individual de Afonso de Albuquerque. Finda a batalha, dois dos participantes, membro do alto-comando das tropas envolvidas na contenda, trocam entre si um palavreado que diz muito da ideologia militar que os conduziu à luta:

[...] Senhor Dom Lourenço, eu sou aquy capitão, e ElRey aquy me mandou que servisse, e eu tenho muyto desejo de ganhar alguma honra [...] Deveis, senhor de conteruos com tantas honras como tendes ganhadas no mar e na terra, e tendes pera ganhar toda quanto mais quiserdes. [...] Dom Lourenço se aleuantou com o barrete na mão, e levou o Capitão nos braços dizendo: “Senhor, toda honra que tenho Vossa Mercê ma deu agora em louvar meus feitos; ´polo que, enquanto viver, lhe serey em muyta obrigação por tanta mercê, como ma aquy fez”. (CORREIA, [1565], 1979, p. 699, grifo do autor).

Portando-se com a mesma pomposidade da qual os personagens de novelas de cavalaria se valem para travarem contato com os mais diferentes aspectos do real – incluindo aí os mais banais –, as figuras da narrativa de Gaspar Correia trocam entre si fórmulas ritualísticas de elevação épica que nada ficam a dever aos discursos das assembleias dos guerreiros de Homero da *Iliada*. A mentalidade heroico-cavaleiresca preside a construção de cada uma de suas ações. As aspirações de grandeza os faz pairar – ou ao menos assim o cronista os representa – acima das questões materiais e vulgares. Suspirando por honradez e alimentando-se de um insaciável desejo de reconhecimento, praticam grandes atos que os colocam na posição de combatentes inacessíveis ao comum dos homens. A cena acima transcrita é das mais comuns no texto de Gaspar Correia, ao lado dela em termos de fórmula maciçamente reproduzida, uma outra cena: a da cerimônia de sagração cavaleiresca. Após uma batalha exitosa nada mais comum que um rito na qual os melhores combatentes são sagrados membros da ordem de cavalaria, acontecimento que se constituiu no epicentro

dramático de cada um dos capítulos que envolvem operações de combate. Se, conforme já assinalado anteriormente, nas *Lendas da Índia* o leitor se depara com uma quantidade reduzida de descrições bélicas quando comparado com o texto de Castanheda, isso se dá devido a predileção por parte do narrador pelas cenas e diálogos que incorporem estes elementos.

4.4 AS OPERAÇÕES DE GUERRA NAVAL E TERRESTRE EM *LENDAS DA ÍNDIA*

Militarmente falando, Gaspar Correia constrói um relato bem menos minucioso que o de Castanheda. Na maioria das situações ele se limita a percorrer com brevidade o palco dos acontecimentos, situando o leitor acerca dos desdobramentos do embate militar. Por vezes o relato ganha uma acentuada vividez, com descrições detalhadas das operações de luta e com os inevitáveis diálogos dramáticos. O texto da crônica de Castanheda apresenta um projeto de amplitude narrativa muito maior, parece tencionar abarcar a totalidade da estrutura operacional envolvida, desde as operações navais, passando pelas escaramuças e desaguando nos grandes combates que envolveram contingentes consideráveis de homens para tomada de praças-forte do inimigo. Discordantes em termos de estilo e preferências narrativas, contudo convergentes nas informações que se referem ao desenrolar das operações de combate. O confronto entre as duas crônicas mostram inúmeros pontos de convergência nas reconstituições das batalhas de conquista da Índia. Ambos fornecem informações táticas e de disposição das tropas portuguesas no campo de batalha que concordam entre si nas suas linhas gerais. Não há discordância no que se refere aos métodos de combate adotados pelos lusitanos.

A primeira ofensiva lusitana em solo inimigo descrita por Gaspar Correia é a da ilha de Repelim, operação conduzida em apoio ao rei de Cochim, aliado das pretensões imperialistas dos portugueses. Em termos de motivação prévia ou de planejamento estratégico operacional as narrativas de Correia e Castanheda coincidem. Sendo que no *Lendas da Índia* os diálogos travados entre Duarte Pacheco Pereira o monarca aliado ocupam mais da metade da descrição da operação militar. Do desdobramento da incursão temos uma amostra no trecho que segue:

[...] O capitão mor [...] leuando homens que lhe deu ElRey, que sabião bem os rios, com que forão amanhecer, sem serem sentidos, sobre a terra onde estauão os inimigos muy seguros, nom lhes parecendo que os nossos lá fossem. Então caladamente saydos em terra, se repartio a gente em douos esquadrões, leuando panellas de poluora e lanças de fogo [...] foram dar aos inimigos que jaziam dormindo per antre as casas no campo, que erão tudo palmares; [...] Os nossos chegando, dando gritas, chamando Sanctiago, em

que eles conhecerão que eram portugueses. [...] Iam dar nelles e os matavam e os feriam [aos indianos].

[...] Duarte Pacheco ficou com seu esquadrão até ver os inimigos passados o estreito, e mandou tocar uma trombeta e recolher, com que todos logo se tornarão às embarcações, e correrão pelo rio, e foram dar na ilha de Repellim pera onde se recolheo a gente que fogio (CORREIA [1565] 1979, p. 436-37).

Desembarcando em praia hostil, apoiados por canhões de artilharia naval costeira, a ofensiva adotou uma tática de bifurcação em colunas convergentes sobre a área alvo da incursão. Realizada a marcha de aproximação lançam-se sobre o inimigo fazendo uso do já tão conhecido grito *Viva Santiago!* A formação adversária é facilmente desfeita e obrigada a recuar em desordem para uma ilhota vizinha onde tentam recompor a frágil estrutura defensiva. O combate se conclui com o desbaratamento definitivo da última e mal formada linha de defesa e conseqüente aniquilamento dos que dela faziam parte como combatentes. Segue-se uma série de ações de limpeza que visam a desalojar os últimos focos isolados de resistência situados no interior. A conclusão das operações acontece com a cerimônia de sagração cavaleiresca da qual participam os mais protagonistas mais destacados da incursão terrestre. Em suas linhas gerais os dois relatos cronísticos coincidem na descrição do desenrolar da batalha. No que se refere especificamente aos modos de guerrear da força invasora não há qualquer tipo de discordância. Os métodos de combate descritos em ambas fontes atestam que a força expedicionária portuguesa tinha na incursão o eixo de seu sistema tático.

A sagração cavaleiresca e a ofensiva impetuosa aos gritos incentivadores de *Viva Santiago* são as duas cenas mais frequentemente encontradas. A primeira é indício da persistência do imaginário cavaleiresco que concede vigor às ações de combate. A segunda é uma das matrizes do padrão tático de luta em solo dos lusitanos. Sabe-se que a infantaria grega hoplita ao investir sobre as linhas inimigas emitia um grito de guerra pronunciado em uníssono e que Aristófanes o reproduz em uma de suas comédias (HANSON, 2002). Na gesta homérica sobre a guerra de Tróia, dois exércitos envolvidos na contenda antes do início de uma batalha campal posicionam-se frente a frente e trocam improperios, gritos de desafio e partem para o confronto entoando sons de guerra. A imensa massa documental constituída de relatos de cronistas quinhentistas que travaram contato com sociedades pré-colombianas e pré-cabralinas descrevem idêntica situação. Parece ser um patrimônio do *modus operandi* militar de sociedades arcaicas. A sonoridade coletiva entoada concede coesão grupal – embora o padrão de luta seja da predominância do indivíduo – e visa atemorizar o adversário criando uma aura de brutalidade. Note-se que com a única exceção da infantaria hoplita que adotava táticas similares à ordem unida, os demais adotavam como princípio

tático norteador a predominância do fator moral, ou seja, da ofensiva impetuosa de guerreiros que depositam uma fé inabalável na sua força de combate. Os portugueses, dessa forma, conjugavam duas tradições distintas fundindo-as num mesmo manancial que resultou na sua digitação tática por excelência da expansão imperial: de um lado o ímpeto agressivo individual, herança de uma mentalidade heroico cavaleiresca; de outro, as correrias desenfreadas aos gritos que seguramente remontam a uma tradição árabe de confronto armado, herança cultural resultante da longa presença moura na península Ibérica.

Correia privilegia as ações em solo – e nesse ponto ele se distancia de Castanheda. Quase todas as referências às ações navais de bombardeio costeiro punitivo das expedições de Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral estão ausentes da obra do primeiro cronista acima citado. O segundo concede a estes episódios algumas dezenas de páginas da primeira do volume I de sua obra, relatando os motivos que antecederam o desencadear das operações de canhão, as causas remotas e imediatas e o desenrolar da ofensiva em si mesma. Essas ações punitivas que antecedem as batalhas de desembarque nas praias hostis merecem quase que nula atenção por parte do narrador de *Lendas da Índia*. Os combates sobre o dorso do mar contra frotas mobilizadas por árabes que tentam expulsar os portugueses do oceano Índico também recebem um tratamento, por assim dizer, aligeirado. Não está claro qual a razão que o motiva a agir dessa forma, se ausência de fontes de pesquisa ou simples desinteresse pelos confrontos no mar. A preferência pelos embates em solo não implica necessariamente numa melhor qualidade descritiva. Os capítulos são mais extensos quando comparados com os de Castanheda. Do ponto de vista, contudo, eles oferecem menos dividendos informativos. Há poucas referências sobre o armamento português, seja defensivo ou ofensivo, algumas páginas são concedidas ao sistema de armamento dos indianos. Por vezes algumas observações sobre sistemas táticos dos envolvidos nas pugnas; momentos isolados, contudo. A regra vigente é a criação de cenas de forte impacto dramático que servem de preâmbulo – extenso preâmbulo – as ações de guerra em si.

As células dramáticas tornam a crônica muito aparentada com narrativas ficcionais, das quais ela parece ter extraído o molde organizador da reconstituição dos eventos. Castanheda é quase seco no que diz, e nisso ele se irmana com um Tácito ou Tucídides enquanto narrador histórico, dispensa ornamentações retóricas. Um estilo rude que prescinde de grandes ornamentações. Apenas nos prólogos que antecedem cada um dos dez livros dos dois volumes da obra ele se mostra parcialmente e traz à tona observações pessoais sobre o método de pesquisa histórica que considera mais adequado, tecendo ainda considerações outras sobre suas pretensões ao iniciar a pesquisa de sua crônica. Gaspar Correia, por seu turno, sente-se atraído pelo espalhafato. O que concretamente se traduz na presença constante

do drama, do destaque para momentos que traduzam uma tensão que parece tonar ainda maior ao fazer uso daquilo que Mário Vargas Llosa chama de “o elemento acrescentado”. O termo foi originalmente utilizado pelo novelista peruano para definir aquilo que ele considerou uma das características fundamentais de um romance de cavalaria ibérico publicado em fins do século XV, o *Tirant Lo Blanc* de Joanot Martorel ([1490] 1998). O trecho abaixo, embora se refira ao citado romance é perfeitamente ao universo mental de *Lendas da Índia* e parece e ilustra o que tem até foi dito sobre seu estilo como cronista das coisas da oriente:

[...] O que dá soberania a uma ficção, o que a emancipa do vivido, do “histórico” é o *elemento acrescentado*, essa soma de ingredientes temáticos e formais que o autor não expropriou da realidade, não roubou de sua vida, nem da de seus contemporâneos, que nasceram de sua intuição, de sua loucura, de seus sonhos, e que sua inteligência e perícia misturaram com os demais, com aqueles que todo romancista toma de sua própria experiência e da alheia. (Llosa, 1998, p.54 grifo do autor).

As palavras são um componente essencial do universo da crônica de Gaspar Correia. Todos os personagens são de uma loquacidade que não encontra paralelo em nenhum outro texto da literatura de expansão imperial portuguesa. O leitor fica com a impressão de que o tagarelar incessante daqueles homens de armas é uma espécie de atitude indispensável à formação deles como combatentes militares e como seres humanos. Portanto, deve-se falar de palavreado e drama como dois dos componentes mais assiduamente presentes nas representações de batalhas. Predominando essa atmosfera quase romanesca que privilegia o aventuroso, o épico e o elevado das ações de combate dos portugueses, perde-se em termos de informações objetivas. O quadro tático das batalhas – notadamente das de maior envergadura, aquelas travadas no interior do perímetro urbano das cidadelas alvo das incursões – não ficam perfeitamente delineadas. O narrador opta por centrar sua atenção sobre episódios que revelem a grandeza das intenções heroicas dos atacantes. O destemor, a lealdade, a nobreza e o ímpeto combativo que caracteriza cada um dos chefes da expedição militar são salientados pelo narrador. Ao historiador interessa menos saber que Duarte Pacheco e seu filho assumiram a ponta de lança da ofensiva que compreender qual o desenho tático adotado na incursão da ilha de Repelim e porque ele foi adotado em detrimento de outros. Nesse ponto Castanheda traz informações mais objetivas, nas quais não se notam comentários nem interferências ao estilo de digressões.

Se as ações de guerra naval – notadamente as de bombardeio costeiro – recebem pouca atenção de Correia, a mesma observação não é extensiva aos desembarques anfíbios de tropas e operações de penetração em perímetro urbano. Embora padecendo de lacunas no que se refere a pormenores de interesse para a história militar, a narrativa em si cobre quase todos os

procedimentos operacionais ofensivos que se encontram registrados no texto de Castanheda. Desta forma, as duas fontes coincidem no que se refere ao conjunto geral das grandes linhas da campanha militar naval e terrestre de conquista de porções da Ásia. O período abarcado por ambas as crônicas se estende ao longo de um arco temporal que vai de 1497 a 1550. Acompanham as campanhas de Vasco da Gama, Cabral, Afonso de Albuquerque, Dom Francisco de Almeida, Duarte Pacheco Pereira e os governadores-gerais – ou vice-reis – do Estado português da Índia. O modo como os dois textos se organizam é praticamente idêntico: a organização cronológica se liga ao processo de nomeação de autoridades administrativas portuguesas para o oriente. Há uma macro divisão em livros, cada um deles enfeixando um determinado período de vigência do mandato deste ou daquele potentado enviado pelo monarca do reino português como símbolo de seu poder. Os acontecimentos militares são agrupados ao redor de uma personagem que centraliza o desenrolar de uma série de batalhas de conquista ou de apoio para aliados locais. A meta final do narrador – seja Castanheda ou Correia – é a do engrandecimento do herói posto em evidência. Segue-se em ritmo de alternância a incidência do foco narrativo sobre a lista de comandantes heroicos que teriam integrado a gesta cavaleiresca lusitana nas paragens do oriente.

Os livros, por sua vez, se subdividem em capítulos. Em Castanheda há, por assim dizer, uma coesão narrativa evidente, mas não no texto de Correia. No primeiro a homogeneidade se faz presente na eleição de um tema ao redor do qual orbitam os demais. Inexistindo uma preocupação com a dramaticidade, tudo parece fluir em direção aos acontecimentos militares em si com o óbvio fim de engrandecer alguns dos comandantes da expedição de conquista. O foco narrativo é o das batalhas de grande ou pequeno porte, terrestres ou navais, campais ou de cerco de limitada extensão temporal. Nas *Lendas da Índia* o quadro muda de configuração. Os capítulos são de maior extensão e menos diretos. Em muitos momentos – a maioria deles – as personagens se cercam de uma aura de tagarelice incessante. São diálogos destituídos de importância militar direta - salvo algumas poucas exceções -, manifestações de incentivo aos participantes de uma expedição, negociações diplomáticas ou, situação mais comum, trocas intermináveis de referências elogiosas à coragem mútua dos combatentes ou discursos dos aliados locais - o rei de Cochim, mais frequentemente - que solicitam auxílio ao tempo que fazer desfiar declamações de fidelidade e vassalagem voluntária ao monarca português. Há muitas movimentações romanescas: corridas desabaladas; cercos ou cenas de emboscada no meio de uma ação em sítio urbano; descrições prolongadas de homens feridos – apenas portugueses. A meta evidente é a de construção momentos de forte impacto dramático ao estilo daquelas que roubam a liberdade emocional do leitor e o fazem prender a respiração em tensa expectativa de uma conclusão. O

desenlace delas, obviamente, inapelavelmente conduz a uma exaltação do heroísmo épico militar dos invasores que sempre – na versão mitificada dos cronistas – combateram sob severa condição de desvantagem numérica.

Duas cenas que ilustram o estilo romanesco de Gaspar Correia e que fornecem meios de desvelar a mentalidade militar da força expedicionária portuguesa. De acordo com Luís de Albuquerque (1992), que dedicou uma de suas obras mais volumosas ao estudo biográfico de algumas das figuras de maior relevo da expansão imperial portuguesa, Dom Francisco de Almeida foi o funcionário régio mais bem pago do reino. O cargo a ser exercido justificava as benesses reais. A ele foi dada a incumbência de administrar o Estado português da Índia na condição de vice-rei. Correia dedica a eles e seus feitos toda uma seção específica que se estende por alguns capítulos longos e recheados de pormenores. O primeiro momento – aquele que nos interessa de imediato – é solene e pomposo, bem ao estilo do cronista: a cerimônia de nomeação do vice reinado.

[...] Ao que ELRey sayo da cortina, e o visorey se pôs ante elle de geolhos, a que ELRey disse: “Muyto honrado Dom Francisco, meu amigo e vassalo, eu vos entrego esta bandeira do sinal da Vera Cruz, com a qual, em nome de Deus e em meu serviço, cometeireys e farés os onrados feitos que se pareçam com quem vós sois, e vos parecer nos altos lugares que ella merece, quanto vosso poder abranger, por ella ser insígnia de nossa santa fé, e destes meus reynos e senhorios. [...] Eu vos dou todo poder como minha pessoa, com título de viso rey da Índia, que em meus dias outro nenhum terá, porque vos nom seja igual nesta onra, com que fareys o que vos parecer serviço de Deos e meu, assy na fazenda como na justiça. [...] O Visorey estava ante ELRey de geolhos, e beijou a mão a ELRey e à rainha, dizendo: “Senhor, o merecimento de Vossa Alteza Real ante Nosso Senhor he tal que aproue dar no entendimento alheo, que vos desse a diuisa da real espera, em que se contém a significação dos ceos e terra; Em que Elle, o Senhor Deos manifestou sua vontade querer dar a vossa alteza o que denegou a tantos reys vossos antecessores; e nesta tamanha grandeza ordenou e me manda que vá servir [...] Peço à misericórdia de nosso Senhor me dê vida, entendimento, e forças pera fazer obras que leuo na minha alma, pera satisfazer tão altas mercês. E lhe tornou a beijar a mão, e tomando a bandeira da mão do Rey se pôs em geolhos e fez oração. (CORREIA, [1565] 1979, 532-33).

A solenidade da cerimônia já nos é familiar; recorda em tudo a anteriormente vista nomeação de Vasco da Gama pelo mesmo rei Dom Manuel para o cargo de almirante da frota a partir em descoberta do caminho marítimo para a rota das especiarias. As linhas de João de Barros são muito semelhantes às de Correia. Em ambas as situações assistimos ao vassalo postando-se ante seu suserano buscando sua benção antes da partida para um empreendimento de uma grandiosidade heroica. Pairando sobre tudo uma densa névoa de um cerimonial cavaleiresco. Há vestígios de inúmeros rituais ligados ao universo do imaginário da cavalaria

na cerimônia de nomeação de Francisco de Almeida para Vice-Rei do Estado português da Índia.

Não fosse rudimentar o sistema de defesa militar dos habitantes das referidas localidades, como o define Luís de Albuquerque (1992), talvez o resultado final do combate e da campanha de domínio do oriente fosse outro. O cronista português quinhentista concede alguns parágrafos longos ao sistema de armamento dos inimigos da incursão lusitana. Armas de pedra, pau, lanças pontiagudas, arcos e flechas e alguns poucos canhões de muito pequeno porte, incapazes de atingir as plataformas flutuantes de ataque e mesmo de desorganizar as linhas de infantaria dos incursores. O modo como faziam uso de seu limitado poder ofensivo era mais comprometedor para pretensões de vitória. A força expedicionária desembarca sem encontrar oposição nas praias – isto está claramente posto no relato de Correia – nem qualquer estrutura defensiva em solo antecedendo o ingresso no sítio urbano alvo das operações de conquista. Abrigam-se dentro da cidade e oferecem uma rala resistência que consistia basicamente de entrincheiramento em telhados ou no interior de algumas casas desabitadas, pontos a partir dos quais os defensores lançavam setas ou enormes pedras sobre a coluna de infantaria adversária. Destituídos de armas de aço ou de arremesso de projéteis por impulsão de pólvora, contavam quase que unicamente como instrumento de agressão a coragem individual de cada combate que se arrojava com fúria, conforme disso nos fornece testemunho a crônica. O sistema de combate de ambos os lados envolvidos no confronto era quase similar, a grande diferença residia na superioridade tecnológica em termos de instrumentos portáteis de luta e no apoio decisivo dos canhões de retaguarda. Considerando a narrativa cronística, em termos táticos poucas ou nulas diferenças os separavam.

A leitura das crônicas de Castanheda e Correia permite acesso aos desdobramentos de cerca de cinco décadas de presença militar lusitana no oriente. Algumas conclusões se impõem previamente após uma atenta leitura do extenso *corpus* documental em apreço. No século XVI a combinação de Piques, espécie de lança de grande comprimento, e Mosquetes fundamentavam a doutrina das tropas de assalto terrestre das potências europeias. (GILBERT, 2000). Fogo e movimento associado ao uso de táticas consagradas pela experiência acumulada pelos exércitos da antiguidade clássica. Uma simbiose entre o pensamento militar antigo e as novas fundamentações táticas nascidas da adoção de uma nova tecnologia bélica concediam fundamentação as ações de combate renascentistas. A junção de armas antigas e das recentemente desenvolvidas pela nova tecnologia derivada da adoção da pólvora requeria um padrão de combate coordenado. A ordem unida não foi invenção das forças armadas da renascença, mas, sim, uma redescoberta fundamental. Uma dissociação com o passado bélico medieval centrado na ofensiva e investida furiosa de uma infantaria que desdenhava de

combates apoiados por auxílio mútuo. Renegando princípios normativos caros ao pensamento militar europeu de então, como adestramento e ação coletiva de tropas instruídas na execução de manobras impessoais, a *Cavalaria do Mar* portuguesa, ponta de lança de uma ofensiva intercontinental, edificou um império marítimo que se assentava sobre domínio de rotas comerciais e de pontos fortificados de comércio instalados em solo hostil.

O instrumento supremo de tal desígnio foi uma infantaria indisciplinada - firmemente confiante no poderio de seus métodos ofensivos - atuando em praias sob controle do inimigo e apoiada por uma marinha de guerra que lhes concedia a necessária capacidade de mobilidade e deslocamento no interior de terras apinhadas de forças hostis. Da conjugação dos poderes, o naval e o terrestre, resultou um instrumento de subjugação de povos destituídos de tecnologia militar avançada e ainda apegados a um modo de conduzir a guerra que os deixava fragilizados frente a uma ofensiva de um invasor animado de uma fúria quase possessa. As ações de combate dos portugueses, via de regra, tinham na coragem temerária individual seu fundamento último. O historiador militar Felix Guilbert (2000) sugere que as dimensões sociais muito mais que a tecnologia forneceram um parâmetro para as modificações na arte da guerra renascentista. Dito de outra forma, exércitos disciplinados, comandados por um corpo de oficiais dotados do *ethos* das legiões romanas se constituíam na essência do pensamento militar do despontar da era moderna. Embora, segundo as crônicas, contrariando aos ditames teóricos do que se concebia como sendo um exército eficiente, os infantes lusitanos obtiveram a subjugação de uma considerável porção do oriente.

Os métodos empregados – vistos de uma perspectiva totalizante da campanha asiática na sua globalidade – pela infantaria portuguesa oferecem um vislumbre da doutrina militar da *Cavalaria do Mar*. Seus elementos constitutivos devem ser isolados visando uma apreciação mais detida. Primeiro cumpre destacar que se tratava de uma cavalaria desapeada que tinha na mobilidade seu princípio tático absoluto. A doutrina de uso deste notável dispositivo ofensivo terrestre poderia ser definida a partir do moderno conceito de uma força de intervenção rápida. Estando a força expedicionária lusitana milhares de quilômetros distante de suas bases de retaguarda e tendo que combater numa zona ampla e hostil, o recurso que lhe restou para superar as limitações impostas foi a deslocamento constante. Utilizavam-se os grandes navios de guerra como plataformas flutuantes de luta. A marinha com seus impositivos canhões tornou-se arma acessória, cuja função axial era a de transporte e de cobertura de ações em solo da cavalaria desmontada, ponta de lança da conquista imperial. Ao desembarcarem em solo os combatentes faziam uso da mesma predileção pela velocidade que caracteriza sua doutrina naval. Em terra os infantes não cultivam posições fixas em linha coordenada. No máximo – e as fontes atestam isso – formam colunas distintas, sob comando independente,

que são arremessadas sobre o ponto onde o inimigo se encontra sem preocupações com o ordenamento ofensivo, ao contrário disso, a correria desenfreada os define.

Em termos táticos defensivos os cronistas estudados não oferecem a mesma abundância de material. Poucas são as situações de cerco prolongado ou de defesa localizada. As tropas portuguesas são basicamente uma força de assalto, parecem conceber como fundamental a brevíssima aniquilação do inimigo, talvez por isso os registros de momentos que estiveram acuadas, rechaçando uma ofensiva adversária que os colocou em desvantagem tática, sejam raros na cronística quinhentista das batalhas no oriente. Das poucas situações presentes o que se pode concluir é que quando sob ataque a infantaria portuguesa combate com o mesmo padrão de predominância do individual sobre ações de ordem unida. A batalha do Passo de Cambalão – narrada por Castanheda e Correia – é emblemática nesse sentido. Estando acuados numa linha de defesa precária frente a um adversário numericamente superior, contudo destituído de apoio de artilharia leve ou pesada, a força expedicionária que contava com o auxílio de forças locais aliadas aos projetos do monarca português desbaratou a investida adversária graças ao poderio do canhão das caravelas e dos bâteis que formavam uma proteção preliminar. Talvez seja esse caso único nos relatos aqui estudados. Solitária sugestão de um princípio de organização de defesa em profundidade utilizando os veículos navais como fortalezas móveis alinhadas. Deve ser assinalado que a tentativa não surtiu efeito porque a linha foi facilmente desfeita na desordem da movimentação de luta e a infantaria assumiu a sua natural predominância.

Movimentação de massas de infantaria que agiam como formações compactas de infantaria – tendo Castanheda e Gaspar Correia como fonte de embasamento desta afirmativa – não atuaram na campanha de conquista asiática. Deve-se, antes, falar de forças móveis, de deslocamento rápido que se valiam das vias marítimas e fluviais para surpreender pontos vulneráveis do inimigo e lançar sobre eles imprevistos e decisivos ataques. Os incursores migravam de um ponto a outro com relativa celeridade e desembarcavam em praias ou zonas costeiras fluviais para surpreender formações inimigas precariamente posicionadas. A mentalidade heroica – fundamento último de suas concepções de luta – por sua própria natureza era limitadora das ações organizadas de combate. Uma força militar móvel e coesa nos seus fundamentos táticos parece não ter integrado ao sistema bélico português da expansão imperial. Muito menos parece haver indícios de uma distribuição da tropa por ramos de especialização. Havia uma distinção entre funções a serem executadas de acordo com a arma utilizada – as crônicas deixam isso claro -, contudo, não implicava numa rigorosa especialização resultante de longo processo de adestramento coletivo do combatente de base.

Sendo a mobilidade o grande fundamento tático, não deve causar surpresa a predominância de combates de baixa intensidade sobre grandes embates em áreas abertas ou no interior de zonas urbanizadas. Forças móveis incursionam, não almejam ocupação territorial definitiva – e não podem fazê-la, por absoluta incapacidade ofensiva. Desembarcam, destroem as formações oponentes, prosseguem no desbaratamento do que restou do sistema defensivo inimigo ou recuam em ordem para o ponto de partida da operação de assalto. Atacar, destruir, recuar, sem se assenhorear do terreno. Reconstituindo o sistema ofensivo na retaguarda e planejando novas investidas em outro ponto. Sem uso de formações compactas de combatentes desapeados que investissem em ordem unida sobre as defesas fixas do inimigo; destituídas de apoio de forças de cavalaria montada que servissem de cobertura de flanco, retaguarda ou como ponta de lança aríete. Atacando, recuando – quando necessário - e confiando no ímpeto furioso de soldados de linha apoiados por canhão naval. Eis o que os portugueses de Castanheda e Correia fizeram com maior frequência nas batalhas que travaram contra seus variados inimigos em terras do oriente. Não possuíam meios militares de conquista e permanência territorial de extensas áreas do inimigo. O poder de fogo e o material humano disponível era insuficiente para realização de feitos dessa natureza. Nas duas crônicas não se encontra um único registro de uma batalha clássica de infantaria em terreno aberto na qual se combatesse primordialmente pela posse de uma dada extensão territorial ou um perímetro urbano. A regra é a de embates localizados cuja repercussão é quase sempre tática, excepcionalmente, estratégica.

Taticamente falando, a arte da guerra dos soldados lusitanos presentes nas descrições de Castanheda de Correia é a do guerreiro possesso que confia unicamente no seu poder de sua capacidade de infligir danos ao inimigo. Insubordinados, não conhecem outra lei senão a da ofensiva a qualquer custo, da qual jamais renunciam. Menosprezam a luta organizada em formações compactas de infantaria adestrada e impessoal que para seu sistema de valores corresponderia a uma perda de aura heroica. Uma concepção ritualística de guerrear, regida por uma série de protocolos que limitam seu raio de alcance, sua capacidade de infligir danos ao inimigo, mas que não delimitam o nível de agressividade. Por sua própria natureza é contrária a ações de combate que se estendam por dilatados períodos de tempo, é combate de baixa intensidade e curta extensão. Uma concepção de luta subordinada – não inteiramente, é claro – a uma complexa estrutura ritualística que inclui protocolos variados e de função militar quase nula. Ataques e recuos não se processam na ordem que seria esperada num exército renascentista. As colunas simplesmente arrojam-se sobre as formações adversárias ou recuam em desabalada correria, quando a batalha se mostra desfavorável. Inexiste apoio ofensivo ou defensivo de grupos de combate que atuam autonomamente. A ideologia que

fundamenta seus atos marciais os impede de agir conjuntamente como uma grande massa coesa e poderosa, porém anônima.

Três termos definem a doutrina militar portuguesa da expansão imperial – afirmativa que se depreende dos relatos dos dois cronistas: velocidade, agressividade e surpresa. Os dois primeiros são comumente associados ao uso de cavalaria como arma autônoma de ruptura das linhas inimigas. Contudo, sabemos que a infantaria que combateu nas praias do oriente era desmontada. Destituída de meios de deslocamento hipomóvel a horda invasora combatia animada dos mesmos princípios organizacionais. Sem um centro de dispositivo ofensivo claramente definido, sem base fixa de apoio e, o parece mais importante, sem metas estratégicas que envolvessem domínio militar terrestre e anexação territorial. Limitações aparentes que se traduziram em ganho tático efetivo.

Todas as batalhas da campanha de domínio oriental foram postas em execução com a conjugação desses três fatores. Deslocando-se de um ponto a outro do extenso litoral asiático e desembarcando sem aviso prévio – com exceções – em praias hostis para explorar pontos vulneráveis de um inimigo que possuía defesas desorganizadas, a *Cavalaria do Mar* fazia uso da agressividade como fator moral preponderante. Gaspar Correia oferece exemplos ilustrativos desse *modus operandi* nas duas operações de guerra urbana que ele descreve com maior vagar, as incursões das cidades de Mombaça e Quíloa. Em ambas as situações a forma invasora se defrontou com um inimigo que tirou um certo proveito das lições apreendidas com o estudo dos meios de ataque lusitano. Ofereceram limitada reação inicial na linha costeira de desembarque e recuaram em ordem para o interior dos respectivos pontos de defesa de retaguarda na qual se processou o desenrolar da batalha em si.

Raymond Aron (2002) no seu conhecido ensaio sobre arte da guerra define potência militar – retomando as teses clausewitzianas – como a capacidade que um país possui de impor sua vontade sobre os outros membros de um determinado concerto internacional de nações. Durante todo o processo de expansão ultramarina Portugal, em momento algum, deixou de ocupar na Europa o posto de potência militar média, concentrando esforços na construção e manutenção de um império marítimo (BOXER, 1969). Espremido na porção mais ocidental do velho continente, o território lusitano encontra-se estrategicamente posicionando junto a uma grande faixa litorânea, o que contribuiu decisivamente para o desabrochar da sua vocação de empreendedorismo marítimo. A política-militar lusitana, durante o quinhentismo, pautou-se pelo distanciamento das questões continentais e pela projeção de poder naval sobre culturas e civilizações extraeuropeias.

Kissinger (1999) define como era da *razão de Estado* o momento da história da diplomacia compreendida entre a renascença e a tentativa de hegemonia continental da França

sob Richelieu. O célebre cardeal francês teria sido o responsável direto pela formulação dos princípios da doutrina que regularia as relações internacionais em solo europeu por um longo espaço de tempo. Contudo, deve-se fazer notar que a expansão imperial portuguesa ocorreu dentre de limites cronológicos mais estreitos, e a delimitação do presente estudo se encontra submetida a uma limitação temporal que apenas se aproxima das fases inicial da tipologia das relações inter-Estados moderna proposta pelo estudioso norte-americano. No Renascimento, os princípios normativos da guerra moderna estavam ainda em fase de consolidação e encontrariam seu pleno desabrochar táticoestratégico na centúria seguinte, a mesma observação é extensiva para as teorias de regulamentação da diplomacia europeia. Entre as operações militares que resultaram na tomada de Ceuta e a estratégia traçada por Afonso de Albuquerque, para dominação das rotas comerciais oceânicas das Índias, as grandes potências da Europa estavam se consolidando enquanto Estados nacionais e sistematizando o conjunto de formulações teórico-práticas que nortearia os modos de condução da guerra na modernidade e nas quais os portugueses não se enquadrariam. Diante disso, a doutrina de relações internacionais centrada no conceito de *Razão de Estado*, embora associado ao *modus operandi* clássico das nações europeias não se aplica ao caso particular em questão, o da expansão imperial portuguesa. Para esta, critérios outros devem ser evocados.

Nos manuais de história da moderna diplomacia europeia - dentre os quais os de Kissinger se incluem entre os mais dignos de prolongada apreciação – podemos encontrar duas antigas lições sobre os modos de ordenamento das relações interestatais. A primeira delas nos assegura que cada século é dominado por um país que se mostra com poder e ímpeto intelectual para moldar todo um sistema de acordo com seus próprios valores, deixando-o à sua imagem e semelhança. Uma outra nos afiança que a política de equilíbrio de poder - ao contrário do que muitos parecem apressadamente crer - não seria a forma natural de relacionamento entre as nações. Para a maior parte da humanidade e nos períodos mais longos da história, "o império tem sido a forma normal de governo [...] eles não tem o menor interesse em operar num sistema internacional; aspiram a ser o sistema internacional" (1999 p 45). Uma doutrina de relações inter-estatais firmada sobre hegemonia imperial é que a melhor convém ao contexto do processo de expansionismo naval lusitano aqui estudado.

A expansão portuguesa não se enquadraria na definição clássica de formação imperial. A presença militar portuguesa no oriente “não envolveu a ocupação em massa de territórios e de sua gente” (COELHO, 2000, p. 57). Povos não foram submetidos militarmente para anexá-los com suas respectivas áreas de habitação e riquezas eventualmente nelas armazenadas. Pela dilatação da Fé e do Império inúmeras circunscrições geográficas foram contratadas e integradas a um sistema internacional de relações e trocas comerciais. Embora essa

incorporação tenha se dado por via da força armada ela não resultou numa rede interconectada de regiões vassalas anexadas ao império. O que resultou diretamente do expansionismo conduzido pelos nautas lusitanos foi um império marítimo, conforme já aventado por Charles Boxer (1969) no clássico estudo dedicado ao tema. Uma nova talassocracia ao estilo daquela anteriormente existente no Mediterrâneo sob domínio cretense ou daquele fundado e mantido pelos Fenícios. Em termos estruturais estaria mais próximo deste que daquele. O sistema adotado guardava evidentes semelhanças, a começar pelo elemento que talvez deva ser caracterizado como um dos mais importantes, a disseminação de feitorias. Os marinheiros da Fenícia foram os primeiros a adotar o expediente de pontos fortificados de defesa nos litorais das zonas visitadas com o intuito de estabelecer rotas de comércio. Mistura de armazém, local de aprovisionamento de tropas e sede administrativa da autoridade militar invasora. Condensava em si funções variadas e abrigava no interior de suas muralhas - ou mais comumente, paliçadas - homens armados e prontos para apoiar incursões predatórias, comerciantes, letrados e burocratas encarregados por força de determinações régias de manter registros atualizados das atividades ali desenvolvidas com os nativos locais.

5 OPERAÇÕES MILITARES NA AMÉRICA PORTUGUESAQUINHENTISTA

O feito que celebrizou o escudeiro Gil Eanes – e que abriu para ele o acesso às benesses reais da casa de Avis – descortinou uma via de acesso para três diferentes continentes. Afastado o temor do mar ignoto e de todas as ameaças reais ou imaginárias que nele pululavam, as velozes embarcações portuguesas estabeleceram bases comerciais e pontos fortificados de defesa no Magreb africano, nas costas da Guiné e no grande celeiro de produtos exóticos do Oriente. A joia da coroa, o grande sumidouro de homens e recursos bélicos do reino, foi o domínio das rotas de exploração marítima do continente asiático e das áreas litorâneas de importância estratégica. A América Portuguesa, nesse contexto, de início, nada mais foi que teatro secundário, frente periférica de luta e de exploração. *Front* para o qual, inicialmente, se destinou uma quantidade menor de recursos por apresentar um caráter de zona não decisória de luta: a sua perda não representaria o comprometimento da capacidade ofensiva imperial lusitana. Às Índias, pelos dividendos econômicos que proporcionava, caberia a denominação acertada de *schwerpunkt*, ou eixo da ofensiva, de acordo com um dos célebres termos da doutrina militar germânica da primeira metade do século XX.

O Brasil se insere de forma quase acidental nesse processo de expansão imperialista, tendo resultado, como quer nos fazer crer uma bibliografia sobre o tema controvertido, de uma “barbearagem” náutica do inepto comandante da frota destinada à Índia, o almirante Cabral²⁹. Se o avistamento das novas terras resultou ou não de conhecimento prévio anteriormente acumulado por secretas explorações cuja divulgação ficou recoberta pelo tão famoso quanto discutido “sigilo de Estado” de Jaime Cortesão é tema que aqui não cabe aprofundar. Para os fins das discussões que ora estabelecemos aqui importa sublinhar que, ao contrário do que se passou no Oriente e no litoral africano, nenhuma grande formação de belonaves transportando uma força militar invasora foi enviada a se assenhorear do novo território nas primeiras décadas de contato. E o motivo para isso não guarda grandes complexidades. Na Terra de Santa Cruz os invasores não se depararam com reinos opulentos que se estendessem por uma grande extensão territorial permeada por súditos que cultivassem as riquezas vegetais de tão grande valor de revenda na Europa. O nauta português não avistou grandes silos abarrotados de cravo, pimenta ou gengibre, muito menos teve a mesma oportunidade de se defrontar com cidades costeiras que eram ponto final de uma rica rede

²⁹ Sobre as polêmicas envolvendo o “achamento” do Brasil e as diversas teorias há uma muito extensa bibliografia. Luís de Albuquerque (1992) no capítulo referente a Cabral oferece um panorama introdutório da questão. Veja-se também, Southey (2010 [1819]); Peres (1992); Cortesão J. (1992).

comercial que interligava o interior do continente com a zona costeira, como aquelas que Vasco Da Gama encontrou na África oriental islamizada.

A constatação inicial – que se revelaria equivocada – da inexistência de riquezas exploráveis - provavelmente contribuiu para o desinteresse manifestado pela possessão ultramarina recém reclamada. A frota de Cabral composta por 13 navios (10 naus e 3 Caravelas) de grande porte era dotada de grande poderio militar, potencialmente impressionadora. Contudo, não deve ser esquecido que sua meta era, conforme já nos foi dado conhecer, impor autoridade sobre recantos insubmissos das paragens orientais em geral, e ao Samorim de Calicut, em particular. Uma força expedicionária invasora, ao estilo daquelas tantas que povoam as narrativas dos cronistas dos feitos praticados pelos portugueses na Ásia, com a função de transportar uma autoridade que atuaria como Vice-rei imperial somente teria lugar na América portuguesa quase cinco décadas após o desembarque inicial de Cabral e seus homens. Claro está que no interregno entre os dois desembarques outras operações foram levadas a termo, algumas delas envolvendo número consistente de tropas embarcadas nas naus de combate. A possessão ultramarina não ficou de todo esquecida, mas os esforços empreendidos para ocupá-la – e aqui este termo deve ser entendido na sua acepção militar – não foram da mesma monta, nem mesmo remotamente, daqueles empregados no esforço de guerra oriental, que era nos dias de então o *front* principal da luta.

Sendo um teatro de guerra secundário, um mero flanco de apoio do esforço ofensivo central, para ele recursos menores deveriam forçosamente direcionados de acordo com o princípio que quando se luta em mais de uma frente deve-se atacar o mais poderoso e apenas conter o avanço do mais frágil. Se desembarque de Cabral não foi necessariamente uma operação de guerra, outras expedições que se seguiram adotaram padrões de combate mais claramente discerníveis. Mesmo sendo uma zona periférica da expansão imperial portuguesa – nas décadas iniciais do quinhentismo, entenda-se – foi necessário mantê-la, seja no sentido de uma diminuta presença em solo, seja no sentido de uma contenção de metas cobiçosas de potenciais navais de procedência europeia. Desse planejamento resultaram uma série de consequências, dentre as quais cumpre destacar as operações de patrulhamento costeiro e as tentativas infrutíferas de ocupação da terra sob forma de um sistema de arrendamento quase feudal. O registro de combates navais próximos ao litoral embora não seja abundante, possui uma certa consistência de dados. Sabe-se que a América não pertencia por inteiro aos portugueses, limitando-se seus domínios a uma porção do sul da massa continental. Ingleses, franceses, espanhóis e holandeses tentavam se assenhorear de vastas outras porções distintas situadas mais ao norte e no centro. Em virtude disso, incursões marítimas agressoras foram tentadas em solo que pertencia à jurisdição lusitana. Os combates não seriam de grande monta

nem redundariam em consequências estratégicas de largo escopo. Debeladas, ou apenas momentaneamente contidas, estas ameaças providas da superfície do oceano, os planejadores da Casa de Avis centralizaram seus esforços na tentativa de divisão da terra num sistema semi-feudal. Do que resultou uma série de embates armados entre os invasores e os ocupantes originais da terra. Acerca disso teremos oportunidade de tratar com a devida atenção em páginas posteriores.

A experiência militar portuguesa na América não se deu senão após quase um século de prática combativa e aclimação nos trópicos. Uma força expedicionária duramente experimentada numa série de pugnas sangrentas contra combatentes africanos e asiáticos teve oportunidade de medir forças num novo ambiente de guerra ao qual também se adaptaria com surpreendente rapidez. Guerra de conquista e extermínio. Nova modalidade de luta esta, de todo condizente com as novas condições encontradas pelo invasor na zona de combate tropical. As incursões típicas da luta em África e na Ásia foram substituídas por uma nova mentalidade militar centrada na ideia de aquisição territorial a partir da expulsão dos habitantes originais das terras e de sua incorporação a um patrimônio imperial ultramarino. O antigo conceito posto em prática no Oriente, o de travar contato com o inimigo, desbaratá-lo e se retirar em seguida para a segurança de uma retaguarda solidamente guarnecida, foi substituído pelo deslocamento de forças que exterminassem o inimigo, fisicamente falando.

Novas condições de combate, nova doutrina de guerra – ou ao menos de uso da infantaria – mas um adversário que adotava normas de conduta militar em tudo semelhantes aos já encontrados pelos nautas imperiais desde a operação de desembarque em Ceuta. Um novo inimigo que adotava princípios normativos largamente familiares aos lusitanos; vinhos velhos em odres novas. O sistema de conquista adotado no continente a ser incorporado ao patrimônio imperial ultramarino da Casa de Avis elegeu como princípio norteador incursões limitadas e localizadas e, por vezes, uma espécie de sistema híbrido de ação militar que permitia a utilização da força armada por pequenos grupos de pioneiros civis. Milícias exerceram nas décadas iniciais da conquista a função de ponta de lança de ofensiva que almejava o aprisionamento ou extermínio dos variados grupos tribais que habitavam na terra invadida. O sistema de *Entradas*, as expedições organizadas por sertanistas que devassaram o interior da grande província transoceânica, operou – talvez sem que sua intenção inicial tenha sido esta – de modo a produzir aquilo que séculos depois seria conhecido como limpeza étnica. As guerras balcânicas posteriores à queda do muro de Berlim ensinaram ao mundo – e não apenas ao restrito universo de estudiosos de História militar – o real significado desta expressão.

As condições peculiares do processo colonizador exigiu de parcelas significativas de civis como força de combate permanentemente mobilizada contra o inimigo, o senhor original das terras pilhadas pela sanha do invasor. Dos sertanistas aos membros de expedições exploratórias organizadas por particulares, passando pelos contemplados com as Capitânicas Hereditárias - dentre os quais se incluiu um João de Barros com sua infrutífera experiência colonial³⁰ -, o poder real fez valer sua autoridade sobre grupos de colonos e os mobilizou para a guerra. Ou para as guerras, visto que foram muitos e das mais variadas matizes. Abrangendo lutas localizadas e massacres hediondos praticados pelos dois lados envolvidos. A brutalidade esteve no cerne da doutrina de ambos os contendores. Os anos iniciais parecem ter sido de isolamento para os escassos núcleos de povoadores pioneiros que pouca comunicação mantinham entre si, dadas as distâncias quase invencíveis a separá-los. Pontos de defesa e ataque desvinculados de uma estratégia ampla e de apoio de forças de cobertura em terra ou no mar. Na América portuguesa diferentemente da experiência de guerra asiática não houve a coordenação orquestrada (ou quase) que caracterizou as ofensivas de tropas portuguesas. Em solo da Província de Santa Cruz - futuramente solo brasileiro - a infantaria foi a mãe solitária de todas as batalhas. E essa glória ela não dividiria - como ocorreu no Oriente - com a marinha e com o apoio decisivo de uma retaguarda que se impunha pelo troar de uma ruidosa, e mortífera, baforada de metralha. Belonaves pairaram ao largo; transportaram tropas e colonos; deram combate a formações náuticas de potências inimigas de procedência europeia e em alguns casos pouco frequentes bombardearam formações inimigas em solo. Via de regra, contudo, sua função foi aquela que tradicionalmente lhe é precípua: a saber, esmagar o poderio naval inimigo.

Modalidade de guerrear que recorria ao uso de praças-fortes instalados nas faixas litorâneas como que a demarcar a presença do invasor. Seus canhões se encontravam apontados para o oceano, de onde, temia-se, surgissem as ameaças mais consistentes ao precário sistema defensivo erguido em praias hostis. E que eram duplamente hostis: do interior do continente também poderiam irromper subitamente hostes de formações adversárias prontas para fazer valer suas reivindicações de propriedade ancestral sobre a terra alvo das sangrentas disputas. Recorriam os lusos ao sistema de instalação de pontos fortificados de comércio, as feitorias de tão longa história militar na colônia. Os pequenos

³⁰ O cronista João de Barros foi contemplado com uma capitania e devido à escassez de recursos financeiros ele dividiu seus custos de exploração com Aires da Cunha. A frota enviada ao Brasil era uma magnitude militar até então jamais vista na possessão ultramarina. Incluía 900 homens de armas e 100 combatentes montados. O que fez supor a muitos historiadores que as reais intenções eram outras, possivelmente atacar as cercanias do império Inca. Um naufrágio pôs fim ao empreendimento e resultou na morte de Cunha e mais dois filhos de Barros além da quase totalidade da tripulação. O cronista faz uma melancólica referência a isso nas suas Décadas. Para maiores detalhes ver o relato quase romanesco de Southey (2010 [1819]; além de Frota (2000); Rocha Pita (1952 [1730]).

vilarejos, quase aldeamentos, erguidos junto às franjas litorâneas por pioneiros³¹ pecavam pela fragilidade defensiva que os tornava – como de fato aconteceu inúmeras vezes, alvo de incursões devastadoras dos aborígenes locais que se lançavam sobre os pontos de habitação provisória dos invasores. Renhidas batalhas, que serão alvo de análise mais detida em páginas seguintes, algumas celebrizadas nos compêndios de História colonial, outras obscuras, de repercussão limitada e conhecidas essencialmente por restrito número de especialistas. Via de regra, lutas travadas sob o estigma da impiedade. Os relatos não deixam margem para dúvidas a esse respeito: uma guerra total conduzida até o fim sem considerações de ordem humanitária por ambos os lados envolvidos na contenda.

A primeira efetiva organização militar terrestre lusitana em solo da nova possessão ultramarina derivou da instalação do sistema de doação de extensas áreas territoriais: as capitânicas ditas hereditárias. As tentativas anteriores de edificação de um centro provisório que centralizasse a autoridade administrativa invasora não surtiram o necessário efeito. A solução proposta, a de cessão de vastas porções de terra nativa para grupos de colonizadores, objetivava uma dupla função: ocupar terreno, marcando presença da força militar ocupante e repelir incursões predatórias advindas de potências navais inimigas. Para execução desse duplo empreendimento era fundamental a mobilização de todos os civis envolvidos ao estilo do conceito de uma nação em armas.

Após constatação da falência do sistema organizacional anteriormente citado, o passo seguinte foi a implementação do modelo administrativo derivado da exitosa experiência asiática. Tomé de Souza – veterano de combates em África e Ásia – recebeu a incumbência de comandar um quase vice-reinado e fundar um ponto fortificado de defesa, um sólido bastião defensivo, misto de complexo militar e burgo a ser habitado por pioneiros. Com a fundação de Salvador (1549), ficam perfeitamente delineadas as grandes linhas da estratégia portuguesa. Uma doutrina centrada nas ações anfíbia, móveis – como na Ásia – e direcionadas para duas frentes distintas: de um lado, desembarque de cobertura em praias visando desalojar grupos nativos ou fornecer apoio aos incursores do interior das terras; de outro, poder de fogo direcionado para adversário de procedência europeia com os quais seriam mantidos embates marítimos e terrestres em diversos pontos do imenso litoral. O império português, dada sua extensão e dispersão, era presa fácil de predadores das mais diversas procedências nacionais. Mantê-lo territorialmente unido reclamava a mobilização de uma força de intervenção rápida

³¹ Dos quais um modelo quase arquetípico foi o de Francisco Pereira Coutinho, apelidado, não sem razão, de *Rusticão*. Seu núcleo urbano erguido na região que hoje corresponde ao Farol da Barra era conhecido como Vila do Pereira e foi inteiramente destruída por uma incursão de índios aldeados na região. Para interessados num aprofundamento do tema recomenda-se Varnhagen (1979 [1854]); Sampaio (1949) Azevedo (1949); Carneiro (1985); Frota (2000.); Holanda (2007).

capaz de ser deslocada para ser lançada em pontos variados onde as ameaças se manifestassem.

Impossibilitado, portanto, de oferecer resistência decisiva às incursões de marinheiros franceses, ingleses e holandeses, o reino português adotou como princípio normativo a contenção seguida de contra-golpes desfechados sob circunstâncias específicas. Repelir definitivamente o inimigo não estava ao alcance imediato de uma força militar tão dispersa por três diferentes zonas coloniais nos quais atuava. Não raro, os dois grandes inimigos da presença lusitana na possessão ultramarina se uniam em ações conjuntas improvisadas e provisórias, o que dificultava ainda mais o empreendimento de conquista naval e terrestre.

No primeiro século da conquista portuguesa da província recém reclamada o quadro militar a ser esboçado oscilou num movimento pendular de defesa para repelir ameaças náuticas e de ataques formulados para o desbaratamento do poder militar dos habitantes originais da terra alvo da pilhagem. As circunstâncias de combate que se desenrolaram estiveram mais próximas daquilo que se assistiu nas incursões das praças-fortes africanas quatrocentistas e quinhentistas que da condução da guerra na Ásia. Dado que os muitos grupos inimigos encontrados na Terra de Santa Cruz se encontravam dispersos por extensa circunscrição territorial, não era possível realização de batalhas ao estilo convencional. Taticamente falando, a predominância deveria recair sobre incursões ligeiras que confiavam soberanamente na cautela, surpresa e violência no desencadear do golpe coletivo; estrategicamente falando, confiava-se num sistema que poderia ser apropriadamente descrito como de *caça e aniquilação*. Houve uma evidente predominância de batalhas terrestre e ofensivas ao estilo de agressiva incursão e saque. No mar os confrontos foram travados exclusivamente contra belonaves europeias, visto que o indígena não possuía marinha de guerra ou qualquer coisa que a ela se assemelhasse.

Para estudo dos feitos militares portugueses na América portuguesa não se encontra o auxílio de um Castanheda ou um Gaspar Correia. Por motivos que permanecem obscuros, parece não ter existido interesse pela redação de uma crônica abrangente e ambiciosa ao estilo daquelas que encontramos sobre a guerra de conquista das paragens do Oriente rico de especiarias. Talvez a razão disso se prenda ao brilho excessivo das riquezas orientais que ofuscavam os demais teatros da grande guerra de expansão imperial, desestimulando o interesse pela formulação de uma narrativa de amplitude. Inexistindo uma sistematização de certa confiabilidade da qual possa se valer, resta a todos aqueles que interessam por incursionar por este tema o recurso à utilização de uma gama variada de referências documentais dispersas e ao auxílio indispensável de um cotejo com fontes cronísticas quinhentistas.

Um pormenorizado relato militar que que forneça uma visão geral da campanha na nova província ultramarina no período quinhentista, de fato, não há, muito menos qualquer narrativa que a isto se assemelhe. O número de aventureiros, soldados da fortuna e clérigos letrados enviados às novas paragens foi considerável, apesar disso nenhum deles se arvorou às pretensões de tornar-se um cronista-mor.

A obra de Pero de Magalhães Gandavo (1540-1580) (1964 [1576]) muito pouco – quase nada – acrescenta ao estudo de História militar do período que nos interessa. Apesar de nas páginas de abertura tratar de como se deu a colonização inicial, tudo isso é feito de forma demasiadamente aligeirada. Há referências genéricas à conquista das terras arrancadas ao gentio, sem considerações de maior extensão ou aprofundamento. Quais as circunstâncias de campanha? Onde se deram as batalhas? e sua natureza tático-estratégica? Acerca destes e de outros temas nenhuma palavra. A quase totalidade dos capítulos versam sobre uma louvação propagandística sobre os supostos benefícios proporcionados pela nova terra para futuros interessados na sua colonização. Discorre sobre aspectos etnográficos com as previsíveis considerações condenatórias à selvageria dos habitantes originais da terra; trata de questões botânicas e faz um breve sumário de novas espécies avistadas. É um relato de curta extensão e de limitada ambição histórica. Quase na mesma linha se insere a produção do padre Fernão Cardim (1939 [1580]). Apresenta maior interesse e revela detalhes de interesse mais imediato, embora a maior parte do seu livro revele a mesma preocupação do anteriormente citado, ou seja, a de se deter sobre temática etno-botânica.

Atenção mais detida mereceram no presente estudo as produções de Frei Vicente do Salvador e Gabriel Soares de Souza. Do primeiro, douto clérigo dotado de apurado senso de observação, nos foi legada uma obra historiográfica – a primeira que se fez no Brasil – que embora publicada no início do século XVII aqui será utilizada como fonte por tratar do período quinhentista na maior parte de seus capítulos. Narrativa extensa e abrangente, cobrindo desde os temas já tratados por seus antecessores acima mencionados e incluindo outros tantos maior amplitude. Trata-se de uma visão abrangente do primeiro século da colonização da Terra de Santa Cruz e de alguns de seus aspectos militares. Embora contendo lacunas no que se refere às duas décadas iniciais da presença lusitana na nova possessão ultramarina, a *História do Brasil* (1979 [1627]) fornece um valioso somatório de informações, algumas delas quase pormenorizadas, sobre ações de luta pela posse da América portuguesa. Conhecidíssimo é o relato do intrépido aventureiro que encontrou um trágico fim no interior da Bahia quinhentista em demanda de míticas e fabulosas riquezas, entre as quais se incluíam

uma lagoa de onde brotavam diamantes, a lagoa de Sabarabuçu³². Gabriel Soares de Souza, pois é dele que falamos, foi um típico homem da renascença, condensava em si duas grandes matrizes de incentivo à ação dos homens de então: a cobiça mais desregrada aliada a uma curiosidade que parecia insaciável. Da primeira resultou seu trágico fim, supõe-se, flechado por índios paiaiaís, na área que hoje corresponde ao município de Morro do Chapéu, interior da Bahia³³; do segundo resultou uma obra escrita que o imortalizou: *O Tratado Descritivo do Brasil* (2000 [1587]), do qual nos valem para a elaboração das discussões que se seguem neste texto.

Dada as limitações do *corpus* cronístico foi necessário recorrer ao auxílio de uma documentação dispersa distribuída por várias obras distintas. Há outras fontes primárias impressas que foram utilizados como fonte de apoio suplementar da compreensão das operações militares realizadas em solo alvo das incursões imperialistas portuguesas. Do confronto com os dados obtidos e da análise resultante resulta a discussão que fazemos nas páginas que se integram ao último capítulo desta tese. Em vista do que foi dito o leitor deve ter em mira a impossibilidade de repetir o que foi feito no capítulo precedente, ou seja, uma análise centrando-se sobre duas obras específicas e de grande amplitude. As conclusões aqui derivam de interpretações de uma massa documental dispersa, mas nem por isso menos válida como testemunho histórico.

5.1 A CONQUISTA DA TERRA DE SANTA CRUZ: UMA DOUTRINA DE DEFESA MÓVEL

O primeiro encontro entre as duas forças oponentes que se digladiariam futuramente de modo impiedoso até a quase extinção de uma delas, se deu de modo quase farsesco. Uma testemunha ocular nos deixou um relato do ocorrido e dele iremos nos valer. Antecedendo ao desembarque em terra de Pedro Álvares Cabral, um batel – veículo náutico de pequeno porte – foi lançado para contatar os habitantes locais que se encontravam amontoados junto à praia. Liderados por Nicolau Coelho, um número reduzido de nautas se aventura em direção aos recém avistados. O comandante os convida a entrar na embarcação e a depor sobre o assalto as armas que portavam. Que cena nada impressionante para soldados experimentados nas lides da guerra do oriente: oito guerreiros habitantes do território que se pretende pilhar depondo mansamente seu armamento individual a um simples aceno de comando. Que

³² Sobre mitos da conquista nenhum guia é mais indicado que o clássico estudo de Sérgio Buarque de Holanda (2007). Em complemento, em se tratando de informações sobre entradas ao estilo da de Gabriel Soares de Souza ver Tavares (2011); Sampaio (1949) Campos (2006).

³³ Sobre circunstâncias de morte de Gabriel Soares de Souza e demais dados suplementares sobre seu périplo aventuroso veja-se: Tavares (2011); Salvador (1979 [1627]).

contraste com os relatos sobre a cultura militar japonesa quinhentista, na qual o ferreiro, encarregado da manutenção e confecção de espadas, era denominado de *Polidor de Almas*, pois que a espada era a alma de um Samurai! Razão pela qual ele dela jamais se separava. (RATTI, 2002). A cena que se concluiu com o primeiro escambo realizado entre os representantes de dois mundos que em breve entrariam em choque armado foi bem pouco deslumbrante: colares de penas coloridos trocados por peças de tecido. Uma troca de bugigangas põe fim ao primeiro encontro entre os atores do drama fatídico a ser representado (CAMINHA, 2000 [1500]).

O primeiro encontro entre representantes dos dois mundos não foi necessariamente sintomático do que estava por vir. A mansidão quase pacifista dos guerreiros tupiniquins que recepcionaram com curiosidade - e sem qualquer traço de animosidade bélica – um reduzido destacamento de invasores contrastaria duramente com os desdobramentos militares que teriam lugar em muito breve. A terra recém avistada encontrava-se densamente povoada de grupos humanos dotados de uma tecnologia militar da Idade da Pedra e de uma ferocidade combativa que é um dos elementos tradicionalmente definidores de seus modos de conduzir a guerra. As razões da relativamente pouco custosa vitória das forças invasoras, numericamente inferiorizadas, e que tinham ainda as consideráveis desvantagens da estreiteza da cabeça-de-ponte e da fragilidade de suas linhas de abastecimento, situam-se num plano eminentemente teórico.

Os nativos, habitantes originais da terra, não utilizavam o combate campal e aberto, privilegiavam a adoção de táticas de guerra não-convencional; os ataques eram feitos em surdina, contornando o inimigo ou evitando uma exposição direta. Optavam pelo golpe de retaguarda seguido de retirada para novo e revigorado ataque. A tocaia era o centro de seu dispositivo tático. Diz Varnhagen (1979 [1854]), apoiando-se em relatos de cronistas, que quando lutavam entre si o *modus operandi* consistia no ataque sobre aldeamento inimigos durante a noite, sem prévio aviso ou declaração formal de guerra. Obtidos os espólios desejados, o retraimento era realizado, deixando o inimigo entregue à tarefa de enterrar seus mortos. As armas por eles utilizadas espelhavam essa concepção heroica da guerra. A principal era o *Tacape*, uma arma, uma clava que quando manejada por mãos hábeis se constituía num instrumento de esfacelamento dos crânios inimigos. Tudo isso concedia ao combate ritualístico um elemento ausente da cultura guerreira do ocidente: o personalismo; os adversários se buscavam e se valorizavam. O vitorioso matava sabendo que o fazia e o derrotado, ao morrer em combate, sabia que sua morte, para seu adversário, era motivo de honra e que esse feito seria lembrado, declamado e concederia uma aura heroica a sua existência. Inexistia, entre eles armas de longo alcance por razões de ordem técnica e por

motivos ligados à limitações ideológicas impostas pela estrutura cultural que dava sustentação a esse tipo de concepção guerreira. As guerras intertribais ocorriam em um período específico do ano, durante a época da colheita, quando podiam fermentar uma bebida similar ao vinho e comemorar o êxito dos combates com a ingestão ritualística de carne dos cativos e desse ‘vinho’ feito à base de frutos do cajueiro. Nada mais contrário ao espírito racionalista de Clausewitz – uma guerra feita em períodos específicos do ano! Não há qualquer traço de racionalidade política nisso. (VARNHAGEN, 1979 [1854])

As guerras travadas entre a força invasora e seus oponentes foram prolongadas, caóticas e desvinculadas de uma frente contínua de luta. Dada a extensão territorial e as características fragmentárias das tentativas iniciais de assenhoreamento da nova possessão ultramarina por parte dos portugueses, bolsões de penetração ofensiva permaneciam isolados e incapacitados de se apoiarem mutuamente num esforço concentrado de choque. Dessa forma, a conquista militar se processou sem a subordinação rígida à uma cadeia de comando que uniformizasse as ações dentro de uma estratégia coerente. A campanha se processou numa sequência de embates resultantes das tentativas de assentamento de núcleos de civis em solo aborígine e das operações de penetração rumo ao interior com o intuito de recolher informações sobre possíveis zonas de exploração de minerais preciosos.

O trato entre os representantes dos dois mundos pode ter sido quase farsescamente cordial no seu momento inaugural, mas rapidamente evoluiu para uma desconfiança e inimizade mútua que costumeiramente degenerava em confronto aberto. Os motivos para o irromper de ações violentas foram os mais variados, alguns justificáveis – como tentativas de escravização ou massacre de inocentes -, outros quase grotescos, como uma rixa nascida após uma briga de bêbados que redundou em trágicas consequências para um grupo de pioneiros povoadores, conforme se lê no relato de Frei Vicente de Salvador (1979, [1627]). Tendo causas justas ou não, todos os confrontos foram travados sob o estigma da impiedade. Uma guerra total levada às últimas consequências e que costumeiramente se concluía apenas com a aniquilação física das forças oponentes. Da validade disto nos afiançam relatos dos cronistas quinhentistas e leitura de fontes interpretativas contemporâneas, dentre as quais John Hemming (2007) é uma das mais recomendadas.

Uma modalidade de guerrear que não se submetia a convenções e que não aceitava regras limitadoras à sua ação. Inexistia distinção entre combatentes e não-combatentes. Assim como em igual medida se desconsiderava o princípio do respeito pelo não-portador de armas, estando ou não em situação real de combate. Frei Vicente – novamente ele – menciona um episódio das guerras da Capitania de Pernambuco. Temendo uma incursão noturna de índios, em uma das muitas fazendas que ali haviam, as mulheres assumiam junto com os homens

turnos de vigilância noturna, enquanto estes dormiam elas permaneciam em vigília observando os sons e movimentos da noite. Um grupo reduzido de inimigos tentou expugnar uma dessas casas e foram por elas recebidos a golpes de um instrumento cortante-perfurante que os deixou prostrados agonizando no solo daquele local de habitação. Todos estavam mobilizados para a guerra, sem distinção de sexo. E a totalidade da população de invasores portava instrumentos de combate e estavam prontos a fazer uso deles, de forma desapiedada.

Nestas condições de guerra quase endêmica há uma regressão a padrões de combate primitivo. Os grupos lutavam isolados entre si. Os habitantes originais da terra embora fossem dotados de superioridade numérica dela não puderam aferir vantagem decisiva devido às dissensões internas que os animavam desde séculos anteriores ao desembarque inimigo em suas praias. Contavam com a vantagem de domínio sobre técnicas de combate que se integravam perfeitamente ao ambiente geográfico, mas seu sistema de armamento destituído de instrumentos de morte metálicos ou de arremesso por combustão de pólvora os deixava militarmente fragilizados. Alie-se a isso a inexistência de um sistema de fortificações defensivas seja no litoral ou interior do continente. Suas áreas de moradia – as aldeias - não possuíam meias sólidos de defesa em profundidade, sendo seu baluarte mais conhecido a *caiçara*, que nada mais era que uma paliçada incapaz de resistir ao poder de fogo inimigo. As deficiências técnicas poderiam ser apenas compensadas com fatores morais. Daí o incremento vigoroso do incentivo ao uso de modalidades arcaicas de luta. Ambos os lados envolvidos acreditam estar fazendo uso de uma categoria bélica que os isentava de maiores considerações de ordem moral ou humanitária: a guerra justa.

Justa para o invasor, pois que na sua concepção de realidade ele julgava-se beneficiário de uma cláusula do testamento de Adão que o deixou na condição de herdeiro de um patrimônio que incluía considerável porção da massa continental sul-americana. Nessa ordem de ideias a terra lhe pertencia por direito e poderia habitar nela livremente, erguendo zonas de moradia e novos centros de comércio. Justa para os defensores do território invadido que rapidamente perceberam quais as reais intenções por trás dos gestos aparentemente cordiais dos estrangeiros de pele branca: ocupar território, nele se estabelecer definitivamente e escravizar seus infelizes ocupantes. A crença numa suposta justiça da causa que os animava autorizava ao uso implacável da força armada.

Guerra descontínua em termos das operações militares, mas continuada no que se refere à sua extensão temporal. Na ausência de cláusulas regulamentares ou de acordos tácitos que funcionassem como balizas demarcadoras de extensão de danos materiais, as ações de combate não se encerravam com a assinatura de termos de um armistício que pusesse fim às hostilidades. Inexistindo a possibilidade de assestar sobre o inimigo um golpe decisivo –

dada a limitação de poder material ofensivo – o estado de aberta hostilidade se prolongava por tempo indeterminado. Uma batalha, ainda que prolongada, não definia os rumos de nenhuma das muitas campanhas que se desenrolavam em pontos isolados do interior ou da zona litorânea. Uma batalha decisiva, potencialmente aniquiladora, em termos definitivos, das pretensões ofensivas de qualquer um dos grupos envolvidos na contenda não poderia se desenrolar – como, de fato, não aconteceu em momento algum – devido aos precários meios disponíveis e a extensão da frente de combate, demasiadamente extensa.

No primeiro século de sua presença, a força invasora teve poder ofensivo suficiente apenas para firmar estreitas cabeças-de-ponte que se estendiam do Rio da Prata – na ponta sul de seu desenho ofensivo – até as proximidades da atual Pernambuco. Frente ampla, dispersa e desprovida de profundidade. Com exceção de umas poucas cunhas ofensivas – bolsões quase isolados em território hostil -, o interior permaneceu sob controle inimigo que dele fazia uso para ações de ataque e de recuo tático que em muito dificultavam as pretensões dos portugueses. Escassos e pouco apetrechados – militarmente falando – sistemas de defesa fixa fundados sobre baluartes foram erguidos no litoral ou em áreas limítrofes. Funcionavam eles como ponto de apoio de retaguarda e como o zona de recuo a ser utilizada em caso de desbaratamento de dispositivo ofensivo, o que aconteceu vezes sem conta. O poder militar invasor contava basicamente com uma infantaria indisciplinada desprovida de maiores meios de apoio de cobertura de avanço ou retirada. Cavalaria foi utilizada em circunstâncias isoladas e de forma não-convencional devido ao reduzido número de tropas montadas disponíveis para qualquer operação.

Estrategicamente falando, a conquista militar quinhentista das novas terras incorporadas ao patrimônio imperial ultramarino português pode ser – ao menos para os fins que nos propomos aqui – segmentada em três grandes diretrizes, a saber: a da iniciativa isolada de forças de combate destituídas de organização, ao estilo de unidades táticas de milícia; o combate terrestre – envolvendo grandes formações ou não – e naval contra a tentativa de ocupação francesa; e a consolidação de uma estrutura que formulou os princípios de uma doutrina de organização administrativa da força invasora: o sistema de governadoria geral em substituição ao falido sistema de donataria hereditária

Acerca da primeira grande matriz estratégica trataremos a partir daqui. A frota de Cabral não se destinava ao uso de seu efetivo militar na Terra de Santa Cruz. O considerável poderio armado que ela possuía destinava-se a outras paragens e a outros confrontos de duradoura memória nos relatos de Castanheda e Gaspar Correia. A decepção decorrente da constatação de inexistência de fontes produtoras de metais preciosos ou áreas de cultivo de especiarias desestimulou a prática de envio de armadas de conquista dotadas de poder naval

impositivo. As primeiras décadas decorreram sem que se fizessem ouvir nas praias o ribombar dos canhões embarcados. A primeira missão verdadeiramente militar seria a de Martin Afonso de Souza, decorridos 30 anos desde o avistamento seguido de desembarque de Cabral e seus nautas.

Nesse ínterim as operações de guerra de conquista ficaram sob encargo de grupos particulares - ou quase - que se encarregavam de executar ações ofensivas visando consecução de metas de enriquecimento particular ou de expansão territorial. A cabeça-de-ponte inicialmente fincada servia de referência e base de apoio para penetrações ofensivas rumo ao interior. Esse *modus operandi* se constituiu na primeira grande matriz estratégica da conquista.

A modalidade de conquista adotada para a nova possessão divergiu em termos de condução tática daquela posta em prática no oriente e mesmo em África. No continente negro as operações se voltaram para a conquista de praças-fortes arrebatadas ao inimigo e que deveriam funcionar como cobertura de retaguarda de incursões comerciais com as zonas de interior. Predominaram, dessa forma, os desembarques anfíbios de tropas em larga escala e direcionadas para pontos específicos da costa inimiga. Conquistada a fortaleza-alvo os incursores tratavam de garantir um perímetro defensivo que desestimulasse ações de contra-ataque adversário. A posse do ponto de defesa encravado em solo inimigo não se articulava com concepções de posterior ocupação territorial. Princípios similares a estes foram executadas no Oriente, mas com particularidades próprias ao novo ambiente. Em se tratando de ofensivas que se desdobravam a milhares de quilômetros das bases de retaguarda, a mentalidade militar dominante era naval. O centro do dispositivo repousava sobre descidas em praias hostis com o fim de debelar forças inimigas que se concentravam em áreas próximas ao litoral. Combates de baixa intensidade e de curta extensão, com raras exceções a serem assinaladas.

O mais importante elemento tático herdado da campanha oriental utilizado na América portuguesa foi o da mobilidade tática absoluta. A natureza do inimigo – dado a ações de combate ao estilo insurrecional – desestimulava o emprego de concentração de forças. Não havia *front* estático no sentido tradicional. Em virtude disso, batalhas de choque eram amplamente desaconselháveis. A adaptação às condições locais de confronto exigiam fluidez ofensiva e deslocamento constante como o dogma ofensivo. Os habitantes originais da terra invadida eram desde séculos praticantes de uma modalidade de guerra que desconhecia linhas inertes de defesa. Mesmo desconhecendo o uso de cavalos ou de qualquer outro animal de tração como instrumento de transporte e ruptura do ordenamento adversário, realizavam, desde tempos anteriores à chegada de europeus, uma guerra de movimento. Disso se infere

que batalhas de atrito ou de usura foram modalidades raramente postas em uso, salvo em algumas circunstâncias excepcionais que teremos oportunidade de assinar no decorrer da discussão que ora realizamos.

No Oriente os portugueses fizeram uso de uma doutrina de guerra naval e terrestre que utilizava o oceano como grande corredor de tráfego que interligava pontos distintos. Desse modo nenhuma zona inimiga estava à salvo de incursões predatórias e desembarques em larga ou pequena escala nas suas praias. Operando com velocidade e surpresa e ímpeto agressivo foi possível desalojar grupos nativos e se assenhorear de suas riquezas custosamente armazenadas. Fogo e movimento unido ao seu principal ingrediente – o ímpeto combativo de cada guerreiro animado de uma ideologia cavaleiresca – proporcionaram exitosos resultados. Na América portuguesa, contudo, as condições específicas de guerra reclamaram o uso da mobilidade absoluta acrescida de adaptações locais. Sem cobertura de fogo de artilharia naval – tão comum nas operações orientais e escassamente utilizado na nova possessão – as ofensivas se tornaram restritas em termos de poder de penetração. As armas de fogo portáteis e os instrumentos perfurantes e cortantes eram por si só incapazes de fornecer a superioridade necessária a um avanço de grande monta, mesmo em se tratando de adversário que lutava fazendo uso de armas de arremesso sem significativo alcance.

Sem os poderosos canhões de cobertura de retaguarda, as ações ofensivas se concentravam sobre incursões lançadas sobre as posições desguarnecidas do inimigo, quase sempre contando-se com o vital elemento surpresa. Frei Vicente de Salvador (1979 [1627]) nos fornece algumas referências a combates dessa natureza. Aldeamentos indígenas sendo metodicamente destruídos por ofensivas ao estilo de “limpeza de terreno”, como se diria na moderna nomenclatura militar, são facilmente encontráveis na crônica anteriormente citada. Nessas operações, vê-se com clareza os métodos de ação direta empregados pelos invasores. Ataques em colunas independentes – nos mesmos moldes daqueles que foram tantas vezes utilizados no Oriente, conforme já foi possível notar após contato com os cronistas do Oriente português – incidiam sobre a área alvo, se acercando e lançando sobre ela uma borrasca de fogo e chumbo.

Para além das sutis diferenças, as semelhanças uniam as concepções táticas utilizadas no Oriente e na América portuguesa. Em ambos os teatros de operação uma força anfíbia combate sob os ditames de limitações operacionais: sem bases de apoio; com comunicações deficientes; com improviso tático; e sem organização militar que permitisse classificá-los como algo parecido com um “exército moderno”. Na nova possessão ultramarina muito mais do que noutras plagas orientais o elemento decisivo das incursões foi o fator moral a favor dos invasores, o furor possesso tipicamente integrado à uma mentalidade cavaleiresca medieval.

Destituídos de uma força armada institucional, mas dotados de uma capacidade ofensiva que os fazia ombrear com a ferocidade dos habitantes originais da terra e de seus singulares métodos de condução da guerra.

Se no front oriental da guerra imperial intercontinental portuguesa havia a prática do envio anual de frotas de combate com a dupla missão de alargamento da conquista e de cobertura das forças instaladas em terra,³⁴ o mesmo princípio normativo não foi extensivo às operações na América portuguesa quinhentista. A etapa inicial da tentativa de submissão das populações nativas com conseqüente apropriação de suas terras ficou sob responsabilidade – nas suas linhas gerais – da iniciativa de grupos isolados de pioneiros. Os núcleos de povoamento por eles erguidos em diferentes pontos da costa embora interligados por uma precárias linhas de comunicação terrestre e marítima, se encontravam militarmente desvinculados. Nenhum tipo de concepção estratégica unia esses pontos dispersos. Muito menos existia algo que se assemelhasse ao sistema espanhol de conquista colonial. As cabeças-de-ponte fincadas em solo a não visavam um objetivo militar previamente definido, como acontecia no caso dos espanhóis que lançaram diferentes expedições em pontos distintos do litoral americano, mas sempre visando uma meta específica.³⁵ Nas primeiras décadas os portugueses puderam apenas arranhar o litoral - ou uma pequena parte dele. Não se deve esquecer que de Pernambuco ao Amazonas praticamente inexistiram operações militares quinhentistas.³⁶

Como já teve oportunidade de apontar mais de um historiador deste período, o conhecimento que temos desse momento do estabelecimento das forças invasoras em solo apresenta ainda consideráveis lacunas. É possível assinalar que algumas conclusões se encontram assentadas em pontos quase pacíficos. Primeiro, nenhuma armada foi enviada após Cabral com fins de desembarque em larga escala em praias hostis. E nisso nenhum sentido haveria, dado que nenhuma notícia foi inicialmente colhida acerca da existência de aglomerados urbanos a serem pilhados, como as encontradas no Oriente rico de metais e especiarias. Robert Southey analisando e comentando a expedição de Gonçalo Pizarro e

³⁴ Acerca desse ponto ver as muitas referências que constam nos cronistas das paragens do Oriente: Castanheda; Correia; Couto; Barros; veja-se ainda historiadores dos descobrimentos, Godinho (1990); Peres (1992); e principalmente Albuquerque (1992). Castanheda mostra-se mais minucioso, acompanha todas as frotas enviadas desde 1500 a 1550, data limite da cobertura de seu texto cronístico.

³⁵ Uma análise comparativa entre as duas conquistas imperiais, a espanhola e a portuguesa é tema que reclama um desenvolvimento mais aprofundado que aqui não seria possível realizar. Acerca das operações de incursão das forças espanholas em território americano veja-se Bernard e Gruzinsk (2006); Southey (2010 [1819]); Cortez (2009).

³⁶ Até onde me foi dado conhecer, não há um estudo que contemple de modo aprofundado os aspectos militares do primeiro século da conquista. As informações e análises encontram-se dispersas numa bibliografia de certa amplitude, para qual remeto o leitor interessado: Sodré (1965); Frota (2000); Fausto (2006); Fausto (1997); Southey (2010 [1819]); Varnhagen (1979 [1854]); Holanda (2007); Wehling (1994); e os cronistas coloniais.

Francisco Orellana e a delirante demanda pelo reino mítico do rei dourado, o Eldorado³⁷ faz observações que são plenamente extensivas aos portugueses quinhentistas. Diz o historiador inglês que as tribos americanas que possuíam metais preciosos foram aquelas de vida sedentária e governo regular, “tribos nômades apanharão um grão de ouro, como fariam com uma pedra de cor, e o trarão pelo seu brilho, mas não de deixar de ser errantes para dele fazerem uso de chapas ou utensílios” (SOUTHEY, 2010 [1819], p. 107). Os lusitanos parecem ter intuído esse fato, disso derivando o desinteresse pela organização de custosas expedições de conquistas que apenas trariam ônus ao erário régio e pouquíssimos dividendos financeiros.

A principal consequência disso foi a da entrega de iniciativa exploratória e militar a grupos particulares ou consorciados com o poder régio, a exemplo das explorações da ilha de Fernando de Noronha e do consórcio com um grupo de comerciantes sob forma de arrendamento de significativa parcela da nova possessão. (FROTA, 2000) Militarmente falando, grupos isolados, sem vínculos formais com a força militar portuguesa, ergueram pontos fortificados de comércio com os silvícolas locais ou aldeolas que eram quase bases militares, a partir das quais partiam as expedições de devassa do interior. Nessas condições de luta as operações forçosamente possuíam sérias limitações que entravavam sua capacidade ofensiva. O perímetro defensivo-ofensivo basicamente se restringia a uma estreita faixa adjacente ao ponto original de desembarque. Embora haja vários registros de europeus vivendo amigavelmente entre os habitantes originais da terra nas primeiras décadas da conquista,³⁸ a regra geral era de frequentes desentendimentos que rapidamente se transformavam em embate armado. Os massacres eram o instrumento militar por excelência, seja dos invasores ou dos defensores da terra. A mentalidade dominante era a de extermínio completo do inimigo, sem o qual a paz, no sentido que eles concebiam, não poderia ser alcançada.

Os tempos que antecederam ao sistema de donataria hereditária foram de guerra endêmica e caótica. Para os portugueses precariamente alojados nas praias o intento inicial era

³⁷ A demanda por um reino fabuloso onde habitaria um rei que se banhava num lago cheio de metais preciosos foi um dos mitos mais persistentes da conquista espanhola da América. Gonçalo e Pizarro (irmão do conquistador do Peru) foi apenas o mais célebre dentre os muitos que se aventuram em busca dessa localidade fabulosa. Dessa expedição resultou um relato de frei Gaspar de Carvahal e um outro mito de larga repercussão posterior: o do encontro com uma tribo de mulheres guerreiras, as Amazonas. Um excelente estudo introdutório é Holanda (2007); para um maior aprofundamento veja-se; Bernard e Gruzinsk (2001).

³⁸ A lista de naufragos, traficantes de pau-brasil, degredados e outros de procedência desconhecida que perambulavam pelas praias do que posteriormente seria o litoral brasileiro inclui nomes como o legendário Caramuru, o enigmático Bacharel de Cananéia e o conquistador Aleixo Garcia, célebre pela expedição que militar que empreendeu partindo de Santa Catarina e alcançando as cercanias de um posto avançado do império Inca, empreendimento que custou a sua vida e a de todos os que o acompanhavam. Inclua-se ainda grupos variados cuja procedência exata ainda não é possível fixar, como os que viviam no núcleo urbano erguido por João Ramalho nas proximidades da vila de São Vicente. Havia ainda naufragos de expedições estrangeiras não identificadas e de outras conhecidas como a do navegador Cabot. Ver Estado-maior do Exército (1979); Southey (2010 [1819]); Frota (2000).

duplo: manutenção no núcleo de desembarque e penetração para o interior visando desalojar os ocupantes originais das terras e reclamando a posse delas para a coroa portuguesa. Para realização dessas metas fazia-se necessário a organização de um sistema de combate adaptado às novas contingências de luta tropical. Sem apoio de canhões embarcados, os expedicionários dependiam basicamente de bocas de fogo individuais e portáteis. Nas crônicas encontram-se escassas referências ao uso de canhões terrestres de pequeno porte, provavelmente destinados apenas a serem utilizados em posição fixa, assentados em fortalezas ou equivalentes. Os incursores confiavam basicamente na mobilidade e no ímpeto vigoroso, quando em ataque; em termos de situações de defesa e cerco – frequentemente encontradas nos relatos quinhentistas – o poder de fogo das armas de combustão a pólvora contribuía para o desequilíbrio e desbaratamento do esforço ofensivo adversário.

A segunda grande linha matriz estratégica da campanha de conquista da América portuguesa foi a de prolongados combates contra a presença militar ou comercial francesa em litoral e solo. A guerra contra os adversários de procedência europeia, rivais na tentativa de monopólio comercial e domínio de território se fez por mar e terra desde os estágios iniciais da colonização lusitana. Os cronistas da história quinhentista nacional fazem inúmeras referências às atividades executadas pelos nautas bretões em diferentes pontos do litoral. Gabriel Soares de Souza menciona as alianças firmadas por eles firmadas com os índios Caetés e os Potiguares e as consequências militares que disto resultaram para as pretensões portuguesas.

Chegando Duarte Coelho a este porto [sede da capitania de Pernambuco] desembarcou nele e fortificou-se da maneira que foi possível, onde fez uma torre de pedra e cal, que ainda agora está na praça da vila, onde muitos anos teve grandes trabalhos de guerra com o gentio e franceses que em sua companhia andavam, dos quais foi cercado muitas vezes, mal ferido e muito apertado, onde lhe mataram muita gente; mas ele com a constância de seu esforço não desistiu nunca de sua pretensão, e não tão somente se defendeu valorosamente, mas ofendeu e resistiu aos inimigos, de maneira que os fez afastar da povoação e desejar as terras vizinhas aos moradores delas, de onde depois seu filho, do mesmo nome, lhe fez guerra maltratando e cativando neste gentio, que é o que se chama *caeté*, que o fez despejar toda a costa toda, como esta o é hoje em dia, e afastar mais de cinquenta léguas pelo sertão (SOUZA, 2000 [1587], p. 20).

As minguadas possibilidades de defesa imperial do imenso litoral exposto não permitiam aos portugueses a organização de uma sólida linha de desestabilização das ofensivas de adversários de procedência europeia. Assíduos frequentadores das praias da nova possessão colonial portuguesa, os franceses firmaram duradouras alianças com grupos nativos

locais e os utilizavam como aliados de incursões terrestres contra pontos de presença lusitana em terra. As desventuras de Duarte Coelho acima narradas por Gabriel Soares de Souza foram durante décadas um acontecimento trivial. A essas e outras incursões de maior ou menor poder ofensivo o próprio donatário da Capitania de Pernambuco numa das cartas enviadas ao monarca português e data de 27 de Abril de 1542. Coelho solicitada o auxílio militar da coroa para impedir a tentativa de domínio franceses que “começarão a fazer aqui as suas velhacarias [...] Pois a quatorze dias começaram aqui quiseram fazer o que costumavam, mas não o puderam. Mando a vossa alteza noticia disso para que a veja, se for necessário” (COELHO, 1997 [1542], p. 97)

Os enfrentamentos armados foram em sua quase totalidade de caráter marítimo com clara predominância para o poderio naval lusitano. Acerca dessas batalhas há pouquíssimas referências e nenhuma delas de cunho esclarecedor no que se refere aos modos de condução das ações de luta. O que a análise da documentação disponível permite deduzir é que as belonaves francesas eram de menor calado e dotados de bocas de fogo inferiores, o que talvez se aliasse a uma superioridade numérica dos nautas portugueses. As intenções francesas eram prioritariamente comerciais, embarcar nos porões a maior quantidade possível de “pau de tinta”, como dizem os cronistas. É possível que isso comprometesse seriamente a capacidade ofensiva e de posicionamento de canhões de grande porte. Os portugueses, por seu turno, adotavam o expediente de envio de embarcações de grande tamanho com a missão de patrulhar as costas contra intromissões de concorrentes por eles tidos como desleais. Portanto, a meta era o combate e para isto se encontravam primordialmente direcionados. Não há registro de uma batalha naval de grande porte ao largo do litoral da Terra de Santa Cruz contra os incursores franceses. Das táticas empregadas é lícito crer que fossem similares àquelas empregadas no mesmo período no Oriente.

O grande enfrentamento entre os dois inimigos se deu durante as operações de estabelecimento de uma sólida cabeça-de-ponte francesa na região que hoje corresponde ao Rio de Janeiro. O forte de coligny³⁹ foi o centro do dispositivo de combate francês e área em torno do qual os embates se processaram. A dispersão das forças instaladas em solo retardou uma reação rápida ao desembarque inimigo. Uma bem-sucedida tentativa de expulsão aconteceria apenas passados alguns anos da instalação. A reação se fez sob forma de uma

³⁹ Estrutura arquitetônica militar erguida numa ilha situada à entrada da Baía de Guanabara. O nome foi dado pelo comandante da operação, almirante francês Nicolau Durand de Villegaignon, em homenagem ao chefe do partido calvinista e também oficial de alta patente da marinha francesa, Gaspar de Chatillon, conde de Coligny. O complexo militar defensivo abrangia um forte armado com canhões dotados de calibre indeterminado e contava com uma guarnição multiétnica constituída de europeus e de aliados locais, índios tamoios. Sua função precípua era a de defesa do acesso ao território continental da baía de Guanabara, exercendo controle sobre um perímetro naval que negava ao inimigo o uso do mar circundante como corredor de tráfego e, dessa forma, impossibilitava ações de desembarque anfíbio.

frota comandada por Bartolomeu Vasconcelos, subordinada ao comando indireto de Mem de Sá, nos dias de então máxima autoridade militar portuguesa na possessão ultramarina. (Estado-Maior do Exército, 1972). O cerco da praça-forte inimiga foi de breve duração, estendendo-se por cerca de duas semanas de análise prévia das condições de ofensiva. Frei Vicente na sua crônica menciona o envio de um ultimatum intimando os defensores a se renderem. Diante da resposta negativa o ataque foi desfechado nos mesmos moldes daqueles já tão familiares ao leitor das narrativas cronísticas dos feitos portugueses no Oriente: uma linha que se reparte em três pontos convergentes sobre o alvo. No texto do cronista o trecho que melhor descreve a luta deve aqui isolado para fins de apreciação mais detida:

Gastaram-se nisto dez ou doze dias nos quais a nossa armada se pôs em ordem de guerra, e assim, ouvida esta resposta, [a da negativa do *ultimatum*] a outra que lhe deram foi de artilharia e arcabuzes, com que começaram a bater o forte insuperável (ao parecer) às forças humanas; porém estando uns e outros metidos no furor do combate, Manuel Coutinho, homem pardo, Afonso Martins Diabo e outros valentes soldados portugueses, subindo por uma parte que parecia inacessível, entraram o castelo e ocuparam repentinamente a pólvora do inimigo.

Descorçoados os franceses com a perda da pólvora e com o inopinado atrevimento dos portugueses, desampararam o castelo à meia noite com todas as máquinas de guerra que nele havia, recolheram-se às suas naus e parte deles em elas se tornaram para sua terra, outros ficaram com os tamoios (que é este o nome daquele gentio), assim para restaurar a guerra e a opinião perdida, como pera exercitar a mercancia com eles, de que tiravam muito proveito (SALVADOR, 1975 [1627], p. 155).

O princípio tático organizador da ofensiva que resultou em rude golpe para as pretensões de domínio francês resultou da adoção dos velhos instrumentos de condução de combate que nos soam tão familiares. Embora a artilharia embarcada tenha contribuído para comprometer a capacidade de defesa dos que se encontravam encastelados no forte, o meio decisio foi a infantaria e a iniciativa individual dos combatentes. A tentativa de estabelecer um centro de povoamento de franceses no território que posteriormente corresponderia ao do Brasil teve o registro testemunhal de dois cronistas embarcados na expedição, um calvinista e outro católico: Jean de Lery (1972 [1557]) e André Thevet (1944 [1557]). Lamentavelmente, apesar do indiscutível valor de suas respectivas obras como fonte documental da História do primeiro século da América portuguesa, eles nada dizem sobre as operações de combate, muito menos sobre os padrões de conduta da guerra de sua nação. Dos portugueses pode-se inferir a partir dos relatos indiretos, dentre os quais se inclui o trecho acima citado, que o paradigma militar dominante ainda era o do heroísmo guerreiro e da ação indisciplinada de luta. Na versão de Frei Vicente que encontra eco em outras fontes, a vitória não seria alcançada não fosse a conduta do reduzido destacamento de incursores liderados Manuel

Coutinho e Afonso Diabo. Eles realizaram o que modernamente seria definido como ações de *Comando*. Sendo que este último termo deve ser entendido como sinônimo de *guerra irregular* ou de uso de *tropas especiais*. Dito de outra forma: superada a primeira metade do quinhentismo, a infantaria portuguesa adotava padrões de conduta pouco diferenciados daqueles da ofensiva de Ceuta, em 1415.

Operações outras seriam desencadeadas pelos franceses em áreas do interior do e no litoral das capitanias do nordeste da possessão portuguesa. O meio de reação empregado pelos portugueses foi o de envio de expedições terrestres que tinham por meta desalojar o inimigo e arremessar suas forças de volta ao mar. Cumpre destacar a campanha de reconquista do Maranhão que se estenderia até meados da centúria seguinte e a longa, cara e penosa campanha de conquista da Paraíba e do extermínio dos grupos indígenas que forneciam apoio logístico aos inimigos europeus da coroa lusitana.⁴⁰ A estrutura militar associada a esse processo era de natureza híbrida, envolvendo mobilizações de colonos com ou sem a participação do poder imperial sediado em Lisboa. As ofensivas se faziam aos modos de *Entradas*, ou seja, de grupos armados, organizados em moldes de uma milícia, cuja meta final envolvia intenções de outra natureza que não a meramente militar, como a peia de índios ou demanda de riquezas minerais.

Ao longo da prolongada campanha de conquista da região Rio Real e da Paraíba como um todo alguns acontecimentos mereceram maior atenção por suas repercussões militares. Das expedições organizadas a maioria foi de iniciativa extra-oficial, sendo exceções aquelas que tiveram apoio de fundos do erário régio. No primeiro paradigma se enquadra um pioneiro como Frutuoso Barbosa, imigrante português que teria desembarcado nas praias da nova colônia portuguesa com o firme intento de enriquecer a custo do saque sistemático de riquezas da terra ou acumulada por seus habitantes; apesar da ambição e do ímpeto agressivo do qual fez uso para tentar realiza-la, os franceses e os índios o obrigaram a abdicar de seus planos e forçando-o a regressar ao ponto de partida: a sede da capitania de Pernambuco.⁴¹ No segundo paradigma se encontram as incursões com apoio da frota de Dom Diego Flores Valdez; a fundação do forte de São Felipe e os combates daí resultantes; as três expedições de Martin Leitão que reuniram considerável número de combatentes, incluindo algumas centenas de guerreiros aliados das tribos locais; e as de Francisco de Castejon. De modo geral as batalhas se deram entre portugueses e habitantes originais das terras que frequentemente firmavam

⁴⁰ Acerca dos temas acima colocados veja-se Estado-Maior do Exército (1972); Muniz Bandeira (2007); Salvador (1975 [1627]); Southey (2010 [1819]); Vasconcelos (1977 [1663])

⁴¹ Para análise dos aspectos militares desta e das outras expedições citadas no processo de conquista da Paraíba foram fundamentais as seguintes obras: Estado-maior do Exército (1972); Southey (2010 [1819]); Vasconcelos (1977 [1663]); Salvador (1975 [1627]); Frota (2000); Bandeira (2007)

alianças com os franceses. Não há relatos de primeira mão sobre esses incidentes de ordem militar. Há relatos dispersos e referências em fontes documentais, a partir das quais é possível extrair um quadro pouco nítido das opções táticas disponíveis e daquelas efetivamente postas em uso.

A terceira e última grande matriz estratégica da conquista da América portuguesa foi sem dúvida a mais complexa e aquela acerca da qual possuímos uma documentação mais abrangente: a tentativa de estabelecimento de núcleos de povoadores sob forma de doação de extensas faixas de terra, seguido, após seu fracasso, da instalação de uma sede da autoridade militar invasora. Acerca disto iremos nos deter nas páginas que seguem.

A atuação simultânea em dois teatros distantes da guerra imperial – o *front* oriental, onde se lutava pelos ganhos comerciais; e a África ocidental e oriental, na qual o grande incentivo era a glória marcial -, absorveu as magras energias militares do reino de Portugal impedindo por algum tempo de enviar uma força armada com poder suficiente de impor submissão na nova possessão ultramarina. A primeira tentativa de domínio sistematicamente efetivado teve lugar quase quatro décadas após a cena de encontro de Nicolau Coelho com os índios tupiniquins em um batel ao largo de Porto Seguro.

O sistema adotado foi o de tentativa de fundar o primeiro modelo de organização militar e administrativa das terras recém reclamadas como integrantes do patrimônio colonial lusitano. O território foi fatiado e entregue à administração de um grupo composto por veteranos de ações militares em África e nas Índias orientais e fidalgos da corte da casa de Avis. Os poderes a eles conferidos incluíam a total autonomia de comando sobre forças de combate, bem como prerrogativas de definição de metas estratégicas e táticas a serem postas em execução visando o alargamento territorial em direção ao interior do continente. Portanto, a função que lhes foi confiada foi a de senhores da guerra, locotentes – ou capitães hereditários, como dizem os documentos. Destes, um número reduzido, os mais conhecidos e citados nos manuais, pertencia à casta dos militares de longa tradição de combate, experimentados em pugnas travadas em mar e solo do oriente. Eles são personagens frequentemente citados nas crônicas de Castanheda, Correia e também na de Frei Vicente de Salvador que acerca deles fornece uma breve folha de serviços prestados ao reino:

Como Pero Lopes de Souza havia já andado por estas partes do Brasil, coube-lhe a escolha primeiro que a outros. [...] Em companhia de Pero Lopes de Souza andou por esta costa do Brasil Pedro de Góis, fidalgo honrado, muito cavaleiro, e pela afeição que tomou à terra pediu a el-rei que lhe desse nela uma capitania. [...] Vasco Fernandes Coutinho, a quem el-rei, pelos muitos serviços que lhe havia feito na Índia, lhe fez mercê de cinquenta léguas de terra por costa, o qual foi conquistar e povoar com uma grande

frota à sua custa, levando consigo Dom Jorge de Meneses, o de maluco⁴², e D. Simão Castelo Branco. [...] Desta capitania [a da Bahia] fez mercê a Francisco Pereira Coutinho, fidalgo mui honrado, de grande fama e cavaleiro em Índia. [...] Desta capitania fez el-rei mercê a Duarte Coelho, pelos muitos serviços que lhe havia feito na Índia, na tomada de Malaca e em outras ocasiões. (SALVADOR, 1975 [1627], p. 104-106-108-113-115).

A organização militar que se esperava fosse posta em execução pelos locotenentes do rei dom João III estipulava a organização de uma estrutura militar defensiva e ofensiva firmada em moldes de grupos autônomos de combate ao estilo de milícias, ou seja, desprovidos de formação de tropas de linha. Todos os que estivessem sob mando direto do capitão donatário – e na prática isso implicava em todos os colonos residentes na circunscrição geográfica da capitania – encontravam-se obrigados a portar armas e fazer uso delas quando a isso convocados. Um estado de mobilização permanente, único meio encontrado para fazer frente a ameaças procedentes dos ocupantes originais da terra descontentes com a presença de intrusos que desestabilizavam seu sistema de exploração econômica dos recursos disponíveis, e ameaças outras oriundas de potências navais europeias dispostas a se intrometerem na possessão colonial ultramarina portuguesa⁴³. Antes de examinar de forma mais detida as especificidades dos combates travados, cumpre assinalar o registro de alguns dos principais acontecimentos militares a serem posteriormente alvo de uma interpretação de seus métodos de combate.

[...] Como bem se viu depois de idos pelas muitas guerras que os moradores tiveram com os gentios e franceses, que entre eles andavam e por mar em canoas lhes vinham dar muitos assaltos e por muitas vezes os tiveram cercados e sempre se defenderam muito bem. [...] No distrito desta terra e capitania cai a terra dos Aiatacazes, que é toda baixa e alagada, onde estes gentios vivem mais à maneira de homens marinhos que terrestres. E assim nunca se puderam conquistar, posto que a isso foram algumas vezes do Espírito Santo e Rio de Janeiro. [...] Vasco Fernandes [...] se tornou para o reino a aviar-se pera ir pelo sertão a conquistar minas de ouro e prata de que tinha novas, deixando por seu locotenente Dom Jorge de Menezes, ao qual logo os gentios fizeram tão cruel guerra que lhe queimaram os engenhos e fazendas, e á ele mataram às frechadas, sem lhe valer ser tão grande capitão e que na Índia, Maluco e outras partes tinha feitas muitas cavalarias. [...] Mas, não foi este o mal desta capitania, senão a praga dos aimorés, que com seus assaltos fizeram despovoar os engenhos e, se hoje estão já de paz, ficaram os homens desbaratados de escravos e mais fábricas que se contentam com plantar mantimento pera comer. [...] Levantando-se eles depois, [os gentios] lhos queimaram [os engenhos] e lhe fizeram guerra por espaço de sete ou oito anos. (SALVADOR, 1975 [1627] p. 107-111-115).

⁴² Maluco, termo pelo qual os portugueses quinhentistas denominavam o centro de produção das cobiçadas especiarias do oriente, as ilhas Molucas. Em árabe era chamada *Jezirat Al-Mulluk* (ilha dos Reis), daí derivou o Maluco utilizado pelos nautas lusitanos e os cronistas.

⁴³ Sobre o sistema de donataria e um maior aprofundamento acerca de seus aspectos militares veja-se: Fausto (2006); Holanda (2007); Frota (2000).

A condição de teatro secundário de luta contribuiu decisivamente para uma ausência de registros de operações militares de larga envergadura nas terras da América portuguesa no período quinhentista. Se na crônica dos feitos de armas das Índias o leitor facilmente se depara com batalhas que se firmaram no imaginário militar lusitano – como as conquistas de Malaca, de Socotorá e de Goa, sede do Estado português no Oriente –, na nova possessão atlântica nada equivalente é encontrado. A condução dos combates estando nos tempos iniciais restrita ao comando local de forças milicianas reduziu amplamente as possibilidades de ofensivas ao estilo do poderíamos denominar de aniquiladoras. Para isso também contribuiu o conjunto de peculiaridades inerentes aos confrontos travados na Terra de Santa – ou nas terras do “pau de tinta, como dizem alguns cronistas – e sobre isso iremos nos deter a partir daqui.

Entre a instalação do regime administrativo-militar de donatários hereditários e a instalação de uma autoridade central sediada na cidade-fortaleza e capital colonial de Salvador, predominaram os combates em escala de extermínio contra as áreas de habitação dos habitantes originais da terra. Embora, obviamente, a intenção inicial não fosse a de se assenhorear de todo o perímetro circundante aos núcleos de povoadores erguidos nas respectivas zonas delimitadoras de uma cada uma das respectivas capitânias, operações de alargamento territorial se faziam necessárias disso resultando o inevitável embate armado.

Como lutaram as forças portuguesas instaladas na Terra de Santa Cruz? Primordialmente deve ficar claro que a doutrina militar adotada durante a expansão imperial desde Ceuta foi a mesma, apresentando variações e acréscimos que se adaptavam à realidade local de circunstâncias geográficas diferenciadas. Diz Gilberto Freyre (2004) que o português enquanto conquistador militar moderno apresenta-se como uma pálida figura. Destituída de um traço forte que o individualize ele se assemelharia a uma junção de dois modelos imperialistas: o inglês e o espanhol, mas sem que nenhum dos traços predominasse. Criatura híbrida e quase camaleônica na formulação de uma doutrina militar ofensiva de conquista imperial. Desajustado em termos dos cânones contemporâneos de guerrear, fiava-se basicamente na independência de ação do combatente de base. A mentalidade ainda fidalga no que se referia aos modos de condução da guerra não se assentava numa ortodoxia dramática como a dos espanhóis conquistadores de riquezas sem par fazendo uso de um exército célebre pela eficiência nascida da disciplina. A doutrina militar portuguesa marcadamente fluida e adaptável às diversas frentes e situações reais de combate com as quais se deparavam encontra nos tempos iniciais da colonização e conquista uma imagem precisa: aventureiros, soldados da fortuna, nautas desgarrados um punhado de empreendedores guerreado quase como senhores da guerra da Idade Média europeia.

A experiência militar portuguesa na América se deu após mais de um século de lutas travadas contra adversários em áreas tropicais. Era uma força armada experiente em confrontos com populações hostis e praticantes de um estilo de guerrear que modernamente denominaríamos de não-convencional. No que se refere estritamente a uma perspectiva tática, os combatentes portugueses mostraram-se dotados de uma mentalidade militar camaleônica. Por não se submeterem aos princípios rígidos de organização que caracterizavam os exércitos da Europa moderna, os guerreiros lusitanos incorporam elementos diversos extraídos do contato com combatentes locais. Taticamente, portanto, incorporações foram realizadas visando uma flexibilidade que permitisse uma mais fácil subjugação do inimigo.

A doutrina de combate da infantaria dos primeiros colonizadores - fluída e destituída de dogmatismos orgânicos - fundiu elementos já consagrados nas ofensivas realizadas nos continentes africano e asiático com traços bélicos dos combatentes locais. O grande fundamento operacional lusitano durante os tempos de ofensivas imperiais quinhentistas e quatrocentistas foi, sem sombra de dúvidas, a eleição de desembarques anfíbios como notável instrumento de projeção de poder militar intercontinental. Os ensinamentos obtidos com a larga utilização desse instrumento de combate incentivou sua reutilização num novo palco de lutas. Nos espaços da América colonial portuguesa as contingências específicas de combate restringiram o uso de desembarques em larga escala. Estes foram utilizados, mas sob circunstâncias particulares e circunscritas. A íntima ligação entre belonaves de ataque com poder de fogo concentrado e lançamento de tropas em solo teve restrita participação, tendo sido assinalada em pouquíssimas ações de luta, ao contrário do que aconteceu no oriente.

Uma dessas raras ações, que serve de modelo representativo de outras de igual dimensão - teve lugar nas terras de Vasco Fernandes Coutinho, a quem Gabriel Soares de Souza (2000 [1587]) se refere como realizador de grandes feitos heroicos em terras do oriente. O quinhão que lhe coube foi aquele que posteriormente corresponderia Estado do Espírito Santo. Território habitado por grupos humanos bem diferentes do pacífico modelo de guerreiro que recepcionou Nicolau Coelho no seu batel, os Guaitacases foram decantados pelos textos cronistas como modelo de virtudes guerreiras. Quase espartanos no seu vigor e têmpera combativa que os distinguiam e os colocavam lado a lado dos ferocíssimos Aimorés, tidos como símbolo máximo da bruteza, ou ao menos assim os representa os cronistas quinhentistas. A cena de combate se integra a um dos episódios da Saga de Vasco Fernandes Coutinho. Não está perfeitamente claro se ele teria tomado parte nessa ofensiva ou apenas atuou como comando de retaguarda:

E navegaram pelo dito rio arriba quatro dias, até que viram as cercas que estavam juntas da água, onde, pondo as proas em terra por estar maré cheia, por elas desembarcaram e saltaram fora os soldados, tornando-se os marinheiros com os navios ao meio do rio por não ficarem em seco na vazante, e os bombardeiros pera lá fazerem seus tiros. Começou-se a travar briga, na qual logo em primeiro encontro puseram o gentio em desbarate, mas, tornando-se a ajuntar e reformar, voltou com tanta força que forçou aos nossos a se desordenarem e misturarem com os inimigos, de maneira que os tiros que tiravam das embarcações não só os não defendiam, mas antes os feriam e matavam e, retirando-se pera se acolher a elas, estavam tanto ao pego que os mais foram a nado, e os feridos em algumas jangadas, entre os quais foram dois capitães Adorno e Morin, ficando o capitão mor com o seu alferes Joanne Monge na retaguarda, onde, crescendo o gentio que de outras aldeias vinham em socorro, os mataram às frechadas. (SALVADOR, 1975 [1627], p.153).

A ação descrita acima – como de resto, a maioria das outras de caráter anfíbio – se deu num espaço liquido fluvial. Os rios e seus arrabaldes substituíram as praias como zona de desembarque porque na América, ao contrário do que se passou no oriente, estes se constituíam numa via de penetração para as áreas onde se desejava despejar homens de peleja. E nos anos de florescimento das capitánias isso se tornou ainda mais frequente porque os silvícolas - ou uma parte significativa deles – havia se retirado do litoral para interior fugindo da ação predatória dos invasores. É necessário destacar a simbiose homens-fogo presente no relato do combate. O desembarque se operou em moldes daqueles descritos nos livros da Índia – para usar uma das diletas expressões de Gabriel Soares de Souza -, canhoneio de artilharia embarcada – de menor poder, visto tratar-se de embarcações de reduzido tamanho - dando cobertura a uma incursão ofensiva de uma infantaria indisciplinada arremetendo sobre um inimigo com um sistema de linha móvel de defesa e com uma retaguarda defensiva bem posicionada. Ao que tudo leva a crer, o método de confronto se assentava sobre a ação individual de luta que não se subordinava a princípios de organização coletiva.

Nem todas as situações de combate comportavam operações anfíbias, dadas a natureza do inimigo e das condições geográficas reinantes. Os aldeamentos – alvo primordial das incursões – localizavam-se em pontos variados, desde a proximidade da zona costeira ao interior inóspito do continente. Portanto, muitas tribos estavam posicionadas em pontos equidistantes dos corredores de tráfegos fluvial, o que impossibilitava deslocamentos ofensivos sobre cursos d'água. Dessa forma, as batalhas terrestres predominaram. Confrontos em zona aberta – em raras situações – ou pugnas demoradas em teatros de combate que dificultavam o deslocamento devido à natureza exuberante da selva tropical. “Como a guerra destas partes são nos matos, sempre vão enfiados por o ruim caminho uns atrás dos outros [...] como não podem ir em fileira nem ordem de guerra, ocupam muita terra ao cumprido.” (Salvador, 1975 [1627]).

Confrontos em espaços de quase confinamento, o que limitava seriamente capacidade de manobrabilidade. O silvícola inimigo, senhor daqueles territórios por dilatado espaço de séculos, o conhecia perfeitamente bem e procurava adaptar sua doutrina de combate ao ambiente hostil. Dispersava suas forças, distribuindo-as espraadamente pelas cercanias. Colunas fixas, ao estilo de uma marcha em ordem unida, além de desconhecida para seus instrumental de luta, era também absolutamente inadequado para a situação real de luta imposta pelo meio paisagístico. Uma força que operasse de modo a adotar métodos padronizados de condução do confronto, facilmente sucumbiria frente a um adversário que interagisse com o ambiente de modo a tirar proveito dele como meio de defesa natural. Os portugueses tiraram rápido proveito desse ensinamento ao incorporar na sua doutrina de combate os métodos do inimigo. Se a maioria dos combates se deu – como parece indicar a documentação consultada - em espaços de escassa capacidade de execução de manobras, fazia-se necessário uma integração ao cânones militares lusitanos dos principais traços de luta dos adversários.

O sistema defensivo dos habitantes originais das terras invadidas tinha como seu principal fundamento uma arquitetura militar improvisada, um conjunto de cercas em linhas de profundidade. Elas eram conhecidas como *Caiçaras*. Improvisadas, sem grande capacidade de resistir canhões de artilharia móvel, mas que cumpriam sua função de anteparo de ações ofensivas de infantaria inimiga. O propósito inicial dessas edificações era a de resistir às incursões de tribos inimigas, ou seja, adversários dotados de tecnologia militar equivalente. A Presença dos invasores europeus impôs a adoção de medidas de fortalecimento do instrumental de defesa e rechaço de ataques inesperados.

Nos relatos dos cronistas – Gabriel Soares de Souza, Frei Vicente e o Padre Simão de Vasconcelos – as ações militares portuguesas que se desenrolaram durante as décadas de vigência das capitanias demonstram que a condução da guerra na América portuguesa quinhentista se deu por adaptação de um aparato indígena. As ofensivas contra as aldeias situadas no interior, ou mesmo daquelas localizadas nas proximidades de grandes cursos d'água navegáveis, aconteceram com o uso de uma força de infantaria que se dividia em colunas móveis e autônomas e se lançava sobre o inimigo de forma desordenada, ou seja, do mesmo modo como ele combatia. As penetrações ofensivas – quando em circunstâncias de temor de superioridade numérica do grupo oponente – eram precedidas do soerguimento de uma cobertura de retaguarda sob forma das *caiçaras* instaladas em território hostil. As paliçadas defensivas – feitas de barro e madeira – balizavam a penetração em território adversário ao tempo que forneciam uma base de apoio fundamental para garantia de uma

retirada ordeira em caso de desbaratamento. Funcionavam também como trincheira a partir da qual era possível repelir incursões das tribos alvo das operações de combate.

O relato de Frei Vicente é o que concede maior atenção aos aspectos militares da presença portuguesa na possessão colonial e nele podem ser facilmente encontradas referências aos métodos de luta dos invasores.⁴⁴ Os de maior amplitude se desenrolaram nas cercanias da capitania de Pernambuco, tendo neles se sobressaído a figura de Duarte Coelho, tido como experimentado conhecedor das astúcias e artimanhas de combate dos silvícolas locais. Os cercos foram raros, tendo merecido destaque uma ação de sítio que teve lugar na vila de Igaráçu, fato que mereceu dos cronistas uma especial atenção. Via de regra, os habitantes originais da terra optavam, quando necessário, pelo estrangulamento das comunicações do perímetro da zona sitiada, numa tentativa de vencer o adversário pela fome. Os portugueses, por seu turno, penetravam impetuosamente em território hostil visando desalojar seus defensores por meio de uma vigorosa investida e do apoio do cerrado fogo de armas portáteis. Havendo dura reação por parte dos defensores, uma estrutura defensiva improvisada era erguida que servia como base a partir da qual subseqüentes operações seriam levadas a termo até o completo extermínio dos infelizes responsáveis pela defesa de sua zona natural de habitação.

Os relatos de Frei Vicente podem ser confrontados com outras fontes mais antigas como a narrativa testemunhal de um membro de um desses confrontos. Há muitos pontos convergentes que juntos permitem uma visualização da doutrina militar portuguesa posta à serviço da conquista colonial. Todos os cronistas consultados, bem como os relatos avulsos de natureza outra que não conística, concordam que o sistema ofensivo primava pela improvisação tática. “Cada um era capitão de si mesmo” (SALVADOR, 1975 [1627], p.116), como nos aponta o clérigo português. Sem um sistema de organização militar preciso e sem regras de combate perfeitamente delineadas numa campanha de longa duração, o que disso resultava concretamente era a adoção de padrões de conduta de guerreiros de sociedades ditas primitivas. O mercenário alemão Hans Staden testemunhou o cerco de Igaráçu que teve lugar na capitania de Pernambuco. O relato que dele nos deixou contempla o sistema tático de combate dos portugueses na América portuguesa da segunda metade do quinhentismo. Note-se que outros cronistas referem ao mesmo combate com certa riqueza de detalhes, mas nada que supere a narrativa do soldado germânico:

⁴⁴ Vide o livro terceiro e a primeira metade do livro quarto da obra de Frei Vicente de Salvador (1975 [1627]), com especial atenção para as páginas seguintes: 160; 163; 169-170; 188-190; 223-228; 239-240; 244-245.

Rebentou então, por culpa dos portugueses, uma revolta dos índios [...] E o chefe da terra pediu-nos pelo amor de Deus, que fôssemos à pressa auxiliar o lugar Igarauçu.

[...] O lugar onde estávamos situados era rodeado de mata. Nesta haviam disposto os selvagens duas fortificações com ajuda de grossos troncos de árvores. Aí se recolhiam durante a noite e esperavam pelas nossas sortidas. De dia permaneciam nas valas, que haviam cavado ao redor da povoação, das quais saíam para escaramuças. Quando lhes atirávamos, estendiam-se no chão, para escapar às balas. Assim sitiaram-nos de tal modo que, donde estávamos, ninguém podia entrar ou sair. [...] Aproximaram-se da povoação, lançaram ao ar grande quantidade de flechas, que deviam atingir-nos quando caíssem, utilizando também muitas delas às quais haviam amarrado mechas de algodão embebido em cêra. Com estas flechas acesas pretendiam atear fogo ao teto das choças. Ameaçavam também devorar-nos, se nos pudessem capturar (STADEN, 1974 [1557], p.47).

No cerco de Igarauçu defensores e atacantes recorreram a métodos de combate estranhos ao seus respectivos universos de luta armada. Uma simbiose adaptativa que fincou raízes mais profundas no sistema ofensivo português. Estes – os invasores - com rapidez se aperceberam da premente necessidade de defesas fixas em solo para fazer frente a um adversário que confiava quase que unicamente na mobilidade absoluta de guerreiros individualistas. A investidura impetuosa em território hostil reclamava uma linha de retaguarda materializada nas *caiçaras*. O testemunho de Hans Staden nos afiança que as ações expedicionárias se faziam apoiadas por casamatas improvisadas que conseguiam comprometer a capacidade de deslocamento inimigo. Os habitantes originais da terra, por seu turno, também recorreram à adaptações, dentre as quais cumpre destacar o uso de trincheiras escavadas em solo, indispensável instrumental de defesa contra o pesado fogo de artilharia portátil dos sitiados.

Portanto, defesa e ataque funcionavam em híbrido sistema que conjugava assimilações que não modificavam a essência dos respectivos *modus operandi* militar que, de resto, eram muito aparentados entre si. O sistema de capitânicas delegava aos donatários poderes de senhores da guerra locais, o que implicava, como enfatiza queixosamente Duarte Coelho numa das cartas que dirigiu ao monarca português, em “[...] fazerem-na [a guerra] eles [os donatários] como melhor lhes parecer e a necessidade se lhes oferecer” (COELHO, 1997 [1546], p. 102). Inexistindo um sistema militar organizado nos moldes daquele do Estado português na Índia, o comando se encontrava delegado a organizadores de ações táticas, sendo que muitas delas motivadas por interesses de pilhagem particular.⁴⁵ Cada um dos centros semi-isolados de presença de colonos lusitanos funcionava com um senso de autonomia marcial quase ao estilo de uma estrutura ofensiva desconectado de uma concepção estratégica ampla.

⁴⁵ As cartas de Duarte Coelho disso oferecem um eloquente e detalhado testemunho.

O modelo quase arquetípico dessa concepção de organização militar é Duarte Coelho, decantado por Frei Vicente, pelo padre Simão de Vasconcelos e mesmo por Gabriel Soares de Souza que concede comedida atenção às ações de combate dos donatários ou de quaisquer outros colonos. No texto de *História do Brasil* (1975 [1627]) o clérigo português evidencia que a doação da capitania de Pernambuco resultou diretamente dos muitos serviços prestados pelo donatário nas guerras da Índia nas quais teve destacada participação. Esse destemido combatente é personagem central de cerca 5 ou 6 capítulos da crônica, sempre presente como comandante militar tático à frente de ofensivas de desbaratamento do poderio indígena nas cercanias de suas terras ou de seus vizinhos donatários. É quase uma saga cavaleiresca na qual toma parte não apenas Coelho, mas também seus companheiros de demandas aventurosas, cujos nomes também nos foram dados a conhecer, incluindo seus dois filhos que encontraram morte trágica numa mesma semana.

Duarte Coelho ocupa nas crônicas quinhentistas posição equivalente a do infante Dom Henrique nos textos quatrocentistas de Zurara: é modelo acabado de virtudes militares épicas. Retomam os narradores das obras que citam seus feitos os moldes de construção narrativa das gestas cavaleirescas. Nas cartas que enviou ao rei Dom João III nota o leitor que talvez a representação heroica feita pelos cronistas não estejam tão contaminadas por intenções panegíricas como a princípio possa parecer. Nota-se que se trata de um soldado experimentado e prudente, inimigo de ações desarrazoadas contra os habitantes originais da terra. Apesar de tencionar – como todos os demais – a ocupação e exploração econômica das terras em posse dos silvícolas, tinha ciência da precariedade do sistema de defesa erguido pelos invasores, daí porque a premente necessidade de manutenção da cautela.

Comedido, mas nem por isso menos disposto a executar ações ofensivas para desalojar os inimigos encastelados no interior da nova possessão colonial lusitana. Dentre os capítulos, por assim dizer, militares da crônica de Frei Vicente, os de maior extensão relatam incursões ou situações de defesa ou sítio protagonizadas por Duarte Coelho. O sistema bélico a seu dispor era constituído pelas bocas de fogo mobilizáveis nas circunscrições próximas e que poderiam ser acrescidas – e frequentemente eram – de aliados locais, grupos indígenas com os quais se estabeleceram relações comerciais e políticas de aliança diplomática informal. Diferentemente do que acontecia na Índia, por se tratar de grupos isolados, não haviam grandes belonaves fundeadas no litoral próximo e prontas a desfechar uma borrasca de fogo e chumbo quente sobre as formações móveis inimigas. O apoio de artilharia se constituía de artefatos menores facilmente transportáveis – Falcões e Berços – e de alcance médio, mas de eficácia contra um adversário inteiramente destituído de armas de arremesso balístico.

Essa força armada – que pode ser tomada como retrato três por quatro, em preto-e-branco das demais ações organizadas em outras capitanias ou mesmo em tempos anteriores a elas – quando seu uso se fazia necessário, se deslocava por via fluvial ou terrestre, sempre tendo em mira surpreender o inimigo e vencer sua superioridade numérica. Eram ações incursoras de raio de alcance limitado – em se tratando de deslocamentos a pé – que não intencionavam de imediato ocupação territorial por impossibilidade de executar tal meta, dada a insuficiência de meios. Um sistema baseado em avanços e ataques seguidos de recuos para recomposição do esforço ofensivo destituído de um necessário grau de autonomia. A guerra – como nos ensina Clausewitz (2010 [1832]) – nunca é a ação de uma massa ativa sobre outra passiva, sendo, ao contrário, o choque de duas forças ativas. Razão pela qual não seria lógico esperar que os habitantes originais das terras permanecessem no interior de suas posições aguardando serem massacrados. As reações se faziam sob forma de vigorosas investidas contra todos os pontos de habitação dos invasores, incidindo suas operações sobre áreas desguarnecidas ou de armazenamento de viveres indispensáveis à manutenção da existência, fisicamente falando.

Quando operando por penetração no interior através de vias fluviais, os combatentes sob ordens de Duarte Coelho e seus filhos – Jorge de Albuquerque e Duarte de Albuquerque – realizavam desembarques anfíbios de escala limitada, seguidos de marchas de aproximação do território alvo. Uma precária base de retaguarda era erguida – segundo Frei Vicente (1975 [1627]), constituída de cabanas improvisadas que imitavam modelo indígena e que recebem do cronista o título de *Tijupares* – e junto dela edificavam um sistema de defesa ao estilo de um forte primitivo. Em alguns casos – vide as operações nas cercanias das vilas de Cananéia e São Vicente – o intervalo de tempo da intervenção armada se estendia por mais de um ano. Neste último caso devem ser incluídas apenas ofensivas contra localidades que possuíam uma rede de aldeamentos populosos, o que reclamava persistência até completa execução do esperado extermínio do inimigo e a consequente apropriação de seus recursos materiais.

Não deve ser olvidado um outro aspecto militar de certa relevância para a discussão aqui estabelecida. As *Entradas*⁴⁶, ou expedições exploratórias ao interior em demanda de riquezas minerais e peia de escravos, também seduziu a Duarte Coelho. Este é um dos temas recorrentes na correspondência trocada com o monarca português. Mais que isso, era um assunto que se constituía numa de suas grandes preocupações como responsável pela autoridade nas cercanias do centro de povoamento lusitano denominado capitania de Pernambuco. As motivações que ela deixa transparecer – além das óbvias emulações por

⁴⁶ Sobre esse tema consultar Taunay (1975); Toledo (2003); Recorde-se que Gabriel Soares de Souza perdeu sua vida numa dessas incursões exploratórias rumo ao interior da Bahia quinhentista.

ganhos pecuniários – se situam num plano de busca pela realização de ações heroicas potencialmente capazes de conceder renome ao seu realizador. A mentalidade cavaleiresca que preside as ações de combate nos aspectos táticos e estratégicos e que também se mostra presente na dilatação do espaço geográfico colonial, muitas vezes conseguido à custa de expedições motivadas por fatores de preponderância simbólica. O mito foi também fator de expansão geográfica, como disso podem atestar as prolongadas demandas por lagoas fabulosas, montanhas de prata, minas de metais no interior na Bahia⁴⁷ ou um reino fabuloso cujo senhor era “Rei Branco” (SOUTHEY (2010 [1819])). Um imaginário mítico-fabuloso de fundamentação livresca e – em alguns casos – extraído de referências do universo literário das sagas de novelas de cavalaria medieval, nas quais, como é de conhecimento amplo, o maravilhoso ocupa privilegiado espaço.

Não apenas das andanças fantasiosas em demanda de reinos fabulosos e pujantes de riquezas se nutriu o imaginário militar dos conquistadores da América portuguesa. O incentivo mais atuante foi o das imagens heroico-cavaleirescas que a representação de Duarte Coelho feita pelas crônicas parece querer reproduzir. Lamentavelmente os cronistas da América portuguesa mostram-se mais sucintos em suas descrições das campanhas de conquista em geral e das batalhas numa perspectiva tática, em particular. A guerra parece ter interessado a eles quase que como pano de fundo do que pretendiam narrar. Das poucas incidências detalhadas de incursões ofensivas das forças invasoras resultam algumas conclusões prévias, dentre as quais uma se impõe sobre as demais por sua maior evidência. Do ponto de vista das ações táticas de combate, predomina a mentalidade heroico-cavaleiresca como seu grande componente interno. Os guerreiros lusitanos – quando os vemos sob uma perspectiva minimalista de combate – em nada diferem dos modelos retratados nos livros sobre as campanhas do oriente.

A conquista da região ao redor do rio da Paraíba resultou de prolongada campanha militar em desdobramentos variados. Uma das expedições enviadas para essa região a fim de aniquilar a resistência dos habitantes locais teve por líder um certo Pedro Lopes – acerca de quem muito pouco sabemos, visto que as crônicas sobre ele quase nada dizem -, ao que parece um veterano de combates no oriente. Ele teria organizado uma incursão com o intuito de desbaratar um grupo de inimigos encastelados na região de Tamaracá. A força se dividiu em três colunas móveis e independentes entre si – o mesmo modelo já conhecido das descrições

⁴⁷ O mito da existência de riquezas minerais fabulosas no interior da Bahia é um dos mais persistentes no imaginário popular desde o início da conquista militar colonial. Das lagoas míticas de onde brotavam diamantes, passando pelas montanhas e minas de prata e concluindo com as misteriosas ruínas de uma imensa cidade pré-colombiana de origem desconhecida na região da Serra do Sincorá. Os ecos dessas narrativas persistiram até meados do século XX. Acerca disso veja-se Holanda (2007).

dos cronistas da Índia – incorrendo como pinças sobre a área alvo. Os habitantes originais da terra ergueram – como já esperado – uma paliçada defensiva atrás da qual se recolheram e de onde fustigavam o adversário. O método de ataque dos portugueses foi o de ofensa direta e desorganizada e heroica:

E, vindo por diante, percorrendo a uma parte e a outra, toparam os nossos corredores com uma cerca muito grande e forte por uma parte. [...] Pedro Lopes que andava já tão versado nestas guerras, depois de os exortar e animar com muitas razões toda a noite, o dia seguinte pela manhã os repartiu em três esquadrões iguais e mandou marchar à vista da cerca, donde, vendo o vagar e temor com que iam, se adiantou e, abraçando a adarga e a espada na mão, se partiu para a cerca dizendo “siga-me quem quiser, e quem não quiser fique, que eu só basto (SALVADOR, 1975 [1627], p. 259).

Fica patente que os métodos de combate dos dois lados envolvidos na contenda pela posse das terras alvo de disputa são aparentados entre si. Ambos – invasores e defensores do território – partilham de uma mentalidade militar de guerreiros de sociedades ditas primitivas e fazem uso dela com variações derivadas de contexto cultural e tecnológico. Claro está que os portugueses possuíam evidente superioridade tecnológica, o que permitia a eles ditar os rumos da contenda: via de regra, escolhiam a hora e local das lutas – com exceções, claro. O *modus operandi* comum aos dois grupos rivais privilegiava a ofensiva cega e destituída de prévias considerações organizacionais no plano tático. Se Pedro Lopes se lançou em fúria rumo ao alvo a ser debelado – as fortificações atrás da qual o inimigo se escondia - era porque confiava em dois elementos vitais que não devem ser desmerecidos: a possessão quase demoníaca de um Aquiles e na expectativa de ganhos imateriais decorrentes de uma exposição pública de heroísmo guerreiro. Portanto, a correria à moda árabe – tão frequentemente citada no capítulo anterior sobre as operações na Ásia – foi o grande elemento tático das ofensivas contra as aldeias indígenas. E na América portuguesa esse padrão se fazia ainda mais necessário tendo em vista a ausência de cobertura de artilharia de retaguarda, peça fundamental de uma ofensiva sistemática.

O modelo de incentivo pelo exemplo de coragem exemplar é patrimônio de uma cultura militar cujo desenvolvimento se deu à margem daquilo que se convencionou denominar de modo ocidental de guerrear. Em sociedades que elegem a guerra não como fator instrumental de relações entre grupos humanos rivais, mas, sim, como algo que se fecha sobre si mesmo, o guerreiro ocupa posição social privilegiada advinda de feitos marciais praticados. Conhecido é o estudo de Pierre Clastres (1984) à respeito da função da guerra nas sociedades ditas primitivas e nele teorizações sobre o tema tratado podem ser encontradas. Pedro Lopes conjuga no seu arroubo guerreiro imagens extraídas de um imaginário cavaleiresco com

outras de procedência cultural distintas, mais intimamente associadas com uma postura em combate que crê na manifestação de exemplo heroico uma virtude militar indispensável. O inimigo a ser por ele combatido, o silvícola, alimentava-se de expectativas similares. Desdenhavam ambos de sistemas de organização que fizessem o combatente tornar-se peça anônima de uma engrenagem. O renome obtido apenas por ação individual distintiva importava mais que considerações em torno da segurança pessoal do combatente.

O último marco cronológico da presença militar portuguesa na possessão ultramarina a ser aqui considerado é o da instalação de um regime de centralização das decisões de comando administrativo e de combate. A primeira tentativa de ocupação definitiva organizada com o sistema de capitânicas hereditárias, não lograria obter o almejado lucro advindo da exploração econômica das terras e de suas possíveis riquezas minerais. Quase todas malograram devido a rivalidades, desorganização e reações armadas por parte dos ocupantes originais das terras, que reagiram à tentativa de escravização e rapinagem levada a termo pelos europeus. A capitania do donatário Francisco Pereira Coutinho – localizada em terras que hoje formam o Estado da Bahia - foi a que mais represálias sofreu por parte dos silvícolas, que destruíram quase inteiramente a precária estrutura urbana erguida pelos europeus na Baía de Todos os Santos, a denominada *Vila do Pereira*.

Em 1549, três naus (a *Nossa Senhora da Conceição*, a *Salvador* e a *Nossa Senhora da Ajuda*) duas caravelas (*Leoa e Baia*) e um bergantim (*São Roque*), compõem a frota de invasão portuguesa à Baía de Todos os Santos. Trazia ela, de acordo com a observação feita por Gabriel Soares de Souza (2000 [1585].) – narrador minucioso e atento dos primórdios da Bahia, tão minucioso que Gilberto Freyre (2000) não hesita em defini-lo como um quase bisbilhoteiro –, 600 homens de armas, marinheiros, padre da companhia de Jesus, liderados por Manoel da Nóbrega e 400 degredados a quem caberia a tarefa de colonizar as terras tomadas de assalto à população local. Cabia o comando a Tomé de Souza, veterano da Ásia, onde, segundo consta, destacada foi sua participação no comando das tropas lusitanas que atuaram subcontinente indiano⁴⁸.

Os portugueses, cumprindo instruções escritas, o chamado *regimento dos governadores*, estabeleceram uma cabeça-de-ponte na região do atual forte de São Diogo, ao norte do Farol da Barra. Naquele sítio foi erguida a cidade-fortaleza de Salvador, que exerceria uma dupla missão: administrativa, como sede da autoridade máxima das tropas

⁴⁸ Sobre expedição de Tomé de Souza e seu desembarque seguido da fundação da cidade-fortaleza de Salvador há uma copiosa bibliografia. As informações utilizadas para construção ensaística das interpretações que se seguem eu as consultei acessando um conjunto de obras tidas como referências sobre o tema. Ao leitor interessado remeto ao estudo delas: Sampaio (1949). Edison Carneiro (1965); Azevedo (1968); Tavares (2011); Risério (2000).

invasoras que ocupavam território sob controle do inimigo; e militar, atuando como baluarte defensivo contra operações marítimas por parte de adversários de precedência europeia, e como ponto de apoio a operações terrestres ofensivas de penetração para o interior, visando alargar a estreita cabeça-de-ponte, desalojando os inimigos nativos da região e ocupando suas terras que, a partir de então, seriam doadas como recompensa (por participação nos combates) aos principais capitães para fins de ocupação e colonização. Vide, a título de ilustração, o sesmeiro García D'ávila, senhor da Casa da Torre.

A expansão territorial dos núcleos populacionais a partir da estreita cabeça-de-ponte portuguesa foi essencialmente baseada em ações militares. As terras em derredor da Baía de Todos os Santos, o chamado Recôncavo baiano, estavam em poder das populações indígenas. Os invasores procuraram desalojá-los por meio de campanhas sistemáticas de extermínio e recolha de prisioneiros para atuarem como mão-de-obra escrava. Um cronista seiscentista (VASCONCELOS, 1977 [1663]) estima que em uma única incursão duradoura exatos 300 aldeias inimigas estabelecidas nas cercanias da cidade d Salvador teriam sido extintas a ferro e fogo na segunda metade do século XVI, números certamente inflados, talvez por dificuldades de acesso à fontes de informação confiáveis à época da redação do texto.

Os combates travados entre as forças invasoras recém-desembarcadas e os defensores em terra (senhores originais do território em disputa) foram desiguais, sangrentos e de prolongada duração, estendendo-se por um longo período: os séculos da conquista, do alargamento da cabeça-de-ponte lusitana, da penetração para o interior do continente a ser conquistado. O primeiro núcleo povoador e que também serviu como praça-forte e ponto de apoio logístico para incursões predatórias ao território inimigo foi a chamada Vila do Pereira, fundada pelo donatário Francisco Pereira Coutinho, instalada na região do atual Farol da Barra, em Salvador. Nesta praça-forte (e pequena vila), foram desencadeados os primeiros combates dos tempos iniciais da colonização. Por volta de 1545, os invasores sofreram o primeiro contragolpe. Atiçados por franceses, tribos Tupinambás aldeadas ao redor da Baía de Todos os Santos atacaram com eficiência, impingindo danos irreparáveis à estrutura defensiva inimiga. A vila do Pereira foi completamente arrasada, o seu comandante, Francisco Pereira Coutinho, feito prisioneiro e ritualisticamente devorado pelos Tupinambás. Outras incursões predatórias seriam levadas a termo nas duas outras zonas de presença lusitana nas terras da Bahia, tendo produzido resultados similares.

Esses contínuos ataques destrutivos por parte dos defensores das terras, objeto de conquista europeia, levaram os portugueses à adoção de uma estratégia mais agressiva de combates às forças inimigas. A grande batalha de caça e extermínio (ao melhor estilo da doutrina do estado-maior geral do exército norte-americano durante a guerra do Vietnã)

aconteceria durante o período de comando do representante militar da autoridade civil invasora, o segundo governador, D. Duarte da Costa. Por volta de maio de 1555, um grande levante de tribos indígenas colocou sob ameaça a existência da estreita cabeça-de-ponte das forças invasoras. Um grande ataque Tupinambá foi desencadeado, porém rapidamente contido (nos moldes da grande ofensiva do *Tet*, no Vietnã, em 1968 e com resultados idênticos). Após absorverem o golpe, os portugueses contra-atacaram liderados pelo próprio governador e seu filho, Álvaro da Costa. Todas as aldeias em redor da Baía de Todos os Santos foram sistematicamente exterminadas. Adotando os mesmos padrões operacionais dos *Marines*, no Vietnã, a expedição punitiva estendeu-se às aldeias situadas nas proximidades do Recôncavo, todas sistematicamente massacradas.

Na cidade da Bahia andava neste tempo ocupado o governador Dom Duarte da Costa em guerras com todos os índios. E a ocasião foi o levantamento de alguns principais descontentes. Eram poderosos em arcos, e sofriam mal a soberania dos portugueses, que cada dia entravam pela terra dentro com suas fazendas, e iam fazendo-se senhores até o sertão. E como era gente valente a dos tupinambás, [...] confederados com os tapuias [...] levantaram-se, e pondo-se em armas, fizeram assaltos em diversas partes, matando, e roubando nelas, e pelos caminhos tudo quanto achavam, com confusão desordenada dos moradores todos.

[...] Fez-se enfim a guerra; porém com tal prudência, que se visse o intento de castigar, e não pudesse ver-se perigo de sermos vencidos. Montou muito para este efeito a boa indústria do capitão Álvaro da Costa. (VASCONCELOS, 1977 [1663], p.12).

A crônica do padre Simão de Vasconcelos – da qual nos valeremos a partir daqui – apesar de ampla, lamentavelmente oferece limitadas informações sobre a situação militar da colônia no período quinhentista. As referências aos conflitos são poucas – embora de substancial interesse – e basicamente se concentram em dois momentos: o das façanhas de Duarte Coelho – figura que parece ter incendiado o imaginário dos cronistas –, e os combates travados após a implementação do sistema de centralização administrativa após chegada de Tomé de Souza. O clérigo, como ele deixa claramente evidenciado em várias passagens de seu texto, sente pouco entusiasmo pela narrativa de feitos de armas, razão pela qual decide assinalar apenas os mais contundentes, ou os que eles assim considerou. A melhor descrição é aquela associada às guerras de Mem. de Sá e Duarte da Costa contra os índios Aimorés,⁴⁹ por via delas podemos ter acesso aos fundamentos da mentalidade militar que animava as ações

⁴⁹ Sobre os índios Aimorés ou Botocudos, louvados e temidos por todos os cronistas quinhentistas, há uma substancial gama de informações extraídas de observação direta de muitos observadores europeus dos tempos iniciais da colônia. Veja-se as minuciosas observações de Gabriel Soares de Souza; as divertidas notas de Frei Vicente de Salvador; o Padre Simão de Vasconcelos. Para estudos recentes veja-se o clássico e volumoso *História dos índios no Brasil*, organizado por Manuela Carneiro da Cunha (1992). Há um capítulo inteiro dedicado a esta belicosa etnia. É indispensável ainda a consulta a John Hemming (2007) por apresentar um certo viés militar das ações de conquista das terras dos silvícolas nacionais.

de combate lusitanas durante o período da centralização administrativa na Terra de Santa Cruz, ou do pau-de-tinta, como a denomina com peculiar vocabulário o Frei Vicente de Salvador:

Estes Aimorés pois, selvagens, e agrestes, por estes tempos começaram a descer de suas serras, em que viviam havia tantos anos: e guiados das correntes dos rios, vinham após eles sair ao mar, e davam assaltos em tudo o que achavam, matando e assolando os escravos, e fazendas dos moradores. [...] O governador Mem de Sá [...] fosse em pessoa acudir a insolência daqueles bárbaros, por honra de Deus, e do nome das armas de Portugal. Ajuntou navios ligeiros, escolheu soldados de satisfação, e alguns índios das aldeias, e desembarcou, em breve tempo, no porto de Ilhéus. [...] Saíram das brenhas de improviso [os Aimorés], quais ursos assanhados, a quem os caçadores mataram os filhos. [...] O experimentado capitão [português], prevendo o caso, tinha deixado emboscado no mato contrafilado, com ordem que ouvindo sinal acudisse. [...] Fingiram os nossos que se retiravam, apressando o passo. [...] Sentiram eles [os índios] os arcabuzes e sobre as cabeças as espadas dos portugueses. [...] Saiu-lhes ao encontro [Mem de Sá] (levando ao diante como costumava, o vivífico estandarte da cruz) e acometendo a cavalo armado o meio de seu esquadrão, ficaram atônitos os bárbaros, que nunca viram tal modo de pelejar; desorganizaram-se e começaram a sentir o rigor da arcabuzaria, que por parte da terra e do mar os cercava e fazia matança cruel. Mem de Sá animou os soldados e mandou que arremettessem a todo poder e perigo por todas as partes. [...] E em breve espaço se viram as praias cobertas de corpos sem alma e as espumas do mar tornadas cor de sangue. (VASCONCELOS, 1977, [1667] p.57-58, Vol. 2).

Do exposto acima e na citação anterior alguns aspectos podem ser evidenciados. Primeiro, o sistema de organização militar pós - regime de capitánias apresenta um certo padrão de ordenamento. A partir dos indícios disponíveis não é possível afirmar se as forças envolvidas nos combates em solo são integrantes de um exército de profissionais, contudo, pode-se facilmente deduzir que já não são uma milícia de colonos. Sabe-se que quando de seu desembarque na Baía de Todos os Santos, Tomé de Souza trouxe consigo soldados pagos regularmente, o que indicaria uma organização marcial formal em vias de construção. (CARNEIRO,1985). Os guerreiros de Mem de Sá e Duarte da Costa não se assemelham aos que acompanhavam Duarte Coelho em suas incursões pelo interior do continente visando desalojar os aldeamentos indígenas. Em termos de uma condução tática da ofensiva, os portugueses mostram que seu sistema de combate primava pela fluidez e adaptação aos cânones locais de luta. Dos inimigos aprenderam a fazer uso de recursos ao estilo de ardis, como fica evidente na manobra feita por Mem. de Sá para vencer os Aimorés.

O relato do padre Vasconcelos não pode ser lido sem levar-se em conta certas intenções por parte do narrador de engrandecimento artificial das ações de combate dos portugueses. A cena que descreve o governador geral montado num cavalo capitaneando, ao

estilo de um São Jorge, o ataque lançado sobre o inimigo deve ser vista com a necessária cautela. Embora ela busque ilustrar um movimento tático que era provavelmente muito comum: o da investida individual do combatente. A infantaria lusitana que desbaratou a ofensiva dos índios Aimorés na segunda metade do quinhentismo na nova possessão colonial era em linhas gerais a mesma que lutou contra as tropas do Samorim de Calicut na Índia, nos idos de 1500. Os métodos permanecem os mesmos, o que revela uma mentalidade militar conservadora que embora mostre-se aberta à utilização de princípios táticos de origem local, mantinha-se rigidamente atrelada a um conjunto de preceitos de guerra derivados de um modo medieval de conduzir a guerra.

Durante o século inaugural da presença armada portuguesa na nova possessão colonial ultramarina o sistema de conquista se desdobrou em três momentos distintos que apresentaram especificidades estratégicas, mas uma mesmo modalidade de condução tática da luta. Dos desembarques iniciais em solo, marcados por contatos amistosos com a população local, as operações evoluíram e ganharam formidável acréscimo de poder de fogo e capacidade de impingir danos aos inimigos alvo das incursões predatórias. A nova modalidade de conquista adotada na Terra de Santa de Cruz reclamava posse de terra para ser doada a interessados na sua exploração econômica. O que implicava em confronto aberto com os que nela habitavam desde séculos anteriores à chegada do invasor. A necessidade de expansão dos assentamentos iniciais, estabelecidos em estreitas cabeças-de-ponte vulneráveis a um adversário empenhado, reclamaram o extermínio sistemático de grupos residentes nas áreas circunvizinhas, o que foi levado a efeito por milícias e por grupos armados de iniciativa particular. Os dois sistemas de centralização administrativa-militar da coroa portuguesa na Terra de Santa Cruz resultaram em combates mais prolongados e de maior extensão contra as populações de residentes nas terras a serem pilhadas.

O corpus documental que aqui se utilizou abrange as três etapas acima elencadas. As conclusões acerca das questões de caráter militar que elas envolvem podem ser dessa forma sistematizadas. Nas primeiras décadas da presença portuguesa, o comando das ações de combate ficou entregue à iniciativa de grupos isolados de pioneiros estabelecidos em suas respectivas zonas de habitação e combate e que – militarmente falando – mantinham escassa ligações entre si. Nenhum tipo de esforço coordenado existia⁵⁰ para fazer frente ao inimigo. Lutava-se primordialmente para não ser desalojado do ponto original de desembarque na praia inimiga, e secundariamente realizavam operações ofensivas para criar um perímetro defensivo

⁵⁰ Acerca disso o Frei Vicente de Salvador exprime inúmeros queixumes em sua obra, evidenciando que, segundo ele, o que vigorava na colônia era uma mentalidade de ação individual desprovida de qualquer interesse pelo bem comum. Embora ele não se atenha necessariamente ao universo militar ao fazer suas observações, elas podem ser facilmente estendidas a ele.

de maior extensão e potencialmente capaz de fornecer maior segurança em caso de ofensivas em larga escala dos guerreiros adversários. Uma parte significativa dos combatentes portugueses que administravam as faixas de terras chamadas de capitânicas era composta por veteranos de operações realizadas em África e no oriente. Os métodos de luta por eles utilizados foram substancialmente aqueles empregados na Índia e que já nos são tão familiares após termos acompanhado as crônicas de Gaspar Correia e Lopes de Castanheda. Das primeiras ações dos colonizadores isolados para o sistema administrativo centralizado talvez a única grande mudança a ser assinalada seja a adoção de tropas sistematicamente remuneradas pelo erário régio e com prováveis vínculos legais, o que implicaria numa organização militar efetiva nos seu alvorecer.

Em termos da condução da guerra quase nada separam os períodos citados anteriormente. As grandes matrizes mentais de organização das ações de luta permaneceram inalteradas. Em termos gerais pode-se falar de uma doutrina de defesa móvel como sendo o centro do dispositivo tático estratégico colonial na América Portuguesa quinhentista. Forças que confiavam na capacidade de deslocamento rápido – como no Oriente – e que, via de regra, não se atinha à posições fixas de defesa, salvo em situações que requeriam a adoção de um instrumental de combate local. A ofensiva a qualquer custo ainda era seu grande dogma militar. Crentes na superioridade do fator moral sobre qualquer outro, impulsionavam suas forças para frente, sempre impetuosamente avançando sobre as linhas do inimigo. Evitavam manobras e ardis, embora também delas fizessem uso, conforme nos mostra a documentação, privilegiando a incursão frontal. O poder de fogo portátil ou de retaguarda fornecia aos incursores a necessária segurança para fundas penetrações em zona sob controle do inimigo.

Não se percebe indícios de uma organização militar moderna para os padrões de luta então em curso na Europa. Nenhum dos cronistas sugere ou aponta qualquer ação de combate que se desenrole conforme os ditames da arte de guerrear em vigência nas grandes potências de então. Táticas de ordem unida não se vê, embora Frei Vicente e o padre Vasconcelos mencionem esquadras ou esquadrões, estes nada mais seriam que colunas móveis independentes, um modelo já largamente utilizado nas operações do oriente. Os cronistas mencionam armas de fogo de uso individual – arcabuzes – e fica evidente nos textos o uso restrito deste armamento a um grupo específico de combate, ou seja, a maior parte da infantaria provavelmente utilizava espadas e lanças. É de duvidoso valor pleitear a presença de tropas adestradas em combate. O desenho tático comumente encontrado nas descrições crônicas é o de uma desordem regida pelo princípio da investida individual e do exemplo particular de coragem como incentivo. O mais destemido guerreiro incentiva os demais a prosseguirem com fúria e seguirem seu exemplo.

Nem modernos nem decisivamente utilitaristas. Primaram os portugueses pelo uso de táticas de confronto ainda subordinadas ao ritualístico em detrimento dos aspectos práticos do uso da agressão para fins de hegemonia sobre o adversário. Na América portuguesa esse elemento pode interferido menos do que nas incursões no oriente, mas seu valor não deve ser desconsiderado. Uma grande variante com relação aos modelos já consagrados nas campanhas quatrocentistas em solo africano e quinhentista no oriente, não há. A formulação de combate da expansão imperial portuguesa foi em sua essência a mesma, tendo permanecido quase que inalterada desde até o fim do século XVI. Apesar das inovações táticas e da adoção de novos armamentos que marcaram a arte de guerrear na Europa durante o período da expansão imperial, essas modificações não se fazem notar nos relatos das crônicas ou nas cartas escritas por participantes dos confrontos ou clérigos que deles teriam tomado conhecimento por via indireta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão portuguesa foi uma iniciativa imperialista que se estendeu por mares e terras de três diferentes continentes ao longo de mais de dois séculos de operações militares contínuas. Quando contemplado de uma perspectiva estratégica, parece pouco razoável a defesa da tese de existência de uma organização prévia presidindo todos os desdobramentos da campanha desde suas formulações iniciais, quase improvisadas, até a conclusão em territórios orientais no quinhentismo. Uma perspectiva estratégica ampla, construída nos alvares do processo de deslocamento ultramarino, e que teria norteado todo o processo não parece ter existido. A documentação cronística que nos serviu de guia nesse percurso que aqui se encerra não permite sustentar a plausibilidade dessa tese. O que parece mais crível é uma intervenção lenta e gradual ao longo do processo expansionista. Um plano que não foi claramente formulado e que ganhou nitidez – para os responsáveis pela edificação estratégica – após o acúmulo de ganhos decorrentes das ações ofensivas. A improvisação – ou ausência de uma diretiva inicial conduzindo o planejamento estratégico de longo alcance – de que aqui se fala se refere-se especificamente aos objetivos da ação imperialista.

Atendo-se especificamente aos aspectos puramente militares do empreendimento expansionista ultramarino lusitano o que se apreende de sua análise? Da batalha de Ceuta ao Cerco de Socotorá conduzido por Afonso de Albuquerque a doutrina naval e terrestre portuguesa foi sendo gestada num processo de adaptação e improvisos sem os quais o êxito talvez não fosse alcançado. As operações de desembarque anfíbio realizadas nos territórios alvo das incursões ofensivas quando comparadas entre si permitem visualizar uma doutrina militar de uso da arma terrestre quando incursionando em solo ou atuando sobre o dorso do oceano. A documentação histórico-literária que embasou o estudo que ora se conclui permite abalzar algumas conclusões acerca dos modos de condução da guerra utilizados pelos lusitanos nos séculos de seu processo expansionista.

A revolução nos assuntos militares, termo que designa na bibliografia especializada o processo de modernização dos exércitos europeus modernos, não fincou raízes em solo lusitano quatrocentista e quinhentista. Esse processo se processou de forma apenas epidérmica, não se estendendo para todos os setores da armada imperial. Conforme se pode facilmente aquilatar a partir da análise do *corpus* cronístico, o sistema de lançamento de projeteis explosivos – a artilharia - sofreu mudanças significativas que apontam em direção a uma melhoria da capacidade ofensiva. Canhões maiores e mais eficientes foram incorporados ao arsenal terrestre e naval. Conjugados a eles deu-se a adoção de novas táticas de combate entre belonaves o que concedeu uma superioridade momentânea às embarcações militares

lusitanas que combatiam no oriente. O canhão que servia como fogo de cobertura das incursões em solo inimigo foi elemento fundamental da doutrina ofensiva. A incorporação de táticas e de tecnologia bélica mais condizente com as novas exigências da guerra no que se referia ao uso de lançadores de petardos explosivos não foi extensiva ao principal componente de qualquer força armada: a infantaria.

A tímida modernização da força de combate do reino português se restringiu – ao que tudo parece indicar – se restringiu aos instrumentos de apoio de fogo das tropas em solo, seja quando disparados de plataformas flutuantes de ataques costeadas no litoral adjacente à operação, seja como cobertura de retaguarda de uma penetração ofensiva direta sobre as linhas inimigas. A revolução nos assuntos militares que em outros países europeus renascentistas se traduziu em sistemas de combate centrados na coerência tática que aliava poder de fogo concentrado e ações de luta organizada ao estilo das legiões romanas, o que, obviamente, não encontrou eco no solo pátrio de Camões. Em Portugal, contrariando ao que se tornara prática usual noutras potências continentais, infantaria permaneceu como arma decisiva dos embates travados no mar ou em terra. Com um sério agravante diferenciador: infantes que combatiam conduzidos por uma doutrina de combate de fundamentação, por assim dizer, primitiva. Uma mentalidade militar que remontava a um processo evolutivo paralelo àquele que se convencionou denominar nas últimas três décadas de *Modo Ocidental e guerrear*.

Distanciado dos princípios normativos de combate da renascença que prescreviam uma espécie de simbiose entre a tradição militar greco-romana com os novos meios advindos do uso em campo de batalha de armas lançadoras de projéteis por combustão de pólvora, o exército português da expansão imperial renegou toda a longa cadeia de tradições de luta da antiguidade clássica que privilegiavam as ações de luta centradas em táticas de ordem unida. O combatente como de base como integrante de uma estrutura, quase peça de uma engrenagem de morte que para funcionamento eficaz necessita de uma mentalidade coletiva presidindo seu desempenho. O paradigma de uso organizado da força é substituído pelo da mentalidade heroica e do culto da individualidade quase absoluta. Mentalidade esta que se encontra perfeitamente representada nas sagas homéricas, das quais a *Ilíada* seria o mais bem acabado exemplo. Os combatentes heroicos depositavam firme convicção no poder supremo de impor danos severos sobre as fileiras agindo solitariamente. Renegam a possibilidade de auxílio mútuo em combate pelas implicações de comprometimento de ganhos simbólicos que estaria traria. Ansiando por ganhos imateriais – dentre os quais o conceito de honra se configura como o mais proeminente – que podem ser obtidos por meio de realização de feitos

grandiosos de caráter intransferível, os guerreiros heroicos desdenham de ordenações da força armada disposta em campo de batalha. Ou seja, com o soar das trombetas, ou o rugir furioso dos soldados, que anunciam o início das pugnas cada combatente se lança sobre a força oponente visando abater adversários por meio de sua força individual.

Durante as guerras da expansão imperial, a ponta de lança do processo, sua força armada, combateu fazendo uso de uma doutrina militar que tinha na mentalidade heroico-cavaleiresca seu grande componente tático-estratégico. Devido ao processo de modernização parcial do poderio armado português uma *Cavalaria do Mar* percorreu mares e terras de três massas continentais diferentes impondo sobre suas infelizes populações os componentes de uma agenda traçada pelos monarcas da casa de Avis. Deve-se falar de uma *Cavalaria do Mar* porque a marinha de guerra foi modernizada e dotada de belonaves velozes e poderosas o suficiente para se imporem perante seus mais diferentes inimigos. Contudo, a força invasora que ela transportava, a infantaria embarcada, era constituída por combatentes ainda atrelados à regras de conduta de guerra medieval. O imaginário cavaleiresco com toda a estrutura simbólica que o cerca conferindo magnanimidade aos seus feitos – por mais prosaicos que eles fossem – atuou como sistema de organização tática das ações de luta em solo, as principais da longa campanha de conquista intercontinental.

A nobreza portuguesa quatrocentista e quinhentista parece ter criado obstáculos a uma tentativa efetiva de modernização militar do reino nos moldes daqueles que se desenvolviam nas potências europeias da renascença. A resistência levantada permitiu a permanência de formas arcaicas de luta e a persistência de uma mentalidade heroica a comandar as ações de combate. Os antigos códigos de conduta marcial próprios de sociedades ditas primitivas serviu de fundamento para concepção de uma doutrina militar assentada sobre o indivíduo em detrimento do coletivo. As descrições de batalhas que constam nas crônicas portuguesas quatrocentistas e quinhentistas anteriormente analisadas demonstram com clareza que o sistema de combate lusitano da expansão imperial dos séculos XV e XVI permaneceu atrelado a um instrumental bélico-teórico anterior ao surgimento da civilização. É de formas arcaicas de combate que estamos tratando.

O princípio tático dominante nas incursões da infantaria portuguesa foi em quase todas as incursões descritas nos textos dos cronistas foi o das *Razzias*. Ou seja, operações de penetração funda e rápida em território inimigo. Confiantes na mobilidade como vetor de superação das linhas adversárias, os infantas se organizavam em grupos semi-autônomos de combate que se deslocavam constantemente fornecendo apoio mútuo – e não necessariamente

organizado – entre si. É de uma quase frente fluida que estamos tratando. A mobilidade era tão acentuada que resvalava para um sistema de *front* diluído. A infantaria se comportava como uma força móvel dotada da mesma possibilidade de deslocamento de uma cavalaria. Uma herança cultural da presença árabe na península Ibérica.

Embora sem cavalaria convencional, confiante apenas numa junção de infantaria indisciplinada com apoio de artilharia na retaguarda, a força incursora portuguesa realizava impetuosas ações de conquista direta de áreas abertas sob controle inimigo ou de sítios urbanos dominados por edificações defensivas ao estilo de fortalezas improvisadas. A quase totalidade das operações se situaram na orbita dos desembarques anfíbios de tropas em praias hostis, nas quais os lusitanos se notabilizaram. Sem uma organização rígida das tropas em campo e sem uma posição tática definida para cada combatente, a horda invasora confiava no atrito, força, velocidade e no fator moral como vetores impulsionadores da ruptura das linhas do inimigo. Da antiga ordem unida das legiões romanas nem sombra restou no exército lusitano da conquista imperial. Muito menos se encontra nele vestígios de uma ordem ofensiva em paredão, ao estilo da infantaria hoplita grega ou dos piqueiros suíços do quinhentismo. A mentalidade cavaleiresca que presidia a formulação do dispositivo tático não se coaduna com a possibilidade de estruturas impessoais nas quais o guerreiro se desintegra tornando-se apenas um soldado.

Em termos de condução tática da infantaria, a arma militar terrestre portuguesa adotou como princípio norteador de suas ações a postura organizacional de uma força de intervenção rápida que se atinha essencialmente ao desmantelamento do dispositivo tático ofensivo inimigo. Fogo e manobras não tinham por metas finais – conforme seria esperado de uma armada moderna – a ocupação de território sobre controle do inimigo. Não se integrava à mentalidade ofensiva lusitana a ocupação clássica de terreno com expulsão de adversário e confisco de sua “zona de matança”. Por centrar suas ações na mobilidade, o ataque e desbaratamento não era seguido obrigatoriamente de fixações de bases que balizassem avanço e servissem de ponto de apoio para penetrações posteriores território adentro. Sem intenções de presença permanente em solo hostil e estando desprovido de meios ofensivos que permitissem pacificar em definitivo as áreas temporariamente ocupadas, a movimentação tática absoluta era o grande paradigma das operações ofensivas realizadas nos três continentes alvo das incursões imperiais.

Ataque, força e movimento contínuo seguido de avanços e recuos de natureza tática ou de simples manobra diversionista. Em verdade a doutrina militar portuguesa da expansão

imperial se concentrou muito mais em mobilidade do que em manobras ou fogo de armas portáteis. O choque direto e a ruptura das linhas inimigas por aplicação incisiva da força se adequavam mais perfeitamente com a mentalidade cavaleiresca que presidia as ações de luta em solo. Nas crônicas quatrocentistas ou quinhentistas escassas são as referências ao uso de manobras em larga como componente tático essencial. Manobrar a força de ataque por meio de ardis não contribuiu para nenhuma das vitórias significativas da expansão imperial seja na Ásia, na África ou na América portuguesa.

O exército português que combateu ao longo dos dois primeiros séculos da expansão imperial submeteu povos e levou a ruína e morte em larga escala para inúmeras populações atuando sempre como uma *Cavalaria do Mar*. Como Cavaleiros – o termo aqui sendo utilizado na acepção de combatente que faz uso dos métodos de guerreiros que confiam unicamente na força individual - lutaram em pereceram em praias hostis, junto a muralhas de cidadelas ou no interior de densas áreas fechadas de selva tropical. O termo cavalaria não implica na adoção de um código de conduta elevado que faria desses combatentes guerreiros humanizados, como aqueles que assistimos nas novelas da tradição cavaleiresca. A adoção de posturas de combate, por assim dizer, pré-civilizacionais, não implicou numa reprodução de regras de luta rígidas que delimitassem e contivessem a violência. A guerra levada a termos pelos nautas portugueses foi tão dura e desapiedada quanto qualquer outra, nada ficando a dever ao que era posto em ação pelos seus inimigos.

REFERÊNCIAS:

AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões. **Vestidos para matar. O armamento de guerra na cronística portuguesa de quatrocentos.** Coimbra: imprensa da universidade de Coimbra, 2013.

ALBUQUERQUE, Luís de. **Navegadores, Viajantes e Aventureiros Portugueses, Séculos XV e XVI.** Lisboa: editorial Caminho, 1992.

_____. **Dicionário de História dos Descobrimentos.** Lisboa: Editorial Caminho, 1994.

_____. **História dos Descobrimentos Portugueses.** Lisboa: Casa da Moeda, 1995.

ALCORÃO SAGRADO. Versão portuguesa diretamente do árabe por Samir El Hayek. São Paulo: Tangará, 1975.

ÁLVARES, Francisco. **Verdadeira informação das terras do Preste João das Índias.** Lisboa: publicações Europa-América. 1989.

ÁLVAREZ, Manuel Fernández. **Felipe II y su tiempo.** Madrid: Espasa, 2000.

_____. **Carlos V, el César y el hombre.** Madrid: Espasa, 2000.

AMBROSE, Stephen. **O Dia D, 6 de junho de 1944.** Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1997.

AMEAL, João **História de Portugal.** Porto: livraria Tavares. 1974.

ANÔNIMO. **História da Conquista da Paraíba.** Brasília: Senado Federal: 2006

ANSELMO, Antônio Joaquim. **Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI.** Lisboa: Oficinas gráficas da biblioteca nacional, 1967.

ARIÉS, Philippe. **O Homem diante da Morte.** São Paulo: UNESP, 2014

ARISTÓTELES. **A Política.** Brasília: UNB, 1985

ARON, Raymond. **Pensar a Guerra, Clausewitz.** Brasília: Unb, 1986.

_____. **A paz e a Guerra entre as nações.** UNB: Brasília, 2002.

ASHWORTH, Gustav, J. **War and the city.** Routledge: London, 2002.

AUERBACH, **Mimesis.** Editora Perspectiva: São Paulo, 1994.

AVELAR, Ana Paula. A Cronística portuguesa da expansão – modelos e práticas discursivas. In **Colóquio Internacional Discursos de Legitimação.** Lisboa: Universidade aberta, 2002.

AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da Cidade de Salvador.** Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1949

- BALDWIN, Hanson. **Batalhas ganhas e perdidas**. Bibliex: Rio de Janeiro, 1978.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. **O feudo. A casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência**. Record: Rio de Janeiro, 2007.
- BAPTISTA, Maria Manuela Pinto Soares. A emergência do Discurso Cronístico Em Gaspar Correia e Diogo do Couto – indícios de um (des) governo português na Índia quinhentista. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Aberta, 2014. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3442/1/TMEPM_ManuelaBaptista.pdf Acesso em: Set, 2018.
- BARATA, Manuel Themudo. **Nova História Militar de Portugal**. Coimbra: Círculo de Leitores, 2005.
- BARBOSA, Duarte. **O livro de Duarte Barbosa**. Lisboa: publicações Europa-América: 1994.
- BARROS, João de. **Décadas**. Lisboa: Sá da Costa, 5 vs. 1982.
- BARTHELEMY, Dominique. **A Cavalaria. Da Germânia antiga à França do século XII**. Campinas: Unicamp, 2010.
- BARTLETT, Rosamund. **Tolstói. A Biografia**. São Paulo: Biblioteca azul, 2013.
- BEEVOR, Antony. **Stalingrado**. Record: Rio de Janeiro, 2011.
- BELLAVIA, David. **De casa em casa em Fallujah**. Larouse: São Paulo, 2010.
- BERNARD, Carmen. GRUZINSKI, Serge. **História do Novo Mundo**. São Paulo: Edusp, 2001.
- BETHELL, Leslie. **América Latina Colonial**. São Paulo: Edusp, 2012.
- BOCACCIO, Giovanni. **Decamerão**. São Paulo: nova cultural, 1996.
- BOND, Regina. Aleixo García: **algo mais sobre o descobridor dos Incas**. Rio de Janeiro: Aimberê, 2014.
- BORGEAUD, F. **O Homem Grego**. Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- BOXER, Charles. **O Império Colonial Português (1415- 1825)**. Lisboa: edições 70, 1969.
- BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- _____. **Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII**. São Paulo. Martins Fontes: 2006.
- BRITO, Bernardo Gomes de. **História Trágico-Marítima**. Rio de Janeiro: Lacerda, 1998.

BRIZZI, Giovanni. **O guerreiro, o soldado e o legionário. Os exércitos no mundo clássico.** São Paulo: Madras, 2003.

BULFINCH, Thomas. **O Livro de Ouro da Mitologia.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2012.

BURCKHARDT, Jacob. **A civilização do renascimento italiano.** Lisboa, editorial presença. 1983.

BURKE, Peter. **A escola dos Analles.** São Paulo: Unesp, 1997.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a el rey Dom Manuel.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

CAMÕES, Luís Vaz de. **Os Lusíadas.** São Paulo: edições melhoramentos, 1962.

CAMPBELL, Joseph. **O Herói de Mil Faces.** São Paulo: Pensamento, 1999.

CAMPOS, João da Silva. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus.** Ilhéus: Editus, 2006.

CARDIM, Fernão. **Tratado da Terra e Gente do Brasil.** São Paulo: Cia. Da Editora Nacional, 1939.

CARDOSO, Elise. **A logística militar na cronística portuguesa de quatrocentos.** Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015. Dissertação de mestrado.

CARNEIRO, Edson. **A Cidade de Salvador (1549) uma reconstituição histórica.** São Paulo: civilização brasileira, 1980.

CARTIER, Raymond. **A segunda guerra mundial.** Larousse: São Paulo, 1967.

CARVALHO, Vírgilio de. Portugal pioneiro universal em estratégia marítima e naval. **Comunicação ao «Congresso Internacional sobre Bartolomeu Dias e a Sua J:poca»,** em Setembro de 1988, realizado pela Universidade do Porto. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2723/1/NeD47_VergiliodeCarvalho.pdf>. Acesso, maio, 2017.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **História da descoberta e conquista da Índia pelos portugueses.** Lisboa: Lello e irmãos editores, 1979.

CASTANHOSO, Miguel de. **História das cousas que o mui esforçado capitão Dom Cristóvão da Gama fez nos reinos do Prestes João com quatrocentos portugueses que levou.** Lisboa: publicações Europa-América, 1994.

CAWTHORNE, Nigel. **As maiores batalhas da história.** São Paulo: M. Books, 2010.

CERVANTES, Miguel de. **Novelas exemplares.** São Paulo: nova cultural, 1971.

CÉSAR, Júlio. **Comentários sobre a guerra Gálica.** Rio de Janeiro: Ediouro. S/D.

_____. **Obras completas:** comentários de La guerra de las Gallias y de La guerra civil. Buenos Aires: Ateneo, 1951.

- CHANDEIGNE, Michel. **Lisboa e os descobrimentos. 1415- 1580**: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses. Lisboa: terramar, 1990.
- CHURCHILL, Winston. **Memórias da Segunda guerra mundial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- CINTRA, Luís Felipe. **Crônica Geral da Espanha de 1344**. Lisboa: Casa da Moeda, 1951. 4 Volumes.
- CIPOLLA, Carlo. **Canhões e Velas na primeira fase de expansão Europeia**. Lisboa: Gradiva, 1989.
- CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**. Ensaios de antropologia política. Brasiliense: São Paulo, 1984.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- COELHO, Duarte. **Cartas a El Rei**. Recife: Massangana, 1997.
- COELHO FILHO, Luiz Walter. **A Fortaleza do Salvador na Baía de Todos os Santos**. Salvador: Secretária de Turismo e Cultura, 2004
- COLOMBO, Cristóvão. **Diário de bordo da primeira viagem (1492-1493)**. Lisboa: publicações Europa-América, 1990.
- COQUERY-Vidrovitch. **A Descoberta de África**. Lisboa: edições 70, 2004.
- CORTESÃO, Armando. (org). **A suma oriental de Thomé Pires e o livro de Francisco Rodrigues**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1978.
- CORTESÃO, Jaime. Descobrimientos e conquistas. In: PERES, Damião. **História de Portugal**. Portucalense Editora. Vol. III, 1931, p.333-351.
- _____. **História dos Descobrimentos portugueses**. 3 Volumes. Lisboa: Edições 70,1990.
- CORTEZ, Hernán. **A Conquista do México**. Porto Alegre: LPM editores, 2009.
- CORVISIER, André. **A Guerra**. Bibliex: Rio de Janeiro, 1999.
- COSTA, Dalila Pereira da. **Raízes arcaicas da epopeia portuguesa e camoniana**. Lisboa: instituto de cultura e língua portuguesa, 1990.
- COSTA, Mário Júlio de Almeida (org). **Ordenações Afonsinas**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1998.
- COSTA, Ricardo. **A Guerra na Idade Média**. Rio de Janeiro: Edições para todos, 1998.
- COUTO, Diogo do. **Décadas**. Lisboa: Sá da Costa, 1974.
- _____. **O Soldado Prático**. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

CRAIG, Gordon. **Delbruck o historiador militar**. In Paret, Peter. *Construtores da Estratégia Moderna*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índio no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992

CURTIUS, Ernst Robert. **Literatura Europeia e idade média latina**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DA ORTA, Garcia. **Colóquios dos simples e drogas da Índia**. Lisboa: Casa da Moeda, 1987. 2 volumes.

DANDO-COLLINS, Sthephen. **A legião de César**. São Paulo: Madras, 2006.

DAVIES, Norman. **O Levante de 44. A Batalha de Varsóvia**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

DEL CASTILLO, Bernal Diaz. **História Verdadera de La Conquinta de La Nueva Espanha**.

DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano**. Contexto: São Paulo, 2014.

DETIENNE, Marcel. **Metis. As astúcias da inteligência**. São Paulo: Odysseus, 2008.

DIAS, J.S. da Silva. **Os Descobrimentos e a problemática Cultural do século XVI**. Lisboa: editorial presença, 1988.

DU PICQ, Armand. **Estudos sobre o combate**. Bibliex: Rio de Janeiro, 2000.

DUBY, George. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1982.

ELIADE, Mircea. **Tratado de História das Religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

EVERSMANN, Matt e SCHILLING, Dan. **A Batalha de Mogadíscio**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2010.

FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertand, 1997.

_____. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade Tupinambá**. Globo: Rio de Janeiro, 2006.

FERREIRA, João José Ferreira Brandão. A Conquista de Ceuta: aspectos políticos e estratégicos. Lisboa: **Revista Militar de Portugal**, número 2561. Junho-Julho, 2015.

FERRO, Gaetano. **As Navegações portuguesas no Atlântico e no Índico**. Lisboa: Teorema, 1989.

- FLANDRIN, Jean-Louis e Montanari, Massimo (org) **História da alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1992.
- FRANÇA, Susani Silveira Lemos. Lições Sobre o Contentamento nas Narrativas Históricas Medievais. Lisboa: **Revista Topoi**, V.06, N 11, Julho-Dezembro de 2005. P. 227-245.
Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v6n11/2237-101X-topoi-6-11-00227.pdf>
- FOULCAULT, Michel **As Palavras e As Coisas**. Martins Fontes: São Paulo, 1992.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Global, 2004.
- FRIEDRICI, Georg. **Caráter da Descoberta da América Pelos Portugueses**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1967.
- FROTA, Guilherme de Andrea. **Quinhentos anos de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.
- FULLER, John F.C. **A Conduta da guerra. De 1789 aos nossos dias**. Bibliex: Rio de Janeiro, 1966.
- GALVÃO, António. **Tratado dos Descobrimentos antigos e modernos**. Livraria Civilização: Porto, 1944.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. **História da Província de Santa Cruz**: tratado da terra do Brasil. São Paulo: Obelisco, 1964.
- GARCIA, José Manuel. **Ao encontro dos descobrimentos portugueses. Temas de história da expansão**. Lisboa, 1994.
- GARIN, Eugenio. **O Homem Renascentista**. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- GIARDINI, Andrea (org). **O Homem Romano**. Lisboa: Editorial Presença, 1992.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. **Os Descobrimentos e a Economia Mundial**. Lisboa: Editorial Presença, 4 vs, 1984.
- _____. **Mito e Mercadoria, Utopia e prática de navegar**. Séculos XII-XVIII. Lisboa: Difel, 1990.
- GOES, Bento de. **Viagens na Ásia central em demanda do Cataio**. Lisboa: publicações Europa-América. 1992.
- GÓIS, Damião de. **Crônica do príncipe Dom João**. Universidade de Lisboa: Lisboa, 1971.
- _____. **Descrição da cidade de Lisboa**. Lisboa: livros horizonte, 1994.
- GREEN, Vivian Hubert Howard. **Renascimento e reforma. A Europa entre 1450 e 1660**. Lisboa: edições Dom Quixote, 1991.
- GRIMAL, Pierre. **A Civilização Romana**. Lisboa: Edições 70, 2009.

- HADAS, Moses. **Roma Imperial**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1965.
- HANSON, Victor Davis. **Por que o Ocidente venceu**. Ediouro: Rio de Janeiro, 2001.
- _____. **Uma Guerra sem Igual**: como espartanos e atenienses lutaram na guerra do Peloponeso. Record: Rio de Janeiro, 2015.
- HEMMING, John. **Ouro vermelho**: a conquista dos índios brasileiros. São Paulo: Edusp, 2007.
- HERMAN, Paul. **A conquista das Américas**. São Paulo: Boa Leitura, S/D.
- HERODOTO. **História**. Brasília: UnB: 1996.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004.
- _____. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 6ª. Ed., São Paulo: Brasiliense, 2007.
- HOLMES, Richard. **Atlas Hutchinson de planos de batalha**. Biblioteca do exército editora: Rio de Janeiro, 2007.
- HOMERO. **Ilíada**. São Paulo: Melhoramentos, 1972.
- HOURLANI, Albert. **Uma História dos povos árabes**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- HUIZINGA, Johan. **O Outono da Idade Média**. São Paulo: Cosacnaify, 2010.
- JAEGER, Werner. **Paidéia. A formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- JALAL, Ayesha. **Os Guerreiros de Alá. A Jihad no sul da Ásia**. São Paulo: Larousse, 2009.
- JOBIM, Nelson, ETCHEGOYEN, Sérgio, ALSINA, João Paulo. (Org.) **Segurança Nacional: Perspectivas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2010.
- KAMEN, Henry. **Felipe da Espanha**. São Paulo, Record. 2003.
- KEEGAN, John. **Uma história da Guerra**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- _____. **A Face da Batalha**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.
- KEELEY, Lawrence H. **A guerra antes da Civilização**. São Paulo: Realizações Editora, 2011.
- KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências. Transformação econômica e conflito militar de 1.500 a 2.000**. Rio de Janeiro, Campus: 1991.
- KERENIY, Karl. **Os Heróis gregos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

- KERSHAW, Ian. **Dez Decisões que abalaram o mundo**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.
- KHALDUN, Ibn Abd Al Rahman Bin Muhhamed. **The Muqadimmah**. Translated by Fraz Rosenthal. Disponível em:< https://asadullahali.files.wordpress.com/2012/10/ibn_khaldun-al_muqaddimah.pdf>. Acesso em: set.2017.
- KHURY, Mário da Gama. **Dicionário de Mitologia grega e romana**. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.
- KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999.
- LA FOSSE, Eustache de. **Crônica de uma viagem à costa da Mina em 1480**. Lisboa: Vega, 1992.
- LARIVAILLE, Paul. **A Itália no tempo de Maquiavel**. São Paulo: cia das letras, 1988.
- LAWRENCE, Thomas Edward. **Os Sete pilares da sabedoria**. Record: São Paulo, 2000.
- LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval**. Lisboa: edições 70, 1983.
- _____. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: Edusc, 2002.
- LEACH, Barry. **Estado-Maior alemão**. Rio de Janeiro: Rennes, 1979.
- LEMOS Jorge de. **História dos cercos de Malaca**. Lisboa: biblioteca nacional, 1982.
- LERY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Martins: São Paulo, 1972.
- LIMA, Francisco Ferreira de. *Palmeirim de Inglaterra: para educar e divertir o príncipe (o leitor)*. **Sitientibus**. Feira de Santana, número 13.p. 91-113, jul-dez 1995.
- LIMA, Luiz da Costa. **História, ficção, literatura**. Cia das letras: São Paulo, 2006.
- LLULL, Ramon. **Livro da Ordem de Cavalaria**. Lisboa: Assírio e Alvim, 1992.
- LOPES, David. Os Portugueses em Marrocos, Ceuta e Tânger. In PERES, Damião. **História de Portugal**. Portucalense editora: Porto, 1931.
- LOPES, Fernão. **Crônica de D. João I**. Lisboa: Editora Civilização, 1994.
- MAGALHÃES, João Batista. **Estudo histórico sobre a guerra antiga**. Rio de Janeiro: biblioteca do exército, 2006.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **A arte da guerra**. Porto Alegre: L&M Pocket, 2008.
- MARSHALL, S.L.A. **Homens ou Fogo?** Bibliex: Rio de Janeiro, 1959.
- MARTELO, David. **A dinastia de Avis e a construção da união Ibérica**. Lisboa: Edições Silabo, 2005.

- MARTORELL, Joanot. **Tirant Lo Blanc**. São Paulo: Giordano, 1998.
- MELETINSKI, Eleazar. **Os Arquétipos Literários**. São Paulo: Ateliê, 1992.
- MERRIMÉE, Prosper. **Novelas Completas**. Porto Alegre: Globo, 1949.
- MIQUEL, André. **O Islame e sua civilização. Séculos VII e XX**. Lisboa: Edições Cosmos, 1971.
- MOISÉS, Massaud. **A Novela de Cavalaria no Quinhentismo Português**. São Paulo: USP, 1954.
- _____. **Pequeno dicionário de literatura portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 1981.
- MONGELLI, Lênia Márcia de Medeiros, MALEVAL, Maria do Amparo Tavares, VIEIRA, Yara Frateschi. **A literatura portuguesa em perspectiva**. Vol 1 Trovadorismo e Humanismo. São Paulo: Atlas, 1992.
- MONTEIRO, João Gouveia. **História Militar de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015
- MONTEIRO, João Gouveia. **A Conquista de Ceuta**. Lisboa: Manuscrito, 2015
- MONTEIRO, João Gouveia. A Campanha Militar de Ceuta (1415) Revisitada. Coimbra: **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, número 17, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/43327/1/A_campanha_militar_de_Ceuta.pdf . Acesso em Set. 2018
- MORAIS, Francisco. **Crônica de Palmeirim da Inglaterra**. São Paulo: Anchieta, 1946. 3. vs.
- MOURA, Augusto Abreu de. **A Estratégia naval brasileira no pós-guerra fria. Uma análise comparativa com focos em submarinos**. Rio de Janeiro: femar, 2014.
- MUMFORD, LEWIS. **A Cidade na história: suas origens, transformações, perspectivas**. Zahar: Rio de Janeiro, 2006.
- MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho. **O Leal Conselheiro, de Dom Duarte, e a tradição dos espelhos de Príncipe**. São Paulo: USP. 2003. Tese de Doutorado. Disponível em: https://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=5&Itemid=60&lang=pt-br&filtro=Marcio%20Ricardo%20Coelho%20Muniz . Acesso em Out 2017
- MUSASHI, Myamoto. **O livro dos Cinco Anéis**. Palas Athenas: São Paulo, 2012.
- NUNES, Irene Freire. **A Demanda do Santo Graal**. Lisboa: casa da moeda, 1995.
- OLIVEIRA, Padre Fernando. **A Arte da Guerra no Mar**. Lisboa: Edições 70. Sd. [1555] 2008.

PARKER, Geofrey. **História de La Guerra**. Madrid: Akal, 2018.

PARET, Peter. (Org.) **Construtores da estratégia moderna**. Bibliex: Rio de Janeiro, 2001. 2vs.

PARZEVSKI, Luciana Fontes. O embate entre a primeira e a segunda edição do primeiro livro da história do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses. **Revista Territórios e Fronteiras** V.1 N.2 – Jul/Dez 2008 Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT, 2008, p. 222-242. Disponível em: <<file:///C:/Users/usuario/Downloads/Dialnet-OEmbateEntreAPrimeiraEASegundaEdicaoDoPrimeiroLivr-4807322.pdf>> Acesso em: set.2018.

PATO, Raimundo Antônio de Bulhão. **Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de alguns documentos que as elucidam**. Lisboa: Tipographia da Real Academia de Ciências, 1884.

PERES, Damião. 1931. **História de Portugal**. Editor portugalense – Lisboa, 1931.

_____. **História Dos Descobrimentos Portugueses**. Porto: vertente, 1992.

PINA, Rui de. **Crônica de El-Rei Dom Duarte**. Lisboa: Presença, 1966.

PINTO, Fernão Mendes. **Peregrinação**. Lisboa: Casa da Moeda, s/d.

PIRES, Benjamim Videira. **Taprobana e mais além... presenças de Portugal na Ásia**. Macau: Instituto cultural de Macau, 1995.

PLUTARCO. **Vidas Paralelas**. Buenos Aires: El Ateneo, 1952.

POLIBIOS. **História**. Brasília: ED UNB, 1995.

POLLO, Marco. **O Livro das Maravilhas: a descrição do mundo**. Porto Alegre: LPM, 1985

RADULET, Carmen. **O Cronista Rui de Pina e “a Relação do Reino do Congo”**. Lisboa: Chaves Ferreira, 2000.

RAMOS, Fábio Pestana. **No tempo das especiarias. O império da pimenta e do açúcar**. São Paulo: contexto, 2012.

RAMOS, Fábio Pestana. **Por Mares Nunca Dantes Navegados**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

RAPOPORT, Anatole. **Lutas, jogos e debates**. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

RATI, Oscar. **Segredos dos Samurais. As artes marciais do Japão feudal**. São Paulo: Madras, 2003.

RIBEIRO, Renato Janine. **A etiqueta no antigo regime: do sangue à doce vida**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RICHARDOT, Richard. **Végece et La Culture Militaire au Moyen Âge**. Paris: Econômica, 1998.

RISÉRIO, Antônio. **Uma história da cidade da Bahia**. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar. **Fazer a guerra nos trópicos: aprendizagens e apropriações. Estado da Índia e Angola, séculos XVI e XVIII**. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Fazer-a-guerra-nos-trópicos-aprendizagens-e-apropriações-Vítor-Luís-Gaspar-Rodrigues-e-Catarina-Madeira-Santos.pdf>>. Acesso em: Set.2017.

ROSA, Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

SALMORAL, Manuel Lucena. **História Iberoamericana**. Madrid: Cátedra, 1987.

SALVADOR, Frei Vicente de. **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

SAMPAIO, Teodoro. **Fundação da Cidade de Salvador**. Salvador: Typographia Beneditina, 1949.

SENÊCA, Lucius Aulio. **Agamenon**. São Paulo: Globo, 2009.

SERRÃO, José Verissimo. **Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989.

SHAKESPEARE, Wiliam. **Hamlet**. Porto Alegre: LPM, 1996.

SHERWOOD, Robert. E. **Roosevelt e Hopkins: uma história da segunda guerra mundial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SILVA RIBEIRO, Almirante Antônio Manuel Fernandes Da. Os navios e as técnicas náuticas atlânticas nos séculos XV e XVI: os pilares da estratégia 3C. **Revista Militar**, números 2515/2516. Agosto/ setembro de 2011, p. 995-1022. Disponível em: < Disponível em:< <https://www.revistamilitar.pt/artigo/667> >. Acesso em: out. 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SONDHAUSS, Lawrence. **A Primeira Guerra Mundial, História completa**. São Paulo: Contexto, 2015.

SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2010.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2000.

STADEN, HANS. **Duas viagens ao Brasil**. Itatiaia: Belo Horizonte, 1974.

STEVENSON, David. **1914-1918. História da Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Novo Século, 2016.

- SUETÔNIO. **A vida dos doze Césares**. São Paulo: Ediouro, 2012.
- SUN TZU. **A arte da guerra**. São Paulo: Record, 1992.
- TÁCITO, Cornelius, **Anais**. São Paulo: W.M. Jackson, 1964.
- TAUNAY, Afonso E. **História das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: Melhoramentos, 1975
- TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Unesp, 2011
- TENREIRO, António. **Viagens por terra da Índia a Portugal**. Lisboa: edições Europa-América, 1989.
- THEVET, André. **Singularidades da França Antártica: a que ouros chamam de América**. São Paulo: Cia da Editora Nacional, 1944.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. **São Paulo, capital da Solidão**. São Paulo: Objetiva, 2003.
- TOLSTÓI, Liev. **Guerra e Paz**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- TROYES, Chretien de. **Perceval ou Conto do Graal**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- _____. **Romances da Távola Redonda**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- TUCIDÍDES. **História da guerra do Peloponeso**. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1982.
- VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário de História do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal**. São Paulo: Melhoramentos, 1979.
- VASCONCELOS, Simão de **Crônica da Companhia de Jesus**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1977.
- VEGECIO, Flavius Renato. **Epitome Res Militari**. Rio de Janeiro: Paumape, 2002.
- VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e Sociedade na Grécia antiga**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1992.
- _____. (org) **O Homem Grego**. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. **O mundo de Homero**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- VILLARI, Rosário. **O Homem Barroco**. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
- VITERBO, Souza. **Trabalhos Náuticos dos portugueses. Séculos XVI e XVII**. Lisboa: Casa da Moeda, 1988.
- WEHLING, Arno. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

XENOFONTE. **A Ciropedia**. São Paulo: Jackson, 1967.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica do Conde Dom Pedro de Meneses**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica da Guiné**. Lisboa: Livraria Civilização, 1973.

_____. **Crônica da Tomada de Ceuta por El Rei Dom João I**. Lisboa: Publicado por ordem da Academia das Ciências de Lisboa, 1915. Disponível em: <<https://archive.org/stream/crnicadetomada00zura#page/n7/mode/2up>>. Acesso em nov. 2017.